



MARTA ROSA AMOROSO <sup>2</sup>

GUERRA MURA NO SECULO XVIII: VERSOS E VERSSES  
Representações dos Mura no Imaginário Colonial

Este exemplar corresponde  
à redação final da tese  
defendida e aprovada pela  
Comissão Julgadora em  
28/06/1991

*Marta Rosa Amoroso*

Dissertação de Mestrado apresentada  
ao Departamento de Antropologia Social do  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
da Universidade Estadual de Campinas,  
como requisito para obtenção do  
título de mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Cardoso de Oliveira, 1988

Junho de 1991

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL

"Al! Tanto custas, ambição do Império!"

(Uraquay, de Basílio da Gama)

Para Sérgio, meu marido.

## INDICE

Agradecimentos, p. 1

Introdução, p. 4

Capítulo I Os Jesuítas no Rio Madeira: Semeando Aldeias e colhendo Cacau, p. 19

1. Antecedentes
2. A Missão no Rio Madeira
3. O Comércio do Cacau e a Devassa contra os Mura

Capítulo II Interregno Bandeirista: Corsários no Caminho Fluvial, p. 53

1. Os Mura Deslocados: o Manuscrito da Viagem de Manoel Félix de Lima
2. O Ouro de Cuiabá
3. Corsários no Caminho Fluvial
4. O Comércio Monçoeiro: os Mura como Alvo

Capítulo III "O Mura Agigantado", p. 105

1. Alexandre Rodrigues Ferreira
2. "O Mura Agigantado"
3. "Sobre a Guerra que Fazem"
4. A Exceção da Liberdade
5. "Bastão, Camisa e Calção"

Conclusão, p. 139

Sobre as Fontes da História dos Mura no século XVIII, p. 149

Fontes e Bibliografia, p. 154

INDICE (Cont.)

Apêndice Documental, p. 170

1. Muhuraida ou o Triunfo da Fé, de Henrique João Wilckens

2. "Viagem que fez Henrique João Wilckens Sargento Mayor de Artilharia com Exercício de Engenheiro e Segundo Comissario da Quarta Divisão de Limites, Portuguesa e Hespanhola ao antecipado exame do Rio Jupura; partindo da Villa de Ega no dia 23 de fevereiro de 1781, por Ordem de Sua Majestade".

3. "Copia de huma carta dirigida a este Governo pello Thenente Coronel Enrique João Wilckens que acompanhava o Parecer do ditto engenheiro sobre a prompta Comunicação das Povoações do Rio Negro com as do Solimões. Barcelos, 10 de agosto de 1800."

## Ilustrações

Capa - Montagem feita com a ilustração de Alexandre Rodrigues Ferreira de um índio Mura e a página manuscrita do poema Muhuralda, de Henrique João Wilckens. Concepção e realização de Fábio Mestriner e Gláucia Bonner

Figura 1 - Mapa das Cortes, de 1749, utilizado por Portugal nas negociações que antecederam a assinatura do Tratado de Madrid (R.Garcia 1938:16).

Figura 2 - Mapa elaborado por João Baptista Mardel da região do Rio Japurá e de locais de assentamento Mura, depois de 1784 (apud Ferreira 1971(1783-1792)).

Figura 3 - Planta elaborada por João Baptista Mardel dos assentamentos Mura (apud Ferreira 1971(1783-1792)). Legenda: "Por Ordem do Ilmo. e Exmo. Snor. João Pereira Caldas General Encarregado da Demarcação de Limites na Fronteira do Estado do Pará e Cap.nia do Rio Negro se fez esta planta, para mostrar a situação do novo Estabelecimento dos Mura no Lago Mamiá, a qual, e os sitios mais demarcaveis, se mostram pelo alfabeto seguinte, como melhor se soube João Baptista Mardel explicar."

A-Mamiá

B-Muras

C-Coari

Ilustrações (cont.)

D-Alvellos

E-Cayambé

F-Mutemcoura

P-Ponta aonde com suspeitosos pretextos foi encontrada hua canoa hespanhola, que abusiva e confiadamente, tinha descido e se havia athé alli avançado desde seu respectivo quartel e permitido Limite da Commun Navegação

H-Teffé

I-Hespanhoes

L-Ega

M-Furo

N-Furo para o Solimoes

D-Armazem

p-Gaurita



## AGRADECIMENTOS

Agradeço à FAPESP pela bolsa de mestrado que financiou esta pesquisa entre os anos de 1987 e 1989. As instituições CNPq e CAPES, que deram o suporte necessário durante o período dos cursos, através do fornecimento de bolsas. Ao Núcleo de História Indígena e do Indigenismo, da Universidade de São Paulo, cujo apoio possibilitou as viagens a Cuiabá, Belém e Rio de Janeiro.

Sou grata ao Professor Roberto Cardoso de Oliveira por ter aceitado orientar a dissertação, acompanhando-a ao longo desses anos. A ele, que também me socorreu nas agruras da escritura, devo minha iniciação à antropologia.

Aos colegas do Núcleo de História Indígena e do Indigenismo, em especial à Professora Manuela Carneiro da Cunha, pelo incentivo constante e pela generosidade em fornecer documentos e indicações para a pesquisa. Agradeço igualmente à Nádia Farage, que acompanhou este trabalho em todas as suas etapas, seja realizando levantamento de manuscritos sobre os Mura em Manaus, seja colaborando com sua leitura cuidadosa e suas conversas inspiradas. A John Monteiro, que acompanhou de perto o desenvolvimento desta pesquisa, auxiliando-a com comentários e dedicação. Aos colegas Beatriz Perrone-Moisés e Miguel Menéndez, agradeço as leituras e sugestões.

Sou grata ao Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, da Universidade Federal do Mato Grosso onde fui tão bem recebida. Aos pesquisadores da antiga Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia, CEDEAM, da Universidade do Amazonas, especialmente o Professor João Renoir, agradeço as indicações e o fornecimento de documentos fundamentais para este trabalho. Agradeço também aos funcionários do Arquivo Público do Pará pela atenção que dispensaram à esta pesquisa.

Ao Professor João Pacheco de Oliveira Filho, que me apresentou a história da redução dos Mura em seu curso de antropologia política, na UNICAMP. Agradeço também aos professores Robin Wright e Alcida Rita Ramos pelas indicações bibliográficas. Igualmente quero agradecer o auxílio bibliográfico da pesquisadora do Museu Emílio Goeldi, Ivelise Rodrigues, que juntamente com Adélia Engrácia de Oliveira, desenvolveu trabalhos sobre a história dos Mura e a etnografia Mura-Pirahã,

A Marco Antonio T. Gonçalves, pela revelação da sociedade e cosmologia Mura-Pirahã, e também a Romana M. Ramos Costa. A Márcio Meira e Lúcia Hussak Van Velthem, sou grata pelo apoio e amizade com que me acolheram em Belém.

Contei com a competência de Wilma Galiard e Flávia Ricca na transcrição de boa parte dos documentos e de Valéria Barbosa de Magalhães na digitação dos manuscritos. Agradeço ao Centro de Apoio à Pesquisa em História, CAPH, da USP, pelas reproduções fotográficas, realizadas por Alderon.

Agradeço aos amigos Marcos Lanna e Fernanda Massi. A Maria Emília Bender e Betânia Amoroso - além de tudo, pela correção dos originais. Por fim o reconhecimento aos meus pais e irmãos, que me deram apoio e me ajudaram na vida cotidiana. Sérgio, Luísa e Paulo Emílio - sem vocês, não seria possível.

## INTRODUÇÃO

### I

O tema deste trabalho são as representações que o século XVIII construiu em torno da guerra dos Mura, população indígena que habitou originalmente o Rio Madeira, na Amazônia.

A vida nômade destes argonautas - que moravam em suas embarcações e dominavam os rios da região do Madeira, índios de língua e cultura isoladas, portadores de uma cultura material extremamente simples - nos chega, através da crônica setecentista, na forma de um volumoso e repetitivo noticiário de guerra.

Os Mura foram conhecidos pela enfurecida belicosidade com que reagiram à colonização durante todo o século XVIII e boa parte do século XIX. Contam os relatos que, ainda no final do século XVII, eles frustraram as tentativas dos jesuítas de estabelecerem aldeias no Rio Madeira. Mantiveram-se irredutíveis por toda a primeira metade do século XVIII, quando a região do Rio Madeira passa a constar como uma das zonas de litígio entre as coroas de Portugal e Espanha, depois da assinatura do Tratado de Madrid (1750).

Nesta ocasião, Portugal resolve assumir o domínio da importante via de comunicação interna da colônia - o caminho fluvial pelo Rio Madeira, utilizado amplamente pelos colonos do Mato Grosso e Grão-Pará, que tem finalmente sua abertura

oficializada em 1753, dando vazão ao tráfego das monções. A liberalidade do percurso pelo Madeira coincide com a notícia da expansão dos Mura, cujos saques e correrias começam a ser registrados nos rios Solimões, Negro e Japurá.

No final do século XVIII as autoridades coloniais celebram o aldeamento dos Mura em estabelecimentos fixos nos rios Japurá e Madeira, episódio conhecido posteriormente como "Redução Voluntária dos Mura". Este é o momento no qual a história do contato dos Mura com a colonização foi em sua grande parte escrita e compilada, foi quando se fixou para a posteridade um perfil do Mura identificado como índio inimigo e se delineou como era a guerra que fazia contra índios e brancos.

Dos Mura nos foram legadas, portanto, imagens marcadas pelas palavras-chave sequestro, saque e pirataria, com as quais o colonizador definia o "gentio de corço", usadas para os Mura e também para outras populações belicosas (1).

O propósito deste trabalho é descrever e analisar este universo de representações historicamente variadas. É nesse sentido que procurou-se realizar uma hermenêutica das representações produzidas pelos agentes sociais alienígenas no processo colonizador. Assim, cada discurso sobre os Mura nos remetia a um universo histórico-social determinado, no

(1) "Gentio de Corço" - imagem náutica utilizada no período colonial para definir os povos nômades que permaneciam afastados dos povoados, constituindo uma ameaça aos empreendimentos coloniais, saqueando e roubando as vilas e aldeias dos índios domésticos. No extremo-oeste da colônia a expressão "gentio de corço" foi aplicada aos Paiguá e Guaicuru da região do Chaco.

qual buscou-se melhor compreender a animosidade contra o gentio de curso do Rio Madeira. Na periodização, o uso do conceito de "situação histórica" (2) foi igualmente útil. Ele possibilitou a contextualização dos atores e dos grupos envolvidos no contato, diferenciados entre si e nas situações, e portanto não apenas identificados com o poder, no que fatalmente recairia-se adotando uma visão monolítica do período colonial.

O quadro histórico do contato com os Mura no século XVIII permite que se pense duas situações: 1) as missões jesuítas no Rio Madeira e as monções que frequentaram essa via fluvial nas primeiras décadas do século XVIII 2) o período pombalino e os trabalhos da Comissão Demarcadora de Limites, quando se oficializa a posse do território mediante o traçado das fronteiras externas, com a Espanha, e internas, entre as Capitanias do Rio Negro, Mato Grosso e Grão-Pará.

A gênese da detratção institucionalizada, que caracterizou a narrativa do contato dos colonizadores com a população Mura, está na documentação jesuíta. É da Companhia

(2) Gluckman chama de "situação social" acontecimentos complexos em que participam diversos grupos sociais e étnicos e diferentes indivíduos. Gluckman, M. Analysis of a Social Situation in Modern Zululand, Rhodes Livingstone paper n.28, Manchester University Press, 1958. Já Roberto Cardoso de Oliveira valeu-se da noção de situação numa acepção diferente do conceito utilizado por Gluckman, para analisar a "situação colonial", ou de "fricção interétnica" vivida pelos povos indígenas do Brasil, em situações histórico-sociais específicas, em termos quase análogos ao de Balandier (1955). Também João Pacheco de Oliveira (1988) usou o conceito de situação social ou histórica para periodizar a história do contato com os Ticuna.

de Jesus a primeira referência que temos sobre o grupo em 1714, como também parte da companhia o primeiro processo-crime movido contra os Mura em 1738-1739 - Os Autos da Devassa do Gentio Mura. O primeiro capítulo da dissertação, intitulado "Os Jesuítas no Rio Madeira: Semeando Aldeias e Colhendo Cacau" é sobre este tema.

O segundo capítulo trata da frente de contato vinda do Mato Grosso, através das monções pelo Rio Madeira, e de seu confronto com o "perigo Mura". Denominado "Interregno Bandeirista: Corsários no Caminho Fluvial" este capítulo vai em busca de outros índios piratas - os Paiaguá do Rio Paraguai, para neles detectar certos mecanismos de construção da memória encontrados em forma semelhante na crônica colonial sobre os Mura. Analisa as narrativas dos pioneiros do caminho fluvial pelo Rio Madeira e o discurso sobre a guerra Mura que se constrói então, que virá a justificar novas medidas repressivas da coroa.

A partir de meados de 1750 nova série de textos vai constituir outro conjunto: seus autores têm em comum o fato de serem bacharéis do consulado pombalino. Basicamente serão analisados três destes autores: o Ouvidor Ribeiro de Sampaio(1774-1775), o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (1785) e o engenheiro militar Tenente Coronel Henrique João Wilckens. O tema de suas narrativas é a expansão dos Mura e a redução pacífica no final do século XVIII. O terceiro capítulo, "O Mura Agigantado", trata dessa expansão e analisa os dois elementos que ela contém: o

nomadismo do grupo e a idéia de que os Mura costumavam agregar outras etnias às suas populações. O pano de fundo da parte final da dissertação são os trabalhos da Comissão Demarcadora dos Limites e a política levada junto à população indígena da região fronteiriça, diretamente atingida pelo traçado das fronteiras. O caso dos Mura é exemplar: passam a ocupar aldeamentos fixos pré-estabelecidos pelo governo da capitania, situados em locais considerados estrategicamente mais recomendados para alojar a população indígena.

A guerra de emboscadas que, como já lamentava Nimuendaju, tornou os Mura "tristemente célebres" no decorrer do século XVIII (Nimuendaju 1982:114), será portanto aqui repensada enquanto fato histórico. Neste trabalho, o desafio será deslindar a trama histórica do contato dos Mura com a sociedade colonial e com a população indígena, para rever como foram constituídas as situações históricas e de que forma nelas se envolveram seus protagonistas.

## II

O trabalho de pesquisa e levantamento das fontes seguiu uma lógica ditada pelo movimento das frentes de contato que atingiram a população Mura no Rio Madeira. No início do século XVIII, as missões jesuítas que vinham de Belém; em meados do mesmo século, as expedições privadas que usaram o Madeira para o comércio inter-capitanias e, no final do século, a região do Rio Japurá.



Assim, foram feitos levantamentos nos arquivos de Cuiabá, Belém, Manaus e Rio de Janeiro. Em 1986 estive em Cuiabá em contato com a Coleção Documentos Ibéricos, do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR). No ano seguinte estive no Arquivo Público do Pará, em Belém, onde trabalhei os códices de Correspondência de Diversos com o Governador. A pesquisa se completaria nos arquivos do CEDEAM, de Manaus, no Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, todos no Rio de Janeiro. Em São Paulo, as bibliotecas do Museu Paulista e, especialmente, do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo serviram de apoio ao longo do trabalho.

### III

No final dos anos 1940 o professor Florestan Fernandes se lançou na empresa de rever a crônica dos viajantes quinhentistas e seiscentistas que estiveram no Brasil, para dela retirar dados sobre o funcionamento da sociedade Tupinambá. O primeiro resultado desse trabalho foi o livro que viria a se transformar em clássico da Antropologia brasileira, A Sociedade Tupinambá, ao qual se seguiu A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá, de 1954, igualmente celebrado. Perceber os alicerces nos quais se assentaram esses trabalhos pioneiros de Florestan Fernandes foi um exercício bastante esclarecedor. Sua análise demonstrava de forma convincente a viabilidade do documento histórico como fonte etnológica: "é possível analisar todos

os aspectos da tecnologia guerreira, a integração do sistema guerreiro à organização tribal e a função do mesmo no sistema sócio-cultural" (1958:100), dizia ele.

Florestan Fernandes estava diante de dois tipos de alteridade: a sociedade primitiva da costa brasileira entrevistada pela sociedade ocidental dos séculos XVI e XVII. Um terceiro interlocutor participava ainda deste diálogo proporcionado por Florestan Fernandes - a bibliografia antropológica sobre a guerra - que recebe as maiores críticas do autor por sua postura etnocêntrica. A definição do que seria "guerra primitiva" para os antropólogos e sociólogos, dizia Florestan Fernandes, vinha sempre carregada de "representações ocidentais". Redundavam daí conceitos pré-concebidos, que repetiam os moldes de uma guerra ocidental, ou demasiadamente gerais, estando então a guerra confundida com outras manifestações do conflito social. A "marca da sociedade ocidental" e a perspectiva "acentuadamente civilizada" é apontada por Florestan Fernandes na maioria dos autores que se dedicavam ao estudo da guerra, entre eles Sorokin e Malinowski(3).

Mas, se as representações ocidentais que aparecem na definição sociológica da guerra incomodam Florestan Fernandes, o mesmo não ocorre quando este autor está diante do dado empírico - no caso, o texto dos cronistas. Deles interessava ao autor obter o "dado positivo" com o qual se

(3) Da mesma forma, definições "elásticas" de guerra, como aquelas que formulam o conceito a partir da idéia da "luta pela sobrevivência" são descartadas por Florestan.

construiria a teoria sobre o funcionamento da sociedade estudada (4). Em poucas passagens Florestan Fernandes se refere ao impacto das representações ocidentais na conceituação e definição do que seria a guerra primitiva para os cronistas. Esses eram elementos que estavam descartados de sua análise: caberia ao historiador, dizia Florestan, a crítica histórica das fontes; ao etnólogo bastava lidar com o critério de coerência etnológica das informações (5).

Os cronistas quinhentistas e seiscentistas foram considerados por Florestan Fernandes nessa reconstrução como tendo desempenhado papel de "observador participante" (1958:144). Eles eram também atores da cena colonial, em cujas descrições a antropologia poderia recuperar a "cor" de um cenário desaparecido. Construções da categoria do artístico, como definia Florestan Fernandes, as crônicas forneciam o "ambiente" que serviria de meio para captar o significado de "comportamentos e valores tão estranhos à

(4) Sobre uma crítica ao modelo funcionalista de Florestan, ver Viveiros de Castro, 1986.

(5) Ao trabalho do historiador caberia dar o fundamento heurístico à pesquisa, isto é, ter o controle geral das fontes. O sociólogo, dizia Florestan Fernandes, deve ser crítico apenas em relação ao conteúdo etnográfico das fontes, não operando com a totalidade dos textos. Descarta também nesta passagem o aspecto literário das fontes: o sociólogo, registra ele, "dificilmente opera com a totalidade dos textos, pois lhe interessa apenas os que contém dados e informações susceptíveis de aproveitamento científico, e raras vezes precisa manipulá-las sob o aspecto particular de "textos literários" (1958:95). Sobre uma análise da metodologia de Florestan, ver João Pacheco de Oliveira 1980.

nossa mentalidade" (1958:19). Referia-se aos costumes dos Tupinambá que, recuperados através dos cronistas, mantinham suas especificidades culturais salvaguardadas.

Florestan Fernandes ocupava-se, portanto, de apenas uma das alteridades apontadas anteriormente - a sociedade primitiva. Descartava de sua análise o fato da crônica dos viajantes ser também produto de uma outra mentalidade, talvez tão distante de nós como para ele parecia a sociedade Tupinambá (6).

#### IV

Alguns desses mesmos cronistas citados por Florestan, analisados sob a ótica da história das mentalidades (7) possibilitam leitura diversa, que nos remete ao contexto em que essas crônicas foram produzidas. Lembremos, por exemplo, o que a historiadora Laura de Mello e Souza extrai dos cronistas em O Diabo e a Terra de Santa Cruz, ou como antes dela, Sérgio Buarque de Holanda, utilizando entre outros,

(6) A excelência dos trabalhos pioneiros de Florestan Fernandes sobre os Tupinambá rendeu outro texto igualmente fundamental para a antropologia: o estudo realizado por Manuela Carneiro da Cunha e Eduardo Viveiros de Castro (1987) sobre o canibalismo e a guerra Tupinambá. Colocando em pauta a noção de temporalidade para os Tupinambá, os autores fundam novas bases teóricas para a antropologia das terras baixas sul-americanas, demonstrando que a realidade etnográfica brasileira estava a exigir um instrumental teórico que desse conta de sua especificidade.

(7) A História das Mentalidades tem sua origem no grupo francês dos Annales, e como expoentes maiores L.Febvre e M.Block. Nas décadas de 60 e 70 historiadores como Ginzburg e Natalie Davis constroem uma história muito particular, voltada para a recuperação da cultura popular, fortemente marcada pela interdisciplinariedade entre história e antropologia.

esse mesmo material quinhentista e seiscentista, constrói A Visão do Paraíso, no qual vasculha as idéias e os mitos que a colonização portuguesa criou sobre o descobrimento do Brasil.

No capítulo intitulado "Humanidade: Predominância da Demonização", a historiadora Laura de Mello e Souza relê Thevet, Lery, Knivet, Gabriel Soares de Sousa e Gandavo - cronistas que também são utilizados por Florestan Fernandes - para neles apontar a gênese do processo de diabolização formulado pelo europeu estarecido diante das "humanidades exóticas" encontradas na América. Tal processo de diabolização percorrerá todo o período colonial, constituindo, como seu trabalho demonstra, o principal argumento justificador das medidas normatizadoras das autoridades coloniais e da Igreja, e também da ação da Inquisição no Brasil (1986:70).

Sua leitura da crônica quinhentista e seiscentista revela o mito do Brasil sobrenatural, no qual a ordem do fora do comum ocorre (1986:70). O confronto das possibilidades de leituras diversas de um mesmo material documental tem a finalidade de trazer à tona, de forma exemplar, questões colocadas na documentação setecentista sobre os Mura. A impossibilidade de acesso direto à realidade estudada nos aproxima de trabalhos como os de Carlo Ginzburg ou Natalie Davis, que recuperam nos registros da repressão a história da cultura das classes subalternas, realizando uma aproximação efetiva do universo de reflexão

da história com o da antropologia, quer na escolha dos temas, quer no desenvolvimento da análise.

Destacamos desta produção interdisciplinar a postura positiva de investimento teórico na reconstrução de culturas totalmente diferentes da nossa, a despeito do filtro dos aparelhos repressivos produtores da documentação histórica.

## V

É preciso delinear dois momentos da teoria antropológica diante do fenômeno da guerra. O primeiro descreve a guerra movida contra as sociedades indígenas e observa seu impacto nas diferentes ordens sociais. Este tipo de abordagem do conflito nas sociedades indígenas nos remete para a tradição antropológica dos estudos do contato inter-étnico, desenvolvidos a partir do final dos anos 50, dos quais derivou a teoria da fricção inter-étnica, elaborada por Roberto Cardoso de Oliveira. A outros trabalhos seus (Cardoso de Oliveira 1972, 1976, 1980, 1983) devemos creditar a elaboração de modelos de análise da identidade étnica. A partir desses trabalhos muito se escreveu sobre identidade étnica no Brasil, desde trabalhos como de Carlos Rodrigues Brandão (1977), que segue de perto a orientação de Cardoso de Oliveira, até o trabalho de Manuela Carneiro da Cunha (1985), onde a autora questiona a natureza da identidade étnica, procurando novos caminhos.

Uma segunda vertente da antropologia realiza movimento contrário, e parte do interior da sociedade indígena, traçando o sentido da guerra para aquela organização social.

A partir de meados dos anos 70 um número considerável de trabalhos (8) de orientação marcadamente estruturalista elegeu o tema da guerra como objeto privilegiado de suas análises. A leitura desses autores que recentemente se dedicaram ao estudo da belicosidade nas terras baixas sul-americanas revela uma mudança do foco da análise da guerra.

Esta passa a ser vista em espaços da vida social não propriamente marcados pela luta armada coletiva, como seria uma definição claussewitziana do fato guerreiro (9), passando a englobar o domínio das relações sócio-simbólicas, num plano de análise que já encontramos em Florestan Fernandes, quando este se ocupa da dimensão simbólica e ritualista da guerra.

Assim, nas palavras de Bruce Albert, "a guerra tal como a concebem os Yanomami, não se reduz ao seu aspecto de violência armada coletiva (...). Ela é uma combinação político-simbólica indissociável de três formas fundamentais de troca de agressão entre inimigos de diferentes graus - atuais, virtuais ou antigos: as incursões guerreiras, as

(8) B. Albert (1985), M. Carneiro da Cunha, E. Viveiros de Castro (1987), J.P. Chaumeil (1985), P. Clastre (1980, 1982) Ph. Erickson (1986), P. Menget (1985), J. Overing (1986), A.C Taylor (1985), E. Viveiros de Castro (1986).

(9) Uma definição clássica do conceito de guerra é formulada nesses termos por Clausewitz: "a guerra no seu sentido literal é lutar, pois só a luta é o princípio eficiente na múltipla atividade que, em sentido muito lato, é chamado guerra (...). A luta continua a ser o que constitui a guerra" (Clausewitz s/d: 93).

incursões de feitiçaria e o xamanismo agressivo" (B. Albert 1985:325) (10).

Proposta desta maneira, a análise da guerra passa a ser lida em outros recortes do social que não especificamente da ação bélica, como por exemplo a feitiçaria e sua contrapartida, a cura ou promoção xamanística das doenças, ou a caça aos animais (11).

Resulta desta ampliação do quadro sociológico da guerra o fato, por exemplo, de sociedades tradicionalmente conhecidas por sua índole pacífica, como as sociedades do Xingu, revelarem-se sob a análise de Patrick Menget sociedades guerreiras, que estabelecem através da feitiçaria toda uma rede de relacionamentos agressivos a nível das unidades multi-comunitárias (Menget 1986:135).

Também a utilização da linguagem da rapina e do canibalismo nos domínios das enfermidades, da morte natural e na relação com as espécies vegetais e animais, que aparece no discurso Piaroa (J. Overing 1986:149), se contrapõe a uma ética que prega a condução de uma vida social pautada pela passividade e não violência.

(10) Reagia o autor, dessa forma, a epítetos grosseiramente atribuídos aos Yanomami pela etnologia que o precedeu (especialmente Chagnon e Lizot), que deram a essa população a imagem de povo feroz.

(11) Da mesma forma, o canibalismo, um dos temas correlatos à questão da guerra sul-americana, ganha status de conceito ontológico à medida que engloba as mais diferentes formas de consumação do outro: do comer carne humana propriamente dito, dos Tupinambá ou Pakaa Nova (Vilaça, A. 1986); à caça dos dentes humanos dos Yagua (Chaumeil 1985) ou ainda o canibalismo ritual dos Arawete (Viveiros de Castro 1986) ou dos Pirahã (Conçalves 1988).



A guerra e a constituição do guerreiro também foram instituições destacadas no estudo que Marco Antonio Gonçalves (1988) desenvolveu sobre os Mura-Pirahã, população considerada "reserva cultural" dos Mura (12), falantes da língua Mura, e semelhantes entre si em muitos pontos da cultura material e da organização social. Os Pirahã poderiam se enquadrar no quadro sociológico das terras baixas sul-americanas, ao qual Patrick Menget denominou "predação generalizada" (Menget 1987:1). A análise aqui desenvolvida, no entanto, prescindiu totalmente da etnografia Pirahã na composição do quadro explicativo da sociedade Mura do século XVIII, optando por circunscrever o trabalho à crítica das fontes documentais, o que não invalida iniciativas que venham a procurar pontos de encontro entre essas culturas.

## VI

Trabalhando com as fontes que registraram a história da guerra Mura no século XVIII, pouco se teria a dizer sobre o sentido da guerra para a sociedade Mura ou sobre o processo de cognição dessa sociedade.

No entanto, é justamente o que se acumulou dos estudos antropológicos sobre a belicosidade nas terras baixas sul-americanas, o que permitiu que se discutisse a acepção dada pelo século XVIII para a palavra guerra e, conseqüentemente,

(12) É prática corrente da antropologia utilizar a história épica dos Mura setecentista como memória dos Pirahã, assim como demonstrar traços da cultura Mura com exemplos retirados da etnografia Pirahã: Ninuendaju (1948:255-269), A.E.Oliveira e I. Rodrigues(1977).

para a palavra paz, usadas para definir as ações dos Mura  
contra a colonização.

## CAPÍTULO 1:

OS JESUÍTAS NO RIO MADEIRA:  
SEMEANDO ALDEIAS E COLHENDO CACAU

A missão jesuíta no Rio Madeira, iniciada no final do século XVII, confirma o que João Lúcio de Azevedo generalizava para todo sistema das missões no Grão Pará: "cada um desses marcos, que era a missão, constituía até novo avanço, a divisória do mundo policiado com o selvagem. E a fronteira assim delineada, jamais recuou..." (1901).

Aludia o historiador, assim, à missão como marco irreversível entre o mundo civilizado e o selvagem. No sentido dado por J.L.Azevedo, a missão seria o marco de uma urbanidade incipiente, que se instala na floresta e separa o espaço da selva indomada daquele das relações organizadas e produtivas, sintonizadas com as regras do mercantilismo.

Em outro sentido, a missão representa ainda outro marco, consequência do primeiro, que se traduz na classificação da população indígena a partir do critério de aproveitabilidade de sua força de trabalho.

Assim, seguindo o critério de aproveitabilidade da força de trabalho, os índios domesticáveis e potencialmente produtivos teriam o espaço da missão e, teoricamente, a proteção da lei. Os índios irredutíveis, não submetidos ao

sistema das missões, porque belicosos, estariam sujeitos à lei da guerra-justa (1). Nestes casos, a ação militar da Coroa contra os índios se justificava por terem estes ameaçado os empreendimentos coloniais. Ou ainda em caso de antropofagia, quando o índio prisioneiro de uma tribo inimiga ironicamente pagava aos brancos pelo resgate de sua vida com o preço da sua liberdade.

O contato dos jesuítas com a população Mura do Rio Madeira ilustra o lado comercial e violento dos empreendimentos inacianos no sertão do Grão-Pará. Aos jesuítas devemos creditar a gênese das imagens negativas associadas aos Mura, assim como as primeiras ações práticas de mobilização das forças coloniais para uma guerra de extermínio contra essa população.

A ocupação do Rio Madeira pelos jesuítas no final do século XVII corresponde à segunda tentativa de estabelecimento da Companhia de Jesus no Grão Pará, num contexto onde os antagonismos entre os interesses dos colonos e da Ordem a respeito da gerência da mão de obra indígena local acabaram por impor aos jesuítas duas expulsões consecutivas.

Os antecedentes dessa história da missão jesuíta no Grão-Pará e Maranhão serão aqui rapidamente retomados para que possamos recuperar a sensível mudança de atitudes da Companhia de Jesus em relação aos índios seus tutelados.

(1) Sobre a legislação de Guerra Justa, ver B.Perrone-Moisés 1990.

Veremos que uma longa distância separa os planos do P. Antônio Vieira para as missões do norte, traçados em meados do século XVII, das ações da Companhia no Rio Madeira no início do século XVIII.

A ocupação do Rio Madeira empreendida pelos padres da Companhia sob a supervisão geral do P. João Felipe Betendorf, cronista da Companhia, retrata de forma luminar essa mudança de posição política dos jesuítas diante da população indígena.

Destacamos para a análise do sistema das missões jesuítas do Rio Madeira dois documentos básicos produzidos sobre a região. O primeiro são os Autos da Devassa contra os Índios Mura do Rio Madeira e Nações do Rio Tocantins (1738-1739), (2) processo crime movido pelos jesuítas contra os Mura e os índios do Rio Tocantins. O outro documento, Informação da Aldeia dos Abacaxis (1748) do P. Theotônio Barbosa (3), nos dá conta da terrível situação de uma aldeia dos inacianos plantada no sertão do Madeira, para qual os religiosos conduziam as populações indígenas trazidas pelas Tropas de Resgate.

(2) Autos da Devassa contra os Índios Mura do Rio Madeira e Nações do Rio Tocantins (1738-1739) Universidade do Amazonas/MINC-Pró-Memória INL Manaus 1986.

(3) "Informação da Aldeia dos Abacaxis (e Rio Madeira), que manda o P. Missionário Theotônio Barbosa ao P. Provincial, anno de 1749". Biblioteca de Évora, códice CXV/2-15 n4. Agradeço a Miguel Menéndez a cópia do original da Biblioteca de Évora, utilizada na elaboração deste capítulo.

## 1. Antecedentes

De São Luís, onde chegara com a frota de Alexandre de Moura em 1615 (Beozzo 1983:33), o padre jesuíta Luís Figueira descontinara as imensas possibilidades de um trabalho missionário na região amazônica. Em 1638, durante uma viagem à corte, obtém um Alvará Régio que garante aos jesuítas o controle temporal e espiritual das aldeias indígenas, além da jurisdição eclesiástica sobre toda a área amazônica. Com estes grandiosos encargos, parte para o Maranhão em 1643 juntamente com mais quatorze religiosos e encontram São Luís ocupada pelos holandeses (1641-1644). Prosseguem a viagem até Belém, com a pretensão de iniciar as missões jesuítas no Rio Amazonas, quando naufragam na ilha de Marajó, morrendo afogados uns, outros sendo mortos pelos Aruã da costa (Vieira 1605:457, Kiemen 1948).

As pregações do P. Luís Figueira junto à corte pela necessidade da Companhia de Jesus se ocupar da região amazônica acabam por grangear muitos adeptos, que irão se encarregar de dar vida ao seu sonho.

Nove anos depois os jesuítas retornam ao Maranhão, agora liderados pelo P. Antonio Vieira, aquele que vai se tornar o grande paladino da luta pela liberdade dos índios e também a figura mais importante das letras portuguesas no século XVII. Vieira vem acompanhado por mais nove jesuítas e suas primeiras atitudes em Belém são marcadas pela cautela diante da animosidade dos colonos contra os planos dos jesuítas para a população indígena. A permissão para o

estabelecimento da Companhia de Jesus em Belém é negociada com o Governador em contrapartida à montagem de um Colégio Jesuíta para os filhos dos colonos. A Companhia se dispunha, então, a ficar distante dos assuntos indígenas.

Logo na sua chegada em Belém, em outubro de 1653, Vieira é convidado a participar de uma viagem ao Rio Tocantins onde o Capitão-mor iria "praticar os índios", isto é, persuadi-los a se aproximarem das povoações portuguesas. Vieira acompanha a excursão oficial, conhece os índios e se dá conta dos métodos e práticas locais de redução, submissão e escravização de nações inteiras, que são trazidas amarradas para Belém e distribuídas entre colonos, militares e também religiosos. Na ocasião, as autoridades oferecem a Vieira, com total liberalidade, os índios que a Companhia pudesse necessitar para o trabalho na recém criada Aldeia de Mortigura (Sweet 1974:125).

Da experiência traumática no Tocantins, Vieira retirou as bases de uma legislação que garantisse minimamente um trabalho missionário na região. Em 1655 está em Lisboa para negociar junto à coroa o regimento que afasta as autoridades coloniais do trato com os índios e passa para a responsabilidade da Companhia de Jesus a administração das aldeias, assim como a gerência das entradas no sertão na busca de almas para a evangelização.

Dois textos fundamentais nascem nesse momento: o Regimento de 9 de abril de 1655, inspirado por Vieira e assinado por D. João IV, e o Regulamento das Missões (Beozzo

1983:95, 112-120), redigido pelo próprio Vieira e considerado texto-padrão para a regulamentação da vida nas aldeias ou para o trabalho missionário nos sertões. No texto da Lei de 1655 vemos que Vieira obteve o total apoio da coroa para os projetos dos jesuítas no Grão-Pará, quando a Companhia de Jesus é confirmada como a ordem religiosa preferencialmente escolhida para a administração das aldeias. Ficavam suspensas todas as formas de guerra ofensiva contra os índios sem as ordens da Coroa e, quanto ao aproveitamento da mão de obra nativa, a Lei de 1655 assegura que os índios cristãos das aldeias não poderiam servir mais que o tempo determinado pela lei - seis meses - fora do qual voltavam à liberdade, devendo ser governados nas aldeias pelo principal de sua nação juntamente com os religiosos. Dizia também a lei que seriam considerados escravos os índios legitimamente cativos, o que significava aqueles que fossem capturados por estarem impedindo a pregação do Evangelho, ou exercendo "latrocínios e malefícios" contra brancos e outros índios (Beozzo 1983:95).

O ponto fundamental desse regimento era o controle total que os religiosos passaram a ter das entradas para o sertão na busca de índios selvagens para as aldeias, com a total independência das autoridades locais, que deveriam garantir aos missionários a guarda militar necessária às expedições ao sertão (Beozzo 1983).

Situação de efêmera segurança da Companhia de Jesus nos seus domínios temporais e espirituais, logo se seguiram os



recuos da Coroa diante das reações de oposição dos colonos aos trabalhos da ordem no Grão-Pará e Maranhão.

Em 1661 ocorre a primeira expulsão dos jesuítas de Belém e de S. Luís. Vieira volta para a Corte, onde prega o contundente Sermão da Epifania, de 6 de janeiro de 1662, falando da necessidade dos índios terem a proteção temporal e espiritual garantida pelos padres da Companhia. Desta vez, no entanto, não consegue o apoio de D. Maria I.

A legislação que se segue a esta primeira expulsão dos jesuítas atende claramente aos anseios dos colonos: as aldeias indígenas tem sua administração secularizada e passam a ser geridas por capitães. Os colonos sublevados que se insurgiram contra os jesuítas são anistiados.

Vieira é impedido de retornar às missões do norte, e em Lisboa é preso e processado pela Inquisição. Afastando-se das intrigas palacianas, parte para uma década de exílio voluntário na Itália (Alden 1984:99). Em 1680 vêmo-lo inspirando uma nova ordenação que, radicalmente favorável à posição dos jesuítas, abole a escravidão dos índios em todas as suas formas.

Segue a segunda expulsão dos jesuítas, precipitada pela Revolta de Beckman de 1684. Vinte e seis padres da Companhia partem para o Colégio da Ordem na Bahia. Entre eles o P. João Felipe Betendorf, figura importante nas conversações que se seguirão na Corte: a ele são atribuídas pela maioria dos historiadores da Ordem (Serafim Leite 1954, Beozzo 1983) as

negociações do segundo retorno da Companhia de Jesus às missões do Maranhão e Grão-Pará.

Betendorf nos conta na sua Chronica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão (Betendorf 1909), escrita em 1699, que sua presença no Grão-Pará se deveu aos apelos do P. Antonio Vieira feitos em Lisboa pela necessidade de missionários para a grande obra empreendida pela Companhia entre os índios. Depois da Revolta de Beckman de 1684, Betendorf parte para Lisboa, retornando de lá em 1686 com o Regimento das Missões do Estado do Maranhão e Grão Pará, estatuto legal das missões indígenas que irá vigorar até o período pombalino.

Considerada a obra-prima das leis do período (Kiemen 1973:163) a legislação de 1686 nasce sob o signo da conciliação entre as partes em conflito e irá marcar uma nova fase da política indigenista da Coroa para as missões. Os termos do Regimento de 1686 traduzem as bases da negociação mantida entre Betendorf e a Coroa. Os jesuítas eram reintegrados na direção espiritual e temporal das aldeias; em contrapartida os colonos eram contemplados com uma nova repartição dos índios, que elevava de um terço para a metade os índios destinados aos moradores. O tempo de serviço dos índios fora das aldeias é ampliado para quatro meses no Maranhão e seis meses no Pará. O salário, que deveria ser pago na saída da aldeia, agora é liquidado em duas vezes, metade no início e metade no final dos trabalhos. Da repartição dos índios passam a participar dois

representantes dos moradores, eleitos pela Câmara. As aldeias deveriam fornecer aos moradores índias farinheiras e amas de leite para os brancos. Por sua vez, ficava a Companhia provida de 25 índios por aldeia distante de Belém 30 léguas - o que equivaleria nos cálculos do historiador João Lúcio de Azevedo a 25 famílias de índios - para o trabalho exclusivo dos padres (Azevedo 1901:191).

O papel dos missionários nas expedições militares ao sertão é também repensado: os padres deixam de controlar as expedições, mas continuam participando das viagens, de tal forma que passam a participar das entradas e descimentos, legitimando com sua presença e sua retórica a prática disseminada da escravidão. Neste ponto residia a principal divergência entre Vieira e Betendorf (Serafim Leite 1965:86). Da Bahia vislumbrava Vieira o quanto a Companhia vinha se comprometendo com a ação das tropas de resgate, o que para ele acabava desautorizando os padres diante dos colonos e das autoridades nas questões ligadas à administração dos índios.

A presença dos jesuítas na Amazônia no século XVIII foi portanto resultado de um arranjo, pelo quais os ideais de Vieira foram negociados em troca de uma postura colaboradora da ordem, também ela interessada nos negócios que o sertão oferecia. A partir da gestão do P. Felipe Betendorf (1669-1674) podemos acompanhar, tanto na legislação das missões quanto na prática dos missionários, um gradativo comprometimento da Ordem com assuntos bem pouco ligados à

gestão espiritual dos índios. Em 1688 a Coroa lança um Alvará que revoga a proibição dos resgates de índios contida na lei de 1680 e autoriza o comércio dos índios capturados por tribos inimigas que os mantêm amarrados à corda para serem comidos. Também os prisioneiros de guerras intertribais podem ser colocados à venda. Ficam autorizados os cativeiros resultantes das guerras ofensivas e defensivas promovidas pela Coroa.

Por sua vez, a violenta reação da Coroa contra aqueles que participaram da insurreição de 1684, julgados com a pena máxima do enforcamento ou com a extradição, demonstra de maneira clara o peso que representava para Lisboa o trabalho missionário junto aos índios. Neste momento e durante todo o período das missões que vai até 1775 a Coroa atende as demandas dos colonos, mas elege como prioridade a organização do trabalho indígena por meio da conversão dos índios ao catolicismo. A adoção de uma política de colonização defensiva era a estratégia mais viável para assegurar a posse de um imenso território. A missão é um instrumento precioso na realização do projeto colonial. Nas palavras do historiador MacLachlan: "os índios organizados sob supervisão portuguesa assegurariam o futuro controle de uma área" (C. MacLachlan 1973:201).

## 2. A Missão no Rio Madeira

Serafim Leite registra dois movimentos de ocupação das margens do Rio Madeira pela Companhia de Jesus. No final do século XVII, em 1663, é fundada a aldeia de Tupinambaranas

pelo P. Manuel Pires, início da ação Jesuíta no Madeira sendo superior da missão na época o P. João Felipe Betendorf. Em 1683 outra expedição da Companhia leva o P. Jódoco Peres, então superior da Missão, pelo Rio Madeira até a região dos índios Iruri (Rio Iruri, atual Mataurá) onde especulava-se sobre a possibilidade de um estabelecimento jesuíta, dada a imensa população de índios mansos lá encontrados.

Jódoco Peres retorna a Belém e traz consigo o filho do Principal Iruri, para aprender português e a língua tupi e mais tarde retornar aos seus parentes como um intermediário nas negociações com os padres (Betendorf 1909:391). No retorno desta expedição de 1683 P. Jódoco Peres alerta as autoridades de Belém que ferramentas holandesas haviam sido encontradas entre os índios Iruri, chegando ao Madeira pelo Rio Negro (Serafim Leite 1943:392).

Sobre os manufaturados holandeses registraria posteriormente Betendorf em sua Chronica: "Os Irurises não fazem grande caso das ferramentas dos portugueses porque lhes vem do Rio Negro outras muito melhores que lhes trazem os índios daquellas bandas, que contratam com os estrangeiros ou bem com as nações que lhes são mais chegadas" (Betendorf 1909:356). Referia-se o cronista aos holandeses estabelecidos nas Guianas, cuja rede de trocas intertribais - mercadorias por escravos nativos - traçada no vale amazônico é bastante conhecida, e tematizada em alguns trabalhos da história dos povos indígenas da região (Sweet 1974, Porro 1964, Farage 1986).

As referências aos holandeses na região amazônica são contemporâneas aos primeiros relatos dos portugueses sobre a região: Acunã, cronista da expedição pioneira de Pedro Teixeira de 1639, referiu-se a manufaturados holandeses no Solimões. No final do século XVII o P. Samuel Fritz falando das ferramentas holandesas encontradas no Rio Solimões, garantia que os índios preferiam o produto holandês ao português devido à maior durabilidade daquele (Farage 1986:183), tal como registrará posteriormente Betendorf sobre os Iruri do Madeira.

A notícia de tal penetração estrangeira em território colonial português mobilizou as forças lusitanas contra o perigo de um possível expansionismo holandês sobre o vale amazônico. Temor este injustificado, como esclarece David Sweet, já que não se poderia confundir o caráter essencialmente comercial da rede de trocas intertribais montada e incentivada pelos holandeses a algo que se assemelhasse a um projeto de expansão territorial. Afinal, nenhum encontro com tropas holandesas ou conflito armado com traficantes fôra registrado então na região amazônica (Sweet 1974).

Dessa forma podemos considerar que o tema das ferramentas holandesas e o terror da expansão territorial passou a ser um recurso retórico da Coroa portuguesa no final do século XVII para a ocupação de áreas estratégicas, porque fronteiriças com outras potências estrangeiras, sendo

ao mesmo tempo uma forma de deter o tráfico de manufaturados que vinham burlando o monopólio colonial (Farage 1986:112).

Ainda na primeira década do século XVIII duas ações da coroa irão marcar a política de ocupação das margens do Rio Madeira: o redobrado esforço de para lá dirigir a missão jesuíta, com isso incentivando os regulares da ordem num trabalho que se encontrava praticamente desativado, e a expedição de tropas de guerra para o combate dos índios que impediam o trabalho dos jesuítas e o negócio das drogas do sertão.

Em 1688 o Rei escreve ao Governador Arthur de Sá e Meneses (4) informando que seriam enviados religiosos para uma nova missão no Rio Madeira, como havia sido solicitado ao governador anterior, Gomes Freire de Andrade (Leite 1943:392). Dos 55 religiosos que vieram para Belém neste ano, dois deles - P. José Barreiros e P. João Ângelo Bonomi - são indicados para a missão no Madeira. Partem de Belém em dezembro de 1688, levando de volta o filho do Principal Iruri, trazido anteriormente por Jódoco Perez e agora habilitado para servir de intérprete entre os padres e seus parentes, pois falante da língua geral (Serafim Leite 1943).

O P. João Ângelo fora enviado por Vieira como Visitador da Província, e vinha com a intenção de se tornar o primeiro missionário do Madeira (Retendorf 1909). Levam três meses

(4) "Para o Governador do Maranhão. Sobre os missionários da Companhia e ser necessario maior numero delles e se lhes dê toda a ajuda e favor" Lisboa, 22 de março de 1688 Anais da Biblioteca Nacional vol. 66-67 Livro Grosso do Maranhão 1948.

para atingir a região e lá chegando encontram colonos de Belém explorando o cacau nativo das margens do Madeira.

Em pouco tempo a missão dos "Irurises" é aparelhada com casas e Igreja e, segundo Betendorf, mais quatro grandes aldeias se erguem nas proximidades: aldeia dos "Parapaxanas", dos "Aripuanãs", dos "Onicores" e dos "Tororises". Os jesuítas pareciam entusiasmados com o número de almas, comentando Betendorf que, "cada roça daqueles principais era uma boa aldeia de vassalos" (Betendorf 1909:196).

Tupinambaranas continua sendo o ponto central da missão na região do Rio Madeira quando os padres da Aldeia dos Iruri adoecem no ano seguinte a sua chegada e retornam a Belém. Em 1691 o P. Ângelo Bonomi reassume a missão dos Iruri, mas também por pouco tempo: de novo adoentado, abandona definitivamente o Rio Madeira, cuja missão recua por longo período para a Aldeia dos Abacaxis (Menéndez 1981/82:302).

Na época do esvaziamento da missão dos Iruri, registram os jesuítas uma grande movimentação dos colonos na captura dos índios mansos aldeados. As canoas que iam ao sertão em busca do cacau e do cravo do Madeira voltavam trazendo escravos para Belém, além dos frutos para a exportação. Trataremos mais adiante destas expedições de coleta de drogas do sertão, nas quais a Companhia de Jesus figura como uma das principais agências empreendedoras.

Betendorf conheceu Tupinambaranas nesta ocasião em que a Companhia desativara a missão dos Iruri, transferida para



a recém criada Aldeia dos Abacaxis, em 1696 (Betendorf 1909:37). Nos conta que, na época de sua visita, planejada inicialmente para se estender até o Rio Madeira, mas que na verdade não ultrapassa o Amazonas, não havia missionários em nenhuma aldeia, com exceção de Tupinambaranas, onde é hospedado com seus 22 índios remeiros pelo P. Antonio da Fonseca. Tupinambaranas possuía então casas e uma igreja (Betendorf 1909:497).

As missões de Canumã e Abacaxis passam a concentrar as atividades dos jesuítas. Situada na confluência dos rios Canumã e Abacaxis, a Aldeia dos Abacaxis abrigava inicialmente 500 índios (Menéndez 1981/82:302). Em 1698 foi desdobrada em duas, e mais tarde passa para a margem esquerda do Madeira.

Por ocasião de uma outra viagem dos jesuítas ao Madeira em 1712, P. João de Sampaio lança as bases de um estabelecimento entre os rios January e a primeira cachoeira do Madeira, que recebeu o nome de Santo Antonio da Cachoeira, mais tarde substituído por Trocano.

Em 1714, por ordem do superior da Ordem, P. Jacinto de Carvalho, é feita uma relação dos índios conhecidos do Rio Madeira e nela consta a primeira referência que temos aos Mura (Serafim Leite 1943:392). Junto com eles são listados os Torá, que nas palavras do missionário, "são em tanta multidão que as mais nações lhe chamam 'o Formigueiro'", os Pama, os Cajaripuna, os Unicoré, os Terari, os Aripuanã e os

Iruri. Estas nações já estão reduzidas e diz o P. Bartolomeu que "já há poucos no mato" (5).

Primeiros documentos sobre a população indígena do Rio Madeira, essas informações dos missionários jesuítas constituem também o ponto de partida para a ação militar de reconhecimento e ocupação da região. Em 1716 o Capitão-Mor da Capitania do Pará João de Barros da Guerra é nomeado cabo da guerra movida pela coroa contra os índios rebeldes do Madeira. Mais tarde saberemos que por sua ação foi praticamente extinta a enorme população de índios Torá, cujos sobreviventes irão se aldear com os índios Abacaxis na missão do mesmo nome (Fonseca 1749:291).

O próximo movimento da Coroa no sentido da ocupação oficial da área do Madeira será a famosa expedição de Francisco de Melo Palheta, de 1722, que consta como a viagem que inaugura a rota fluvial de ligação do Mato Grosso ao Grão Pará (6).

Ainda como soldado raso, Palheta participou da excursão exploradora que conduziu o Padre Samuel Fritz pelo Amazonas desde Belém até as missões junto aos Omagua. No início do século XVIII ele integrou expedições ao Rio Tapajóz e mais tarde a Caiena, de onde trouxe as primeiras mudas de café introduzidas no Brasil, feito com o qual se notabilizou.

(5) A Carta do P. Bartolomeu Rodrigues de 1714 encontra-se em Melo Moraes Corografia IV, 361-372; Leite, Serafim 1943:392-394.

(6) O relato da viagem de Palheta está em C. Abreu 1982:305-316.

Sobre o Rio Madeira, Francisco de Melo Palheta informou-se preliminarmente com os jesuítas: a carta que vimos de autoria do P. Bartolomeu Rodrigues prepara a viagem do então Sargento-Mor Palheta às fronteiras com o território da Coroa espanhola, conforme diretrizes ordenadas pelo Governador Geral do Grão Pará João da Maia da Gama.

A tropa de Palheta saiu de Belém a 11 de novembro de 1722 e compunha-se de duas galeras, numa das quais ia o Capitão Palheta, três galeotas, que conduziam a infantaria e uma canoa, que servia de armazém, onde ia o maior número de soldados.

O relato da expedição de Palheta não faz menção aos Mura, apesar de ter passado por dentro de seu território para conduzir até Santo Antônio da Cachoeira o P. João de Sampaio. Distante 9 léguas da Aldeia de Abacaxis, este primeiro assentamento que mais tarde receberá o nome de Trocano, reunia os índios contatados pelo próprio P. Sampaio e aqueles que agora a expedição de Palheta praticara.

Logo que emboca no Rio Madeira, em fevereiro de 1723, a expedição entra em contato com os índios Iumas, e neste local fazem "armazém, corpo de guarda e as casas necessárias", estabelecimento que passa a chamar Santa Cruz de Irumar, onde a tropa permaneceu aguardando a chegada de reforço vindo de Belém.

O percurso seguinte da viagem correspondia às cachoeiras do Madeira. Os preparativos para enfrentá-la incluíam a construção de galeotas pequenas e um provimento

de cabos para puxar as embarcações pelas cachoeiras. P. João de Sampaio chegou juntamente com os reforços de mantimentos que possibilitavam à excursão seguir em frente. Na altura da região da missão de Santo Antônio a expedição contava com 118 pessoas, 30 armas de fogo e "88 índios de frechar".

A visão das cachoeiras apavora a tripulação. A cada desafio vencido, por terra e enfrentando as maiores dificuldades, vislumbrava-se outro mais terrível: Cachoeira Maguari, Cachoeira Iaguerites ("uma figura do Inferno"), Cachoeira Mamiu, Cachoeira Apamas. Vencidas as cachoeiras, o relato de Palheta se atém às das formas de abordagem da população indígena utilizadas pela expedição.

Ao avistarem alguma trilha de gentio, nos diz o relato, era ordenado a alguns soldados que saíssem à procura do Principal e trouxessem-no à presença de Palheta. O contato com os índios era feito em língua geral, com presentes e mensagens de paz: diziam os encarregados do contato que não estavam ali para fazer mortes ou amarrações.

Já próximos à confluência do Madeira com o Mamoré, um rio também cortado por cachoeiras, entram em contato com índios Cavaripuna e aguardam por dez dias o encontro com um Principal Capejú, que por fim não aparece.

Seguem o Mamoré e chegam ao território dos índios espanhóis, espaço das missões jesuítas espanholas. Visitam a missão de Santa Cruz de Cajuava onde, segundo o relato, mais de 2000 índios recebem os portugueses no porto. Palheta estabelece com os jesuítas espanhóis um acordo informal para

a ocupação daqueles rios de fronteira: fica estabelecido com os missionários que os aldeamentos espanhóis não deveriam passar a boca do Rio Mamoré e Itenes, já que estes rios e o gentio nele encontrado pertenciam ao Rei de Portugal, como estava registrado no livro do P. Acuña, MARANHÃO (Acuña:1941).

Em Santa Cruz de Cajuava entra em contato com os missionários de Santa Ana, São Miguel e São Pedro, colhe notícias sobre essas aldeias e fica sabendo da prosperidade de Santa Cruz de La Sierra, cujos habitantes são índios artesãos e criadores de gado. Deste ponto a expedição retorna a Belém, não chegando portanto até o Mato Grosso.

Em 1733 o Decreto Régio de 21 de outubro proíbe o contato do Brasil com o Estado do Maranhão e Grão-Pará. A notícia do ouro de Cuiabá chegara à corte, e a Coroa pretendia com a proibição impedir o êxodo dos núcleos povoados do Pará para a região aurífera, assim como garantir o controle alfandegário da região das minas do Mato Grosso, evitando a evasão do ouro.

### 3. As Viagens ao Sertão: os Jesuítas no comércio do cacau e a devassa contra os Mura.

Os jesuítas estavam no Rio Madeira há mais de setenta anos quando o P. Joseph de Sousa dirige do Convento de Sto. Alexandre, em Belém, propriedade da Companhia de Jesus, um certificado endereçado a João de Abreu de Castelo Branco, Governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, com o qual inicia o processo-crime contra os Mura. Nele estiveram

envolvidas por alguns meses: 33 testemunhas, submetidas ao julgamento da Junta das Missões. Os Autos da Devassa contra os Índios Mura do Rio Madeira e Nações do Rio Tocantins nos possibilitam assim o acesso às amplas formas de atuação dos jesuítas no século XVIII nas duas frentes que empreendem na colônia: nos colégios da Ordem, de onde exercem poderes seculares nas mais diversas esferas (política, educação, jurisprudência), e também nas missões dos índios no sertão.

Se as missões dos índios são a justificativa oficial para a presença dos jesuítas no Madeira, no início do século XVIII, o negócio do cacau é a recompensa imediata: no Madeira, os jesuítas semeavam missões e colhiam cacau.

O interesse da Companhia de Jesus pelo negócio do cacau remonta ao final do século XVII - aos jesuítas são atribuídas as primeiras iniciativas de cultivo deliberado de cacau na Amazônia, em 1670 (D.Alden 1976). O historiador Serafim Leite nos fala que a partir de 1674 o cacau era produzido em fazendas dos jesuítas no Maranhão, por iniciativa do P. João Felipe Betendorf (S. Leite 1943:160), e logo se estende para as outras fazendas da Companhia. De 1678 a 1681 o governo português incentivou a exportação do cacau através da isenção de todos os direitos alfandegários pelo prazo de seis anos, a contar de 1681, e de metade das taxas nos quatro anos seguintes. Na mesma ocasião a Coroa autorizou as ordens religiosas a remeterem a Lisboa o produto do cacau colhido no sertão ou cultivado nas fazendas. Procurava atender dessa forma a demanda criada com

o declínio da exportação do cacau da Venezuela, e que transformava a Amazônia portuguesa na principal beneficiária (D.Alden 1976).

O maior volume de cacau exportado pelos jesuítas do Grão-Pará nos remete àquele extraído do sertão pelas expedições de coleta comandadas pelos missionários. As entradas ao sertão se deve o grande montante do produto exportado. O cacau da Amazônia portuguesa, nos fala Dauril Alden, era uma extensão das atividades das Tropas de Resgate, que tinham como objetivo principal o apresamento de índios. O envio de canoas para a coleta de drogas do sertão se apoiava nos mecanismos desse comércio humano já existente desde início do século XVII. Ademais, dada a demora de cinco anos para sua primeira colheita e ao custo da sua produção, o cacau cultivado deixava de ser vantajoso quando comparado com as facilidades da colheita do produto nos sertões.

A partir de 1740 os jesuítas enviavam ao sertão uma frota anual de dezoito canoas, registradas oficialmente nos livros do governo, sem contabilizar as embarcações clandestinas que, segundo o historiador João Lúcio de Azevedo (1901:197), eram em número bem maior. Secundavam na busca das drogas do sertão os religiosos do Carmo, que remetiam anualmente nove a dez canoas ao sertão(7).

(7) "Em 1734 embarcaram os jesuítas para Lisboa o total de 2.538 arrobas (de cacau), com sua marca própria, que era uma cruz, emblema da Companhia(...). Ocultavam com marcas diferentes mais um tanto de produtos (J.L.Azevedo 1901:197)

João Daniel (1975) nos fala em dois tipos de excursões de colheita de drogas do sertão: as patrocinadas pelos colonos, que levavam 40 a 50 índios em cada canoa, e aquelas promovidas pelos padres da Companhia de Jesus, que levavam os 25 índios que os padres missionários contavam para o sustento da missão, por determinação do Regimento de 1686.

O cacau, a salsaparrilha e o cravo constituíam os três produtos de principal interesse dos colonos e missionários, devido a facilidade de penetração nos mercados europeus.

"Paiol do cacau ou remédio dos pobres", como a ele se referia o P. João Daniel, o Rio Madeira era tido como o local privilegiado para uma colheita farta. "O cacau", dizia P. João Daniel, "buscam ordinariamente nas matas do grande Rio Madeira" (Daniel 1975:60). Duas qualidades se somavam para garantir ao Rio Madeira a fama de principal região de cacauais do Grão-Pará: o tipo de cacau produzido por suas árvores nativas e a quantidade em que ele se encontrava. Dizia anos antes Betendorf: "Frequentavam os portugueses aquele Rio da Madeira...porquanto há muita abundância de cacoeiros por elle, os quais dão o melhor cacau que há em o Estado todo, por ser mais doce e mais grosso que das outras partes" (Betendorf 1909).

Se a excelência da qualidade do cacau nativo do Madeira chamava a atenção de colonos e missionários, a enorme quantidade em que ele se apresentava fazia com que a viagem ao longínquo Madeira se justificasse. Assim fala Nunes Pereira dos cacauais do Madeira: "Surpreende e encanta, de



um lado a outro do Rio a basta vegetação de cacauais que dizem nativos ou plantados em tempos imemoriais, pelos índios, cobrindo dilatadíssimas áreas de várzea e restingas" (1980:529).

As viagens para as colheitas do sertão duravam de seis a oito meses, prazo limite para a remessa da carga para a Europa, e também de duração dos provimentos de farinha. Partindo em novembro de Belém, as canoas tinham que retornar na época de São João, 24 de junho, ou no máximo no mês de agosto.

Chegando à região do cacau, as canoas aportavam em feitorias criadas nos anos anteriores, onde se construía uma palhoça grande para repouso e guarda do material, assim como jiraus para a secagem do cacau. Lá também eram feitas canoas pequenas para o deslocamento dos índios, que iam à pesca ou em busca de cacauais mais fartos. Semanas inteiras passavam os índios embrenhados no mato, só voltando com as canoas bem providas de cacau. A feitoria ficava guarnecida pelo cabo da canoa, o piloto e o cozinheiro, além de poucos índios que, dada a demora de muitos meses, encarregavam-se de fazer roças de milho e legumes (Daniel 1975:61). Entende-se, dessa forma o temor do ataque dos índios bravos a estas feitorias que normalmente permaneciam longos períodos praticamente indefesas.

Além do produto principal pelo qual a expedição fora organizada, as canoas de colheita traziam outro tipo de

carga também destinado ao comércio externo como a copaíba, a baunilha e as pescarias.

O cacau somava uma grande vantagem: era de todos os produtos o de mais fácil acesso nas matas, pois localizado nas margens dos rios, região úmida e abundante de peixe boi e tartarugas, o que garantia ao comerciante lucro mais ou menos certo. Apesar disto, ressaltava P. Daniel, nenhum comerciante estava livre do risco de voltar com as canoas vazias, e ver com isso decretada sua falência, já que na maioria dos casos os moradores investiam todos os seus bens na viagem (Daniel 1975).

É nesse contexto fortemente marcado pelo interesse mercantil que o Rio Madeira despertara em colonos e jesuítas que devemos ler a devassa promovido pela Companhia de Jesus contra os Mura, em 1738.

Em uma certidão, endereçada ao Governador, declarava na ocasião P. Joseph de Sousa, Vigário Provincial da Companhia, que da Aldeia de Santo Antonio - empreendimento ainda novo dos jesuítas, localizado nas cachoeiras do Rio Madeira - vinha a notícia de frequentes ataques "de huma nação de Indios Barbaros chamados Muras". Ocupavam, segundo os cálculos do missionário P. Manoel Fernandes, da Aldeia de Santo Antonio, um "um grande districto" que ia do Rio Aripuanã ao Giparana.

Insolentes, afirmava o documento que os Mura haviam morto muitos índios remeiros das canoas que iam ao Madeira à colheita do cacau. Haviam matado também um homem branco,

cabo de uma canoa, e estiveram em Santo Antonio saqueando as roças e atacando os índios aldeados. Nesta aldeia jesuíta, declarava P. Joseph de Sousa, os Mura haviam saqueado todos os bens, incluindo "duas canoas pussantes, nas quaes andam fazendo muitas insolencias por aqueles rios e sertões".

Recomendava então o vigário que providências fossem tomadas, já que a elas estariam condicionados o sucesso e o crescimento da atividade missionária no Rio Madeira, onde "se podem fundar 4, ou mais Aldeyas Grandes, tirado o detrimento d'aquelles barbaros" (Autos da Devassa 1986:10-11).

O processo correu rapidamente: do Governador parte a convocação para que Ouvidor Geral da Capitania tire a devassa contra os Mura, ouvindo o depoimento de testemunhas que tivessem frequentado o Madeira. Deveria o ouvidor aproveitar a ocasião para também apurar as mortes que teriam feito as Nações de índios do Rio Tocantins contra os colonos que se dirigiam as Minas de São Felix (Idem:15).

Algumas das testemunhas são escolhidas do grupo de colonos que frequentavam o sertão do Madeira nas colheitas do cacau. A este grupo pertencem, por exemplo, dois conhecidos cabos de Tropas de Resgate - José Miguel Airez e Diogo Pinto da Gaya - que, como veremos, têm suas histórias confundidas com a matança e o apresamento de índios no Grão-Pará. Outros tantos depoimentos são

colhidos na cidade, de gente que jamais estivera no Rio Madeira. Esta é a condição de nada menos do que 27 pessoas, de um total de 33 testemunhas. Neste caso, as testemunhas depõem sobre o que ouviram dizer dos Mura, ou seja, falavam da fama dos Mura.

Repassemos o que falam essas testemunhas, algumas delas figuras conhecidas da administração colonial. Apenas seis depoentes já haviam estado no Rio Madeira, e eram colonos comprometidos com a extração de cacau na região ou militares encarregados do comando de tropas de resgate ou de guerra.

Theadozio Cardozo de Moraes, morador em Belém, estivera no ano anterior, 1737, colhendo cacau no Rio Madeira e confirmava a morte do cabo da canoa e dos índios remeiros que trabalhavam para os Jesuítas na região. Em seu depoimento atesta que os mesmos Mura estariam também atacando o Solimões, onde teriam matado três negros de sua propriedade: "e esta tam aumentada a dita Nasçam que este prezente anno nos Solimois lhe matarão tres negros a mesma nascam muras por quanto de hum Ryo passam para o outro" (Autos da Devassa 1986:19).

José Miguel Ayres, a segunda testemunha, era a essa altura Capitão Mor do Gurupá. Em seu depoimento nos Autos da Devassa afirma que "sabia pela fama" que os Mura "tem infeccionado o Rio da Madeira". Confirmava os crimes e também as dificuldades causadas pelos Mura para a colheita do cacau. Dois meses depois que presta este depoimento em Belém, em dezembro de 1738, José Miguel Ayres participou

como cabo da Tropa de Resgates enviada ao Rio Negro com a incumbência de trazer escravos para os moradores. O regimento (8) que oficializava o cativoiro em massa no Rio Negro nesta ocasião, e que empossava Miguel Ayres como cabo da tropa, ainda creditava a legalidade da escravidão dos índios capturados à revolta da Nação Manao, ocorrida nos anos 30 de 1700 (9).

Joseph da Fonseca é outra testemunha ocular dos crimes que os Mura cometeram, no seu caso, contra um dos seus negros, quando no ano de 1737 estava colhendo cacau no Rio Madeira. Seu depoimento apresenta um novo dado no marasmo de frases repetidas que constituem os depoimentos. Dizia ele que o medo dos Mura era uma barreira intransponível para o aumento do negócio do cacau, já que índios e negros não se aventuravam a deixar a margem do rio e entrar nos bosques. Tal temor aparece nos dois depoimentos seguintes, quando as testemunhas dizem que abandonaram as idas ao Madeira para colher cacau por causa dos Mura (Autos da Devassa 1986:31-33). Outro desses colonos que estiveram no Madeira, Bernardo Inácio de Oliveira, testemunha que os Mura mataram um negro seu no ano de 1737. Também Theodozio Teixeira estivera lá, e

(8) "Regimento que levou o capitão-mor José Miguel Ayres cabo da Tropa de resgates dessa cidade de Bellem do Grão-Pará 31 de dezembro, 1738" in Boletim de Pesquisa da CEDEAM v.5 nº 9 (1986) Manaus.

(9) Também no rios Negro, Branco e Japurá o descimento de índios se fez com a assistência espiritual da Companhia de Jesus. P. Joseph de Souza participa das negociações com os Manao; P. Aquiles Avogadri, missionário das tropas de Ayres enviadas ao Rio Negro, por sua vez, é um dos principais colaboradores na empresa dos resgates, ficando famoso por franquear licenças de resgate aos colonos (Farage 1986).

testemunhava que enterrou vítimas dos ataques dos Mura (Autos da Devassa 1986:49).

A última testemunha é Diogo Pinto da Gaya, Capitão de Infantaria, também ele antigo Cabo da Tropa que o Governador Bernardo Pereira de Berredo (1718-1722) enviara ao Madeira, ocasião em que, como ele mesmo confirma agora em seu depoimento, trouxe para Belém amarrados - isto é, para servirem de escravos - mais de quarenta índios Mura (Autos da Devassa 1986:89).

Os depoentes pretendiam, portanto, com seus testemunhos caracterizar no Rio Madeira uma situação em que se justificasse a aplicação da legislação da guerra justa, invocada nos casos de agressão aos estabelecimentos coloniais. Nestes casos, enviadas as tropas de guerra, os índios capturados seriam considerados escravos legítimos.

Diante dos testemunhos, os membros da Junta das Missões se dividem. Jesuítas e Carmelitas propõem a guerra justa, pelas razões conhecidas dos frequentes ataques dos Mura. Os pareceres dos membros das demais ordens, mercedários e capuchinhos, membros da Junta das Missões, são contrários à guerra contra os Mura. Suas justificativas se apoiam em dois pontos principais: 1) as testemunhas oculares que estiveram na região depõem em causa própria, já que eram interessadas no negócio do cacau. Aqui também se encaixariam, segundo esses membros da junta, os padres da Companhia de Jesus; 2) as testemunhas que depunham sobre o que "ouviram falar" ou o

que "sabiam de fama" não chegavam a constituir testemunho legal, apreciável pela lei.

Assim, P.Clemente de São José, Comissário Provincial de S.Antônio, contrário à guerra aos Mura, estranha o fato dos mortos, vítimas desses índios nunca serem nomeados. As testemunhas davam assim demonstração de que desconheciam a região, e portanto induziam os crimes dos Mura pelo o que ouviram falar desta população. Por esta razão se explicava, por exemplo, o fato de que apenas negros e índios - categorias inominadas e passíveis de tratamento genérico - são citados no processo como vítimas dos Mura.

Os jesuítas não estavam no Madeira apenas evangelizando e reduzindo os índios aos aldeamentos portugueses, estavam sobretudo colhendo cacau, dizia Frei Manoel Marvão (Autos da Devassa 1986:127); portanto votavam em causa própria. Quanto aos Mura, testemunhava o Frei que estes, no tempo do Governador Alexandre de Souza foram amarrados e mortos a tiros de espingarda "e vendidos de rossa em rossa como se fossem cabritos" (Autos da Devassa 1986:129). Haviam sido provocados, portanto, e esta era a razão da guerra contra os jesuítas de agora.

Nos pareceres contrários à guerra justa contra os Mura surge, na maioria das vezes, a proposta alternativa do envio de Tropas de Resgate ao Madeira, assim como a abertura da região ao trabalho de evangelização das outras ordens.

Lida na corte ainda em 1738, a Devassa não foi considerada por D.João V documento juridicamente apreciável,

que justificasse a guerra contra os Mura. Também não foi aceita a proposta de guerra contra os índios do Rio Tocantins, formulada pelo governador em um parecer onde pretendia racionalizar a ação de extermínio na região do Madeira-Tocantins, dirigindo para lá uma única tropa de guerra que se encarregaria dos dois rios (Autos da Devassa 1986:155-159, parecer do Governador João de Abreu de Castelo Branco). A decisão final da coroa era de que, não havendo interesse no franqueamento do caminho para as minas de ouro, os índios bravos do Madeira e do Tocantins tinham função estratégica.

O Rio Madeira permanece, dessa forma, resguardado das Tropas de Guerra que por volta de 1747 também deixam de operar nos rios Negro, Branco e Japurá, obedecendo ordens reais (Farage 1986:102).

Temos notícias, no entanto, do que representou para a população indígena da região o contato com os missionários e comerciantes de cacau do rio Madeira. Dez anos depois da devassa contra os Mura chega ao Provincial da Companhia de Jesus uma notícia sobre a Aldeia dos Abacaxis, que revela o triste quadro depopulacional dos empreendimentos jesuítas no sertão, situação generalizável para toda a população indígena do Grão-Pará, duramente atingida no final dos anos 30 do século XVIII pelo contágio da varíola (Azevedo 1901:191).

Dizia o missionário Theotônio Barbosa que a antigamente populosa Aldeia dos Abacaxis, dizimados todos os índios



Abacaxis, abrigara mais vinte e três outras nações, que por sua vez também haviam desaparecido. A população da aldeia naquela ocasião estava reduzida a menos de 600 pessoas, oriundas das mais diferentes nações de índios da região.

Historiava então P.Theotônio a passagem dessas nações pela aldeia dos jesuítas, rumo ao destino trágico que as unificava depois do contato: o contágio de doenças e a morte. Aos "Abacaxis" se seguiram os "Irurises", os "Torese", os "Unicoreses", os "Torás", os "Jaragoarys". O contágio e a morte também vieram depois dos descimentos dos "Aroutias", dos "Xapis" e dos "Marava Pixunsa", trazidos do sertão para substituírem as nações dizimadas. Os "Xapis," segundo o missionário, constituíam, na ocasião da notícia, a nação mais populosa da aldeia.

Os descimentos se apresentavam, assim, como a forma mais rápida para a reposição da população atingida pela doença. Ao contágio brutal a que se submetia o índio aldeado, somavam-se ainda dois fatores igualmente perversos para os planos das missões. Nos conta o missionário dos Abacaxis que as índias aldeadas evitavam a concepção, por meio da ingestão de drogas (10). Da mesma forma, tornava-se praticamente impossível manter a população aldeada nos limites da missão diante do quadro da morte cotidiana. Dizia o missionário: "sendo aqui quase quotidiana a mortandade, que com doença e sem doença morre", o que justificava

(10)"...e porq. tambem como he mao costume dellas tomar poçangas pa. não conceber ..." (Barboza 1749)

segundo ele a deserção dos índios das aldeias: "que de ranxos lhe fujão os vindo a vista do espetacolo da morte, do excesso das doenças, do irriquieto e indecansavel movimento do Esquife" (Barboza 1749).

Concluia o documento afirmando que o contágio das doenças transformara a glória dos descimentos em luto: dizia P.Theotónio Barbosa que pelo menos 80 pessoas morriam por ano nos Abacaxis. Isto, no entanto, não demovia a missão da militância junto à "gente silvestre", que continuava sendo reduzida "a pax e policia christã". Foram transformados em "filhos de Inácio" os "Guajaris, os Gualtos, os Capanas, os Catalunas, os Pãmas, os Goyapinas, os Araras, os Gurupas, os Manjoas Tangas, os Manays, os Aroaques", populações que na ocasião da notícia contavam com alguns poucos representantes naquela aldeia.

O missionário de Abacaxis registrava também a dificuldade de contenção dos chamados "índios desertores". A justificativa dada pelo religioso, além da "quase irracionalidade" dos índios, era a desagregação social das populações aldeadas, todas elas sem a liderança dos Principais, e com suas famílias desorganizadas. Tal situação favorecia o abandono das aldeias, já que, segundo o missionário, os índios não tinham o que perder nem o que deixar.

Os Mura aparecem em uma referência rápida no final do documento, tratados como um caso diferenciado do rol das nações ainda por conquistar. Os Mura não tinham paz com

ninguém, amedrontavam e guerreavam com qualquer população de índios ou brancos, sendo segundo o documento, o grande impecilho para a coleta do cacau do Rio Madeira.

A notícia finalizava com o relato do contato dos Torá, população que num passado recente fora vítima de uma investida das tropas de guerra de Belém, e agora das tropas mandadas pelos jesuítas (11).

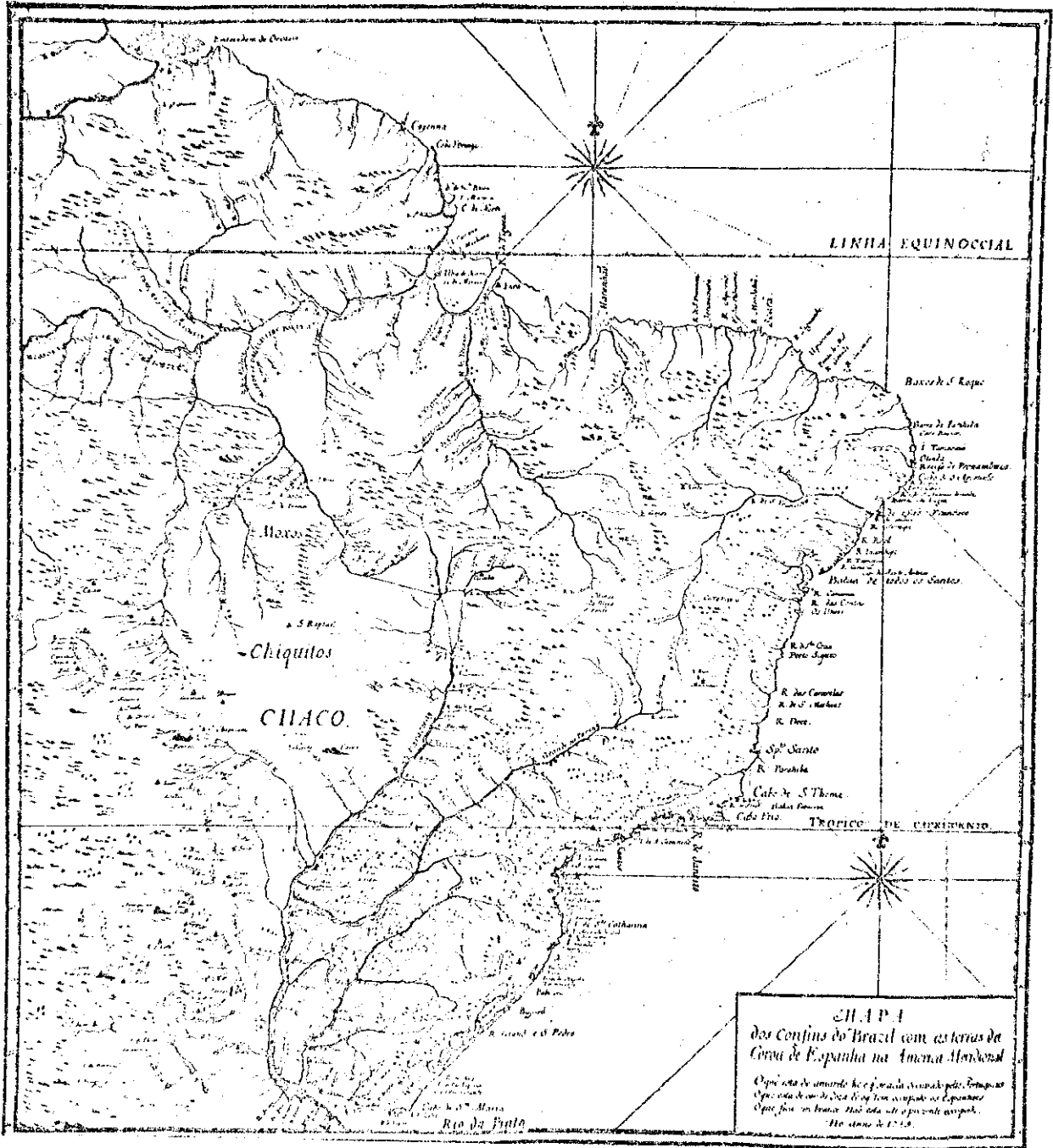
As vésperas do Tratado de Madri, as informações jesuítas sobre a população nativa do Rio Madeira servirão de base para uma série de iniciativas, agora de caráter claramente oficial, pela posse e controle do território. Veremos no capítulo seguinte as narrativas produzidas nas viagens de exploração da via fluvial pelo rio Madeira, solicitadas das autoridades coloniais pelos negociadores do Tratado de Madri. Também nestes relatos os Mura irão figurar

(11) "...tomei com os da nação Torá (...) e estes porem com razão desconfiados dos primeiros introitos dos Brancos, e da Tropa, com q os amarrarão, pelo q ainda da praxe estavam incrédulos, e resistentes a não sahirem, ainda com a lembrança passada dos parentes captivos. Disposse hua tropa de indios domesticos e e aldeanos e não pa. lhes fazer guerra, mas sim pa. os descer para a Alda..vão estas, poense de emboscada esperão (...) da cassa se recolherem a Caza, são estas em campinas descobertas por terror do inimigo, e as Cazas distantes huas das outras pa que vindo de repente os não acabe a todos; contem cada caza cento e vinte pessoas ais ou menos; postos estes ja no silencio da noite, vão os de fora, com o mesmo silencio tomam as portas, cercão a caza pa não sahir nenhum e pa. não hir dar parte a outros, entra o Lingoa a falar lhes na sua giria, andandó sempre em hum continuo giro ao redor da caza cantando pella volta dos cercados e praticando as athe a rayar o sol(...)Com isso se accomodão e ao som do Thore vão dormindo e descansando do trabalho do dia ja sem receyo e mto. mais qdo. chegada a manha se desenganão vendo os parentes todos de pax, ainda q

como índios corsários e marginais, contra os quais não há outro diálogo possível senão as armas.

pa. mayor terror com o mesmo repente abrem a porta, entrão de tropel, disparão ao ar e sem bater alguas clavinas athe q os Tapuya se socega então a lhe pedir ou tomar as armas, e elles os dão a troco de huma faca, e hum prato, huns vellorios, e assim os acaba o Lingoa de dispor a sahir e ir logo com elles pa. a Aldeia. ("Informação da Aldeia dos Abacaxis" do P. Theotonio Barbosa 1749).

FIGURA "1"



## CAPÍTULO 2:

## INTERREGNO BANDEIRISTA:

## CORSARIOS NO CAMINHO FLUVIAL

## 1. Os Mura deslocados: o manuscrito da viagem de Manoel Félix de Lima

O percurso fluvial dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé já havia sido previsto pelos colonizadores portugueses do Grão Pará, ainda no século XVII, como uma das possibilidades de acesso às províncias espanholas do Peru.

O Padre Christobal de Acuña, cronista da expedição de Pedro Teixeira, de volta de sua jornada descreve o caminho fluvial formado pelos três rios em seu "Nuevo descubrimiento del Gran Rio del Amazonas", de 1641 (12). Francisco de Mello Palheta cita Acuña posteriormente, quando, em visita às aldeias espanholas, argumenta sobre o direito português às margens do Madeira e Guaporé. O Rio Madeira consta também nos mapas que mais tarde fizeram da bacia amazônica o Conde de Pagan ("Relacion Historique et Geographique de la Grande Rivière des Amazonas dans l'Amérique", de 1656) e Maurício de Heriarte ("Descripçam do Estado do Maranhão, Pará, Gurupá, e Rio das Amazonas", de 1662, apud

(12) "Rio de la Madera, llamado assi de los Portugueses, por la mucha, y guesa que traia quando le passaron, pero su nombre proprio entre los naturales que le habitan es Cayari.(...) Es por donde mas en breve que por parte alguna, se ha de descubrir salida a los mas cercanos rios de la Comarca de Potosi." (Acuña 1860[1641]:128)

A.R.Ferreira 1948:30) No mapa elaborado por Pagan o Rio Madeira aparece com sua nascente em terras castelhanas.

Do lado espanhol, o conhecimento da região que seria considerada de fronteira é ainda mais antigo. Santa Cruz de La Sierra é fundada em 1561. Em 1672 os jesuítas da Província do Peru montam Loreto, primeira aldeia dos Moxos, situada ao Norte de Santa Cruz de La Sierra. Passam a frequentar as margens do Mamoré, Guaporé e Madeira desde então, estando no início do século XVIII com aldeias espalhadas por toda a região (Davidson 1970:7-8). O caráter militarizado de Moxos e Chiquitos, frequentemente mencionado nos relatos de viagem e confirmado pela historiografia, fazia da região uma barreira contra as incursões dos bandeirantes e anteparo jesuíta à prata de Potosí (M.Morner 1968, D.Davidson 1970).

Do lado português, a iniciativa oficial de posse da via fluvial pelo Madeira é marcada pela viagem de Francisco de Melo Palheta (em 1722), toda ela preparada pelo conhecimento que os jesuítas haviam acumulado sobre a região. A prata do Peru e a possibilidade de intercâmbio comercial com as províncias castelhanas foram os maiores estímulos à montagem da expedição de Palheta: o pretexto da descoberta do Rio Madeira, alegado pelo governador João Maia da Gama, escondia o real interesse português em estabelecer uma rota de acesso

fluvial que mantivesse a ligação entre o Pará e o Peru (13).

A realização do projeto de ligação inter-regional pela via fluvial Madeira-Mamoré-Guaporé, no entanto, vem do Mato Grosso, coroando os esforços de expedições particulares que, partindo de São Paulo, percorriam desde o século XVI o sertão da colônia.

Assim é a expedição de Manoel Félix de Lima, um dos muitos aventureiros do ouro que, estabelecido nas minas do Mato Grosso, irá tentar em 1742 o comércio com as aldeias espanholas do Mamoré.

A história da viagem pioneira de Manoel Félix de Lima e do paulista Francisco Leme do Prado, que realiza a comunicação das capitânicas do Mato Grosso e do Grão Pará, nos é contada na História do Brasil, de Robert Southey (1949), cuja versão do manuscrito original da expedição é prejudicada por enxertos de textos de outros autores, e por interpretações pouco precisas.

A referência aos Mura junto aos Moxos, em aldeias administradas pelos jesuítas espanhóis, é um exemplo dessas imprecisões resultantes das colagens realizadas pelo historiador inglês.

A expedição de Manoel Félix de Lima partiu do Mato Grosso com 150 pessoas, motivada segundo alguns historiadores por razões eccusas - fugiria de dívidas

(13) "...abrir comércio com castelhanos de Quito para poder tirar alguma prata" Annaes da Bibliotheca e Arquivo Público do Pará I, 196-197 (B.Magalhães 1935:224)



contraídas em Cuiabá, indo em busca de possíveis negócios com o gado das missões castelhanas (Lapa 1973:214). Estando o trânsito pelo Rio Madeira impedido por ordem régia desde 1733, a expedição de Manoel Félix aventurava-se duplamente: no território do desconhecido e na ilegalidade.

Seguindo pelo Rio Sararé, alcançara a junção com o Rio Guaporé, no qual embarcam. Guiados por um índio cristão, chegaram à missão espanhola de São Miguel, conseguindo vencer com a ajuda do guia um intransponível labirinto de canais e ilhas. Em São Miguel, Manoel Félix ficou sabendo que a redução pertencia às Missões dos Moxos, sendo delas todas a mais recente. Registra aí uma população composta de índios da nação Mura (14), hábeis agricultores, que tinham roças de arroz, bananas, batatas e outras frutas; domesticavam plantas, animais e aves, fabricavam vestimentas de casca de árvore (Southey 1949:240), perfil cultural bastante diverso daquele que se conhecia dos Mura do Rio Madeira. As semelhanças entre os dois povos descritos na História do Brasil ficam por conta da leitura que Southey fez da obra de Aires de Casal: para descrever os Mura que Miguel Félix teria conhecido no Guaporé, o historiador inglês se utiliza das notas de Aires de Casal sobre os Mura do Rio Madeira.

(14) Provavelmente, trata-se de uma confusão de etnônimos, estando o historiador inglês a tomar os Mores do Guaporé pelos Mura do Madeira, que conhecera através da leitura de Aires de Casal. Alexandre de Gusmão descrevendo os índios da bacia do Guaporé, menciona os Mores, considerados hábeis agricultores (J. Cortesão 1956:173).

Vejamos como são descritos estes Mura supostamente encontrados por Manoel Félix de Lima na Missão espanhola de São Miguel. Estes seriam em tão grande número em toda a Amazônia que poderiam se comparar, quanto à densidade demográfica, aos tupi da costa brasileira: "nação cujas várias hordas em graus diferentes de civilização, se achavam assim tão amplamente derramadas pelos rios que do centro do continente correm para o Amazonas, como a raça tupi pelas regiões do Brasil primeiramente colonizadas" (Southey 1949:239-240).

A origem cusquenha dos Mura da Missão dos Moxos é aventada por Southey. Para descrever seus costumes, o historiador busca ainda uma vez o que Aires de Casal havia escrito sobre os Mura do Rio Madeira: "Cobrem muitos destes índios de delicadas escarificações o corpo, vindo provavelmente daqui mostrarem-se eles quando os catequisam, mais avessos do que qualquer outra tribo a usar do mais ligeiro artigo de vestidura (...) Furam os homens os lábios, ventas e orelhas, ornando-os de conchas, garras e dentes de animais, e muitos tem barba como qualquer europeu. Distinguem-se as mulheres pela afeição que mostram aos filhos" (15).

(15) Em Aires de Casal: "Os Múras, talvez os mais numerosos, ham sido entre os que tem correllações com os Christãos, os mais tardios em aprender delles a occultar as vergonhas; vendo-se ainda a maior parte d'ambos os sexos absolutamente nus. Os homens não só ornam os braços, e pernas; mais ainda furam o nariz, orelhas e beiços, donde trazem pendentos conchas, dentes de porco, e de feras(...). As mulheres sam extremoas para com os filhos enquanto pequenos; e remam nas canoas igualmente com os homens, dos

Os Mura registrados da História do Brasil de Southey, portanto, nascem da estranha composição de referências retiradas do manuscrito da viagem de Manoel Félix, as quais o historiador inglês completa com citações literárias do século XIX, encontradas especialmente em Aires de Casal. Resulta daí o deslocamento geográfico do grupo, assim como traços culturais estranhos ao perfil da população Mura do Rio Madeira.

A estadia de Manoel Félix de Lima em território espanhol é descrita com cores que lembrariam os melhores momentos da literatura fantástica (16). A chegada da expedição é celebrada com uma missa, Manoel Félix está vestido de veludo preto e seu companheiro Francisco Leme do Prado, também luxuosamente vestido, solicita ao missionário "quase uma grande parte tem barba como os europeus" (Casal 1947:316-317). Sobre a Corografia Brasílica de Aires de Casal disse Caio Prado: o autor "é um simples colecionador e registrador de fatos. Em regra, mesmo, de segunda mão: seu estilo não revela um observador direto." Caracterizando Aires de Casal como um glossador de textos escritos, Caio Prado registra entre suas maiores influências St. Hilaire e Spix e Martius, viajantes com quem conviveu. Ver Introdução de Caio Prado Jr. à edição fac-simile de 1817 da Corografia Brasílica de Aires de Casal, Imprensa Nacional, RJ 1947.

(16) Também Palheta vinte anos antes tivera semelhante impressão ao se deparar com o fausto das missões espanholas do Mamoré, pelo menos se comparadas ao depauperamento de qualquer estabelecimento português da região amazônica. Ao chegar em Santa Cruz de Cajuava, é recebido por 2.000 pessoas no porto, e conduzido à aldeia. Descreve então o narrador da expedição: "...e sendo horas de jantar se pôs a mesa e jantou o nosso cabo e o Capelão, e o guisado que lhes puseram passava de trinta iguarias e não vinha vianda alguma que não viesse coberta de flores, e assim que o nosso cabo se pôs a mesa começaram dois índios a tocar harpa e rabeça que certamente enlevavam: os índios é que serviram à mesa sem haver descuido algum nem falta do necessário e com boa compostura e limpeza..." in "A Bandeira de Francisco de Melo Palheta ao Madeira" (C. Abreu 1982).

o sacramento da confissão. Na missa, índios e índias vestidos, ouve-se instrumento de corda.

De São Miguel, partem para outras missões espanholas do Rio Mamoré. A entrada em S. Maria Madalena é igualmente solene: uma nova vestuária trazida para a ocasião veste Manoel Félix, composta de "meias de seda cor de pérola, colete e calções de veludo bordado cor de pomba e um gibão de barbarisco vermelho, debruado de seda branca e canhões de veludo cor de rosa". Peruca, chapéu e a cana da índia completavam o traje. Uma missa e outra lauta refeição são oferecidas aos visitantes pelo missionário jesuíta. Sta. Madalena era toda murada, a igreja muito bem arquitetada, possuía um órgão de cana; o púlpito estava sendo esculpido por índios artesãos. Possuía rebanhos de gado e os índios que antes haviam sido caciques, ocupavam agora o cargo de alcaides. A missão contava com engenhos de açúcar e aguardente, cozinha pública e "troncos para a sanção de uma salutar disciplina", comentava o manuscrito (Southey 1949:244).

Na despedida, os expedicionários ficam sabendo que os jesuítas haviam recebido do Governador de Santa Cruz instruções contrárias à permanência de portugueses naquelas aldeias do Namoré. A orientação oficial é seguida pelos missionários com uma demonstração de força dos índios, armados e organizados em jogos de guerra, o que aterroriza os portugueses.

A viagem segue pelo Rio Madeira, e transpostas as cachoeiras, chegam os aventureiros a um acampamento de coleta de cacau pertencente a colonos do Pará, destruído pelos Mura. A partir desse trecho a narrativa de Manoel Félix de Lima relativa aos Mura passa a soar familiar. O Mura que encontra depois das cachoeiras do Madeira é aquele "gentio de corso" nosso conhecido de outras descrições, de resto nada tendo em comum com a nação de índios domésticos da missão dos Moxos.

A expedição escapa de um confronto com os Mura, usando o artifício de disparar alguns tiros de escopeta. Conforme depoimento do missionário jesuíta com quem os viajantes se encontram pouco mais à frente, os Mura haviam expulsado da região um padre e mais de cem catecúmenos, e P. Manoel Fernandes se ocupava agora em reunir os destroços da missão. Lembremos que o mesmo Manoel Fernandes anos antes iniciou as denúncias que geraram a devassa contra os Mura (17). Sobre a missão agora administrada pelo jesuíta, dizia Manoel Félix: "era insalubre a situação, achando-se doentes quasi todos os moradores" (Southey 1949: 251).

(17) Vide capítulo 1

Estavam próximos do Rio Amazonas e do último percurso da viagem. Outras expedições haviam percorrido o Rio Madeira, mas nenhuma completara a comunicação das duas províncias, como agora fizera Manoel Félix de Lima. Acreditando ser este um feito memorável, digno de reconhecimento da Coroa, e estimulado pelo Governador João de Abreu Castelo Branco, Manoel Félix de Lima embarca para Lisboa, onde vai reivindicar o posto de guarda-mor do território por ele anexado à coroa portuguesa. É preso logo que chega em Lisboa, assim como também são detidos e enviados à corte para cumprir pena aqueles que participaram da aventura. A coroa pretendia guardar os segredos do caminho para as minas de ouro do Mato Grosso.

## 2. O ouro de Cuiabá

A expedição de Manoel Félix é o relato mais acabado da força da iniciativa privada na ocupação comercial do percurso fluvial pelo Rio Madeira. Interditada desde 1733, e confirmada na proibição da Ordem Régia de 1737, a via fluvial que ligava o Grão-Pará ao Mato Grosso nunca deixou de ser percorrida por viajantes anônimos que mantiveram desde a década de 1720 a comunicação com as províncias espanholas, administradas pelos jesuítas.

A região que mais tarde seria chamada de Mato Grosso era bem conhecida dos paulistas apresadores de índios. Desde início do século XVI o sertão do Cuiabá era frequentado pelos paulistas, que buscavam índios para as lavouras de São Paulo: os Coxipó e Pareci desde muito cedo povoam os

inventários e testamentos coloniais paulistas, comprovando com sua presença a familiaridade do sertanista de São Paulo nas terras do Mato Grosso (J. Monteiro 1984, 1988).

As expedições escravistas culminam com a descoberta casual do ouro na região do Cuiabá, no início do século XVIII (U. Bastos 1979:129). O ouro de Cuiabá era de aluvião, encontrado na superfície da terra, diferente portanto de outras regiões auríferas do Brasil. A "escala deslumbrante" (Boxer 1969) em que este ouro começou a aparecer logo no início do século XVIII provocou uma rápida ocupação do território recém descoberto, e a montagem da infra-estrutura administrativa da Coroa na região.

Dessa forma, se a caça aos índios para a venda nas fazendas paulistas conduziu os bandeirantes ao sertão do Cuiabá, a descoberta do ouro assentou na região essa população sertanista, cuja mobilidade era notória.

Sérgio Buarque de Holanda dedicou parte substancial de sua obra (18) ao estudo dos primeiros núcleos urbanos do extremo oeste e aos caminhos posteriormente trilhados pelos paulistas na febre do ouro. É do historiador o perfil desse estranho aglomerado humano que se estabelece na região do Rio Cuiabá, formado basicamente por aventureiros paulistas. Distante do comércio litorâneo, esses núcleos constituirão o principal polo de atração das monções fluviais (19), que irão manter a comunicação inter-capitanias.

(18) Sérgio Buarque de Holanda dedicou pelos menos cinco de seus trabalhos ao tema da constituição da sociedade do planalto e à mobilidade do colono de São Paulo e São Vicente pelos caminhos naturais. O primeiro deles é Monções, de 1945, seguido por "Índios e Mamelucos na Expansão Paulista", de 1949, e Caminhos e Fronteiras, de 1957. Em uma segunda fase de sua produção temos Extremo-Oeste, de 1982, e a segunda versão de Monções, de 1989, ambos trabalhos póstumos.

(19) Monção significa ao mesmo tempo o vento que propicia a navegação à vela e os comboios fluviais, de caráter comercial ou militar, que percorrem os rios da colônia. Semelhantemente ao que ocorre com a palavra "corso", trata-se de uma imagem marítima, adaptada no período colonial à navegação fluvial.



Quais são as datas de ocupação da região? Desde 1622 o sertão do que seria hoje o Mato Grosso era percorrido pelos paulistas apresadores de índios. A bandeira de Antonio Pires de Campos (20) ainda no século XVII estivera na região do Cuiabá, aprisionando índios Coxipó (Holanda 1945:44). Em 1718 Pascoal Moreira Cabral descobre ouro encravado nos barrancos do Coxipó-Mirim; trava combate com os índios da região e é socorrido pela bandeira de Antônio Dias Falcão, vinda em seu auxílio com 130 homens e recursos de guerra. As primeiras notícias da nova região mineradora chegam à São Paulo e precipitam um fantástico êxodo em massa de aventureiros do ouro, que arriscam suas vidas nos rios até atingirem o sertão do Cuiabá.

Em 1722 Miguel Sutil descobre na região onde hoje é Cuiabá uma esplêndida quantidade de ouro, localizado à flor da terra, e portanto de fácil acesso. Do Coxiponé os mineiros partem para Cuiabá, e ocupam as "lavras do Sutil", formando um novo arraial. O ano de 1723 foi de fome: sem roças suficientes e isolados, os bandeirantes dependem exclusivamente da exploração da mão de obra indígena e negra. A comunidade de Cuiabá chega a contar neste ano com 4.000 habitantes (Barboza de Sá 1901:48).

(20) Sobre a bandeira de Antonio Pires de Campos, ver: "Breve Notícia que dá o Capitão Antonio Pires de Campos...", de 1723 (apud Taunay 1981).

Já em 1727 o Arraial de Cuiabá é elevado a categoria de Vila com uma população de 7.000 habitantes, dos quais dois mil eram negros (Holanda 1945:40). Era o início da ocupação paulista da região.

O comércio estabelecido entre o Mato Grosso e as outras capitâneas, que se sistematiza a partir de então, ilustra de forma exemplar um outro lado do mercantilismo, diferente daquele desenvolvido nas grandes unidades produtoras escravistas, instaladas no litoral, totalmente voltadas para o mercado europeu.

O ouro encontrado na região e a possibilidade de acesso à prata espanhola, por meio do contrabando com as províncias do outro lado da fronteira, aumentam a capacidade de importação desse sertão minerador, carente de todo tipo de equipamento urbano ou de manufaturados. Cria-se assim, nas décadas seguintes, uma rede de trocas terrestres voltada para o interior da colônia, responsável pelas ligações internas que servem para o escoamento do metal precioso e para acolher o movimento das correntes migratórias (21).

(21) Uma série de trabalhos recentes da historiografia colonial que tematizaram as províncias do interior da colônia tem colocado em pauta a importância da rede de comunicações internas que realizavam o comércio intercapitâneas e justificaram as monções do século XVIII. Essa tendência se fortalece com a descoberta do ouro e o aumento do poder aquisitivo do interior da colônia e as migrações internas. A nível da história social, tais trabalhos apresentam um outro lado da sociedade colonial, diferente daquela sociedade característica do mercantilismo da costa atlântica, voltado para o exterior. Ver a respeito L.M.Souza 1982, A.Lenharo 1982, L.H.G.Aleixo 1984, Volpato 1987.

Um perfil destes núcleos urbanos nascidos na febre do ouro auxiliam a compreensão do tipo de demanda que pressionou a abertura da comunicação entre Mato Grosso e Pará. A contrapartida da facilidade de extração do ouro do Mato Grosso era a dificuldade de acesso à região. De São Paulo a Cuiabá levava-se sete meses de viagem fluvial (Boxer 1969). A região do Mato Grosso não chegava nenhum recurso; as primeiras crônicas destes estabelecimentos mineiros atestam a mais absoluta pobreza de alimentos e de bens, em meio a arrobas de ouro recém garimpado (Barboza de Sá 1901).

Na década de 20 dos setecentos os índios Paiaguá começam a aparecer nas crônicas do Mato Grosso, figurando como mais uma das dificuldades com que os colonos se deparam nas monções.

Sua presença na região se deveu a uma série de arranjos, inter-tribais provocados pela ação predadora dos paulistas. Durante todo o século XVII as bandeiras paulistas agiram como empresa privada de apresamento de mão de obra indígena, dizimando grupos que não impuseram maior resistência aos assaltos dos bandeirantes. O interesse maior desses cercos recaía sobre as populações indígenas que praticavam a agricultura. O exemplo mais conhecido de aproveitamento das habilidades nativas no cultivo da terra é dado pela escravização dos Pareci, apreciados pelos paulistas exatamente por serem considerados dóceis agricultores. A partir de 1727 os Pareci começam a aparecer nas fazendas de

São Paulo, sendo também largamente empregados nos trabalhos das minas. Da mesma forma, os índios sedentarizados das missões, como os Guarani do Itatim, foram presas fáceis dos paulistas (J. Monteiro 1984, 1988).

A essas primeiras movimentações dos paulistas nos sertões do que seria mais tarde chamado "Mato Grosso" se seguem os arranjos intertribais que irão reorganizar o espaço agora ocupado por diferentes grupos. Assistiremos, no início do século XVIII, a aproximação dos Paiaguá da região mineradora, vindos do Rio Paraguai, aproveitando o espaço agora vago, anteriormente ocupado pelos Guarani do Itatim. Seria o início do violento confronto que se travou nos rios monçoeiros entre as levíssimas e ágeis canoas Paiaguá e as pesadas embarcações de carga, utilizadas nas expedições comerciais que ligavam as minas do Mato Grosso com o povoado de São Paulo. Permanecem ocupando o Rio Paraguai durante o século XVIII, estando envolvidos em função da vizinhança com as províncias espanholas em uma série de questões de fronteira.

### 3. Corsários no Caminho Fluvial

1. Contracenando como inimigos à altura da propagada bravura dos bandeirantes, a crônica da ocupação do extremo-ocidente apresentou povos indígenas que passaram para a história colonial como modelo de reação à conquista. "Gentio de corso" como os Mura do Rio Madeira, os Guaicuru da região do Chaco, mais conhecidos no período colonial como o "gentio

canoeiro" Paiaguá e o "gentio cavaleiro" Kadiwéu foram, juntamente com os Caiapó da região do Rio Pardo, as principais razões para a montagem do aparelhamento defensivo da Coroa no eixo das monções.

Esses índios rebeldes povoaram as páginas da historiografia colonial, estando presentes em momentos distintos dessa produção. Falaram de seus feitos guerreiros os autores de uma linha historiográfica ufanista, identificada com o mito do paulista herói das bandeiras, aqui representada pela obra de Afonso d'E.Taunay (22). Os Paiaguá, Caiapó e Guaicuru também figuram na obra de Sérgio Buarque de Holanda, outro momento da historiografia do Brasil Colonial, revisão da historiografia tradicional e elitista que o precedeu, responsável pela construção de conceitos mais precisos para captar a especificidade da sociedade colonial paulista.

A recorrência do tema da belicosidade desses povos indígenas em diferentes gerações de historiadores, que, no mais, se pautavam por condutas totalmente diversas na construção do perfil das populações indígenas, nos fez rever a crônica colonial para dela apurar as fontes dos episódios setecentistas narrados sobre os índios que reagiram à conquista.

(22) A imagem heróica do bandeirante está impressa em inúmeros trabalhos. Está em Southey, Saint-Hilaire, Oliveira Martins, Oliveira Vianna, A.E.Taunay, Alfredo Ellis e Cassiano Ricardo. Ver a respeito C.Davidoff 1982

Destacamos para essa análise o caso dos Paiaguá, índios frequentemente comparados na crônica colonial aos Mura do Rio Madeira, numa aproximação que pode ser atribuída à habilidade canoieira de ambos. A prática do saque às embarcações coloniais somada ao domínio das técnicas de combate nas águas garante a ambos a designação de "gentio de corso".

Tais semelhanças fizeram com que a maioria dos historiadores do percurso monçoeiro reafirmasse a comparação entre os Mura e os Paiaguá, a ponto de certos autores deslocarem erroneamente o habitat natural dos Paiaguá para o Rio Madeira (23). Para nossa análise a semelhança desses índios corsários se dá em outro plano: reconhecemos no caso Paiaguá mecanismos de reprodução da memória muito semelhantes àqueles que construíram a imagem colonial dos Mura.

2. Como os episódios do confronto dos Paiaguá com as embarcações monçoeiras passaram para história? A história dos conflitos com os Paiaguá no início do século XVIII tem como fonte principal as "Notícias Práticas" recolhidas pelo P. Diogo Soares, um jesuíta que em 1730 se encarregou de

(23) Assim o historiador Amaral Lapa aproxima os Mura dos Paiaguá: "Os Muras e os Paiaguás infestavam as margens do Rio Madeira dificultando enormemente, com suas acometidas, a navegação comercial e o correio." (Lapa 1973:47) Não contamos, no entanto, com nenhuma outra notícia sobre possíveis viagens dos Paiaguá pela bacia Amazônica.

compilar informações sobre os novos caminhos monçoeiros (24).

Afonso d'E. Taunay utiliza a documentação organizada por Diogo Soares no tomo XI da sua História Geral da Bandeira Paulista (25). Encabeçava uma série de trabalhos que surgem nas três primeiras décadas do século, responsáveis pela construção da figura heróica do bandeirante. Na obra de Taunay a idéia da "raça de gigantes", atribuída por Saint-Hilaire aos bandeirantes, justifica a ação expansionista do paulista, a quem o Brasil deveria suas dimensões continentais.

Já se falou o quanto essa mitologia do herói das bandeiras conseguiu se firmar às custas do acobertamento da violência que representou a expansão territorial para as populações indígenas sobre as quais ela avançou (Davidoff 1982). Taunay, seguindo os ensinamentos de Oliveira Vianna, trata o índio como raça inferior, que recebe dos brancos a civilização. Comentando as "iniquidades seiscentistas"

(24) Diogo Soares e Domingos Capassi são os padres matemáticos que chegaram ao Rio de Janeiro em 1730, encarregados de fazer as primeiras medições exatas das latitudes das povoações portuguesas na região de fronteira (Cortesão 1956:23). Com a morte de Domingos Capassi, a missão cartográfica fica inteiramente nas mãos de Diogo Soares, que trabalha de 1736 até 1738. Os resultados de seu trabalho serão utilizados por Alexandre de Gusmão nos estudos preliminares do Tratado de Madri, de 1750.

(25) Taunay dedica parte do último volume da História Geral da Bandeira Paulista ao tema das monções do Mato Grosso. Posteriormente, re-edita a parte da História Geral relativa ao Mato Grosso em Relatos Monçoeiros (1954). A Coleção Diogo Soares, pertencente a Biblioteca de Évora, está transcrita nestas obras.

atribuída aos paulistas, Taunay contra-argumentava com a violência dos tempos. Dizia ele: "a esta questão do extermínio dos tipos inferiores da humanidade não ha nação europea que possa atirar a outra qualquer pecha que seja". Cruel, porém superior, a raça branca tinha uma missão, que Taunay reconhece, por exemplo, na ação das bandeiras, que era a de trazer a civilização à América: "...é della que as raças inferiores devem esperar a redempção" (Taunay 1924:65).

Em Relatos Monçoeiros, re-edição reduzida do Tomo XI da História Geral...(26), Taunay apresenta a transcrição da Coleção Diogo Soares enquanto material inédito sobre os fatos de 1730. A abordagem que o historiador faz dos documentos é pouco opinativa e corre paralela ao texto dos informantes coloniais, como se os documentos tivessem a força de encerrar em si próprios a realidade, eximindo o historiador de qualquer tipo de análise.

As "Notícias Práticas" do P.Diogo Soares relatam o episódio da morte do ouvidor Lanhas Peixoto e o "infeliz sucesso" da monção que o conduzia ao povoado de São Paulo, juntamente com ouro do quinto devido ao Rei, igualmente extraviado. A sequência da história, que tem como principal protagonista o gentio canoeiro Paiaguá, é contada em três narrativas .

(26) Relatos Monçoeiros, editado em 1954 pela Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo reproduz o texto "Monções Cuiabanas no século XVIII", parte final do XI volume da História das Bandeiras Paulistas, que traz ainda uma primeira parte denominada "Os primeiros anos de Goiaz".



A segunda e a terceira das "Notícias Práticas" são de testemunhas oculares dos fatos de 1730, narradas a Diogo Soares respectivamente em abril de 1734, por Antonio Cabral Camello, e 3 de novembro de 1730, por Lourenço de Araujo (27). São muito semelhantes em seu conteúdo: a expedição do Ouvidor Lanhas Peixoto, que havia deixado a região das minas de Cuiabá com dezenove canoas de carga e quatro de pescaria, com destino a São Paulo, ao chegar no Rio Paraguai é abordado pelos "violentos urros" dos índios Paiaguá, que estariam observando a chegada das embarcações, escondidos por entre as ramagens dos rios.

Os índios pintados e emplumados, de enorme estatura, lotavam mais de 50 canoas com dez a doze guerreiros (João A. Cabral Camelo, apud Taunay 1981:30). A um sinal, despendem "espessa nuvem de flechas que escureceu o sol". Ambos os relatos contém referências à desigualdade de condições de combate entre monçoeiros, negros e brancos, e os Paiaguá. Diante do ataque, contam os relatos, os negros abandonavam as canoas e atiravam-se no rio, deixando a tripulação branca indefesa. Aos brancos restava optar por remar ou pegar em armas, deixando as canoas errando sem direção. Sobreviveram

(27) "Notícias Práticas das Minas de Cuiabá e Goiáses, na Capitania de São Paulo e Cuiabá, que dá ao Reverendo Padre Diogo Juarez, o Capitão João Antonio Cabral Camello, sobre a Viagem que fez às Minas do Cuiabá no ano de 1727", "Notícia Segunda Prática do que lhe sucedeu na volta que fez das mesmas minas para S. Paulo, de João Antonio Cabral Camello, de 16 de abril de 1734" e "Notícia Terceira Prática dada Pelo Capp.m Domingos Lourenço de Araujo ao R.P. Diogo Soares sobre o infeliz sucesso, que tiveram no Rio Paraguai as Tropas, que vinham para São Paulo no ano de 1730." in Taunay, A. E. Relatos Monçoeiros

aqueles que, pegando em armas e ameaçando os negros, conseguiram deslocar as canoas para pontos mais defensáveis do rio. É dessa forma que o narrador da Segunda Prática, Antonio Cabral Camello, consegue se salvar. Dentre os que se salvaram, estava um médico alemão, muito bem quisto pelos negros por suas curas; no momento do perigo, eles o auxiliaram-no na defesa. De qualquer maneira, o combate foi considerado desigual, já que os índios estavam em maior número e eram muito mais destros. Diz D.Lourenço Araujo: "quando os nossos davam um tiro, faziam dois ou tres eles" (Lourenço Araujo, apud Taunay 1981:135).

Ambas as Notícias fazem referência ao rapto de uma jovem senhora portuguesa, que estava grávida, cujo marido fora morto na ocasião do ataque Paiaguá. A Terceira Notícia alude ao fato dos Paiaguá terem retirado o hábito de Cristo do Ouvidor Lanhas, que passa a ser usado pelo cacique, juntamente com um rico traje do ouvidor.

A "Quarta Notícia Prática" vem do Paraguai, e fala da venda dos cativos portugueses aos moradores de Assunção, alguns meses depois, estando a senhora grávida às vésperas do parto, quando foi entregue aos vizinhos espanhóis em deplorável estado, já que "barbarizada", isto é, com os cabelos e as sombrancelhas raspadas e as roupas em trapos.

Guardemos essas cenas. Por anos seguidos gerações de historiadores irão descrever e qualificar os Paiaguá por esta imagem de 1730. O urro selvagem, a tatuagem de guerra, as plumas Paiaguá estarão para sempre congeladas nas páginas

da historiografia colonial. Com maior ou menor habilidade, a historiografia do Brasil Colônia retira dessas cenas os qualificativos dos Paiaguá, a despeito da documentação primária relativa ao grupo existente nos arquivos, que permanece praticamente inédita.

Os documentos da Coleção Diogo Soares divulgados através das transcrições de Taunay, no contexto de sua grandiosa História Geral das Bandeiras Paulistas são tomados como depoimentos oculares sobre a guerra dos Paiaguá. A Coleção Diogo Soares é considerada legítima por ser ocular e encadeada: todos os depoimentos reiteram a mesma denúncia dramática, que passará para a história como a verdade sobre os Paiaguá.

3. Foi num crescente que a população nativa das Américas ganhou espaço na obra de Sérgio Buarque de Holanda, de maneira a ocupar extensas referências em seus últimos trabalhos. Indicaremos aqui esse movimento que vai do índio genérico dos trabalhos da década de 1940 ao índio arquetípico da "raça varonil" das suas últimas obras, percurso marcado pela descoberta por Sérgio Buarque de Holanda dos Guaicuru do Chaco (28).

(28) Estudos recentes sobre a obra de Sérgio Buarque têm enfatizado a necessidade de uma revisão do viés sociológico de seu trabalho. George Avelino Filho (1987) ensaia uma análise da influência das ciências sociais em Raízes do Brasil. Deixa de lado, no entanto, a abordagem que o historiador paulista faz da população nativa, tema constante de sua obra historiográfica, e que lhe exigiu, ao longo da vida, um diálogo constante com a antropologia e a sociologia. Também em Maria Odila Dias da Silva (1985, 1988), sem dúvida a maior estudiosa da obra de Sérgio Buarque de Holanda, a importante inserção da população nativa das

Monções, de 1945, trazia como proposta geral o estudo da "implantação e expansão em terra brasileira de uma civilização adventícia" (Holanda 1989[1945]:13). Como o próprio autor explicava, seu trabalho se propunha a dar conta de como as "contingências do meio produziram novas e criativas formas de vida."

A reação à historiografia épica das bandeiras que o precedeu já estava claramente elaborada nesse momento de sua obra, e é exatamente a preocupação em revelar o modelo paulista de colonização, totalmente diverso da "plantation" da costa nordestina, que conduziu Sérgio Buarque a uma gradativa aproximação da população indígena. Abria uma importante vertente historiográfica que, voltando os olhos para o sertão, descobre toda uma dinâmica interna do Brasil colonial, desconhecida de uma conduta historiografia que havia privilegiado os grandes movimentos do mercantilismo agrário exportador. Tal vertente, inaugurada por Sérgio Buarque, terá sequência em uma série de trabalhos que elegem as populações miseráveis, a vida indigente, a economia das trocas informais que caracterizam a dinâmica social do interior brasileiro no período colonial. Para lidar com a população indígena, Monções introduz a noção de aculturação, tomada de empréstimo da antropologia.

Nessa primeira fase de sua obra, Sérgio Buarque de Holanda falava indiretamente da população indígena: os

Américas na obra do historiador, apesar de não deixar de ser notada, é pouco explorada enquanto tema interdisciplinar e abrangente.

Índios do período colonial quase nunca são descritos enquanto etnia e a influência indígena é tratada de forma genérica. Os índios são colaboradores anônimos na construção das embarcações e na exploração dos caminhos do sertão, na transmissão das técnicas indígenas de produção agrícola e de processamento dos alimentos. Sua interpretação de uma realidade colonial complexa, que englobava o índio, revela uma aproximação com outras áreas de conhecimento. São nítidas as influências da literatura modernista produzida pela geração de 22, com a qual o historiador conviveu e colaborou (29). Afinado com o projeto modernista, Sérgio Buarque rompe em sua obra com uma historiografia identificada com as classes dominantes e apresenta um Brasil popular e pluricultural.

A história que produz também se alimenta de leituras sociológicas que transparecem, por exemplo, no destaque à cultura material das populações meridionais em Caminhos e Fronteiras (1957) ou na já referida adoção do conceito de aculturação para a análise dos processos coloniais de sobrevivência do europeu na América, totalmente dependente do saber e da mão de obra nativa, que vemos em Monções (30).

(29) Sérgio Buarque de Holanda foi o representante no Rio de Janeiro de Klaxon e fundador de Estética, revistas do movimento modernista. A respeito, ver Avelino Filho (1987), Sérgio Buarque de Holanda: Vida e Obra São Paulo, Secretaria do Estado da Cultura: Arquivo do Estado: USP: IEB, 1988.

(30) Os anos 1930 registram o aparecimento na sociologia americana do Memorandum for the Study of Acculturation (1936) de R.Redfield, M.Herskovits e R.Linton introduzindo a questão da aculturação e apontando a necessidade da sociologia focalizar as trocas culturais e a

A noção de aculturação ou mudança cultural que notamos nos primeiros trabalhos de Sérgio Buarque aparecera no Brasil ainda nas décadas de 30 e 40, nos trabalhos de Herbert Baldus, Charles Wagley e E. Galvão com os tupi-guarani.

Sabe-se que os trabalhos que lidaram com o conceito de aculturação acabaram incorrendo em um pessimismo geral, mais tarde comprovado infundado, quanto às chances de sobrevivência dos índios em contato com a cultura branca (31). Mas outro tipo de limitação pode ser apontado na adoção do conceito de aculturação. Aplicada à situação colonial, forma na qual o conceito é usado na obra de Sérgio Buarque, a noção de aculturação ou de troca cultural acaba por mascarar o fenômeno da dominação, sob a idéia construtivista da colaboração entre nativos e colonizadores (32). Tal mecanismo é presente na primeira fase dos trabalhos do historiador dedicados à colonização paulista, mudança de padrões culturais resultantes do processo de aculturação (Oliveira Filho 1988:30, Viveiros de Castro 1986:88).

(31) Para uma revisão crítica dos trabalhos da etnologia brasileira inspirados no "Memorandum..." de 1936, ver Roberto Cardoso de Oliveira 1963. Também Viveiros de Castro 1986.

(32) A oposição entre a sociedade tribal e a sociedade envolvente, premissa apontada por Balandier, é também o ponto de partida dos trabalhos sobre fricção inter-étnica, iniciados no Brasil, na década de 1960 (R. Cardoso de Oliveira 1962, 1963, 1966, 1967). A adoção do conceito de aculturação à situação colonial foi também criticada por Wachtel (1971), apontando o caráter essencialmente eurocêntrico de um tipo de análise, que refletindo sobre uma realidade de forças desiguais, segue uma historiografia ocidental, que não incorpora a visão dos índios (Apud Oliveira Filho 1988:31).

quando o tema da escravidão indígena é encoberto, e o lugar de destaque é reservado ao estudo da convivência entre brancos e índios, da qual resultará a cultura supostamente híbrida do planalto.

Significativamente, o tema da escravidão indígena estará nos trabalhos que não adotavam a perspectiva da aculturação. A escravidão indígena fôra tematizada pelo historiador ainda na década de 40, em "Expansão Paulista em fins do século XVI e princípio do XVII" (Holanda 1948), ensaio que o historiador dedicou à análise das ligações entre São Paulo e a região platina, abordando a questão do tráfico de escravos índios, que justificava a ligação inter-regional.

Anos mais tarde, em O Extremo Oeste, um livro póstumo, a caça ao índio será reapresentada como o tema correto sobre o qual a historiografia paulista do período colonial deveria trabalhar. O Extremo Oeste enfatizava as razões pouco nobres que levavam os paulistas ao sertão. Dizia Sérgio Buarque: nem o ouro, nem a expansão do território português levaram os paulistas ao sertão. As entradas caçavam índios para o trabalho nas fazendas: "a mobilidade maior dos de São Paulo é provocada largamente pela insuficiência dos recursos disponíveis. (...) Foi antes de tudo a vontade de corrigir os efeitos da carência de mão de obra para a faina rural o que fomentou muitos episódios próprios da sociedade do planalto" (Holanda, 1986 :26).

Em O Extremo Oeste Sérgio Buarque de Holanda dedicará longas páginas à questão indígena. Os índios, mesmo aqueles considerados dóceis agricultores sedentários, escravizados pelos paulistas, que irão trabalhar e morrer nas fazendas de São Paulo, são nomeados e ganham um perfil cultural mais nítido. Surgem nomes de grupos do sertão do sul, como os Carijó e Guaianá, assim como os Puri, Guaramomi ou Guarulho, pouco sedentários e que não cultivavam a terra (Holanda 1989:190). As bandeiras com sua rotina truculenta de "caça às peças" também aparecem na segunda versão de Monções, assim como o perfil de uma fazenda paulista do século XVII ou XVIII, sustentada por uma mão de obra escrava que chegava a contar até 1000 índios.

Ao "gentio de corso" está reservado o lugar de destaque na tipologia da população indígena do percurso das monções, incorporada aos dois trabalhos póstumos do historiador dedicados ao eixo das monções: Extremo Oeste e Monções (edição ampliada, 1989).

A referência que o historiador faz à população Mura, por exemplo, pode ser reveladora de uma sensível mudança de atitude diante dos índios. A alusão às canoas de casca de árvore utilizadas pela população nativa do Rio Madeira que encontramos na primeira versão de Monções (Holanda 1989[1945]:20), num contexto em que se discute a influência indígena no aproveitamento dos rios brasileiros, é substituída por uma referência explícita aos Mura e sua história: "Assim, os Mura, que infestavam ali a região das



quedas d'água, atropelando constantemente até 1785, os mareantes da carreira fluvial da Vila Bela do Mato Grosso ao Crão Pará, nunca se valeram senão de canoas de casca nos seus traiçoeiros assaltos" (Holanda 1989:208).

Sérgio Buarque discorrerá longamente sobre os mesmos três grupos que aterrorizavam as monções: os Caiapó do Rio Pardo, os Guaicuru e os Paiaguá do Paraguai. Coloca ao leitor a tarefa de julgar se são os heróis ou os vilões da história colonial que reescreve ao final de sua vida, quando fala da belicosidade do gentio de curso do eixo das monções. No entanto, as ações dos índios, recuperadas do documento colonial, são ainda reputadas pelo historiador como ações criminosas. Consequentemente, há vítimas: os colonizadores. E nada menos que quatro mil mortos, vítimas de uma hipotética aliança entre os Paiaguá e os Kadiwéu contra os colonizadores, são contabilizados pelo historiador (33).

Acompanhemos a construção do perfil do guerreiro Paiaguá. Veremos que uma grande distância separa o sentido da obra de Sérgio Buarque daquela historiografia ufanista, dos textos de A. Taunay. Entretanto, para caracterizar os guerreiros nativos, Sergio Buarque de Holanda reutiliza como

(33)"Haverá, por volta de 1795, quem eleve a quatro mil e mais o número dos povoadores trucidados até então pelo guaicuru ao longo dos caminhos do comércio do Cuiabá. É provável que não chegasse a tanto, ou que nesse número se somassem as vítimas dos caiapó e sobretudo dos paiaguá, que, menos conhecidos a princípio, dariam lugar a confusões. Não faltará contudo um cronista que chegue a conclusão diversa, a saber que muitos dissabores naqueles caminhos padecidos eram dados como obra dos "Payaguazes cuja liga com os Guaycuru não era conhecida dos povoadores do Continente" (Holanda 1976:73).

fonte uma mesma matéria prima e apresenta de novo a cena do ataque Paiaguá de 1730, dela retirando, com inegável talento estilístico, os qualificativos dessa população.

Monções data o primeiro contato com os Guaicuru em 1725, utilizando como fonte Joseph Barboza de Sá (1909). Até então ninguém sabia como se chamavam esses exímios navegadores dos rios, que na referida data iniciam a carreira dos saques e da rapina: "Terríveis e sem conta foram os desbaratos praticados por esses índios nas frotas de comércio, e o assalto que deram à monção que conduzia, de volta ao povoado, o ouvidor Lanhas Peixoto só é o mais famoso, porque nele se perderam, para a Coroa, 60 arrobas de metal precioso" (Holanda 1989[1945]:102).

É nas "Notícias Práticas" do P. Diogo Soares que Sérgio Buarque de Holanda irá buscar as informações sobre a ação guerreira desses Guaicuru canoeiros. Os Paiaguá atacariam de surpresa a tropa, em meio a uma enorme algazarra, depois de terem perseguido as embarcações por longas distâncias, utilizando pequenas canoas de "8 a 10 tripulantes". Reparemos na descrição do ataque Paiaguá, que tem como fonte a Coleção Diogo Soares: "A aparição inesperada desses homens corpulentos, todos emplumados e sarapintados, o tremendo urro com que se anunciavam, o rufo de seus tambores de barro, o toque de cornetas, a nuvem de flechas e as pauladas bastariam para logo prostrar o viajante desprevenido..." (Holanda 1985:75), ou mais a frente à imagem da "chuva de flechas que parecem tudo escurecer..." Nas páginas seguintes

teremos a alusão à superioridade náutica dos Paiaguá comparada com o desempenho das canoas de comércio ("fazem em uma hora percurso maior que as canoas de comércio num dia"); a descrição do rapto da jovem senhora portuguesa; o resgate das vítimas (1986:81-82); a cena do médico alemão que consegue sobreviver. Também o tema do seqüestro de escravos africanos, escolhidos os mais robustos em plena batalha, e utilizados pelos Paiaguá em negociatas com os castelhanos (1986:83-84) são igualmente referências aos testemunhos compilados pelo jesuíta Diogo Soares.

O enredo sobre os Paiaguá é dado, portanto, pelas "Notícias Práticas" da Coleção Diogo Soares. Porém, os documentos apresentados por Taunay como provas incriminatórias contra os Paiaguá, são recuperados por Sérgio Buarque na construção do perfil da "raça varonil" encontrada no Chaco, que surpreendera o historiador por destoar de tudo que conhecera sobre a população nativa da América do Sul (34).

Extremo Oeste finaliza sua primeira parte com a afirmação de que a incompatibilidade entre os Guaicuru (Kadiwéu) e os Paiaguá impediram os índios de criar uma barreira eficaz contra a penetração portuguesa ao longo da margem esquerda do Paraguai (Holanda 1986:85); ou seja, Sérgio Buarque demonstrava o potencial político, pelo menos

(34) Falando dos Guaicuru, diz Sérgio Buarque: "Todos os seus atos e gestos refletem, de fato, essa mentalidade de senhores, que em poucos povos sul-americanos é partilhada no mesmo grau." (Holanda 1986:71)

no século XVIII, de certas populações indígenas que reagiram à conquista. Era o tributo final do historiador às forças que a historiografia colonial, incluindo a sua, ocultara até então.

Resta, no entanto, uma questão metodológica: não teria o historiador sucumbido diante do enredo encadeado e auto-comprobatório que encontra na Coleção Diogo Soares, que lhe fornecera a visão épica da guerra nativa? Observada tal opção metodológica, poderíamos justificar a sensível ausência de outras fontes, às quais o historiador faz referências ao longo de sua análise, mas que acabam não interferindo na peça encadeada pelo jesuíta astrônomo.

O que pudemos ver na obra de Sérgio Buarque de Holanda serve para exemplificar uma problemática concreta que se apresenta para a história dos povos indígenas. Informado pela crônica colonial, o historiador recupera os índios como novos agentes da história, mas não se livra do tom pollicialesco do registro colonial.

O historiador menciona, de passagem, outra cronologia sobre os Paiaguá, fornecida pela documentação castelhana (Holanda 1986:29), fazendo também referências à legislação colonial sobre os Paiaguá, ou à correspondência do Governador Antonio Rolim de Moura (35). Toda esta documentação que, infelizmente não levada à análise pelo

(35) Sobre a legislação colonial relativa aos Paiaguá ver B.Perrone-Moisés 1990. Também: Universidade Federal do Mato Grosso Núcleo de Informação Histórica Regional. D.Antônio Rolim de Moura, Primeiro Conde de Azambuja; Correspondências. Cuiabá, Imprensa Universitária 1983

autor, provavelmente enriqueceria o quadro das referências históricas nas quais se situa a ação guerreira dos Paiaguá.

Em recente estudo, Barbara Ganson revela que pelo menos desde de 1535 os agentes colonizadores de Castela mantinham contato com a população Paiaguá. Desde então, data da primeira referência ao grupo, jesuítas e colonizadores tentaram, sem nenhum sucesso, a aproximação. Um prolongado relacionamento hostil com Castela prepara o encontro dos Paiaguá com as embarcações monçoeiras portuguesas no século XVIII, tempo que habilita o grupo nas artes da resistência. Entre as técnicas desenvolvidas pelos Paiaguá, relacionam-se a metalização das armas, as alianças com outros grupos contra a penetração dos europeus e as técnicas de combate nos rios (B.Ganson 1989:487), estratégias de sobrevivência que os Paiaguá no século XVIII utilizarão nas possessões portuguesas. Soma-se a estas as requintadas negociações que estabelecem com autoridades de ambas as coroas, envolvendo por vezes vítimas de seus sequestros, por outras, bens de troca, como negros ou metal precioso.

A história dos Paiaguá, a despeito do que sobre ela se escreveu aqui ou além das fronteiras, está, dessa forma, ainda por ser revelada. Veremos a seguir que os Paiaguá serão o modelo de perigo nativo que a coroa detém ao se defrontar com os Mura do Rio Madeira, no final dos anos de 1740. Apesar de terem sofrido duras repressões depois de 1730, em 1754 o Governo do Mato Grosso e do Grão-Pará ainda considerava legalmente cativos os Paiaguá, os Caiapó e os

Mura. Estes seriam índios aos quais não se aplicava a legislação da liberdade dos índios, estendida no período pombalino a todas as populações indígenas.

#### 4. O Comércio Monçoeiro: os Mura como alvo.

O final dos anos 1740 serão marcados pela iniciativa oficial de reconhecimento e posse da ligação fluvial das bacias amazônica e platina. Uma série de narrativas sobre o percurso pelo Rio Madeira, ainda interdito pela coroa portuguesa, prepara os termos de um tratado entre as Coroas de Portugal e Espanha. O Tratado de Madri, assinado em 1750, deverá atualizar as balizas imprecisas e pouco respeitadas, estabelecidas em acordos anteriores.

Com a revelação do traçado dos rios, vai se esboçando uma nova geografia a serviço da demarcação das fronteiras coloniais de Portugal. Eleita pela força do uso "magna via" de comunicação interna entre as capitanias do Mato Grosso e Grão Pará, acesso ao mar para o grande sertão da colônia, a via fluvial pelo rio Madeira marca a extremidade das possessões portuguesas a oeste, e um dos melindrosos pontos de contato da colônia portuguesa com as províncias castelhanas. O "uti possidetis" invocado por Alexandre de Gusmão nas negociações do Tratado de Madri garante a Portugal o território percorrido pelos bandeirantes (C.Prado Júnior 1961:161, J.Cortesão 1956:324)

Até o final do século XVIII as coroas estarão envolvidas num emaranhado jogo diplomático, que atingirá

diretamente a população indígena localizada na zona de litígio.

Entre 1747 e 1749 uma série de expedições refazem a rota inaugurada por Manoel Félix de Lima. Tais viagens exploratórias fazem parte do contexto muito específico configurado com a implantação no Grão Pará das diretrizes do consulado pombalino, na administração de Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Técnicos estrangeiros e militares portugueses irão compor os quadros administrativos do novo governo, que assume com o firme propósito de substituir os jesuítas em setores nos quais os inacianos extrapolassem as funções essencialmente espirituais.

Retomamos aqui os relatos de viagem produzidos na década de 1740, onde a denúncia contra os Mura, repetida em todas as narrativas que descrevem o Rio Madeira, multiplicam no papel o perigo do Gentio de Corso. Com a abertura comercial do eixo Madeira-Mamoré-Guaporé, tais denúncias servirão de base para uma série de expedientes contra os Mura, que vão da sinalização específica para o perigo Mura, convencionada pelas embarcações monçoeiras (Lapa 1973:69), à manutenção da legalidade do cativeiro para esta população, em pleno vigor da Lei da Liberdade dos Índios.

Os trabalhos de Comissão Demarcadora transformam o Rio Madeira no cenário do drama que culminou com a expulsão da Companhia de Jesus e com a denúncia pombalina do "Império Teocrático dos Jesuítas". Torna-se, portanto, local privilegiado para observarmos a passagem do controle dos

aldeamentos indígenas das mãos dos religiosos para a administração leiga.

O nome de João de Souza Azevedo está ligado à abertura do caminho fluvial do Madeira ao comércio monçoeiro. A presença do sertanista de São Paulo na região matogrossense é notada pelo menos desde 1730, quando participa de expedições pelos rios da região do Paraguai (V. Corrêa Filho 1940:783). A ele é atribuída a descoberta das Minas do Arinos, em 1746, e com ela, o caminho que se chegava pelo Rio Tapajós à Belém (F. Freire 1907:455).

Desrespeitando as ordens reais, como Manoel Félix de Lima já havia feito, João de Souza de Azevedo jamais deixou de frequentar as águas do Madeira, região onde mantinha uma feitoria e escravos negros para a colheita do cacau (M. C. Mendonça 1963:536). Torna-se ao final dos anos 1740 o informante mais habilitado sobre o caminho flutuante para o Mato Grosso, sendo requisitado pelas autoridades coloniais a prestar depoimentos sobre a região.

A descoberta das minas do Arinos, no Rio Tapajós, por volta de 1747 marca o início da decadência das minas do Cuiabá (36). As povoações do Mato Grosso são praticamente esvaziadas. A necessidade de ocupar o caminho para o Pará é a forma encontrada para a defesa dos domínios portugueses,

(36) "...e por haver brumado o descoberto dos Arinos para onde haviam ido muitos moradores do Mato Grosso, se acha hoje aquela Povoação somente com setenta brancos, mais ou menos, e pelas mesmas duvido muito que tenha ela o aumento que Sua Majestade deseja..." Carta de Rolim de Moura à Diogo de Mendonça Corte Real, de 27 de junho de 1752 (R. Moura 1982:31)



para o que a Coroa lança mão de expedientes tais como a anistia aos criminosos que se estabelecessem no Mato Grosso por pelo menos tres anos.

A situação de fronteira com as províncias do Peru leva a Coroa portuguesa a criar, em 1748, a Capitania do Mato Grosso, para a qual fora nomeado Governador e Capitão General Antonio Rolim de Moura (M.C.Mendonça 1963:15). Em 1743, os missionários jesuítas da Espanha, argumentando que mineiros da região do Cuiabá passavam para o Peru, transferiram a Missão de S.Miguel (dos Moxos) da margem ocidental do Guaporé para o lado oposto, dando-lhe o nome de Santa Rosa (37). A recuperação da margem ocidental do Guaporé para a soberania portuguesa será encarada como um dos principais desafios da administração de Rolim de Moura.

Em 1748 é organizada, por ordem da coroa, uma expedição de reconhecimento do caminho para o Mato Grosso, que deveria devolver pelo Madeira João de Souza Azevedo e sua comitiva, que haviam atingido Belém via o Rio Tapajós. A iniciativa combinava a necessidade de apropriação oficial da informação

(37) Sobre as aldeias jesuítas de Castela, José Gonçalves da Fonseca dava uma série de notícias em 1749. Exaltação contava com uma população de 3.000 índios domésticos, da nação dos Cajubabas, sendo uns 460 das armas. Possuía edificações, roças e rebanhós. Santo Inácio possuía por volta de 3.000 índios, destes, 570 sendo guerreiros. São Pedro contava com 2.000 índios e 640 guerreiros; São Xavier, 4.000 índios e 500 guerreiros. Santíssima Trindade, ocupada por índios Moxo, contava com uma população de 1.700 índios, sendo 560 guerreiros, assim como Loreto, também formada pelos Moxo, possuía 2.900 índios e 660 guerreiros. Mais outras duas aldeias, próximas dos Andes, somariam 5.000 índios e mais de 1.200 guerreiros (J.G.Fonseca 1866:354-355).

detida pelos sertanistas (38) com o exercício da autoridade da coroa contra aqueles que haviam violado o impedimento real do trânsito pelo Rio Madeira.

Comandada pelo sargento-mor Luís Fagundes Machado, contando ainda com o secretário da Província José Gonçalves da Fonseca e o piloto Antonio Nunes de Sousa, a expedição de 1749 rendeu uma série de relatos, uma vasta correspondência e algumas cartas geográficas (39) que visavam sanar a ignorância da coroa a respeito do sertão do Madeira. Em 1747 o secretário José Gonçalves da Fonseca havia desenhado a carta do Rio Madeira, a partir das informações da expedição de Palheta (I. Adonias 1963:1), atendendo uma solicitação

(38) Participam da viagem de 1749 alguns companheiros da expedição pioneira de Manoel Félix de Lima, de 1742. São eles: o guia José Leme do Prado, Francisco Xavier, João Leme e Tristão da Cunha Gago (B. Magalhães 1935:224).

(39) Resulta dessa expedição os seguintes textos: 1) "Carta Hidrográfica em que se descrevem as origens de rios da América Meridional Portuguesa, muito especialmente o nascimento do Rio da Madeira, e rumos da sua direção, com os rios que lhe são colateraes, até entrar no famoso rio das Amazonas observado tudo exatadamente por Ordem de Sua Mag. Fidelissima no anno de 1750. E da mesma sorte se faz pública a origem do do Rio Paraguay, incognita a toda a geografia antiga e moderna, descrevendo-se a confluência de aguas que formão o tronco principal deste grande rio, que com os mais foram delineados no Mato Grosso por José Gonçalves da Fonseca Explorador desta indagação no mesmo anno." 2) "Navegação feita da Cidade do Grão-Pará até a Bocca do Rio da Madeira pela escolta que por este rio subiu às minas de Matto Grosso, por ordem muito recommendada de S. Mag. Fidelissima no anno de 1749, escripta por José Gonçalves da Fonseca no mesmo anno." 3) "Notícia da situação de Matto Grosso e Cuiabá, estado de umas e outras minas e descobrimentos de ouro e diamantes por José Gonçalves da Fonseca" 4) "Derrota desta cidade de Belém do Grão Pará para as minas do Matto Grosso, arraial de São Francisco Xavier de que foi cabo o Sargento Mor Luís Fagundes Machado, feita por mim Antonio Nunes de Souza Piloto Mestre aprovado feita a 14 de julho de 1749 ..." (A.C.F. Reis 1948:38).

vinda da corte, formulada ao Governador Francisco Pedro de Mendonça Gurjão por Alexandre de Gusmão.

É da viagem de 1749 a descrição de José Gonçalves da Fonseca de um "famigerado" ataque dos Mura, lançado contra a expedição. Como em outras vezes, o aparato bélico montado contra os "índios bárbaros" extrapolava as dimensões reduzidas da ação guerreira dos Mura.

Partindo de Belém a 14 de julho de 1749, a grande expedição - 150 homens, incluindo a comitiva de João de Souza Azevedo, com 40 pessoas - embocava no Rio Madeira a 26 de setembro. Lá, visitam inicialmente a Aldeia dos Abacaxis, espaço ainda marcado pela doença e pelas mortes, como a dez anos atrás já nos falava P.Theotônio Barbosa. José Gonçalves da Fonseca constatava que agora eram as epidemias de bexiga e sarampo, grassando no Grão-Pará desde 1743 (40), que atingiam Abacaxis, reduzindo a menos da terça parte uma população que já chegara a contar em 1720 com mais de mil índios de guerra. Um outro fator depopulacional, não registrado pelo militar, mais acionado por ele na ocasião, pode ser lembrado: a requisição de índios para o trabalho nas canoas. Como era usual, também a expedição de 1749 obtém na Aldeia de Abacaxis os índios que necessita para a viagem.

O encontro com os Mura é preparado pelo que haviam visto na passagem por Trocano, estabelecimento jesuíta

(40) Os efeitos desta epidemia, que inicia-se na capital e alastra-se para as aldeias do interior, durando pelo menos de 1743 a 1749, são comentados por João Lúcio de Azevedo (1901:191).

situado entre os rios Jamari e a primeira cachoeira do Rio Madeira. Lá, o missionário e dois seculares administravam a aldeia em uma casa entrincheirada de estacas, aterrorizados, como diziam, com os frequentes ataques dos Mura. A expedição passa a se prevenir das possíveis abordagens pouco amigáveis do "gentio de corso", mantendo o acampamento próximo ao Rio Urupuna com trincheira de estacas e sob a vigilância de sentinelas durante a noite.

O assalto dos Mura acontece apesar dos cuidados, de noite, estando os índios da expedição fora da trincheira, construindo as canoas que deveriam transpor as cachoeiras. Uma enorme quantidade de flechas atinge o acampamento, deixando os militares indefesos, sem poderem usar as armas, por não distinguirem o alvo (41).

A segurança é então redobrada, e o acampamento passa a usar sentinelas em todas as suas atividades, conseguindo

(41) "Doze dias se passarão de alojamento sem nelles haver signal de gentio, athe que na madrugada de tres de novembro, estando de fora da trincheira huma porção de índios abrindo o casco da canoa à fogo (serviço que só aquella hora hé proveitoso, em razão de não haver vento, que hé mui prejudicial a obra) de repente se sentiram assaltos de gentio Mura, que favorecido do escuro e espessura do mato, despararão quantidade de flexas sobre os ditos índios, que se achavão com suas armas( ...)."

"Botou-se hum cordão de gente por fora da trincheira da parte accometida, e outro pelo mato, com desígnio de se apanharem ao romper do dia em cerco, onde fosse castigado o seu atrevimento; não teve effeito o projeto porque os Muras carregando o seu ferido que dava grandes brados, se acharão ja longe daquelle sitio quando aclarou o dia."

afugentar com tiros de espingarda outro ataque dos Mura a alguns índios que estavam na mata cortando madeira (42).

A notícia do percurso pelo Rio Madeira, realizado pela expedição de 1749, chega a Lisboa em dezembro de 1751, e com ela a informação que dois impedimentos dificultavam a viagem pelo Madeira: um, eram as dezenove cachoeiras, de difícil transposição; o outro era o gentio Mura, que atacara o acampamento dos militares em 1749 (A.C.F.Reis 1948:140).

O mesmo assalto Mura à expedição de 1749 será citado por João de Souza Azevedo em descrições que fornece do rio, onde invariavelmente, incrimina a população Mura do Rio Madeira pelas dificuldades do percurso.

A chegada de João de Souza Azevedo em Vila Bela do Mato Grosso em 1750, trazendo mercadorias de Belém, marca o início da navegação comercial do Madeira. Acumulando grande experiência comercial, desenvolvida no percurso São Paulo-Cuiabá, para onde trazia principalmente sal, o sertanista acaba dominando também os desafios representados pelas 19 cachoeiras do Madeira, que exigiam o trabalho de puxar as canoas por terra, com a ajuda de cabos (A.Lapa 1973:52). A partir de 1750, e ao longo da década seguinte, estará na liderança da maior parte das expedições comerciais que

(42)"Para se continuar o serviço do fabrico das canoas foi preciso dobrar as sentinellas na trincheira e quando era necessario ir ao mato buscar cipó, folhas estopa e outros materiais, sempre os índios ião escoltados, e só em huma occasião apparecerão os Muras em hum corte de páo, porem como foram vistos, e attenderão à disposição de armas, usarão da sua covardia retirando-se sem obrarem acção alguma" (J.G.Fonseca 1860 [1749]:309).

trazem produtos de Belém para Vila Bela (D.Davidson 1973:444).

Empossado em Belém em setembro de 1751 Capitão General e Governador do Estado, Mendonça Furtado passa a acumular a partir de 1752 o cargo de Principal Comissário e Plenipotenciário dos trabalhos de demarcação do território estabelecido pelo Tratado de Madri (A.C.F.Reis 1948:69).

Dentre as instruções que Mendonça Furtado recebe da Coroa, a de restituir aos índios do Grão Pará a liberdade, conforme diretrizes da Coroa, é sem dúvida a de maior impacto (43). As instruções de 1751 falavam também da necessidade de se substituir o índio pelo trabalho do negro escravo.

Os encargos de Mendonça Furtado incluíam o exame da situação local das demarcações, colhendo o depoimentos de sertanistas e práticos. É nesse sentido que João de Souza Azevedo é chamado por Mendonça Furtado, em 1752, a prestar depoimento: sem o conhecimento detido pela iniciativa

(43) Em 31 de maio de 1741 Mendonça Furtado recebera as instruções reais de garantir a liberdade dos índios, estimulando que os próprios colonos cultivassem suas terras, e quando dispuzessem da mão de obra indígena, que fosse mediante o pagamento de salários por tempo de trabalho: "sou servido declarar que nenhum desses índios possam ser escravos, por nenhum princípio ou pretexto, para o que hei por revogadas todas as leis, resoluções e provisões que até agora subsistem...que todos os moradores do Estado cuidem em fabricar as suas terras, como se usa no Brazil, ou pelo serviço dos mesmos índios, pagando a estes os seus jornaes e tratando-os com humanidade...". Instruções de 31 de maio de 1751 para o Governador Mendonça Furtado (apud J.L.Azevedo 1901:349)

privada se tornaria inviável qualquer movimento da máquina administrativa pela posse do território.

A defesa da abertura do caminho fluvial pelo Madeira é a tônica do depoimento prestado pelo sertanista (44). Chamado a opinar em Belém, João de Souza Azevedo defende a abertura do caminho para o Mato Grosso como forma de evitar a decadência final das povoações mineiras, assim como deter o avanço das aldeias espanholas para o lado português do Guaporé. A livre passagem dos comboios para o Mato Grosso representaria o barateamento dos produtos e serviria de estímulo aos estabelecimentos comerciais. Para o sertanista, as conquistas se adiantariam se à iniciativa privada, da qual fazia-se porta voz, fosse dado resolver questões ligadas ao gentio rebelde do Rio Madeira: os Mura.

Seu parecer invocava a situação da Aldeia de Trocano, citada como ponto mais avançado da soberania portuguesa na região, obrigada a recuar sob a pressão dos ataques Mura, e ainda agora, em outro sítio, permanecia acuada pelo gentio de corso (45). João de Souza Azevedo relata, então, sua

(44) João de Souza de Azevedo possuía um entreposto para a colheita de cacau e cravo no Rio Madeira, administrado por um feitor, no qual trabalhavam escravos negros. Por ser considerado o melhor prático neste percurso, o-Governo da província o isenta de pagar a taxa que devia à Coroa por ter infringido em 1752 as proibições reais, indo ao Pará pelo Madeira. Na ocasião comentava Mendonça Furtado "do mal da desobediência deste homem tiramos o bem de sabermos que em seis meses de tempo se pode ir e vir às minas do Mato Grosso..." ( apud M.C.Mendonça 1963:537)

(45)"A Missão dos Trocanos esteve situada no Rio Madeira ao pé das cachoeiras, com muita adiantação das conquistas, e se mudou pelo rio abaixo com pouca diferença cem leguas atrasando a conquista, com o pretexto do gentio

experiência com o "Gentio bárbaro" do Madeira: em dois depoimentos semelhantes, porém distintos, contabiliza o número de baixas sofridas em expedições nas quais participara - de um homem branco na primeira e de dois escravos da Guiné na segunda viagem - causadas pelos Mura (46). Os Mura lembravam ao sertanista outros índios rebeldes - os Caiapó e os Paiaguá da região do Rio Paraguai, os quais, como afirmava, os paulistas haviam enfrentado com grande sucesso. Impedidos pela Justiça, dizia, os colonos do Grão-Pará não podiam reagir contra as ações do gentio rebelde. Sugeria que, à exemplo do que ocorrera na Capitania de São Paulo, fossem dadas condições à iniciativa privada de avançar as conquistas, "desinfestando" o território de índios rebeldes (47).

barbaro lhe não dar logar a fazer povoação, e ainda faz o mesmo damno na paragem aonde está a missão, este é chamado Mura todos os annos mata muita gente da que vai fazer Cacao..." (A.C.F. Reis 1948:168).

(46)"O mesmo gentio ainda lhe faz o mesmo mal, por ser Gentio de Corso, sem domicilio, e está o dito Rio da Madeira com este impedimento, e todos os annos matão gente em grande numero, dos que vão apanhar cacao: e indo para o Mato Grosso e indo huma tropa do serviço de Sua Mage. com o numero de mais de 150 pessoas, e donde tambem eu m'axava com a minha comitiva de 40 pessoas, e contudo o dito Gentio investiu a toda esta gente, e sempre matarão hum índio; e s'axou presente José Gonçalves da Fonseca, que serviu na Secretaria do Estado ...; e fez o dito Gentio mudar a Tropa d'aquelle lugar para outro; por que tornou a dar segunda vez, e os Cabos da ditta Tropa não ofenderão por não levar ordem para isso, tendo eu noticia certa estar este gentio com duas sentenças d'escravos, por malfeitos: e não me sei melhor explicar, so informar, que s'aquella missão se não descera, poderia estar com muita adiantação;" Parecer de João de Souza Azevedo ao Tratado de Madrid, de 16 de janeiro de 1752 in: RIHGB T. 179, 1943 pp.183-207.

(47)"...porque se algum vassalo quer perseguir estes barbaros, as Justiças os castigão, e lhe não é permitido



A abertura da via fluvial pelo Madeira era assim exigida pelo colono, juntamente com a cobrança de uma atitude das autoridades coloniais para o problema Mura: primeiro, deveriam estar suspensas todas as proibições de ações armadas contra os índios rebeldes; segundo, a coroa deveria amparar, essas práticas, como fizera em São Paulo contra os índios Paiaguá e Caiapó.

Em 1753 a Coroa abre o caminho para o Mato Grosso (48). Nas décadas seguintes a população Mura estará diante das frotas comerciais que percorrem o Rio Madeira, abastecendo a região do Mato Grosso de manufaturados e escravos negros. Contra o perigo do gentio de corso, os comboios adotam a escolta armada que acompanha as canoas, assim como convencionam uma sinalização própria para alertar um assalto dos Mura, que combinava "uma bandeira larga, dois tiros e toque de chamada ou de reunir. O toque de rebate, com dois tiros sucessivos, indicava que o inimigo havia deflagrado ataque" (A.Lapa 1973:68-69).

neste Estado, que se em todo o Brazil assim fosse não teria V.Mag.de a metade das conquistas descobertas, nem sabidas, como estão da Capitania de São Paulo, até este Estado, e se tem observado na Capitania de São Paulo todos os barbaros que offendem ou impedem as conquistas os vassallos, que se achão opprimidos dão a Providencia, que as suas forças podem, e desinfestão, e tem adiantado as conquistas, e donde os vassallos não poderão, recorrerão a V.Mag.de, como foi para o gentio Payaguazes e Cayapó, que ainda se lida com elles, e neste Estado tudo vejo pelo contrário, não pode haver adiantação tudo á custa da Real Fazenda de V.Mag.de (...). (A.C.F.Reis 1948:168-169)

(48) Resolução de 23 de outubro de 1753, do Conselho Ultramarino, e Provisão Régia de 14 de novembro de 1752.

Os Mura, os Paiaguá e os Caiapó são os únicos índios ainda considerados legalmente cativos, segundo convenção estabelecida entre os governadores do Mato Grosso e do Grão Pará. Em 1754 chega da região das minas uma carta do Governador Antônio Rolim de Moura (A.R.Moura 1983:122-123), que trata de questões ligadas ao novo percurso comercial, na qual indagava a Mendonça Furtado sobre a extensão da aplicabilidade do conceito da liberdade dos índios. O abastecimento da região das minas do Mato Grosso de escravos negros era sugerida por Rolim de Moura como única forma de contenção dos abusos que se praticava contra os índios, os quais, afirmava, ainda eram vendidos em praça pública, mediante a apresentação de um registro. Mendonça Furtado informa que o fornecimento dos negros ficaria a encargo da Companhia Geral de Comércio (49), que estava por ser criada. Quanto à liberdade dos índios, a seu ver nenhum desses homens era escravo, com exceção dos Mura (50).

(49) É muito relativa a eficiência da Companhia de Comércio do Grão Pará no abastecimento de escravos negros para a região das minas do Mato Grosso. Davdson demonstra que a grande maioria de escravos negros que entram na região advém de intermediários ou de senhores de escravos do Grão Pará (D.Davdson 1970:147).

(50) "Por não cansar mais a V.Exa., lhe digo que sem excessão todo índio que aparecer deste Estado nessas minas é livre, e que se a V.Exa. lhe parecer assim declará-lo, eu tomo sob a minha consciência a restituição, à excessão dos Muras, que ainda estou indeciso na justiça do negócio, o que para que V.Exa. se acabe de sossegar de todo, lhe participo que S. Majestade os reputa a todos livres, e por algumas razões particulares tem deixado de assim o declarar por uma lei que me persuado, não tardará muito em se promulgar..." (M.C.Mendonça 1963:547)

A historiografia relaciona no ano de 1755 duas leis que teriam o efeito de abalar a influência da Companhia de Jesus na colônia: A Lei da Liberdade dos índios e a da criação da Companhia Geral do Comércio do Grão Pará e Maranhão (J.L.Azevedo 1901) (51).

A Lei da Liberdade dos índios, que extinguiu as missões e declarava livre todos os índios, fora publicada em Lisboa em 1755, ficando oculta ainda por dois anos, divulgada no Pará apenas em 1757. Neste ínterim, Mendonça Furtado viaja de Mariuá, no Rio Negro, até o Madeira, para lá fundar a primeira vila de índios sob administração secular.

O projeto de transformar a aldeia de Trocano num posto avançado da administração militar, em contraposição à ordem religiosa que ainda imperava nas missões do sertão, se esboça logo depois da abertura do caminho pelo Madeira. Em 1754 a Aldeia de Trocano passa a abrigar uma guarda militar, constituída por um tenente e treze soldados, e nela é edificado um quartel para os militares. A principal atribuição da guarda era vigiar o movimento do ouro que estaria sendo desviado do Mato Grosso (52).

(51) A Companhia Geral do Comércio do Grão Pará e Maranhão é confirmada pelo Alvará de 27 de junho de 1755, e extinta pela resolução régia de 25 de fevereiro de 1778.

(52) "...resolvi a mandar logo uma guarnição para a Aldeia de Trocano, encarregando este estabelecimento ao Tenente Diogo Antonio de Castro e Meneses, dando-lhe precisas ordens pelo que respeita ao extravio do ouro, que me persuado a que por aquelas povoações tem havido bastante, e com esta providência, se não evitar em todo, há de cessar, sem dúvida, em uma grande parte..."(apud M.C.Mendonça 1963:552).

Borba, a Nova, nasce no alvorecer de 1756. No ano anterior, o Governador Mendonça Furtado recebera ordens de Lisboa de criar a Capitania de São José do Rio Javari e elevar à Vila a aldeia jesuíta de Trocano. No mesmo ano escreve à Rolim de Moura, do Mato Grosso, relatando sua intenção de manter em Borba armazéns e casas para servirem de descanso aos viajantes ( apud M.C.Mendonça 1963:836).

Em 20 de dezembro de 1755 chega Mendonça Furtado ao Rio Madeira, ocultando dos missionários de Trocano o objetivo de sua viagem. É recebido com uma salva de tiros de dois canhões, que estavam na missão desde a década de 1720, doados pelo Governador João da Maia da Gama, sendo usados pelos missionários, diziam estes, para espantar os Mura com seu estrondo.

No dia primeiro de janeiro o Governador convida o Padre Anselmo Eckart para a inauguração solene da Vila de Borba, a Nova. É de João Lúcio de Azevedo uma saborosa descrição da cerimônia de emancipação de Trocano, ato que registra o início da secularização das missões indígenas administradas pelas ordens religiosas: "Convocados os índios ao som de trombetas, fez-lhe um oficial da escolta de Mendonça, perito na linguagem tupi, uma prática, insinuando-lhes que para o futuro, viveriam em outros costumes, outra disciplina e outra lei. Em seguida entraram os selvagens, ajudados por soldados, a fazer uma grande derrubada, e no meio da clareira, em pouco tempo aberta, elevaram, a feição de coluna, um tosco madeiro: o pelourinho, símbolo das

franquias municipais. Alguns vivas ao Soberano, e os tiros de duas pequenas peças de artilharia, existentes na missão, saudaram o levantamento desta à dignidade de vila" (J.L.de Azevedo 1901:268).

Mendonça Furtado procede então ao levantamento dos bens dos jesuítas, que se constituíam num indigente espólio de duas canoas velhas, uma forja de ferreiro, uma balança, o sino e as duas peças de artilharia, as mesmas que ficariam mais tarde famosas nas páginas da Relação Abreviada. A aldeia de Trocano é vasculhada, e à devassa segue uma volumosa correspondência de Mendonça Furtado com a corte, onde aponta as incorreções encontradas na administração jesuíta. Em Trocano, a balança localizada junto ao altar e servindo para pesar os gêneros extraídos do sertão pelo missionário, horroriza Mendonça Furtado: a casa de Deus transformada em cova de ladrões, comentava o Governador posteriormente (apud M.C.Mendonça 1963:985). Os superpoderes dos padres no sertão eram lembrados com o exemplo do P.João de Sampaio, um dos primeiros missionários de Abacaxis, que mantinha na missão uma cadeia pública para castigar os índios, onde diziam que aplicava penas de morte, de degredo e açoites (apud M.C.Mendonça 1963:1204).

A administração dos jesuítas era acusada pelo consulado pombalino da precariedade encontrada em Trocano. Apesar da enorme quantidade de drogas extraídas do sertão anualmente pelos padres, não se notava a correspondente reversão do lucro em bens permanentes para a aldeia. Os

mesmos argumentos são posteriormente generalizados para todo o Grão Pará.

Os canhões são desapropriados dos jesuítas, por serem peças de artilharia que julgava Mendonça Furtado "de sorte nenhuma lhe competiam, muito menos nestes centros, porque eram armas que não as costumavam ter senão Príncipes Soberanos, e que eu lhes não podia consentir em parte nenhuma" (apud M.C.Mendonça 1963:940).

A nova ordem de Borba, aplicação prática das diretrizes do Diretório Pombalino de 1755, se apoiava em dois pilares: os casamentos inter-étnicos e a administração militar. Afirmando estar "...trocando por esta forma a rusticidade da povoação antiga, dos miseráveis índios, que nela viviam, em civilidade ou polícia", Mendonça Furtado planeja para a nova vila o estabelecimento de casais europeus ou de europeus casados com índias.

A idéia dos casamentos de colonos ou soldados com índias já estava na Lei da Liberdade dos índios de 1755, que promovia a miscigenação, recompensando com regalias os casamentos de brancos e índias (Carneiro da Cunha 1983:97). Os noivos recebiam da Coroa ferramentas para o cultivo da terra - um machado, uma foice, um ferro de cova, um enxó - juntamente com duas peças de tecido. O estado também fornecia aos casais o transporte para as novas vilas pombalinas. Discutiu-se na ocasião, por sugestão do Bispo, a validade de se estimular o consórcio de soldados e prostitutas, como forma de suprir de casais as novas vilas

de Borba e Javari (apud M.C.Mendonça 1963:905). Em 1756 já estavam assentados em Borba vinte e três destes casais, entre eles o desenhista italiano Antonio Landi, da missão de técnicos estrangeiros que acompanhara o Governador ao Grão Pará.

A administração da vila e dos índios ficava a cargo de um oficial militar, e a experiência iniciada em Borba serve de modelo para todas as outras missões até então administradas por missionários.

A notícia da "artilharia" jesuíta encontrada no Rio Madeira chega à corte e os canhões de Trocano são tomados por Sebastião José como emblemas da militarização dos padres contra o governo colonial. Falou-se na ocasião num levante armado de índios e jesuítas, semelhante ao que enfrentara Gomes Freire de Andrade em 7 Povos das Missões, em 1753. Em novembro de 1757 sai publicada em Lisboa a Relação Abreviada, que fala na resistência armada dos índios, organizada pelos jesuítas. Um dos exemplos das atitudes belicosas da Companhia de Jesus vinha da recém criada Vila de Borba, onde os padres alemães estariam armados (53).

(53) "Indo fundar-se no mes de janeiro de 1756 a Vila de Borba, a Nova, na aldeia chamada de Trocano, se achou nela o padre Anselmo Eckart, allemão, que havia chegado poucos meses antes como missionário, armado com duas peças de artilharia, e unido com outro padre, também allemão, chamado Antonio Meisterbourg, ambos praticaram naquelle territorio desordens, que fizeram verossimil a suspeita, de que em vez de religiosos, poderiam ser dois disfarçados engenheiros" Relação Abreviada da República que os Jesuítas... (apud J.L.de Azevedo 1901:269)

Os padres estariam boicotando o Tratado de Madri, sonegando víveres e índios domésticos aos militares, dificultando os trabalhos da Comissão Demarcadora. Outra grave acusação que recai sobre a Companhia de Jesus é a depopulação indígena, diagnosticada em todo o Grão Pará pela administração pombalina, cuja causa passa a ser atribuída às falhas do sistema das missões, e não aos efeitos concretos da epidemia de 1743-1750.

A indisposição do Governador com os Padres Meisterbourg e Eckart conduz os missionários de Trocano à prisão e inicia o processo de expulsão da Companhia de Jesus do Grão-Pará. Dezoito anos durou a prisão de Anselmo Eckart nos calabouços de Almeida e na Torre de S. Julião. Padre Meinsterbourg, como também o cronista da Companhia de Jesus, João Daniel, ficam presos durante anos, até a morte de D. José e o final da administração pombalina (J.L. Azevedo 1918:143).

Nas décadas seguintes veremos a notícia sobre os Mura deslocar-se do Rio Madeira para o Solimões e Negro. Das vilas de Barcelos, Carvoeiro, Moura, Ayrão, Silves, Alvelos, Ega e Nogueira, chegam denúncias das administrações locais de saques dos Mura aos brancos e aos índios. Os Mura estariam atacando todos aqueles que se afastavam do círculo restrito da "polícia e civilidade", representado pelo espaço urbano traçado pela administração colonial. Dessa maneira, diziam as autoridades, a agricultura não prosperava, já que os terrenos férteis estariam fora do espaço das vilas, e portanto, no território dominado pelos Mura.



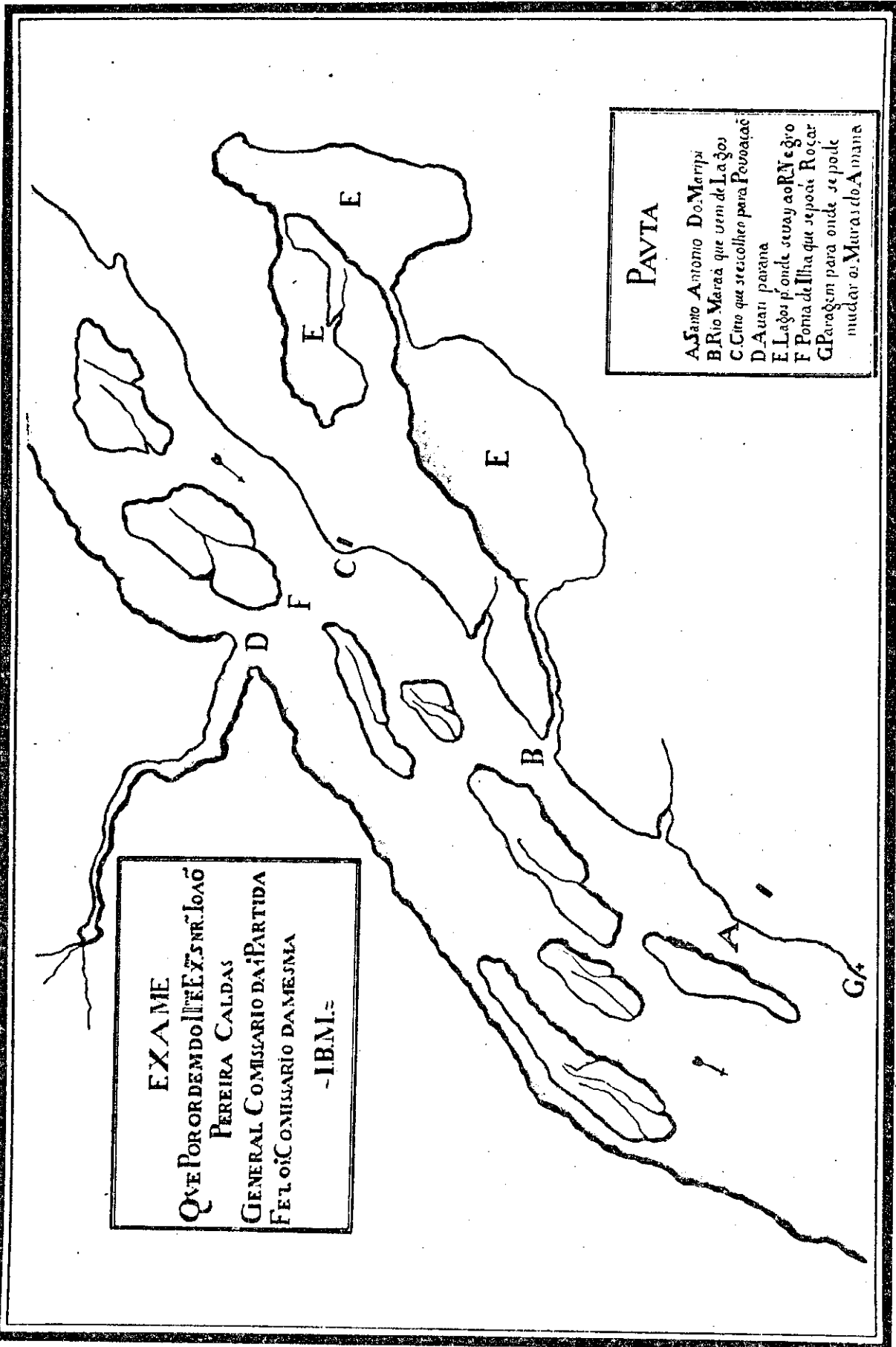
Os Mura encontrados ou capturados nas proximidades das vilas são mortos ou escravizados. Em 1775 o sucessor de Mendonça Furtado no governo do Grão Pará, João Pereira Caldas, recebe de presente do Governador da Capitania do Rio Negro, Joaquim Pinto Valente, "uns gallos e passarinhos e dois Mura para o Serviço da Cozinha de V.Exma., ou para distribuir para quem for servido". Haviam sido apreendidos junto à Fortaleza do Rio Negro, onde os militares diziam terem matado quatro índios do grupo de seis Mura presos no local (54).

O gentio de corso, índio bárbaro que não estava nas aldeias nem nas vilas, do qual não se sabia o paradeiro, fazia parte da natureza indomada. Não são poucas as vezes que os Mura aparecem na documentação desta época justapostos às formigas, iguados enquanto agentes nocivos à agricultura. Enquanto natureza indomada, lutavam contra os planos racionais de desenvolvimento agrícola implementado pelo consulado pombalino.

A idéia do Mura como grande impecilho à agricultura esta presente no discurso do intendente e ouvidor Ribeiro de Sampaio, que percorre o Grão Pará entre 1773 e 1774, e em outros autores que serão analisados a seguir.

(54) APP código 148 Carta de Joaquim Tinhoco Valente ao Governador João Pereira Caldas, de 12 de fevereiro de 1775

FIGURA "2"





CAPÍTULO 3:  
"O MURA AGIGANTADO"

1. Alexandre Rodrigues Ferreira

1.1. Logo que chega a Belém, (55) dando início à expedição filosófica que o ocupará por quase dez anos, Alexandre Rodrigues Ferreira expõe ao Governador Martinho de Souza de Albuquerque sua opinião sobre os Mura, em carta de 15 de março de 1784:

"Desde o princípio se cometteram as pazes ao gentio, mas elle nunca as aceitou.(...) Ordenou (Sua Magestade) que pelos meios da brandura se emprendessem para diante os descimentos; e tudo isso para que fim? Para que de seu moto proprio, e de sua livre vontade, descesse o gentio do sertão a incorporar-se com os indios aldeados(...)"

(56).

(55) Alexandre Rodrigues Ferreira parte de Lisboa em agosto de 1783, chegando ao Pará em outubro do mesmo ano. Passa quase um ano em Belém, onde redige o "Estado Presente da Agricultura do Pará", para D. Martinho de Souza de Albuquerque, texto que é de 15 de maio de 1784. Em setembro de 1784 embarca para o Rio Negro e chega em Barcelos em março de 1785, onde ficará por mais dois anos. Desta estadia temos o Diário da Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro, escrito em Barcelos e concluído em 1786.

(56) Carta de Alexandre Rodrigues Ferreira, de Belém, dirigida ao Governador Martinho de Souza de Albuquerque, de 15 de março de 1784 (Ferreira 1887[1788]:72).

Agora em Barcelos, bem mais próximos desses índios que sempre chamaram sua atenção, Alexandre Rodrigues retoma suas anotações belenenses para com elas compor a parte do Diário da Viagem Filosófica (1788) dedicada ao Mura. Este é um dos seus textos mais irregulares, onde colaboram gêneros literários diversos - como correspondências de diferentes fontes, memórias históricas, relações e escritos variados, de autores diversos, e documentos oficiais - o que torna a leitura do Diário do naturalista uma tarefa um tanto difícil e tortuosa.

O perfil do gentio Mura é traçado também dessa forma truncada, a partir da compilação de textos de diferentes naturezas. Alexandre Rodrigues lança mão especialmente do diário de outro ilustre visitante da Capitania do Rio Negro, o ouvidor Ribeiro de Sampaio (57), que anos antes descrevera os Mura como inimigos da colonização e das outras nações de índios. Assim o naturalista, citando o ouvidor Ribeiro de Sampaio, descreve quem são os Mura:

"...por sua natureza, conserva cruel e irreconciliável inimizade com todas as mais

(57) O Diário da Viagem que em Visita e Correição das Povoações da Capitania de São José do Rio Negro fez o Ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio no ano de 1774-1775, Typografia da Academia, Lisboa, foi publicado pela Academia Real das Ciências e corresponde ao registro das impressões da viagem realizada pelo ouvidor sobre a Capitania do Rio Negro durante a administração de João Pereira Caldas. Encontramos no Arquivo Público do Pará, Códice 139, documento número 6, um manuscrito de Ribeiro de Sampaio de março de 1774, contendo as impressões iniciais dos lugares que visitou, texto que provavelmente serviu de base para a confecção do Diário.

nações, não excetuando os Índios: que professa por intuito a pirataria, grassando por todos os lugares do público território, em que deve haver a maior segurança; que nas suas guerras e assaltos usa a mais bárbara tirania, não perdoando mesmo aos mortos, em que cometem inarráveis crueldades (...) motivos estes que (...) justificam contra esta Nação a mais enfurecida guerra" (58).

1.2. Antes de tentar entender o que Alexandre Rodrigues Ferreira pôde extrair da leitura do Diário da Viagem do ouvidor Ribeiro de Sampaio, será oportuno determinar em que altura do percurso o naturalista redigiu suas notícias sobre os Mura.

A "Memória do Gentio Mura" é um texto de 1787, ano em que Alexandre Rodrigues Ferreira esteve aguardando em Barcelos pelas ordens reais que deveriam libera-lo para outra expedição, talvez pelo Rio Japurá, como o naturalista desejava, mas que acaba se efetivando rumo ao Mato Grosso, seguindo os desígnios de Portugal.

Dessa fase que antecede a viagem pelo Rio Madeira, temos os textos mais literários sobre os Mura, quer no caráter livresco das informações que contém, quer pelo viés historiográfico que a narrativa assume, ao tentar registrar para o público europeu a história da redução dos Mura.

(58) Ribeiro de Sampaio Diário da Viagem, apud Ferreira (1887[1788]:70).

Pertence a essa fase a compilação de cartas das autoridades coloniais encarregadas da montagem dos aldeamentos dos Mura, documentos que Alexandre Rodrigues deu o nome de "Notícia da Voluntária Redução de Paz e Amizade da Feroz Nação do Gêntio Mura nos annos de 1784, 1785 e 1786" (59). Temos ainda as inúmeras referências que Alexandre Rodrigues faz aos Mura ao longo do Diário da Viagem Filosófica pela Capitania do Rio Negro.

1.3. Mas o que pode representar para o naturalista a leitura do Diário do ouvidor Ribeiro Sampaio? É de Alexandre Rodrigues a indicação que esta seria uma opinião abalada sobre os Mura:

"Da ferocidade desta Nação, que a bem pouco tempo se familiarizou conosco e dos malefícios, e insultos com que ela tem perseguido a Agricultura, a População, o Comércio e a Navegação dos sobreditos rios, já em outro tempo deu uma bem circunstanciada idéia, o Dr. Ouvidor e Intendente Geral

(59) Alexandre Rodrigues Ferreira foi receptor das cartas que contam a redução dos Mura. Sobre elas diz: "a história desta tão útil e tão inopinada redução (...) antecipo pela minha parte o que sei, que se passa (...) e a colleção das copias, que V.Ex. (Governador João Pereira Caldas) me facilitou, desempenhará o título que tem de noticias da voluntária redução de paz e amizade da feroz nação do gentio Mura, nos annos de 1784, 1785 e 1786. Barcelos, 11 de maio de 1787, Alexandre Rodrigues Ferreira" (Ferreira 1887[1787]:73). As cartas sobre a redução dos Mura foram posteriormente publicadas pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro T.36 parte 1:223-392, mantendo o mesmo nome de "Notícias da Voluntária Redução..." e pelo Boletim de Pesquisa CEDEAM v.3 nr.5 1984.

Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio

..."(Ferreira 1974 [1788]:59)

É do ouvidor Ribeiro de Sampaio o terrível quadro das vilas e povoações sobressaltadas diante do ataque iminente dos Mura. Assim, em Silves, no Lago Saracá (Rio Solimões), os Mura impediam o desenvolvimento da agricultura. Imobilizados pelo temor dos ataques dos Mura, os índios das povoações deixavam de cultivar as roças, concluindo o ouvidor pela necessidade de se dar um fim a esses ataques:

"... posto que (as plantações) não terão grande aumento, atequê se não extinga o gentio Mura, que costuma assaltar as roças das vizinhanças" (Ribeiro de Sampaio 1825[1774-75]:3).

No Rio Arú, barra do Purus, "...grassão por esta paragem frequentemente os Múras" (:20), que também aterrorizam o viajante do Rio Solimões. Diz o ouvidor:

"Estes são os inimigos que temos que recear nesta viagem, principalment no Rio Solimões, que presentemente infestão em grande número."

(Ribeiro de Sampaio 1825 [1774-1775]:12).

Seguem descrições do estado da agricultura e das povoações dos rios Madeira, Solimões e Japurá; em todo esse imenso território os Mura estariam apavorando as vilas, desalojando populações indígenas, que procuram asilo junto às cidades. Os Mura são também a explicação, fornecida pelo



Ouvidor, para o decréscimo de estabelecimentos promissores da Coroa.

No documento localizado no Arquivo Público do Pará, versão reduzida do Diário, Ribeiro de Sampaio apresenta uma análise geral da situação dos índios depois da Lei das Liberdades, e um quadro geral das vilas do Grão Pará. Os índios continuavam sendo descidos do sertão pelos colonos, única forma de manter a precária estabilidade demográfica das povoações (60). As plantações eram mantidas, de maneira geral, pelos brancos, e para um maior desenvolvimento propagandeava o ouvidor a maior utilização da mão de obra escrava (R.Sampaio 1774).

Passados mais de dez anos, Alexandre Rodrigues Ferreira retoma as anotações de Ribeiro de Sampaio para confirmar a mesma idéia do imenso território - toda a capitania do Rio Negro - marcado pela presença nefasta dos Mura:

"As hostilidades e crueldades do gentio Mura, principalmente na Capitania do Rio Negro, tem também sido pelo espaço de tempo de todos os sobredito governos, outro irreparável obstáculo contra o maior progresso da lavoura e do comércio daquelles opprimidos moradores." (Ferreira 1887[1788]:55)

(60) "Os descimentos posso dizer a V.Exma. que nas povoações do Solimões são sucessivos, por cauza da proximidade dos rios em que habitão innumeraveis Nações" R.de Sampaio 26 de março de 1774, carta a João Pereira Caldas in APP códice 139 doc.6.

Atentemos que nos diários de Ribeiro Sampaio e Alexandre Rodrigues Ferreira os Mura ocupam um território fantástico, que vai do Rio Tocantins ao Solimões, entrando pelos rios Madeira, Negro e Japurá.

É comum encontrarmos na documentação do século XVIII uma mesma fórmula - que se repete todos os anos - utilizada pelos diretores das vilas e outras autoridades provincianas na correspondência com o Governador da Capitania, que serve para justificar a pequena, senão inexistente, produção das roças. Dizem esses documentos, com pequenas variações:

"Certifico eu Manoel Andre Cabo da canoa da Villa de Moura como Pedro Affonso Gatto, Sargento dos Auxiliares, e Director desta Villa não tem dado comprimento a Ordem do Ilmo.General Fernando da Costa em mandar fazer a roça do Comércio pella causa do gentio Mura andar infestando e matando os moradores desta villa e por esta cauza tem todos medo de fazer suas lavouras... Villa de Moura, 25 de julho de 1772."(61)

A mesma fórmula, que incrimina os Mura pela frustração dos planos de desenvolvimento agrícola imaginados pela administração pombalina, aparece na correspondência endereçada ao Governador que vem da Vila de Moura, em 1772 e 1774; Barcelos 1775; Santo Antonio do Imaripi (Rio Japurá),

(61) Correspondência de Diversos com o Governador 1772, Código 126 s/página Arquivo Público do Pará (Grifo meu).

1782. As roças das povoações não produzem excedentes comercializáveis pelo governo geral, e os Mura são a principal explicação.

Tanto nos dois diários de viagem como na correspondência com o Governador temos um mesmo quadro que atesta a enorme extensão do território Mura e a incidência do saque que o grupo cometera contra as vilas.

Mas é no poema Muhuraida que a imagem do "Mura agigantado" alcança a sua forma mais completa.

## 2. O Mura Agigantado

2.1. Em 1785, no interior da Amazônia, numa vila escolhida para receber os emissários encarregados da demarcação das fronteiras entre Portugal e Espanha, Henrique João Wilckens - um engenheiro-militar integrante da Comissão portuguesa - escreve o poema Muhuraida ou o Triunfo da Fé (62).

Forma, argumento e intenção assemelham o poema Muhuraida aos outros dois épicos do arcadismo brasileiro: Uruguay (1754), de José Basílio da Gama e o Caramuru (1781), do Frei Francico José de Santa Rita Durão. Wilckens também construiu seu poema em oitava camoniana e utilizou-se amplamente do recurso das notas de rodapé para a

(62) Agradeço a Professora Manuela Carneiro da Cunha a cópia do poema Muhuraida, por ela localizado na Torre do Tombo. Veja em anexo a transcrição integral do poema.

complementação dos versos com informações de caráter histórico ou etnográfico (63).

Para a nossa leitura as notas de rodapé da Muhuraida foram fundamentais: elas acrescentam ao texto poético uma versão do episódio da redução dos Mura semelhante à encontrada no texto do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, demonstrando que os dois autores se inspiraram na mesma fonte documental: as cartas que relatam a "Voluntária Redução e Paz e Amizade da Feroz Nação do Gentio Mura nos annos de 1784, 1785 e 1786".

O poema é composto em seis cantos, que aqui vão resumidos a partir das palavras-chave de cada canto. No primeiro o gentio Mura é apresentado no seu estado selvagem, e são acentuados os traços de sua ferocidade: a prática da escravidão dos outros índios, submetidos pelos Mura a trabalhos forçados; o vil costume da violentação das vítimas; o ultraje dos cadáveres. A cidade e as vilas vivem nas trevas, temendo o ataque dos Mura. No segundo canto o Mura ouve o Mensageiro Divino, que anuncia a luz que vem da fé. O Lugar de Santo Antonio do Imaripi, no Rio Japurá é o cenário do terceiro canto que trata da conversão dos Mura.

(63) O recurso de lançar mão abusivamente das notas de rodapé é um procedimento notado por Antonio Cândido na Henriade, de Voltaire, em Caramuru de Santa Rita Durão e no Uruguay de Basílio da Gama, julgando o crítico literário ser esta uma demonstração clara da incapacidade épica de incorporar artisticamente o elemento ideológico, o que no seu entender não obscurece o brilho de um poema como Uruguay "...algo mal construído, (...) mas leve e brilhante, revelando um dos poemas mais puros da nossa literatura" (Cândido 1957:128-129).

Um velho Mura, revoltado, lembra a todos que foram os brancos que provocaram o início da violência, escravidão e morte de muitos do seu povo. No quarto canto a aproximação se realiza, comandada por Mathias Fernandes do Imaripi. Os Mura estão em paz, e vão a Ega conhecer as autoridades. O quinto canto fala do principal Ambrósio, um "murificado", isto é, tornado Mura, que inicia no Lugar de Nogueira outro assentamento. O sexto canto finaliza a epopéia e celebra a conversão dos Mura ao catolicismo. Vinte crianças Mura são batizadas: é a vitória final contra o "Príncipe das Trevas".

A mesma sequência de fatos pode ser acompanhada pela leitura das cartas que compõem a "Notícia da Voluntária Redução de Paz e Amizade da Feroz Nação do Gentio Mura nos annos de 1784, 1785 e 1786."

2.2. O poema Muhuraida retoma, de forma exacerbada, todas as imagens que o século XVIII construiu sobre os Mura. A idéia de uma territorialidade superdimensionada se expõe de maneira clara e completa nos versos do militar. Veremos que o poema registra o Rio Madeira como território originário do grupo. A partir de 1756 ocorre o que Wilckens chama de "expansão do grupo", e os Mura passariam a ocupar todos os afluentes do Rio Amazonas.

O poema nos fornece, portanto, os três elementos dessa espacialidade fantástica atribuída aos Mura no século XVIII: o nomadismo, o desconhecimento geral que se tem dos Mura e a ação das frentes de colonização, que empurram o Mura até a sua última fronteira com a civilização - o Rio Japurá.

Vejamos como Wilckens prepara a leitura do poema no Prólogo, onde apresenta o Mura:

"O feróz, indomável, e formidável gentio Muhúra ou Múhra, conhecido ha mais de cincoenta annos, Habitador dos densos Bosques e dos grandes Lágos, do famoso Rio Madeira (...) sempre foi fatal aos Navegantes do ditto Rio Madeira no Comércio que o Pará cultivava com a Cappitania do Matto Groço(...)"

"No anno de 1756 principiou o ditto Gentio Muhura a sair em corço pelos circunvizinhos Rios, passando athé a Fortaleza da Barra do Rio Negro, confluyente do Amazonas: Insensivelmente no anno de 1756, athé o de 75, enchião ja de terror, espanto, mortes e rapinas, todos os Rios confluentes do Solimões, ou Amazonas, funestando a Navegação, o Comércio, a Comunicação, e a População dos dittos Rios" (Wilckens 1785).

A imagem do "Mura agigantado", metáfora aplicada à geografia do grupo, no poema dá a idéia de que ao número real de indivíduos se somavam os milhares que deveriam ocupar os bosques marcados como território Mura. Diz Wilckens:

"...gentio de corço; sem estabelecimento perdurável(...) occupando imensa extensão de terreno, acrescentava a certeza do terror da

sua barbaridade, e ferocidade, a incerteza do lugar da sua existência..." (Wilckens 1785).

No primeiro canto, Wilckens retoma a mesma idéia do território fantástico, para a qual colabora o elemento da organização social nômade do grupo. A "incerteza do lugar de sua morada" (Wilckens 1785:10) somada à ação predadora convence os brancos que não sabem onde habitam os Mura, que eles estão em todos os lugares:

" Tal do feróz Muhura, agigantádo,  
 Costume é certo; invariável uzo;  
 Que desde o Rio Madeira, já espalhádo  
 Se vê em distância tal, e tão diffuzo  
 Nos Rios confluentes, que habitádo  
 Parece só por elle, e ao confuso,  
 Perplexo passageiro intimidando,  
 Seus bárbaros intentos vai logrando."

(Wilckens, 1785:10)

Ao "gentio de corço" é negada a condição humana: "Sem Ley, sem pouzo, e sem authoridáde, / Só os accidentes tem da Humanidáde." (Wilckens, 1785:12)

2.3. Todas as informações sobre a organização social ou sobre a cultura material que Wilckens fornece no poema participam da construção do perfil do guerreiro inimigo dos colonizadores e dos outros índios. O Primeiro Canto fala das características da guerra Mura, uma guerra de guerrilha, dissimulada e traiçoeira, que foge dos padrões setecentistas de uma guerra européia:

"Qual Lobo astuto, que o rebanho vendo;  
 Passar, de Ovelhas, do Pastor seguido,  
 A desgarrada logo accomettendo  
 Faz certa préza, sem ser presentido;  
 A ensanguentáda fauce, então lambendo,  
 A negra grutta já restuhido,  
 Cruel, insaciável, se prepára  
 Medita nova empréza, e se repára."

Vejamos a descrição do gesto guerreiro:

"D'aqui de agudas flechas hum chuveiro  
 Por entre espessas rámas, dispendido,  
 Traspassa o Navegante, e o remeiro,  
 Ou do terror da Morte possuido,  
 O faz precipitar na Onda, primeira (...)"

"Qual ave de rapina, insaciável,  
 Ligeira desce e despedáça a Preza, (...)"

"Em barcos, tão ligeiros como informes,  
 Mais temidos se fazem, mais enormes."

Em nota de rodapé Wilckens relata que as embarcações, feitas de cascas de árvores, compridas e pouco largas, levavam de oito a quinze guerreiros sentados uns diante dos outros, e que levantavam para atirar, "dispendindo as flechas dos grandes Arcos, com muita violencia." (Wilckens 1785:11). Também em Alexandre Rodrigues Ferreira a notícia



sobre o Mura é, antes de tudo, um noticiário sobre a guerra. Mas que guerra é essa ?

### 3. "Sobre a Guerra que Fazem"

3.1. O perfil que Alexandre Rodrigues Ferreira traça do inimigo Mura é um amálgama grosseiro de todas as visões de guerra que formou ao longo de sua estadia na Amazônia, ou que teve acesso através de leituras (64).

Examinemos a construção da guerra arquetípica que ilustra a "Memória do Gentio Mura". O item dedicado ao tema "Sobre a Guerra que Fazem" corresponde a um pot-pourri sobre a guerra nativa, onde colaboram os cronistas do século XVI que escreveram sobre os tupi da costa atlântica, além de outras informações retiradas de notícias sobre grupos belicosos da Amazônia, como os Mundurucu. Vejamos a passagem onde Alexandre Rodrigues Ferreira expõe os principais motivos da guerra:

"o desejo de se vingarem é tão cego e abrutado como o dos animais ferozes. Mordem as pedras com que se lhes atira, como fazem

(64) Na bagagem das missões científicas encontramos tanto textos do enciclopedismo francês, mais marcadamente Montesquieu e Voltaire, utilizados amplamente no Diário de Ribeiro Sampaio, como também uma vasta biblioteca "brasileira", formada pelos autores do academicismo baiano e carioca. Viriato Corrêa fornece uma extensa lista de livros encontrados na bagagem da Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira, em 1790, onde aparecem por exemplo o Caramuru, de Santa Rita Durão; o Uruguay de Basílio da Gama, História do Brasil, de Simão Vasconcelos; a Nova Lusitânia, de Brito Freire; América Portuguesa, de Rocha Pita, e claro, o Diário de Viagem, de Ribeiro de Sampaio. (Corrêa 1939)

os cães e as retorquem contra o mesmo que as atirou..."(Ferreira 1974 (1787):61),

onde reconhecemos a narrativa de Thevet (65), cronista que escreveu em 1558, e que faz referências ao espírito de vingança dos tupi, que agrediam as pedras que os haviam ferido.

Observemos ainda na "Memória do Gentio Mura" o que compõe a remessa de objetos que Alexandre Rodrigues Ferreira encaminha ao Real Gabinete de História Natural:

"Das remessas que até o presente tenho feito (...) se coligem as que tenho visto e sabido. Remeti a cabeça de um índio, a qual foi achada entre os outros muitos troféus que possuía o gentio Munduruk (...). Também remeti uma gargantilha de dentes; e dentro de um cestinho, uma massa untuosa e incorporada com o urucu, a qual disseram os práticos que era o cérebro humano que lhes servia de unguento para as suas unções. Tenho visto algumas gaitas de tíbias das pernas de homens, porém do gentio Mura o que vi e o que remeto é o que consta da relação da remessa(...).(Ferreira 1974[1787]:63)

Assim, Alexandre Rodrigues reserva para a "Memória do Gentio Mura" o acervo que poderia compor um pequeno museu de

(65)Thevet, Andre Singularidades da França Antártica a que outros chamam de América Série Brasileira 229 São Paulo 1944.

horror: troféu de cabeças Mundurucu, colar de dentes, massa cefálica, tíbias humanas. Dos Mura, entretanto, os objetos que remete são alguns inofensivos adornos de cabeça, uma tanga, um cachimbo de paricá, arcos e flechas

3.2. Depois de tentar caracterizar a belicosidade dos Mura - usando para isso a montagem de textos de diferentes naturezas, relativos a grupos diversos, onde recolhe visões sobre a vida selvagem, e escolhe da cultura matéria objetos de grande impacto aos olhos civilizados, parte o naturalista para a explanação sobre a organização militar e as táticas de guerra, ainda na "Memória do Gentio Mura".

"Depois de consultarem os Oráculos, os feiticeiros e os velhos, o Principal da Nação dirige em chefe o Exército quanto ao fim de pelear porque quanto aos meios e a disciplina cada soldado é senhor de si e das suas ações(...) marcham para a guerra em pequenos corpos ligeiros e desembaraçados dos empecilhos das bagagens. Cada soldado não leva mais que as armas e um pequeno saco de farinha de mandioca ou de beiju (...)"

E sobre as táticas de guerra:

"Como as caçadas que fazem na paz são os exercícios para a guerra, do mesmo modo que rastejam a caça, assim entram a rastejar uns aos outros." (Ferreira 1974[1787]:62)

Ressalta em duas breves passagens, que apesar de constarem da "Memória do Gentio Mura", nem todas estas observações podem ser atribuídas aos Mura: "algumas das sobreditas barbaridades comete o gentio Mura. Outras cometem outras" (Ferreira 1974[1787]:63).

Este universo de representações dos Mura constitui no século XVIII um corpo homogêneo de conceitos compartilhados pelas diversas esferas do poder colonial. Veremos a seguir que estes conceitos também moldam a práxis das autoridades portuguesas para o caso Mura.

#### 4. A Exceção de Liberdade

4.1. Os Mura constituem durante todo o período pombalino (1750-1777) o que se convencionou chamar de "casos de excessão de liberdade", nas palavras de Alexandre Rodrigues Ferreira (Ferreira 1887[1788]:73). Vigorava então a "Lei das Liberdades", de 6 de julho de 1755, cuja aplicação fora regulada pelo ato de 3 de maio de 1757, de Mendonça Furtado, o "Directório que se deve Observar nas Povoações de índios do Pará, e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mudar o contrario" (Moreira Neto 1984:165-205), estabelecendo total liberdade à população indígena, que passava a dispor livremente de suas pessoas e de seus bens.

Neste contexto onde pelo menos teoricamente estava garantida a toda população indígena a liberdade, Alexandre Rodrigues Ferreira justificava a necessidade da guerra e

cativeiro dos Mura, e buscava os argumentos legais para o enquadramento do grupo nos casos de "excessão de liberdade".

O precedente histórico usado pelo naturalista para justificar a guerra e cativeiro dos Mura, ainda na vigência do "Directorio", eram as ações bélicas do Governador Pereira Caldas contra os Gueguê, Timbira e Açorúá do Piauí, em 1761 (66).

Quando Alexandre Rodrigues escreve ao então Governador Martinho de Souza de Albuquerque, ainda em 1784, sobre a necessidade da guerra contra os Mura, Mundurucu e Carajá (Ferreira 1887[1788]:72), lembra que em 1778 João Pereira Caldas havia expedido uma tropa de guerra para castigar os Mura do Rio Japurá. Nesta ocasião, Pereira Caldas adotara a estratégia da guerra defensiva, por ser esta uma decisão da esfera governamental, o Rei não fora ainda consultado sobre o caso, fato que impedia a adoção da guerra ofensiva contra os Mura. Na época o governador argumentara que a vantagem da guerra defensiva contra os índios era se retirar maior número de braços para a lavoura, o que não acontecia quando se optava pelo "último rigor da guerra" (67).

(66) Da mesma forma que a correspondência sobre a redução dos Mura acaba nas mãos de Alexandre Rodrigues Ferreira, também a história da guerra contra os Gueguê do Piauí são entregues pelo Governador Pereira Caldas ao naturalista. Sobre esta jornada sangrenta que o governador Pereira Caldas empreendeu em 1761 ver Luís Mott "Conquista, Aideamento e Domesticação dos Gueguê do Piauí (1764-1770)", mimeografado.

(67) Carta do Governador João Pereira Caldas de 3 de outubro de 1778 (Ferreira 1878[1788]:71).

Comentando esta carta do Governador, Alexandre Rodrigues Ferreira frisava que a tática dos castigos moderados contra os Mura de nada valera. Continuavam os saques em todas as povoações. Argumentava então o naturalista junto ao governo de Belém que a guerra contra os Mura, Mundurucu e Carajá era legal e estava prevista na provisão em forma de lei de 17 de outubro de 1753, que considerava justa a guerra "contra o gentio que se lança com os inimigos da Coroa e dá ajuda contra os seus vassallos, que exercita latrocínios por mar e por terra, infestando os caminhos, salteando ou impedindo o comércio e trato dos homens(...). A mesma excessão de liberdade se acha no primeiro caso dos quatro que aponta a Lei de 9 de abril de 1655" (Ferreira 1878|1788|:73).

A última referência aos Mura que consta na legislação deste período está na Carta Régia de 1798, que extingue os Diretórios e garante a indiferenciação de índios e brancos diante da Lei, mas que mantém a exceptualidade aos mesmos Mura, Mundurucu e Carajá, anteriormente denunciados por Alexandre Rodrigues Ferreira. Estes índios poderiam ser recrutados para os serviços dos colonos, mediante a garantia de que seriam educados e batizados. Quanto aos demais índios, a lei colocava-os sob a tutela do Juiz de órfãos, forma encontrada pelos poderes coloniais de impedir a evasão dos índios libertos (Carneiro da Cunha e Farage 1987:110).

4.2. Em 1781 temos um exemplo concreto da aplicação prática da Lei aos casos de exceção da liberdade, e nele

está envolvido Wilckens, o poeta-militar, na ocasião em serviço no Japurá, onde comandava uma expedição de reconhecimento.

O método das fronteiras averiguadas, implantado pelo Tratado de 1750, exigia de ambas as coroas um esforço na tentativa de ocupação das áreas de fronteira (R.Garcia 1938). Nos anos 1780 o Japurá será um desses pontos de disputa. O canal Auati-Parana, boca mais ocidental do Japurá para os técnicos portugueses, era fato contextado pela comissão espanhola, liderada por D.Francisco Requenã. As expedições e os trabalhos cartográficos sobre o Japurá que contamos entre os anos 1781-1784 são frutos dessa disputa. Aos portugueses interessava estabelecer a comunicação fluvial entre os rios Negro e Japurá, projeto no qual os técnicos da demarcação se empenham por anos, até que Lobo d'Almada consegue realizar, em 1786 (I.Adonias 1963:16-37).

O Lugar de Santo Antonio do Imaripi, no Rio Japurá, administrado por Mathias Fernandes, é um dos pontos de apoio à excursão de reconhecimento do Rio Japurá, empreendida por Wilckens em fevereiro de 1781. A presença dos Mura na região, nas décadas de 1770 e 1780, é fartamente documentada, em solicitações endereçadas ao Governador por Mathias Fernandes, nas quais denuncia saques dos Mura e exige maior segurança para os índios do povoado (68).

(68) "Sr. Tenente Coronel, Quando aqui chegou o Sargento Mor a ir por este rio tinham os Muras aqui matado 16 pessoas todas num dia. E do que todos os residentes dessa povoação se querião remover daqui e agora matarão 13 pessoas e ja os não posso deter ao movimento que neias querem da

Em 1781 Wilckens aporta no Imaripi para abastecer as canoas e fica sabendo que os Mura pretendiam atacar, visando as roças maduras do povoado. Wilckens manda ao encontro dos Mura uma tropa formada por dois oficiais e mais vinte homens, que avistam os Mura transportando a mandioca e as frutas das roças de Imaripi, no momento que a povoação se encontrava deserta.

A pequena tropa dá então cerco aos Mura, mata por volta de quinze pessoas, além de trazer no despojo sete crianças e duas mulheres. Encontram flechas, canoas e uns 50 tijupares dos Mura, sendo tudo destruído pela tropa. Do lado português, Wilckens registra ter sido flechado um índio da expedição.

As índias apreendidas na ocasião do confronto eram de outras etnias, uma Mefuri e outra dos Caiuará, e declaram a Wilckens estarem a dezoito meses prisioneiras dos Mura. Das índias Wilckens obtém ainda a informação que o assalto à Imaripi estava sendo preparado a algum tempo, para o que tinham os Mura muita farinha, canoas furtadas e flechas (Wilckens 1781:116).

Mais a frente, aproxima-se da expedição uma ubá com dois índios habitantes do Rio Apoporis. Um deles, o principal Coiga, companheiro de uma das índias que Wilckens havia resgatado dos Mura, aproximava-se agora dos povoação. E para que se não percam as roças que estão maduras assim peço quanto mais não possa ter pelo menos os índios pertencentes a este lugar.(...)” Carta de Mathias Fernandes, Diretor do Lugar de Sto. Antonio do Imaripi APP, Códice 160, doc 43. Ver também Códice 148.



portugueses para também atestar contra os Mura. Diz que estes matavam e escravizavam seus parentes, empregando os mais jovens na confecção de flechas e as mulheres no fabrico de mandioca e beiju.

Os índios encontrados por Wilckens falavam em um levante Mura, que partindo dos rios Iça e Solimões, passaria para as Povoações de Alvaraes, Nogueira e Ega, matando brancos e índios moradores, rezervando os rapazes e raparigas para seus escravos (Wickens 1781:119). Este encontro de Wilckens com os índios de Apoporis, que servirão de remeiros para sua expedição, ficará posteriormente registrado em notas do poema Muhuraida, quando o autor procura caracterizar a incompatibilidade que haveria entre os Mura e os outros índios.

Imaripi, alguns anos mais tarde, será um dos locais que acolherá os Mura pacificados.

## 5. "Bastão, Camisa e Calção"

5.1. Em julho de 1784 chega às mãos do Governador João Pereira Caldas uma carta do comandante de Santo Antonio do Imaripi, trazendo a informação que cinco índios Mura haviam estado em Ega, procurando o Vigário e, comunicando-se em língua geral, falavam no fim das mortes e no propósito de não mais acolherem entre eles "gente ladina das aldeias".

Ocultos nas embarcações haviam pelo menos mais quarenta índios. O comandante, aterrorizado, distribui presentes e pede socorro de soldados ao governador, dizendo: "não nos

atreveamos a dar um passo que seja fora d'esta Povoação" (Notícia 1984[1784-1786]:16).

As autoridades prontamente ficam sabendo da aproximação dos Mura de Imaripi, e já nas primeiras correspondências que trocam sobre o episódio falam em "sincera conversão à paz e à amizade".

Passados seis meses, mais uma centena de índios Mura, homens, mulheres e crianças, voltam à Imaripi, trazendo tartarugas e salsaparrilha. Uma convenção é estabelecida entre eles e os brancos: " - Camarada Mathias ", sinal da paz recém firmada, garantia que o período de caça aos Mura estava por terminar. Diante de uma canoa de brancos ou de índios de aldeias, os Mura se apresentariam sem armas, e diriam a senha.

Em março de 1785 as autoridades tem a oportunidade de testar a eficiência da senha. Contam as cartas que dois soldados encontram com cinco canoas Mura no Solimões, perto de Alvelos, e preparam-se para atirar. Porém, vendo que os Mura não pegavam os arcos, gritam a senha, mostram a camisa e o calção. Os soldados chegam então perto das canoas e entregam aos Mura um pouco de farinha (Notícia 1984[1784-1786]:30).

Os próximos expedientes das autoridades dizem respeito à condução dos Mura para pontos mais afastados da Capitania, temendo o perigo de uma sublevação. Estava iniciada a jornada da redução dos Mura, que por tres anos ocupará as autoridades do Grão Pará, ao final da qual, segundo a

documentação oficial, os Mura estarão estabelecidos em aldeias.

O nome do principal Ambrózio se destaca na crônica da pacificação dos Mura. Ambrózio é figura chave do episódio da aproximação, identificado com o Murificado que conduz os Mura à civilização, imagem que aparece também no poema Muhuraida.

Havia sido criado pelos Mura, fora pego ainda criança com sua mãe Joana na povoação de Paraguari. Casara-se com uma Mura, no Lago dos Guatases, falava mal a língua geral e agora parecia em tudo com um Mura. É descrito pelo Cel. Mardel como sendo um homem gigantesco, musculoso e alto, que trazia dois ossos de javali encravados nos lábios superior e inferior, distintivo dos Mura (Notícia 1984[1784-1786]:25).

O trabalho de aproximação é totalmente conduzido por Ambrózio, que além dos Mura reduz também alguns grupos Chumana e Iruri. Por seu intermédio são efetivados na época da aproximação (1784-1786) descimentos de grupos Mura dos rios Negro, Juruá e Madeira.

5.2. Entre 1784 e 1787 haviam sido iniciados sete aldeamentos Mura no Solimões, Japurá e Madeira: Imaripi, no Lago Amaná; Manacapuru, próximo ao Pesqueiro Real de Caldeirão, que recebe posteriormente o nome de São Sebastião da Pedreira; Piaurini, um dos tres lagos paralelos ao rio Negro (Cudajás, Piaurini e Achequiurini); Mamiá, perto de Alvellos, depois São Pedro do Mamiá; dos Guatazes, no Rio

Madeira; no Lugar de Ayrão, posteriormente transferido para São Sebastião da Pedreira e Piraquequara, no Lago Japurá.

A população Mura nestes aldeamentos pode ser observada pelo quadro abaixo:

QUADRO DA POPULAÇÃO DOS ALDEAMENTOS

Estabelecimento	Local	Ano	Pop
1. Maripix (depois S. João Baptista do Jupurá)	Lago Amaná	1784	200
2. Mamiá (depois São Pedro do Mamiá)	Alvelos	1784	250
3. Manacapuru (depois S. Sebastião da Pedreira)	Caldeirão	1785 1788	300 223
4. Piurini	Rio Negro	1786	
5. Guatazes**	Rio Madeira	1786 1787	1000 442
6. Lugar de Ayrão		1787	60
7. Piraquequara	Lago Japurá	1788	300

\* incluindo população Chumana

\*\* incluindo população Iruri

(Fonte: documentos CEDEAM (AHUL) e Boletim CEDEAM 1984)

A "Notícia da Voluntária Redução de Paz...", que será reproduzida em verso e prosa, interrompe a história da redução dos Mura no ano de 1786, data da última correspondência divulgada no documento. Significativamente, uma série de informações sobre o cotidiano dos estabelecimentos que agregam os Mura ficam fora da compilação.

Solicitados pelo Governador Pereira Caldas a prestarem contas dos aldeamentos Mura em 1788, os Diretores dos locais informam que raramente encontravam os Mura nos estabelecimentos, o que dificultava, segundo eles, uma idéia mais precisa do número de "almas arrebanhadas". Diz o administrador do Pesqueiro Real de Caldeirão: "o mais gentio anda sempre por fora; se ajuntão quando as roças estão capazes para comerem" (71). Também de Borba, no Rio Madeira, vinha a mesma notícia: impossível precisar o número de índios reduzidos, porque não se achava grande quantidade deles, uns no mato, outros pescando para seu sustento, outros na castanha, sempre acompanhados das mulheres e filhos (72).

5.3. Em 1788 temos uma última notícia sobre Ambrózio, o "célebre capataz reconciliador dos Mura", nas palavras de Wilckens. Escrevendo ao Governador Pereira Caldas, Wilckens relata que Ambrózio estivera em Ega, trazendo algumas tartarugas de presente, as quais o principal e seus companheiros se encarregaram de comer. Trazia também uma

(71) Pesqueiro Real de Caldeirão p/ Pereira Caldas 12 Jan 1788 manuscritos CEDEAM, Manaus (AHUL 018).

(72) "Do Commandante do Registro da Villa de Borba, em carta datada de 4 de janeiro de 1788 (...) Julgo a ditta Relação não ir a satisfação de V.Exa. como tambem não vai a minha, porquanto dos referidos Mura se não acha aqui grande quantidade, pois forão muitos para os Lagos apanhar tartarugas e peixes Boys para seu sustento e outros para o mato as Castanhas, levando consigo suas mulheres e filhos como tem sempre de costume motivo este porque vão só incluídos na relação os que presentemente aqui se achão; mas logo que os outros forem chegando, terei o cuidado de os contar, e remeter a V.Exa a relação. (...) Antonio Carlos da Fonseca Coutinho" Manuscritos CEDEAM, Manaus (AHUL 018).

arroba e meia de salsa para trocar por gêneros para seu vestuário pessoal.

A salsa rende um traje completo para Ambrózio, composto de camisa, calção, meia, chapéu, um par de sapatos com fivela e um bastão de fita, como discrimina o documento encaminhado por Wilckens (73).

Com os distintivos de um principal a serviço da coroa, Ambrózio segue em sua missão de aproximar os Mura. Relata no encontro com Wilckens que vinha do Japurá, onde estivera com outros Mura. Estes temendo a vida nas aldeias, se negavam a seguir o capataz. Ambrózio havia capturado, então, um deles, e trazia para Ega, mas o índio conseguira fugir. Pretendia agora voltar ao Japurá e lograr melhores resultados.

5.4. A importância estratégica de contar com alguém como o principal Ambrózio era exatamente atingir o contingente incalculável de índios que se imaginava sob o nome de Mura. "O império d'esses miseráveis é grande, composto de muitos de diferentes línguas, e muitos refugiados entre elles, apanhados das povoações, todos

(73)"Do Sargento Mor Sigundo Commissario, e actual Commandante da Guarda da Partida Portugueza, Henrique João Wilckens. Ilmo. e Exmo. Sr.. Em doze do corrente pela manhã chegou a este porto o célebre capataz reconciliador dos Mura, Ambrozio, trazendo-me algumas tartarugas de presente, as quaes elles deposes com seos mesmos Muras comeo e tambem huma arroba de salsa, cujo importe ajudou a comprar generos com que lhe completar o vestuário, não havendo nos reaes armazens senão hum retalho de camelão azul, de pagamentos de Índios ausentes e algum retalho de Bertanha, que servio para vestia; e calção, comprando-lhe chapeo, camisa, meyas, fivellas, e pagando feitio dos çapatos.(...) Ega 25 de fevereiro de 1788. Ilmo.Exmo. Sr. João Pereira Caldas." Manuscritos CEDEAM, Manaus (AHU 018).

passando debaixo do nome de Muras", comentava João Baptista Mardel, coronel comandante de Ega (69).

As autoridades fazem reiteradas referências a estes agregados, índios que abandonam as povoações e passam a morar com os Mura. Em toda a família de documentos que examinamos neste capítulo, a idéia que os Mura abrigavam em sua sociedade outras etnias é uma constante. Estes índios refugiados junto aos Mura, fugiam dos duros encargos que lhes impingiam nas aldeias. Eram ex-remeiros, que deserjavam das aldeias, procurando assim escapar à morte precoce a que fatalmente estavam condenados (70).

Observemos agora o caso da deserção dos índios, tal qual aparece na Muhuraída:

Entre elles, nos Apostatas repára,  
 Que a Fé; a Igreja; os Dogmas desprezando,  
 Quaes aptos Emmissarios já prepara  
 O Príncipe das Trévas, que inspirando  
 Aos Barbaros rancor; astúcia rára,

(69) Carta de João Baptista Mardel para Pereira Caldas, agosto de 1785 (Notícia 1984[1784-1786]:44).

(70)"sendo estes refugiados os mais difficultosos de sujeitar, e os que dissuadiram alguns (índios Mura) a que não se submettam a paz, como andando à sua vontade entre elles e livres de remarem canoas e mais diligencias a que são nas povoações obrigados, e em que morrem em tanta quantidade, os quaes não deixarão de fazer bastante obstáculo; mas mediante Deus, o tempo, as dádivas e o castigo, tudo sujeita" João Baptista Mardel p/ Pereira Caldas 26 de julho de 1785 (Notícia 1984[1784-1786]:45).

Mais que elles infieis, fossem guiando

O preçurózo passo: a mão armáda

Empreza a executar premeditáda.

(Wilckens 1785:15)

Wilckens explica, em nota de rodapé, que os apóstatas eram "índios batizados das nossas povoações, e civilizados, os quaes avizinado a ellas, se agregão aos Muhuras, nos bosques, e os incitão e ensinão, sendo muito piores que os mesmos Muhuras, na mortandade, nos roubos e estragos..."

Mais uma vez o poema nos facilita a transposição para o plano das representações sobre os Mura. Vencido o inimigo concreto, restava aplacar o medo que a diabólica imagem do Mura incitava, e para isso uma guerra num outro nível se organiza, ao final da qual o Mura aldeado é conduzido ao grêmio da Igreja.

Aqui, duas imagens de grande importância: primeiro, o temor do retorno dos índios à floresta, que também veremos em Alexandre Rodrigues Ferreira, no poema identificado com a apostasia e com as manobras do "Príncipe das Trevas", quando o colonizador se vê privado do braço indígena que garante sua sobrevivência na colônia, e negado na sua missão civilizatória.

A outra imagem decorre da primeira: a crença de que a redução se efetiva com o batismo coletivo das crianças Mura, garantia do abandono da vida selvagem:

No Templo de Maria, renascidos,

Na Graça baptismal, os innocentes,



Vinte infantes; alegres conduzidos  
 Pelos Barbaros Pais forão contentes.  
 Na fé de mais progressos dispendidos,  
 Se auzentão cumulados de presentes  
 Penhor levando da Felicidade  
 Em cada filho, de Anjo a qualidade

Do Omnipotente, a Santa Providencia,  
 Que ca no Solimoens resplandecia,  
 E quatro fundaçõens, que a persistência  
 Do Muhura fixaria, e barbara porfia;  
 Tambem lá no Madeira a excellencia  
 Da Graça diffundindo, os atrahia,  
 A procurar a Paz, interessante,  
 Co'o Morador de Borba, e Commandante.

(Wilckens 1785:42)

O batismo coletivo das crianças Mura é a celebração da vitória contra a diabólica imagem da fera assassina atribuída ao Mura. Agregado às povoações, o Mura deveria deixar de inspirar medo e passar a se somar ao contingente real de índios domesticados e aldeados.

## 6. A Viagem Filosófica pelo Rio Madeira

A viagem pelo Rio Madeira já foi considerada pelos biógrafos de Alexandre Rodrigues Ferreira a parte mais trabalhosa e monumental da expedição do naturalista (Lima 1953:115). Viajando durante um ano pelo Madeira rumo a Vila

Bela e Cuiabá, Alexandre Rodrigues enfrentou todo o tipo de contratempo: doenças, epidemias, a deserção de índios remeiros e o terror da hostilidade dos índios selvagens.

Do ano de 1789, no qual o naturalista subiu lenta e penosamente o Madeira, encontramos poucos registros da viagem. Logo no início da longa jornada, ainda na foz do Rio Madeira, o naturalista envia uma carta ao Governador onde relata um encontro, absolutamente pacífico, com oito pescadores Mura (74).

Conta que avistou os Mura em uma feitoria de tartarugas, com eles estabeleceu um acordo de fornecimento sistemático de pescaria para a expedição, em troca de farinha. Os Mura venderam naquele dia do encontro quarenta e três tartarugas, e estiveram convivendo com os viajantes por dois dias.

Acontece então uma deserção em massa, liderada por um dos índios remeiros que Alexandre Rodrigues Ferreira havia trazido da povoação de Airão, de nome Diogo, ele também um Murificado, havia sido criado pelos Mura, e agora servia de

(74) "Cheguei a foz deste Rio, na manhã de 6 do corrente (...) e tendo encontrado huma feitoria de Tartarugas onde estão 8 Muras, com elles me arranchei e em boa harmonia, comprando-lhes por algumas cuias de farinha minha, acima de 12 tartarugas; e todos fizeram o mesmo, de maneira que ao todo se comprarão 43. Ajustei com eles de nos pescarem, mandando-lhes eu pagar quando partisse, e nessa boa fé estivemos 2 dias (...)" Carta de Alexandre Rodrigues Ferreira ao Governador, de 11 de setembro de 1788, in: Lima 1953:275).

intérprete ("língua") no diálogo com os Mura do Madeira (75).

Alexandre Rodrigues usava este caso de deserção, no qual os Mura foram envolvidos, para exemplificar "como nossos índios vão dispendo a má fé dos gentios" (Lima 1953:275). Induzidos pelos índios remeiros da Expedição Filosófica, os Mura voltavam para a floresta juntamente com os índios domésticos, deixando o naturalista desamparado.

Durante a viagem pelo Rio Madeira não registra mais nenhum encontro com os Mura. O grande temor da expedição é o gentio Mundurucu, que agora é visto no Rio Madeira, principal explicação que Alexandre Rodrigues Ferreira dá para a aproximação pacífica dos Mura junto as vilas e povoações, ocorrida em 1784.

A deserção dos índios remeiros que auxiliavam na Viagem Filosófica é pauta de uma das correspondências trocadas entre os governadores do Mato Grosso e Grão Pará. Em maio de 1790 João d'Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres comenta que Alexandre Rodrigues Ferreira, a exemplo do que já havia acontecido o próprio governador, chegara a Vila Bela com poucos índios, todos os outros que acompanhavam a expedição haviam fugido, "animados com a amizade dos Gentios Muhuras,

(75) "Pela noite de 7 para 8, succedeo que o índio Diogo, hum dos quatro que me entregarão em Ayrão, e hum dos que me servião de lingua para os Mura, por ter sido entre elles educado, depois de ter feito más practicas aos Muras que commigo estavam, não somente os persuadio a deixarem-me, privando-me do beneficio da pesca, que até então nos fizerão, mas colliado com elles se ausentou nas suas ubás, levando os mais índios que constam da segunda relação (...)" (Lima 1953:275).

que até os socorrem nas suas fugidas, como eu experimentei..."(76). Assim, os Mura, que não haviam sido incriminados pelo naturalista no episódio da deserção dos índios da Viagem Filosófica, acabam figurando na correspondência dos governadores como a principal explicação para a evasão dos remeiros. Vale lembrar que tudo isto ocorre anos depois da celebração oficial da "voluntária redução de paz do gentio Mura", o que de certa forma explica a atitude da Coroa na formulação da Lei de 1798, que mantém a legalidade da escravidão para os Mura, Mundurucu e Carajá.

(76)Carta de 26 de maio de 1790, dirigida a Martinho de Souza e Albuquerque (A.P.de Lima 1953:326).

## CONCLUSÃO

"Indolent comme un Mura qui dort sur trois cordons..." (Paul Marcoy, 1849). O temor do perigo Mura munuiu as forças coloniais contra uma hipotética guerra nativa, guerra de guerrilha, traiçoeira. As imagens setecentistas projetadas no século XIX compõem uma ideologia mais radical na representação negativa dos Mura: desmilitarizado enquanto inimigo, sobrevivem as imagens depreciativas de uma humanidade incompleta, incapaz.

Este trabalho se interrompe quando as observações de Alexandre Rodrigues Ferreira sobre a população nativa do Grão Pará, e especialmente sobre os Mura, transformam-se em texto de lei. Muito haveria para se investigar no século XIX, com os Mura participando da Revolta da Cabanagem (1835), ou vivendo nas vilas da capitania do Rio Negro, o que certamente mereceria uma pesquisa específica.

Este trabalho procurou apontar o nascimento no século XVIII de uma crônica do contato da colonização portuguesa com a população nativa. Essa produção literária tinha um público certo: as academias litero-científicas das metrópoles europeias, que ansiosas por novos temas,

encontravam na notícia sobre a América matéria exótica para alimentar o novo gosto arcádico (77).

A crônica - narrativa histórica feita por ordem cronológica - é a forma que se apresentam as compilações de narrativas oculares, recolhidas com o intuito de se registrar a ocupação de novos territórios coloniais. Na correspondência jesuíta encontramos seu estado embrionário: descrições feitas em ordem cronológica, onde a população nativa é revelada em um rol extenso de etnônimos, e a nova geografia é descrita de forma literária. Assim, na Informação da Aldeia de Abacaxis (Barboza 1748), a grandiosidade dos rios da Amazônia, que são comparados com os maiores do mundo, merece um destaque especial. Em Diogo Soares, o padre matemático que recolheu os relatos sertanistas sobre o extremo-oeste, encontramos narrativas nas quais a referência geográfica também prevalece sobre a cronologia histórica.

A crônica na sua definição mais acabada é a forma adotada pelos diários do ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio e do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, registros de viagem onde não faltam compilações de documentos oficiais e referências eruditas a textos literários diversos. Assim, a compreensão da humanidade encontrada na colônia é mediada nos dois diários pela literatura que seus autores trazem em suas bagagens, ao

(77) Sobre as academias literárias e científicas do século XVIII, ver a Apresentação ao poema Muhuraida, no Apêndice Documental.

mesmo tempo que colaboram nestes textos material etnográfico inédito fornecido pela administração colonial aos viajantes ilustres.

A crônica também está presente no poema épico, nas informações adicionais que acompanham os versos, em notas de rodapé. A identidade entre a crônica e o poema épico, como apontou Walter Benjamin (1985:209), vai além da forma. Enquanto registro das reminiscências, a crônica contém elementos épicos, fantásticos e ficcionais. Com relação ao cronista colonial, há ainda que ressaltar o lugar de onde falam esses autores. Diferente do narrador europeu, em quem o pensador alemão celebrava a interação com o passado de um povo, o local de onde fala o nosso cronista do século XVIII não é exatamente a população nativa retratada, mas sim o projeto civilizador delineado para os índios pelo racionalismo pombalino.

Diante da crônica setecentista, o que se tentou realizar foi um exercício hermenêutico das diferentes interpretações da situação dos Mura durante o século XVIII, realizadas pelos agentes históricos do contato interétnico. Pudemos ver em que medida os preconceitos engendrados pelo processo de colonização foram responsáveis pelas representações do "ethos" guerreiro Mura, impedindo que essa população fosse visualizada de um modo menos etnocêntrico por parte do colonizador. Pudemos igualmente verificar que esta crosta de preconceitos também significou um saber ocidental, que passa a orientar a política indigenista de

uma época. Esse saber viria permitir a construção das representações aqui analisadas.

Nunca ficou tão claro para nós a importância do pré-conceito para a formulação do conhecimento, nos termos em que um hermenêuta como Gadamer nos ensina, através, por exemplo, da noção de "história efetual". Segundo Gadamer, o passado para essa concepção de história nunca é simplesmente uma coleção de coisas a serem recuperadas pelo intérprete; pois enquanto tradição, o passado ressurge na forma de pré-conceitos e interesses que medeiam toda situação hermenêutica, tanto a nossa quanto a dos autores aqui examinados. Pré-conceitos e interesses que intermedeiam os textos ou os eventos e nós mesmos, seus intérpretes (78).

Algumas peças do enorme processo que o século XVIII moveu contra os Mura são comprovadamente falsas, como são duvidosas algumas tentativas de caracterização dos assaltos Mura como uma guerra no sentido que o século XVIII deu ao conceito. Essa farsa se alimenta, por exemplo, do depoimento de testemunhas fabricadas, que participam dos Autos da Devassa sem nunca terem estado no sertão do Rio Madeira. Ou no cômputo exagerado das vítimas dos assaltos Mura, resultado da soma de depoimentos de narradores que presenciaram os mesmos episódios.

É possível identificar dois planos nos quais a apreensão histórica do contato inter-étnico se desenvolveu.

(78) Anotações do Seminário de Roberto Cardoso de Oliveira em torno da obra Verdade e Método de G.Gadamer.



O primeiro plano responde pelas informações históricas e etnográficas dos agentes sociais do contato, é o espaço da formação da crônica setecentista. Em outro plano está a reprodução e interpretação desta crônica setecentista pela historiografia do século XIX e XX, momento em que o recorte, o olhar e o registro do narrador é trabalhado pela historiografia enquanto matéria histórica bruta.

Sobre o Rio Madeira, o ponto de partida da crônica setecentista é o texto jesuíta, que funciona como uma revelação, um quase querigma (Ricoeur 1969:44). Assim, o conceito de guerra ligado às investidas dos Mura, que perpassa todo texto jesuíta aparece nas primeiras cartas da Companhia de Jesus sobre o Rio Madeira, e tem o peso de uma "revelação" que se ajusta aos tempos, permanecendo atuante durante todo o século XVIII.

Um pressuposto básico informa os jesuítas em suas considerações sobre a população nativa: o grau de aproveitabilidade da mão de obra indígena. Os índios dóceis, e se possível agricultores, constituem a população potencial das aldeias. Essa população preferencial, que no Rio Madeira é possível identificar nos Iruri, merece a maior atenção, e nela a Companhia de Jesus realiza seu maior investimento, quer seja no aprendizado da língua nativa pelos padres, quer seja na disposição de formar interlocutores dentro da própria cultura, jovens que, extraídos do sertão, são conduzidos ao colégio de Belém, onde aprendem a língua

geral, podendo mais tarde, de volta a seus parentes, servir como agentes civilizadores.

Se diante dos índios mansos os inacianos propõem alternativas de diálogo, frente aos índios considerados "bravos" é a porção militar dos soldados de Jesus que impera. Aqui nenhum diálogo é tentado, e a solução do conflito pelas armas é a única via de comunicação estabelecida.

Essa ausência de diálogo marca a apreensão dos jesuítas da população Mura, e se traduz nos preconceitos e na linguagem militar que aparecem logo nas primeiras notícias dos Mura. Tentou-se demonstrar ao longo deste trabalho que a informação jesuíta sobre o Rio Madeira e sua população nativa é o ponto de partida para o reconhecimento oficial da região, depois de 1753. As frentes de contato que atingiram o Madeira vindas do Mato Grosso ou do Grão Pará estão a par dos primeiros informes que a Companhia de Jesus recolheu sobre a geografia, a navegação e também sobre a população indígena da região. A notícia sobre o gentio de curso do Rio Madeira passa para os viajantes da nova rota comercial, e se reproduz no discurso dos práticos da navegação.

A redução dos Mura no final do século XVIII, momento excepcionalmente farto de documentação, corresponde a outra situação histórica que igualmente merece destaque. Se na situação anterior, o Mura ausente das missões jesuítas do Madeira era uma notícia militar, agora, aproximado das populações, suscita novas imagens. Este momento contém

indícios importantes para refletirmos sobre o sentido da tão celebrada "voluntária redução" dos Mura.

Em primeiro lugar, devem ser tomados com cautela os dados relativos à densidade populacional e à extensão territorial geralmente atribuídos aos Mura na documentação setecentista; discutível também é a eficiência dos aldeamentos que recebem os Mura no final do século XVIII.

O número pouco significativo de índios que consta dos levantamentos populacionais efetuados pelo Governador Pereira Caldas ao final do processo de redução dos Mura indica que talvez deveríamos relativizar certas fontes que atribuem aos Mura do século XVIII uma população de 60.000 índios (79), esta, sem dúvida, uma idéia recorrente da imagem setecentista do "mura agigantado". Como demonstra o quadro do capítulo III, relativo à população Mura aldeada, os números que efetivamente se conhece são bastante inferiores àquela cifra.

Da mesma forma, a idéia do imenso território ocupado pelos Mura no século XVIII talvez devesse dar lugar à noção de uma fronteira colonial que avança e desloca a população Mura do Rio Madeira para o Japurá. Qualquer tentativa de mapeamento do território Mura, a partir das fontes do século XVIII e XIX, reproduz os preconceitos e imprecisões que se tentou tematizar ao longo deste trabalho. O mapeamento do território e da população Mura deve levar em conta o

(79) Ilustração 1860, Spix e Martius 1976[1823], posteriormente citados por Nimuendaju 1948.

nomadismo e o movimento dos pequenos grupos como um dos fatores determinantes da espacialidade Mura no século XVIII.

Por outro lado, a eficiência da redução dos Mura pode ser discutida a partir das evidências contidas na documentação posterior a 1786, que atesta a baixa densidade populacional dos aldeamentos e uma população extremamente flutuante. Os Mura frequentavam as povoações e aldeamentos em grupos pequenos, visando o abastecimento de mantimentos e ferramentas. Com exceção de um caso, no qual um principal Mura se aproxima de Airão e colabora no plantio da roça - sendo por isso considerado "menos mão" pelo vigário (80) - os Mura se negavam a fazer as roças e as casas de índios previstas pelas autoridades coloniais para os aldeamentos. Nunca se encontram nos estabelecimentos, indo a eles apenas quando as roças estão maduras. Terminada a colheita, voltam para o mato.

Seu nomadismo e o temor que causa ao colonizador multiplicam a imagem do Mura. Também a instituição da murificação, incorporação de outros índios à sociedade Mura, seria outro fator determinante para a compreensão da dinâmica da sociedade Mura o século XVIII. Abordada frequentemente pela documentação setecentista, a murificação é por vezes definida como a ação voluntária dos índios de diferentes etnias, aldeados ou não, que se agregam e passam a viver com os Mura (no século XIX, serão os negros e os

(80) Carta do Vigário do Lugar de Airão, Frei José da Conceição, ao Governador João Pereira Caldas, de 11 de fevereiro de 1787. Ms CEDEAM (A.M.).

ciganos que se beneficiarão da hospitalidade Mura). Outras vezes a murificação é definida como sendo uma prática resultante dos conflitos inter-tribais. O murificado seria então o prisioneiro de guerra, obtido juntamente com os despojos materiais. Essas duas visões não são excludentes, a exemplo do que se conhece da tupinização ou da tucanização, instituições que também prevêm as duas formas - a voluntária e a compulsória - de ingresso na sociedade. Como vimos, durante o período colonial a murificação subsidia tanto o temor de uma hipotética expansão belicosa dos Mura como a idéia de um imenso território desconhecido, ocupado pelos Mura e seus agregados.

A política dos Diretórios, mantida ainda na administração de Pereira Caldas, tem na deserção dos índios um dos principais problemas. Ao longo do último capítulo tentou-se demonstrar de que maneira a população Mura esteve envolvida nos casos de deserção, levando em conta o aldeamento tardio do grupo. Os Mura passam a figurar como espaço étnico alternativo para aqueles indivíduos que, fugindo do sistema de aldeamentos, buscavam a vida na floresta. Essa deserção, quando traduzida em murificação, acaba dando ao Mura uma condição de adversário especial. Atraindo e "convertendo" etnias distintas, o Mura se configura não apenas como inimigo militar, mas como concorrente, que contrapõe um modelo civilizador a outro, uma força de atração a outra.

Ao concluir esta dissertação, fica a expectativa de haver proporcionado uma interpretação crítica do lugar ocupado pelos Mura na literatura setecentista. Ressaltando os componentes semânticos do discurso dos agentes colonizadores, espera-se haver podido evidenciar o processo pelo qual representações elaboradas em situações específicas e movidas por interesses particulares, como se depreende da idéia do Mura "revelado" pelos jesuítas, persiste na história do contato inter-étnico informando toda uma concepção, por certo negativa, da (des)humanidade de um povo. Quantos outros povos não teriam sofrido esse mesmo processo de alienação de sua imagem?

## Sobre as Fontes da História dos Mura no Século XVIII

I. Os Jesuítas são os primeiros informantes da história dos Mura e da população do Rio Madeira, ainda no final do século XVII. Dois dos cronistas da Companhia de Jesus consultados - João Daniel e João Felipe Betendorf - são também atores na história do contato com a população nativa do Rio Madeira. Estiveram na região, participaram das viagens ao sertão, e Betendorf foi importante personalidade política da era das missões. Assim, a "Chronica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão", escrita em 1699 e publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico T.LXXII Parte I, 1909 e o "Tesouro Descoberto no Rio Amazonas", de João Daniel, publicado na Separata dos Anais da Biblioteca Nacional, vol.95, T. 1 e 2., de 1976, são leitura bastante proveitosa, fornecendo detalhes importantes do cotidiano das missões. Sobre as aldeias jesuítas do Rio Madeira utilizamos também uma carta de 1714, publicada por Serafim Leite, em sua História da Companhia de Jesus no Brasil, vol.III Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1947. A revelação de uma carta inédita sobre a aldeia dos Abacaxis, datada de 1749, do acervo da Biblioteca de Évora constitui importante acréscimo ao inventário de documentos setecentistas sobre o Rio Madeira. A "Informação da Aldeia dos Abacaxis (e Rio Madeira), que manda o P.Missionário Theotonio Barbosa ao P.Provincial, anno de 1749", códice CXV/2-15 n4 da Biblioteca de Évora, foi transcrita do

original por Miguel Menéndez, e deverá ser por ele publicada brevemente. Os "Autos da Devassa contra os índios Mura do Rio Madeira e Nações do Rio Tocantins (1738-39)", edição fac-símile com transcrições paleográficas, foi publicada pela CEDEAM da Universidade do Amazonas em 1986, e deve ser lido no contexto da disputa entre as diversas ordens pela administração dos índios.

11. Com os trabalhos de conferência das fronteiras coloniais, iniciados por Portugal ainda na década de 1730, outros jesuítas figurarão como cronistas da expansão portuguesa em terra brasileira. Os Padre Diogo Soares e Domingos Capassi, os "padres matemáticos", chegaram ao Rio de Janeiro em 1730 com a missão de realizar as primeiras medições das latitudes das possessões portuguesas (Cortesão 1956:23). Morreu Domingos Caspassi, e a missão cartográfica ficou inteiramente nas mãos de Diogo Soares. Entre 1736 e 1738 iria o jesuíta recolher, juntamente com as medições, notícias, relatos e mapas das fronteiras do extremo-oeste da colônia. As notícias sobre os Paiaguá, analisadas no capítulo 2, foram recolhidas neste momento pelo jesuíta, e posteriormente divulgadas por Afonso d'E. Taunay. A crônica de Diogo Soares marca profundamente a historiografia paulista da ocupação do extremo-oeste, estando também presente na obra de Sérgio Buarque de Holanda.



III. Depois da abertura do caminho fluvial pelo Rio Madeira (1753), uma série de relatos oficiais sobre o percurso que comunica as capitânicas do Mato Grosso ao Grão Pará fazem referências aos assaltos dos Mura. A análise dessa documentação deve levar em conta o fato de que a habilidade na navegação do percurso é o principal pré-requisito para formar a tripulação das expedições. Assim, os companheiros da aventura pioneira de Manoel Félix de Lima, de 1742 (apud R.Southey 1949) participam da primeira viagem oficial, de 1749, descrita pelo secretário José Gonçalves da Fonseca, da qual resultam os seguintes textos: 1) "Carta Hidrográfica em que se descrevem as origens de rios da América Meridional Portuguesa, muito especialmente o nascimento do Rio da Madeira, e rumos da sua direção, com os rios que lhe são colatheraes, até entrar no famoso rio das Amazonas observado tudo exatamente por Ordem de Sua Mag. Fidelissima no anno de 1750. E da mesma sorte se faz pública a origem do do Rio Paraguay, incognita a toda a geografia antiga e moderna, descrevendo-se a confluência de aguas que formão o tronco principal deste grande rio, que com os mais foram delineados no Mato Grosso por José Gonçalves da Fonseca Explorador desta indagação no mesmo anno." 2) "Navegação feita da Cidade do Grão-Pará até a Bocca do Rio da Madeira pela escolta que por este rio subiu às minas de Matto Grosso, por ordem muito recommendada de S. Mag.Fidelissima no anno de 1749, escripta por José Gonçalves da Fonseca no mesmo anno." 3) "Notícia da situação de Matto Grosso e Cuiabá, estado de

umas e outras minas e descobrimentos de ouro e diamantes por José Gonçalves da Fonseca" 4) "Derrota desta cidade de Belém do Grão Pará para as minas do Matto Grosso, arraial de São Francisco Xavier de que foi cabo o Sargento Mor Luís Fagundes Machado, feita por mim Antonio Nunes de Souza Piloto Mestre aprovada feita a 14 de julho de 1749 ..." (A.C.F.Reis 1948:38). Da mesma forma, João de Souza de Azevedo, que testemunha contra os Mura em 1752, quando fala nos assaltos do gentio de corso do Rio Madeira, refere-se à mesma viagem de 1749 da qual participou com José Gonçalves da Fonseca, in: "Parecer de João de Souza Azevedo ao Tratado de Madrid, de 16 de janeiro de 1752", RIHGB T.179, 1943 pp.183-207.

IV. Os manuscritos de Alexandre Rodrigues Ferreira estão dispersos em acervos de Portugal e do Brasil. Algumas iniciativas no sentido de mapear os originais do naturalista foram realizadas pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que publicou em 1952 Alexandre Rodrigues Ferreira. Catálogo de Manuscritos e Bibliografia. Ver também: Boletim do Museu Nacional, vol.9 n.2, 1933 "Roteiro das Viagens que fez pelas Capitânicas do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá", cópia do documento original que está sob a guarda da Biblioteca do Palácio d'Ajuda, em Lisboa. Alguns documentos da "Viagem Filosófica" encontram-se ainda nos apêndices da bibliografia relativa a Alexandre Rodrigues Ferreira. Sobre o Rio Madeira, temos: "Relação Circunstanciada do Rio Madeira e seu Território, desde a sua foz, até a sua primeira

cachoeira, chamada de Santo Antonio. Extracto do Diário da Viagem Philosophica, para a Capitania do Mato Grosso. pello Dr.Naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, a quem acompanhavão os desenhadores Joseph Joaquim Freire Codina (...) e o Jardineiro Botanico Agostinho Joachim do Cabo (...) nos annos de 1788 e 1789.", cujo original se encontra na Seção de Manuscritos de Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (l 4-4, n.10, 21, 1,3); "Suplemento do Diário do Rio Madeira", "Suplemento à Memoria dos Rios do Mato Grosso", "Notícia da Voluntária Redução de Paz e Amizade da Feroz Nação do Gentio Mura, nos annos de 1784, 1785 e 1786" e "Memória sobre o Gentio Mura", de 30 de agosto de 1787, lida na Academia Real das Ciências de Lisboa em 1830.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### 1. Fontes Manuscritas

#### Arquivo Nacional - R.J.

Códices: 60, 69, 807, 952

"Cópia de huma carta dirigida a este Governo pello Thenente Coronel Enrique João Wilckens que acompanhava o parecer do ditto engenheiro sobre a prompta Comunicação das Povoações do Rio Negro com as do Solimoens. Barcelos, 10 ag. 1800" Códice 807 v13 pp230-234

#### Biblioteca Nacional - R.J.

##### Seção de Manuscritos

Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira:

"Gentios que habitarão e habitão no Guaporé" s/d

I 4-4 no 10 /21,1,3b "Relação Circunstanciada do Rio da Madeira e seu território, desde a sua foz, até a sua primeira cachoeira chamada de Santo Antonio. Extracto do Diário da Viagem Phylosophica para a capitania do Mato Grosso. Pelo dr. Naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, a quem acompanhávão os desenhadores Joseph Joaquim Freire, Joachim Joseph Codina e o Jardineiro botanico Agostinho Joachim do Cabo ... nos annos de 1788 e 1789."

21-1-15 " Roteiro Corográfico da viagem que se costuma fazer da cidade de Santa Maria de Belem ... a Villa Bella, capital de Mato Grosso. Tirado do diário astronômico, que do rio Madeira fizeram os officiais engenheiros João Vasco Manuel de Braun 1784".

12-2-3 n0 6 "Notícia abreviada (mais verdadeira) que se dá do Rio da Madeira, com a individuação e clareza que hé precisa, para servir no conhecimento da distancia e comunicação que pode haver com os moradores das minas de Mato Grosso". s/d

21-2-13 "Diário ou roteiro da viagem que a expedição destinada à diligência das demarcações, fez do Rio Negro até Villa Bella, capital do Mato Grosso 1781 José Antonio Carlos de Avilla."

Arquivo Público do Pará - Belém

Códices Manuscritos: Correspondência de Diversos com o Governador : 1097 (1793-1797) - Correspondência de Lobo d'Almada; Códice 126 (1772); Códice 129 - doc. 17 Henrique João Wilckens; Códice 128 - Construção do Forte de Macapá/ Wilckens; Códice 133 (1773) Forte de Macapá, Wilckens; Códice 139 (1774) Ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio; Códice 142 (1774) Saques Mura; Códice 144 (1774) assaltos Mundurucu/Ponta Longa; Códice 148 (1775) escravas Mura/Barcelos; Códice 156 Wilckens/Macapá; Códice 160 (1782) Sto. Antonio do Imaripi; Códice 230 (1785) Plano defesa/ Wilckens; Códice 235 (1785) Imaripi; Códice 556 (1838) Cabanagem.

Centro de Documentação e Estudos da Amazônia - CEDEAM Manaus

Manuscritos Arquivo Histórico Ultramarinho de Lisboa: caixas 1, 6, 7

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - R.J.

Coleção Manuel Barata, Documentos do Conselho Ultramarino

"Viagem que fez Henrique João Wilckens Sargento Mayor de Artilharia com Exercício de Engenheiro e Segundo Commissario da Quarta Divisão de Limites, Portuguesa e Hespanhola ao antecipado exame do Rio Jupura; partindo da Villa da Ega no dia 23 de fevereiro de 1781, por Ordem de Sua Majestade."

Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDIHR. Cuiabá

Coleção Documentos Ibéricos

Biblioteca Pública de Évora:

"Informação da Aldeia dos Abacaxis (e Rio Madeira), que manda o P.Missionário Theotônio Barbosa ao P.Provincial, anno de 1749". Biblioteca de Évora, códice CXV/2-15 n4.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa:

"Muhuraída ou o Triunfo da Fé", de Henrique João Wilckens (1785).

2. Fontes Impressas

Acuña, Cristobal de

1941 [1641] "Novo Descobrimento do Grande Rio Amazonas", in Melo Leitão, C. (org), Descobrimento do Rio Amazonas, São Paulo: Col. Brasiliana, vol 203.

Aires de Casal

1947 [1817] Corografia Brasílica, São Paulo, T. I e II Imprensa Nacional.

Almeida, Cândido Mendes de

1860 Memória para o extinto Estado do Maranhão. Rio de Janeiro: Typ. do Commercio, de Brito e Braga 2 volumes.

Almeida Serra, Ricardo Franco

1865 [1797] "Extrato da descrição geográfica da Província do Mato Grosso feita em 1797" Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro T. 6 , pp 156-196...

1840 [1800] "Memória ou Informação dada ao governo sobre a capitania do Mato Grosso por Ricardo Franco de Almeida Serra, tenente coronel engenheiro em 31/1/1800" Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro T.2 pp.19-49.

"Autos da Devassa contra os índios Mura do Rio Madeira e Nações do Rio Tocantins (1738-39)" 1986: fac-símiles e transcrições paleográficas. Manaus: CEDEAM Universidade do Amazonas.

Baena, Antonio Ladislau M.

1969 [1838] Compêndio das Eras da Província do Pará. Belém: Universidade Federal do Pará.

Bates, Henry Walter

1944 O Naturalista no Rio Amazonas São Paulo: Companhia Ed.Nacional.

Barboza de Sá

1901 "Relação da Povoações do Cuyaba e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos." Anais da Biblioteca Nacional vol.23 pp.5-58.

Berredo, B.P.

1749 Annais Históricos do Estado do Maranhão, em que se dá a notícia de seu descobrimento e tudo o mais que nelle tem sucedido desde o ano em que foy descoberto até 1718, Lisboa.

Betendorf, João Felipe

1909 [1699] Chronica da missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão in: Revista do Instituto Histórico e Geográfico T LXXII Parte I.

Braum, João V. Manoel

1860 "Roteiro chorográfico da Viagem que se costuma fazer da cidade de Belém do Pará à Vila Bela do Mato Grosso." Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro 23 pp 439-478

1962 "O Caminho de Mato-Grosso e as Fortificações Pombalinas" Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro 251 pp. 3-32.

Coelho, F.J.N.

1850 [1872] "Memórias Chronológicas da Capitania de Mato Grosso" Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro XIII, pp 137-99

Daniel, João

1976 "Tesouro Descoberto no Rio Amazonas." Separata dos Anais da Biblioteca Nacional, vol.95, T. 1 e 2.

"Documentos sobre o Tratado de 1750" 1939 Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro vol. 52 e 53.

Ferreira, Alexandre Rodrigues

1971 Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá 1783-1792 Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura vol 1.

1974 Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato-Grosso e Cuiabá. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura.

1887 [1788] "Diário da Viagem Philosophica pela Capitania de São José do Rio Negro." Revista do Instituto Histórico Brasileiro T.50.

Ferraz, Antônio Seôncio Pereira

"Memórias sobre as Fortificações do Mato Grosso" Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro T.102 pp.501-566

Florence, Hércules

1943 Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas São Paulo: Ed. Melhoramentos.

Fonseca, João Severino da

1880 Viagem ao Redor do Brasil 1875-1878 Rio de Janeiro: Typografia de Pinheiro e Companhia.

Fonseca, José Gonçalves da

1866 "Notícia da situação de Mato Grosso e Cuiabá. Estado de umas e outras minas e novos descobrimentos de ouro e diamantes por..." Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro 29 pp.352-390.

1864 [1750] "Carta Hidrográfica em que se descrevem as origens de rios da América Meridional Portuguesa, muito especialmente o Rio Madeira e rumos de sua direção, com os rios que lhe são colatheraes até formar o famoso Rio das Amazonas ... no ano de 1750, que foram delineados por José Gonçalves da Fonseca." Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro T.37 e 67 R.J.

1864 [1749] "Navegação feita da cidade do Grão-Pará até a boca do Rio Madeira no anno de 1749, escrita por José Gonçalves da Fonseca" Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

1860 [1749] "Primeira Exploração dos rios Madeira e Guaporé feita por José Gonçalves da Fonseca em 1749 por ordem do Governo" in: Memória para o Extincto Estado do Maranhão RJ Typ. do Commercio de Brito e Braga p.267-416

"Ilustração necessária e interessante, relativa ao gentio da nação Mura, habitador dos rios Madeira, Trombeta, Guatazes, Cadajazes, Purus, Mamia, Coari, Paruá e Copaca, na Capitania do Rio Negro." 12 fls. (Manuscrito Anônimo) in: Moreira Neto, Carlos Índios da Amazônia: da Maioria a Minoria (1750-1850). Petrópolis: Vozes 1988.

Lacerda, A.B.A.

1864 Relatório Apresentado a Assembléia Legislativa da Província do Amazonas 1o de outubro de 1864 Recife.



- Mendonça, Marcos Carneiro de (org.)  
 1963 A Amazônia na Era Pombalina - Correspondência inédita do Governador e Capitão General do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 1751-1759. 3 vol., Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- Moura, Antonio Rolim de  
 1983 D. Antonio Rolim de Moura, Primeiro Conde de Azambuja. Correspondências. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional NDIHR. Cuiabá, Imprensa Universitária.
- "Narração da viagem e descobrimento que fez o Sargento Mor Francisco de Mello Palheta no Rio Madeira e suas vertentes desde 11 de novembro de 1722 até 12 de setembro de 1723" in: Abreu, Capistrano de 1982 Capítulos de História Colonial e Os Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Noronha, José Monteiro  
 1862 [1768] Roteiro da Viagem da Cidade do Pará até as últimas colônias dos domínios portugueses em os rios Amazonas e Negro, Pará.
- "Notícia da Voluntária Redução de Paz da Feroz Nação do Gentio Mura. 1784, 1785 e 1786" Boletim CEDEAM V.3 no 5 Manaus: Universidade do Amazonas 1984.
- Póvoas, Joaquim de Mello e  
 1985 [1758-1761] Cartas do Primeiro Governador da Capitania de São José do Rio Negro. 1758-1761. CEDEAM Universidade do Amazonas Manaus.
- Ribeiro de Sampaio, F.X.  
 1825 [1775] Diário de uma viagem que em visita, e correição das povoações da Capitania de S. José do Rio Negro fez o Ouvidor e Intendente Geral da mesma, Fco. Xavier Ribeiro de Sampaio, nos annos de 1774 e 1775, Lisboa.
- 1907 [1774] "Apêndice ao Diário da Viagem" Anais do Arquivo Público do Pará V.6.
- 1983 "Comentário de Francisco Xavier de Ribeiro Sampaio sobre a Memória Histórica de Lourenço Pereira da Costa, primeiro ouvidor da Capitania do Rio Negro" Boletim de Pesquisa da CEDEAM V.2 n.3 Universidade do Amazonas.

Vieira, P. Antonio

1860 [1605] "Relação da Missão da Serra de Ibiapaba" in: Almeida, Cândido Mendes de Memórias para o Extinto Estado do Maranhão. Rio de Janeiro: Typografia do Commercio, de Brito e Braga 2v. pp. 455-498.

### 3. Bibliografia

Abreu, Capistrano de

1982 Capítulos de História Colonial e os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil. Brasília: Ed. Universidade de Brasília.

Adonias, Isa

1963 A Cartografia da Região Amazônica: catálogo descritivo (1500-1961). Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia. 2 vol.

Albert, Bruce

1985 Temps du Sang, Temps des Cendres. Representations de la Maladie, système rituel et espace politique chez de Yanomami du Sud-est (Amazonie Bresilienne) Dissertação de Douto-ramento. Paris X (Nanterre).

Alden, Dauril

1969 "Black Robes versus White Settlers: the Struggle for Freedom of the Indians in Colonial Brazil", in Peckham & Gibson (eds.), Attitudes of colonial powers toward the American Indian, Univ. of Utah Press

1969 "Economic aspects of the expulsion of the Jesuits from Brazil: a preliminary report". In: Edwards, S.F. e H.H. Keith (orgs.) Conflict and Continuity in Brazilian Society. Columbia: University of South Carolina.

1976 "The Significance of Cacao Production in the Amazon Region during the Late Colonial Period: an Essay in Comparative Economic History." Proceedings of the American Philosophical Society, 15 pp. 103-125.

1984 "Indian Versus Black Slavery in the State of Maranhão During the Seventeenth and Eighteenth Centuries". Bibliotheca Americana, 1:3

- Aleixo, Lúcia Helena Gaeta  
1984 Mato Grosso: Trabalho Escravo e Trabalho Livre (1850-1888) Brasília D.F.
- Almeida, Mauro W. B. de  
1988 "Dilemas da Razão Prática: simbolismo, tecnologia e ecologia na floresta amazônica" Anuário Antropológico 86: 213-266.
- Araujo e Amazonas, Lourenço da Silva  
1852 Diccionario Topográfico, histórico e descriptivo da Comarca do Alto Amazonas. Recife: Typografia Comercial Meira Rodrigues.
- Avelino Filho, George  
1987 "As raízes de "Raízes do Brasil" Novos Estudos CEBRAP SP n.18 pp33-41 set.
- Azevedo, João Lúcio d'  
1918 O Marques de Pombal e sua época. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil.  
  
1901 Os Jesuítas no Grão Pará suas missões e a colonização. Lisboa: Tavares Cardoso e Irmãos.  
  
1931 História de Antonio Vieira. Lisboa: Livraria Clássica Editora e Cia.
- Balandier, G  
1955 La Sociologia de l'Afrique Noir Paris: PUF.
- Bandeira, Alípio  
1926 A cruz indígena. Porto Alegre
- Barbosa Rodrigues, João  
1875 "A exploração dos Rios Urubu e Jatapu" in: Valle do Amazonas Rio de Janeiro: Typografia Nacional  
  
1892 "A Necrópole de Mirakanguera" Velosia, II.
- Bastos, Uacury R.A  
1979 "Expansão Territorial do Brasil Colonia no Vale do Paraguai (1767-1801)." Boletim nO 4, Departamento de História FFLCH/USP.
- Benjamin, Walter  
1985 "O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov", in: Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Brasiliense pp. 197-221.
- Beozzo, José Oscar  
1983 Leis e Regimentos das Missões. Política Indigenista no Brasil São Paulo: Edições Loyola

Boxer, C.

1969 A Idade do Ouro do Brasil. Dores de crescimento de uma sociedade colonial. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Brandão, Carlos Rodrigues

1977 Peões, Pretos e Congos. Trabalho e Identidade étnica em Goiás. Goiânia: Editora Universidade de Brasília

Cândido, Antonio

1957 Formação da Literatura Brasileira São Paulo: Livraria Martins Editora.

Cardoso de Oliveira, Roberto

1963 Aculturação e Fricção Interétnica. América Latina, 6 (3):33-46.

1972 Sociologia do Brasil Indígena Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

1976 Identidade, Etnia e Estrutura Social. São Paulo: Pioneira.

1980 "Identidade e Estrutura Social." Anuário Antropológico 1978. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, pp.243-263.

1983 Enigmas e Soluções: Exercícios de Etnologia e de Crítica. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Carneiro da Cunha, Manuela

1983 "Parecer sobre os critérios de identidade étnica" in: O Índio e a Cidadania. São Paulo: Comissão Pró-Índio e Brasiliense pp.96-100.

1985 Negros, Estrangeiros. Os Escravos libertos e sua volta à África. São Paulo: Brasiliense.

1987 Os Direitos do Índio. São Paulo: Brasiliense.

Carneiro da Cunha, Manuela e Eduardo Viveiros de Castro

1987 "Vingança e Temporalidade: os Tupinambá." Anuário Antropológico 85 Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Chaumeil, J.P.

1985 "Échange d'énergie: Guerre, Identité et reproduction sociales chez les Yagua de L'Amazonie Peruvienne". Journal de la Société des Americanistes, T.71, Paris.

- Clastres, Pierre.  
1980 "Infortúnio do Guerreiro Selvagem" in: P.Clastres, A.Adler e outros Guerra, Religião e Poder. Lisboa: Perspectivas do Homem.
- 1982 Arqueologia da Violência. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- Clausewitz, Carl Von  
s/d Da Guerra. Publicações Europa/América
- Corrêa Filho, Viriato  
1926 As raias de Mato Grosso. São Paulo
- 1939 Alexandre Rodrigues Ferreira: Vida e Obra do grande naturalista brasileiro. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, Brasiliana V.144.
- 1940 "Exploração do Rio Madeira" e "João de Souza Azevedo" Mensário do Jornal do Commercio, dez. de 1940
- Cortesão, Jaime  
1956 Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores - Instituto Rio Branco.
- Craig, N.E.  
1947 A estrada de Ferro Madeira-Mamoré. São Paulo: Brasiliana, CCXLII, 449pp.
- Davidoff, Carlos  
1982 Bandeirantismo: Verso e Reverso. São Paulo: Brasiliense.
- Davidson, D.  
1970 Rivers and Empire: The Madeira Route and the Incorporation of the Brazilian Far West, 1737-1808. Yale University, PhD.
- Erickson, Ph.  
1986 "Alterité, Tatouage et Antropophagie chez les Pano". Manuscrito
- Falcon, José Calazans  
1982 A época Pombalina São Paulo: Ática.
- Farage, Nádia  
1986 As Muralhas dos Sertões. Dissertação de Mestrado UNICAMP.

Fernandes, Florestan

1954 A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá. São Paulo: Livraria Pioneira Editora/EDUSP

1958 A Etnologia e a Sociologia no Brasil. São Paulo: Anambi.

Freire, Felisbello

1907 Os Portugueses no Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia d'O Economista Brasileiro.

Ganson, Barbara

1989 "The Evueví of Paraguay: Adaptative Strategies and Responses to Colonialism, 1528-1811" in: The Americas vol. XLV, no 4 pp.461-488.

Garcia, Rodolfo

1938 "Explicação aos Documentos sobre o Tratado de 1750" in: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro vol.52 Rio de Janeiro.

Gluckman, M.

1958 Analysis of a Social Situatín in Modern Zululand, Rhodes Livinstone paper n.28, Manchester University Press, 1958

Goeldi, Emílio

1869 Alexandre Rodrigues Ferreira: Ensaio. Pará

Gonçalves, Marco Antonio Teixeira

1988 Nomes e Cosmos. Uma Descrição da Sociedade e da Cosmologia Mura-Pirahã. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ.

Gondin, J.

1938 Etnografia Indígena. Ceará

Hanke, W.

1950 "Vocabulário e Idioma Mura" Manaus: Arquivos XII,3-8.

Hemming, John

1978 Red Gold: The conquest of the brasilian indians(1500-1760). Cambridge: Harvard University Press.

1987 Amazon Frontier. The Defeat of the Brazilian Indians. Cambridge: Harvard University Press.

Herndon, W.L. and Gibbon, L.

1953/54 Exploration of the Valley of the Amazon. 2 vol Washington.

Holanda, Sérgio Buarque de

1945 Monções Rio de Janeiro: Editora José Olympio.

1949 "Expansão Paulista em fins do século XVI e princípio do XVII" in: Boletim do Instituto de Administração da F.C.E.A. da USP, no 29

1957 Caminhos e Fronteiras Rio de Janeiro: Editora José Olympio

1979. Tentativas de Mitologia São Paulo: Perspectiva

1982 O Extremo Oeste São Paulo: Brasiliense.

1989 Monções São Paulo: Brasiliense, 3a edição ampliada.

Jobim, Anísio

1950 Aspectos Sócio-Geográficos do Amazonas. Manaus.

Kiemen, Mathias C.

1948 "The Indian Policy of Portugal in America, With Special Reference To The Old State of The Maranhão, 1500-1755." The Americas, 5 pp 131-171.

1954 The Indian Policy of Portugal in Amazon Region 1614-1693. Washington: American Academy of Franciscan History.

Lapa, Amaral

1973 Economia Colonial. São Paulo: Perspectiva.

Leach, Edmund

1988 "La Nature de La Guerre": L'Unité de l'homme et autres essais. Paris: Gallimard.

Leite, Serafim

1943 História da Companhia de Jesus no Brasil Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro V.III.

1965 Suma Histórica da Companhia de Jesus no Brasil. (Assistência de Portugal) 1549-1760 Lisboa: Junta das Investigações do Ultramar.

Lenharo, Alcir

1982 Crise e Mudança na frente oeste de colonização: O Comércio colonial de Mato Grosso no contexto da Mineração Cuiabá: UFMT Imprensa Universitária PROEDI.

- Lima, Américo Pires de  
1953 O Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira  
Lisboa: Agência Geral do Ultramar. Divisão de  
Publicações e Biblioteca.
- MacLachlan, Colin M.  
1973 "The Indian Labor Structure in the Portuguese  
Amazon, 1700-1800", in: Alden, Dauril (ed.)  
Colonial Roots of Modern Brazil. Berkeley:  
University of California Press.
- Magalhães, Basílio de  
1935 Expansão Geográfica do Brasil Colonial. São  
Paulo: C. Editora Nacional, Brasiliana vol XLV.
- Marcy, P.  
1875 Travels in South America v. 2 510 pp. London
- Menéndez, Miguel A.  
1981/82 "Contribuição para a Etno-História da Area  
Tapajós-Madeira." Revista do Museu Paulista, 28,  
pp. 289-388.
- Menget, Patrick  
1985 "Jalons pour une étude comparative". Journal  
de La Société des Americanistes T.71, Paris
- Monteiro, John M.  
1984 "Celeiro do Brasil: Escravidão Indígena e a  
Agricultura Paulista no Século XVII." História, 7  
pp.1-12.  
  
1988 "From Indian to Slave: Forced Native Labour  
and Colonial Society in São Paulo during the  
Seventeenth Century." Slavery and Abolition,  
9, no.2 pp.105-127.
- Moreira Neto, Carlos de Araujo  
1988 Índios da Amazônia: da Maioria a Minoria  
(1750-1850). Petrópolis: Vozes.
- Moraes, J. de  
1860 História da Companhia de Jesus da Extincta  
Província do Maranhão e Pará. Rio de Janeiro.
- Morner, Magnus  
1968 Actividades Políticas y Economicas de los  
Jesuitas en el Rio de La Plata. Buenos Aires: Ed.  
Paidós.
- Nabuco, Joaquim  
1941 O Direito do Brasil. São Paulo/Rio de  
Janeiro: Editora Nacional e Civilização Brasileira  
V.8



Nimuendaju, Curt

1925 "As tribos do Alto Madeira" Journal Soc. Amer. Paris, vol.17, pp137-172.

1948 "The Mura and Pirahã" Steward, Julien Haynes (ed.) Handbook of South American Indians. Washington pp. 255-268.

Nimuendajú, C. and Bentes, E.H. do V.

1923 Documentes sur quelques langues peu connues de l'Amazonie. Journal Soc. Amer.Paris, n.s., XV, 215-22

Oliveira, Adélia Engrácia de

1978 "A Terminologia de Parentesco Mura-Pirahã" Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, nº 66

Oliveira Filho, João Pacheco de

1983 "Elementos para uma Sociologia dos Viajantes" Cadernos de Etnologia Rio de Janeiro: Museu Nacional.

1986 D Nosso Governo: Os Ticuna e o regime tutelar São Paulo: Marco Zero/CNPq.

Overing, Joanna

1986 "Imagens of Cannibalism, death and domination in a "non violent society". Journal de la Société des Americanistes, T.72, Paris.

Pereira,Nunes

1980 Moronquetá. Um Decameron indígena. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2 vol.

1942 "Ensaio de Etnologia Amazônica" Manaus:Terra Imatura vol.3 no. 12

Perrone-Moisés ,Beatriz

1990 Legislação Indigenista Colonial. Inventário e índice. Dissertação de Mestrado. UNICAMP.

Prado Jr., Caio

1961 Evolução Política do Brasil. São Paulo: Brasiliense.

Ramos, Alcida Rita

1980 Hierarquia e Simbiose. Relações Inter-Tribais do Brasil. São Paulo: Hucitec.

1987 "Reflecting on the Yanomami: Ethnographic Images and the pursuit of the exotic." Cultural Anthropology, 2(3) Agosto.

- Reis, Arthur Cezar Ferreira  
 1931 História do Amazonas Manaus  
 1940 Lobo d'Almada um Estadista Colonial. Manaus  
 1948 Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira  
 T.I e II R.J.
- Rodrigues, Ivelise e Oliveira, Adélia Engrácia  
 1977 "Alguns Aspectos da Ergologia Mura-Pirahá"  
Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi no.65
- Sahlins, Marshall  
 1983 Historical Metaphors and Mythical Realities.  
 The University of Michigan Press.  
 1985 Islands of History. Chicago/London University  
 of Chicago Press.
- Silva, Maria Odila Dias da  
 1985 Sérgio Buarque de Holanda São Paulo: Atica  
 Col. Grandes Cientistas Sociais no. 51  
 (organizadora)  
 1988 "Estilo e Método na Obra de Sérgio Buarque de  
 Holanda" in: Sérgio Buarque de Holanda Vida e  
 Obra. São Paulo: Secretaria de Estado da  
 Cultura/Universidade de São Paulo.
- Simmel, Georg  
 1955 Conflict. Glencoe: The Free Press.
- Southey, Robert  
 1949 História do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria  
 Progresso Editora vol.VI.
- Souza, Laura de Mello  
 1982 Desclassificados do Ouro; a pobreza mineira  
 no século XVIII. São Paulo: Graal.  
 1986 O Diabo e a Terra de Santa Cruz. Feitiçaria e  
 Religiosidade Popular no Brasil Colonial. São  
 Paulo: Companhia das Letras.
- Souza, Márcio  
 1977 A Expressão Amazonense. Do Colonialismo ao  
 Neo-colonialismo. São Paulo: Alfa-Omega.
- Spix, Johann B. von e Martius, Carl F.P. von  
 1976 [1823] Viagem pelo Brasil São Paulo: Editora  
 Itatiaia Limitada/ EDUSP vol.3.

- Sweet, D. G.  
1974 A Rich Realm of Nature Destroyed: the Middle Amazon Valley, 1640-1750. PhD., University of Wisconsin.
- Taylor, Anne-Christine  
1985 "La Arte de la Reduccion, la Guerre et les mecanismes de la diferenciation tribale dans la culture Jivaro". Journal de la Société des Americanistes T.71, Paris.
- Tastevin, Constant  
1923 "The Mura Indians of the Autaz Region" Anne XXXIII, 509-33  
1926 "Le Haut Tarauaca" La Geographie, XLV, 34-54, 158-75 1926.  
1929 "Le Delta de Japurá et le Piuriny". La Geographie, LI, 280-98.
- Taunay, Afonso d'Estragnole  
1924 História Geral das Bandeiras Paulistas Séculos XVI, XVII e XVIII. São Paulo: Melhoramentos.  
1924 "Ensaio de História Paulista" Anais do Museu Paulista 10:1-223.  
1981 (1954) Relatos Monçoeiros. São Paulo: EDUSP/ Belo Horizonte: Ed.Itatiaia.
- Tufic, Jorge  
1989 "Os Mura: começa o massacre dos índios na Amazônia". D.O.Leitura 7 (84) maio de 1989 IMESP.
- Varnhagen, F.A.de  
1845 épicos Brasileiros Lisboa: Imprensa Nacional
- Viveiros de Castro, Eduardo  
1986 Araweté: Os Deuses Canibais. Zahar/ANPOCS.
- Volpato, Luíza  
1987 A Conquista da Terra no Universo da Pobreza: Formação da Fronteira Oeste do Brasil, 1719-1819. São Paulo:HUCITEC/INL.
- Wallace, A.R.  
1889 Travels on the Amazon and Rio Negro. London
- White, Hayden V.  
1975 "Historicism, History, and the Figurative Imagination" History and Theory vol.XIV, Wesleyan University Press.

## APÊNDICE DOCUMENTAL

### 1. MUHURAIDA, OU O TRIUNFO DA FÉ

#### I. APRESENTAÇÃO

É sabido que o Arcadismo no Brasil, também chamado Neo-Classicismo ou Ilustração produziu dois grandes épicos: O Uruguay (1754), de José Basílio da Gama e o Caramuru (1781), do Frei Santa Rita Durão.

Nestes dois poemas a crítica literária e histórica apontou a matriz do Indianismo, literatura inspirada em temas da vida dos índios americanos, tipo de argumento que aparecerá revitalizado no romantismo brasileiro. Os épicos árcades foram celebrados como o marco inicial de uma reflexão e expressão da realidade nacional, produzida por brasileiros (1).

Em 1785, no interior da Amazônia, numa vila escolhida para receber os emissários encarregados da demarcação das fronteiras entre Portugal e Espanha, Henrique João Wilckens,

(1) O Arcadismo representa para a Teoria Literária o momento em que se criaram as primeiras associações de escritores, a base de uma literatura brasileira orgânica e coerente, que não mais se fazia de manifestações isoladas. As Academias frisavam em funcionários e militares a vocação potencial de escritores, marcando na sociedade um espaço para o exercício literário enquanto ofício autônomo (Cândido 1957). Varnhagen nos fala dos poemas Uruguay e Caramuru como "as duas primeiras epopéias brasileiras de assuntos nossos e autores filhos do Brasil" (Varnhagen 1847). Em Cândido e Varnhagen, portanto, os poemas épicos do arcadismo afirmam uma certa "voz nacional" nascente no século XVIII, traço incipiente - mais digno de registro - de mudança num panorama literário colonizado e plagiador.

um Engenheiro-Militar integrante da Comissão Portuguesa escreve o poema Muhuraída ou o Triunfo da Fé. Também composto em oitava camoniana, o épico da amazônia se assemelha aos poemas do Arcadismo na forma, no conteúdo e na intenção.

Enquanto documento histórico, o poema é a voz de um dos agentes sociais envolvido no conflito do qual a redução dos Mura, no final do século XVIII foi a principal resultante. Neste nível, o poema apresenta dados etnográficos, históricos e geográficos sobre a população Mura no século XVIII, numa versão semelhante àquela encontrada em outros documentos que registraram a vitória da colonização sobre os Mura (2).

Mais antes de ser um documento histórico a Muhuraída é uma peça literária que tem a força de revelar sua época. Seus versos, tematizando o gentio de curso do Rio Madeira, nos apresentam muito da mentalidade ilustrada que caracterizou o consulado pombalino, e falam do projeto civilizatório idealizado para as populações indígenas. Inserido neste quadro histórico e político o poema ganha consistência, e sua análise pode superar os impasses que tem colocado para a crítica literária amazonense: ou o poema é resgatado como a primeira manifestação do saber culto da Amazônia ou, num outro extremo, é descartado como o "poema do genocídio".

(2) Ver a respeito Capítulo III .

Assim, alguns autores sucumbem ao apelo que o poema representa enquanto peça literária do século XVIII, feita em moldes ilustrados, que transforma o episódio da redução dos Mura em versos épicos.

Referindo-se à Muhuraida na descrição que faz do Rio Manacapuru (Solimões), Anísio Jobim fala num "poema em forma de epopéia escrito por um representante diplomático das demarcações", cujo motivo seria a "vitória estupenda" sobre os Mura em 1774 e 1775 (Jobim 1950:213).

A Muhuraida também consta do último trabalho de Carlos Moreira Neto, que analisando o período das pacificações dos Mura e dos Mundurucu, lê o poema enquanto documento comprobatório da importância da pacificação dos Mura aos olhos dos colonizadores. O poema é igualado pelo antropólogo ao Uruguay de Basílio da Gama, no seu tom apologético a favor da vitória sobre os índios. É nesses termos que Moreira Neto se refere ao poema: "Não se limitaram ao registro oficial, extenso e informativo - os textos produzidos sobre o impacto da auto-pacificação Mura. Um sargento-mor de engenheiros, comissário de uma partida de limites comandante de Ega, Enrique João Wilckens, foi encarregado de assistir aos Mura que se estabelecessem nas proximidades de sua vila. Desse envolvimento acidental nasceu uma extraordinária produção literária, o poema épico composto em seis cantos, e oferecido a João Pereira Caldas" (Moreira Neto 1986:107). O envolvimento de Wilckens com os Mura, como vimos, nada teve de acidental, assim como é

bastante discutível a idéia da autopacificação dos Mura no final do século XVIII.

Outra vertente crítica vê na Muhuraida apenas o comprometimento ideológico com um projeto colonial contrário aos povos indígenas. Para Márcio Souza uma poética do genocídio inaugura a vida literária na Amazônia, ou em suas palavras: "Um soldado lusitano, investido de poeta, inaugurou nossa tradição literária de uma maneira sintomática. Henrique João Wilckens, autor de A Muhuraida, louvou a subjugação da nação Muhura pelas tropas portuguesas, criando uma poesia do genocídio." (Souza 1977:31)

O poema teve uma edição em 1819, feita pela Biblioteca de Évora, sob a organização do Padre Cipriano Pereira Alho, que suprimiu os argumentos introdutórios dos seis cantos que compõem o poema, assim como as notas, espaço onde Wilckens, a semelhança de outros poetas do Arcadismo, reservou para expor um pouco da história e da etnografia do grupo. A versão de 1819 apresenta ainda comentários suplementares feitos pelo P. Pereira Alho (Tufic 1989).

Apresentamos aqui sua transcrição integral, recuperada no arquivo português da Torre do Tombo. Vale lembrar que o poema permanece inédito no Brasil.

## II. Quadro Histórico

A produção literária do século XVIII foi viabilizada poética e politicamente pelo contato oficial dos produtores

culturais com as academias. Sobre este ponto esclarece Dilthey: "o Estado moderno e as ciências modernas sentiram-se solidários, e as academias foram naturalmente os órgãos por intermédio dos quais esta aliança se afirmava e atuava" (Dilthey 1947:24).

Devemos recuar a 1696 para localizar o início das conferências filosóficas e literárias que atualizam Portugal com o saber científico moderno em voga em outros países. A influência do enciclopedismo francês, já sentida nas primeiras reuniões patrocinadas pelo Quarto Conde de Ericeira, constitui a base para a ruptura com a ordem escolástica, feudal e inquisitorial imperante na Península Ibérica.

Em 1717 a Academia dos Generosos, mais tarde substituída pela Academia Portuguesa, agrega um núcleo de intelectuais dedicados às ciências modernas: a matemática, a lógica, a física e a geometria. O marco para o início do patrocínio oficial das atividades científicas em Portugal é a fundação da Academia Real de História Portuguesa, em 1720.

A corte portuguesa frequentava pelo menos desde 1721 a Arcadia Romana, grêmio literário que acolheu D. João V com o nome de "Arete Menelleo" (4), do qual fará também parte o arcadista brasileiro José Basílio da Gama. Em 1725 os laços entre árcades romanos e a intelectualidade portuguesa são

(4) Ver Sérgio Buarque de Holanda "O Gosto Arcádico" in: Leituras de Mitologias São Paulo Ed. Perspectiva 1979



estreitados com a doação por D. João V do Bosque Parrásio, sede da Academia Romana (Holanda 1979).

Através da Academia Real D. João V financiava bolsas e contratava mestres estrangeiros para o desenvolvimento científico e cultural, atendendo dessa maneira uma demanda concreta representada pelas atividades militares ultramarinas. O incentivo à engenharia química e militar, à balística, à cartografia, vem de encontro às necessidades militares e políticas advindas da demarcação das fronteiras coloniais, que terá seu desfecho com a assinatura do Tratado de Madrid pelas coroas ibéricas (Falcon 1982).

É neste quadro de busca do saber ilustrado contra as trevas, identificada no monopólio que a Igreja exercia nas mais diversas esferas, como a educação, a justiça a filosofia e a ciência, assistimos o desenbarque em Belém de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão daquele que seria o Marques de Pombal, enviado à Colônia para efetivar a demarcação das fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Madrid.

Fazia-se acompanhar de uma missão de técnicos estrangeiros - desenhistas, cartógrafos, engenheiros - que deveriam auxiliar os trabalhos demarcatórios. O apoio desses técnicos será fundamental para a realização dos planos do consulado pombalino no Brasil. O saber técnico fornecerá o apoio básico para a substituição dos quadros da Igreja nos diversos setores nos quais exercia total monopólio.

A chegada de Mendonça Furtado em 1751, ocupando o cargo de Capitão General e Governador do Estado do Grão Pará e Maranhão precipita o conflito entre a Companhia de Jesus e a Coroa Portuguesa, que culmina com a expulsão dos jesuítas de Portugal em 1759, o confisco de seus bens e por fim, a extinção da Companhia de Jesus em 1773.

No cerne da crise entre pombalinos e inacianos está a questão indígena, mais exatamente a apropriação da mão de obra indígena no Grão Pará e Maranhão, matéria de que se ocupavam os regulares da ordem desde 1686, quando o Regimento das Missões atribui o governo temporal das aldeias indígenas aos missionários (5).

Dois dos poemas épicos do arcadismo - O Uruguay e Muhuraida - tem sua ação transcorrendo nesse momento que sucedeu a assinatura do Tratado de Madrid. O Uruguay tematiza a guerra contra os índios das reduções jesuíticas do Uruguai, enquanto que a Muhuraida traz à cena as lides da Comissão Demarcadora dos Limites na Amazônia. Seus autores estão estreitamente ligados ao governo de Sebastião José: Basílio da Gama esteve por toda a vida sob a proteção de Pombal e de sua família e Wilckens é um oficial de Mendonça Furtado. Ambos os poemas homenageiam personalidades do governo colonial de Pombal: Uruguay é oferecido a Mendonça Furtado, e nele Gomes Freire de Andrade, principal autoridade das demarcações no sul, é transformado em herói

(5) Vide Capítulo I.

épico, assim como a Muhuraída é oferecida a João Pereira Caldas, Governador que sucede Mendonça Furtado no Grão-Pará.

Quanto ao índio retratado pelo Indianismo, uma passagem extraída da correspondência de Basílio da Gama pode ser ilustrativa. Em uma carta que nosso arcade mais famoso envia ao poeta italiano Piero Metastasio, acompanhando um exemplar do recém publicado Uruguay, encontramos algo que ilustra as ficções poéticas que caracterizaram o modo de apreensão do índio americano pelo Indianismo. Dizia o poeta mineiro que era comovente ver "nossas índias a chorar, tendo às mãos vossos livros, e a fazer um ponto de honra em não ir ao teatro sempre que o espetáculo apresentado não seja de Metastasio" (apud S.B. Holanda 1979:252-253).

Dos autores setecentistas, Basílio da Gama foi quem mais de perto participou das academias, sendo filiado às Arcádias Romana e Lusitana. Depois dele viria Alexandre Rodrigues Ferreira, este também membro da Arcadia pombalina. De Wilckens não se tem notícia de filiação a nenhum grêmio literário. Demonstrava, no entanto, dialogar com o pensamento culto de sua época, e como os outros autores, esperava divulgar seus trabalhos literários sobre o Brasil nas academias européias.

A Arcádia Lusitana, fundada em 1756 e incentivada pela administração pombalina, está presente em todos os momentos dessa produção literária setecentista, quer estimulando o gesto literário quer inspirando o temário ou moldando a

forma, seja do poema, seja da crônica histórica ou etnográfica.

Atores do drama colonial, os autores setecentistas identificaram-se ideologicamente com o projeto civilizador da administração pombalina. Os poetas Basílio da Gama e Henrique João Wilckens, como o cronista Alexandre Rodrigues Ferreira, conviveram numa intensidade diversa, porém efetiva, com o drama do avanço da fronteira colonial sobre as populações indígenas. Alguns viram o índio vencido chegar à cidade; outros viajaram até as fronteiras da colonização. Outros ainda receberam nas capitais coloniais informações sobre os embates militares contra os índios rebeldes.

Basílio da Gama canta em Uruguay a guerra dos Guaranis e Jesuítas contra a administração pombalina, em 1756, a partir da emoção nele causada pelo diálogo que mantém no Rio de Janeiro com índios trazidos das missões do sul. O argumento de seu poema apoia-se totalmente na "Relação Abreviada da República que os Religiosos Jesuítas...", texto que o consulado pombalino fez circular na corte com a sua versão dos fatos que antecederam a expulsão da Companhia de Jesus (F.Pacheco 1895:XVIII). O poema Muhuraída, de Henrique João Wilckens, como vimos, identifica-se ideologicamente com o documento compilado por Alexandre Rodrigues Ferreira, a "Notícia da Voluntária Redução de Paz e Amizade da Feroz Nação do Gentic Mura nos anos de 1784, 1785 e 1786", divulgação da política indigenista depois do diretório pombalino.

Qualquer que seja a situação dos autores investigados no século XVIII, diante da população indígena a reação foi sempre de identidade com aqueles que, representando a civilização, lutaram contra o índio em seu "estado selvagem".

Resultava desta opção ideológica com os ideais do iluminismo uma grande distância que o narrador setecentista mantém dos povos indígenas retratados, que transparece por exemplo, no desconhecimento das línguas indígenas, especialmente aquelas que diferiam do tupi.

### III. Henrique João Wilckens: um militar na defesa da Amazônia.

Henrique João Wilckens chega a Belém em 1753, integrando a missão de técnicos destacados pela coroa portuguesa para participar dos trabalhos demarcatórios. Como ele mesmo conta: "... no mesmo ano de 1753 em que chegávamos fui empregado no reconhecimento de toda a costa do Marajó com os mais engenheiros, nas observações astronômicas, com os astrônomos Pe. Ignácio Samartoni, nesta cidade (Barcelos) e em Collares" (Wilckens 1800).

Também participou das observações astronômicas em Macapá e da elaboração de um mapa do Amazonas, em 1754. Reconhece ainda nesta ocasião, as regiões do Rio Madeira e do Solimões.

Nas duas décadas seguintes, Wilckens ocupa-se na edificação de fortificações e obras públicas, trabalhos que

darão a tônica à administração pombalina no Grão-Pará. Em 1773 vemos Wilckens às voltas com a construção do Forte de Macapá (6), onde é engenheiro responsável também pelas obras do Hospital e da Casa do Senado da Vila de Macapá. Em sua correspondência desta época com o Governador Pereira Caldas, Wilckens encaminha solicitações de material de construção, algumas vezes fornecido pela coroa, outras extraído nas povoações e encarrega-se de obter mão de obra, toda ela indígena, para a realização dos projetos.

As obrigações técnicas do engenheiro-militar Wilckens completar-se-iam na década de 1780 com missões mais políticas, de reconhecimento de territórios da fronteira colonial com a Espanha, ainda desconhecidos de Portugal. Evitando que os espanhóis encontrem a região desocupada, Mendonça Furtado ordena a instalação, em caráter de urgência, de aldeias jesuítas no Japurá, Javari e na fronteira com a Caiena.

Por aí deveria passar a linha demarcatória a oeste e Wilckens, na ocasião Segundo Comissário da Quarta Divisão de Limites, parte de Ega em 1781 para fazer o reconhecimento do Rio Japurá. Dessa viagem temos o relatório completo feito por Wilckens, com referências importantes sobre a população indígena encontrada (7). Registra nesta viagem a descoberta

(6) Arquivo Público do Pará Correspondências com o Governador Códice 128 docs. 7,8; Códice 133 doc.29, 44, 64,75.

(7) Vide no Anexo Documental: "Diário que fez Henrique João Wilckens Sargento Maior de Artilharia Com Exercício de Engenheiro e Segundo Comissario da Quarta Divisão de Limites, Portuguesa e Hespanhola ao Antecipado Exame do Rio

do início do Japurá, no Autiparaná, ficando assim estabelecida a possibilidade de comunicação interna - pelos Lagos Amaná - das vilas do Rio Negro com as do Solimões, evitando assim um longo e perigoso percurso pelos rios. A importância estratégica dessa sua observação justifica o empenho dos oficiais locados na região na fundação e manutenção do Lugar de Santo Antônio do Imaripi. O progresso deste estabelecimento viabilizaria tal comunicação interna entre as duas regiões fronteiriças.

Engenheiro e Segundo Comissario da Quarta Divisão de Limites, Portuguesa e Hespanhola ao Antecipado Exame do Rio Japurá, Partindo da Villa da Ega no dia 23 de fevereiro de 1781, por Ordem de Sua Majestade." Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Seção de Manuscritos.

# Milhe Re De A

ou

## O Triunfo da Fé

Na bem fundada Esperança da inteira  
Converção, e reconciliação da grande, e feróz  
Nação do Gento Múkúra

Poema Heroico  
Composto, e compendiado em seis Cantos,  
Dedicado e Offerecido

ao

Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor

JOAM PEREIRA CALDAS,

Do Concelho de Sua Magestade Fidelissima,  
Alcaide-Mór, Comendador de S. Mamede  
de Troviscaço na Ordem de CHRISTO; Go-  
vernador, e Cappittão General, que era do Estádio  
do Grão Pará, e agora nomeado das Cappitta-  
mas de Matto Grosso, e Cuyabá; e nos Distric-  
tos dellas, e deste Estádio do Pará, encarregado  
da Execução do Tractado Preliminar de Paz  
e Limites, por parte da mesma Augustis-  
sima Rainha Fidelissima etr<sup>a</sup> etr<sup>a</sup> etr<sup>a</sup>.

Por hum Militar Portuguêz  
Afectuozo, e reverente  
Subdito de Sua Ex<sup>ta</sup>

em

1785



A

Sua Ex.<sup>a</sup> o Senhor João Pereira Caldas  
o Author

183

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor.

Quiz a Providencia, não sei se para coarctar a minha  
ousadia, se para desvanecer a minha Confiança, retardar a  
humra offerta, que tendo toda a apparencia de Tributo, O  
affecto, veneração, e respeito, que a Illustrae Pessoa de Vossa Ex-  
"cellencia consegue devidamente, confiar quize de humra  
Mão alheya, ainda que bem interessada neste mesmo Objecto,  
para assim mais respeitosa se apresentar á Illustrae  
Presença de Vossa Excellencia.

O mesmo Anno, em que este memorável successo a-  
"conteceo, foi no qual eu este pensamento tive, foi aquelle  
em que o executei, e o mesmo em que eu o remetti, pa-  
"na, reduzido á precisa decencia, á Vossa Excellencia se  
presentar. O reparo que talvez se fizesse, de que esta  
Obra, por tosca e informe, não se achava em termos  
de a Vossa Excellencia se entregar; ou os inevitáveis  
embaraços de Afazeres mais importantes, e urgentes,  
tambem, talvez, retardariam a execução, e complemento  
do meu desejo; finalmente a Morte tambem veio por  
o ultimo, e o mais irremediável Obstaculo a toda a dili-  
"gencia, tirando e roubando á Patria, e ao Estado de sequi-  
"tos honrados, prestáveis, e a mim Amigos, que promover  
devião esta offerta.

Estes successos fizeram que a Muxaaida a meu  
poder voltasse; porém, não tendo pessoa alguma, disposto,  
nem razão para reclamar, o que já dado, e offerecido está,  
e muito mais, sendo duvida, e tributo, que a Verdade, e  
o Affecto consagra, de justiça, ao Merito; como poderia  
eu deixar de fazer a precisa restituição? procurar-  
"do meyor, para que as respeitáveis Mãos de Vossa  
Excellencia chegasse, o que por todos os titulos, a Vossa  
Excellencia pertence, e o que, sem ingratidão, e esompri-  
"lo, eu occultar não devia, e muito menos subregar; a  
pezar da contingencia do Conceito da Critica, e da mor-  
"dadidade da Satyra, a que exponho esta producção  
da minha Ignorancia, e Ousadia.

Procura pois a Mukusaida a alta Protecção de  
 Vossa Excellencia Entre afareses, e cidadãos, que a Obri-  
 "ção do Serviço, e do Emprego actual me impoem, se o af-  
 "fecto, e respeito, que a Vossa Excellencia consagrou; se o  
 Amor Patriotico, e do Bem publico, inspirar-me podião  
 este pensamento, tão alheyo do meu destino, presente

O conhecimento, que Vossa Excellencia tem completo  
 deste Estado do Pará, desde o Anno de 1753, que a elle  
 Vossa Excellencia chegou; sendo depois o creador do Gover-  
 "no do Braui, e tendo passado depois ao Governo Geral  
 do Estado; e d'elle com a nomeação do Governo Geral do  
 Matto Grosso, e Cuyabá, a ser encarregado da Execução do  
 Tractado Preliminar de Paz e Limites, da Coroa de  
 Portugal com Hespanha, em 2 de Agosto de 1760, e  
 a residir em Barcellos, athe Mayo de 1789, tendo Vossa  
 Excellencia ja anteriormente estado na mesma Villa, Capital  
 da Capitania do Rio Negro, na occasião das incompletas  
 Demarcações passadas, Toda a razão subministra para  
 Vossa Excellencia, com preferencia a qualquer outra  
 pessoa, reconhecer poder a Verdade dos factos nestes  
 Versos neltados; circumstancia esta bem ponderável, para  
 quem, como Vossa Excellencia, não se mette espectador, mas  
 sim, depois de Deus, o primeiro Motor, e Agente dos op-  
 "portunos meios, que este fim interessante ao Serviço de Deus  
 e da Soberania, conseguirão completamente.

Digne se pois, Vossa Excellencia, aceitar este testemunho  
 de aquelle sincero, puro e fiel affecto, Veneração, e respeito,  
 que Vossa Excellencia conhece, e sempre em mim reconhece;  
 e como humã demonstração, não do pouco, que posso; mas  
 sim do muito que deexo sempre mostrar quanto sou,  
 Ill<sup>lmo</sup> e Ex<sup>lmo</sup> Senhor João Pereira Caldas

De Vossa Excellencia

Quartil de Ega, no Rio Colimões  
 26 de Mayo 1789

O mais reverente Subdito, fiel

H. J. W.

# Prologo

para servir de instrucção, aos que leem.

O feróz, indomável, e formidável Gentio Mukúira, ou Mihua, conhecido ha mais de lincoenta Annos, Habitador dos denses Bosques, e grandes Lágos do famoso Rio Madeira, confluyente do celebre Rio do Amazonas, no Estado do Grão Pará, Primeira Capitania Geral, e a mais septentrional de todas as Conquistas Portuguezas na America Meridional, sempre foi fatal aos Navegantes do ditto Rio Madeira, no commercio, que o Pará cultivava com a Capitania do Matto Grosso, sendo este Gentio de Corço, igualmente cruel e irreconciliável Inimigo dos Portuguezes, dos Indios, esta bebedes nas Povoações, e das mais Nações de Genticos, dos Bosques ainda habitadores, mattarido cruelmente, e sem distincção de sexo, ou idade, todos os viajantes, e moradores das Povoações; roubando-os e levando as mulheres moças, e Crianças, que do estorço escapavão destruidas a hum cruel Captiveiro; permitindo com tudo a Divina Providencia, que nunca familiarizar-se podessem com o uso das Armas de fogo; as quaes tinhão o maior horror; e achadas, ou totalmente quebravão, e ao Rio arrojávão; ou em pedaços reduzião, para portas de flechas; das quaes usão com grande destreza, e força.

No Anno de 1756 principiou o ditto Gentio Mukúira a sair em corço pelas varias vizinhos Rios, passando athe a Fortaleza da Bappa do Rio Negro, confluyente do Amazonas: Insensivelmente no Anno de 1765, athe o de 75, eructião ja de terror, espanto, Mortes, e sahiras, todos os Rios Confluentes do Settimiers, ou Amazonias, frustrando a Navegação, o Commercio, a Communicação, e População dos dittos Rios Genticos de Corço; sem estabelecimento perdurável; dividido em pequenos Corpos; aos quaes os moradores do Pará dão o nome de Mallocos: 1. Occupando immensa extenção de terreno, acrescentava a certeza do terror da sua barbuidade, e ferocidade; a incerteza do lugar da sua existencia; fazendo assim igualmente os desconfiados, e os vigilantes, e infelices victimas das suas crueldades. Frustrando a vigilancia dos Governos, nas alias oportunas Providencias, a diligencia, e valor das Armas, empenhadas na luta, necessaria defesa, e devido castigo de tantos insultos, e crueldades; e os repetidos esforços dos Generaes do Estado do Pará; dos Governadores das Capitannias; dos Ministros de Ltras, e o Apostolico selo dos Missionarios de diferentes Religioens, que se empenhavaõ na reconciliação, conversão, e civilização deste indomito Genticos no largo

largo espaço de tantos Annos; athe que a Divina Providencia,  
 sempre tão inscrutável, como adorável nos seus desígnios, e firmo,  
 foi servida no Anno de 1784, estando no Rio Negro o Ex.<sup>mo</sup>  
 Senhor João Pereira Caldas, Governador, e Capitão General,  
 que tinha sido do Pará, e então nomeado para o Governo  
 Geral das Capitanias do Matto Grosso, e Cuyabá, encarregado  
 da effectiva execução do Tractado Preliminar de Paz e Limi-  
 tes entre as Corôas de Portugal, e Hespanha, e estando na Villa  
 de Ega no Rio Solimões, lugar destinado para Quartel de  
 Depósito de ambas as Partidas Portugueza e Hespanhola, que  
 em concurso então actualmte se empregávan na effectiva  
 Demarcação, o Tenente Coronel de hum dos Regimentos do Pará,  
 João Baptista Maetel, nomeado Primeiro Comissario da Par-  
 tida Portugueza, se servio, digo, a Divina Providencia ele-  
 ger por instrumento da reconciliação, conversão, e estabeleci-  
 mento: tantas vezes intertida, desejada, e nunca conseguida: /  
 a hum homem justico, e ordinario, por nome Mathias Ferran-  
 des, actual Director, e casado no lugar de S. Antonio do Imau-  
 pi, Povoação de Indios no Rio Japura, o qual por zelo do ser-  
 vico de D. Os, e do Rey, sendo dos ditto Genticos Mukuras ja  
 bem conhecido, pelos Croques, e encontros, que com elle tinham  
 tudo, em que se comportava, e os fazia respeitar seu valor, e  
 sua destreza, buscou os mais opportunos meios de os attrahir  
 influindo lhes sentimentos de confiança nelle, e desejo de se  
 communicarem com os Cheffes, e altivamente, estabelecer tal  
 familiaridade, que passando o ditto Genticio Mukura parme-  
 namente, em companhia do mesmo Mathias Ferrandes, e  
 depois sem elle, repetidas vezes as nossas Povoações de  
 Ega, Alvaes, Nogueira, e Alvellos, e sendo em todas ellas  
 bem recebidos, agasalhados, hospedados, e brandados pelos  
 Moradores Brancos, e Indios das dittas Povoações, tudo  
 por ppevenção, e repetidas, efficacissimas recommendações  
 do sobredito Tenente Coronel João Baptista Maetel, e por  
 elle com particularidade alargados, liberalizando lhes  
 elle do seu particular, varios donativos, e outros por conta  
 da Real Fazenda, dos Armarms de Sua Mag.<sup>de</sup> em Ega exis-  
 tentes; e dando ellas Mukuras, tambem repetidas provas de  
 sinceridade, e boa fe, em differentes encontros, que tiveram

tiveram com as Embarcações, tanto Reaes, como dos Particulares,  
 que navegavam o Rio Solimões; ultimamente estando humia  
 condeável Partida dos muros Mulusas, com seus Princi-  
 " pais no Lugar de Nogueira, onde então existia convalescendo  
 o sobredito Ten<sup>te</sup> Coronel, Primeiro Commissario João Baptista  
 Mardel, teve este o particular gosto, e a spiritual consolação  
 de ver, que no dia Nove de Junho deste corr<sup>te</sup> Anno de 1785,  
 os ditos Principaes Mulusas, e outros refugiados entre elles  
 ja Mulusificados, por sua livre, spontanea vontade, e motu  
 proprio, sem preceder persuasão alguma, não sem hum par-  
 " ticular toque da Mão do Omnipotente arbitro dos Coações  
 Humães, Offerecerão Virte innocentes Mulusos, filhos dos ditos,  
 pedindo o Santo Baptismo; o que com inexplicável jubilo, e não  
 sem lagrimas de ternura, se lhes concedeo, e se effectou, sendo  
 O Ministro desta ditóra regeneração o R<sup>do</sup> Fr. Joze de S. Theres:  
 " za Neves, Religioso da Ordem de N. S.<sup>a</sup> do Carmo, do Convento  
 de Pará, e então Vigario do Lugar de Nogueira, e servindo de  
 Padreiro de todos, o sobredito Tenente Coronel Primeiro Commissario  
 João Baptista Mardel; a cujo zelo, cuidado, e generosidade se devem  
 estas felices pumicias que esta formidável, e grande Nação offe-  
 " reces voluntaria a seu Creador verdadeiro, e misericordioso  
 Deos, e Senhor; A Igreja Santa, e a Sobeara Augusta; partir-  
 " do pouco depois, bem satisfeitos, para continuar em seu primais  
 Estabelecimento, que escolhido por elles, no Lago do Amará, e  
 Rio do Japurá, lhes estava ppeparando, com todo o cuidado  
 disvelo, e propria assistencia, o ditto Director Mathias Fernan:  
 " des, como primeira Fundação, e Povoação; não sem grande, e  
 bem fundamentada esperança de todos, que Deos abençoaria  
 esta grande obra, para se conseguir completamente os louva-  
 " veis, interessantes fins propostos, que são, a maior honra, e  
 gloria de Deos; a exaltação, e propagação da Santa Fé Ca-  
 " tholica Romána; A conversão de immensa multi dão de Gentios  
 A salvação das suas Almas; o interessantissimo adiantamento  
 da População do Estado de Pará, e Dominios de Sua Mag<sup>de</sup>  
 Fidelissima, nossa Augusta Sobeara; O socego, e segurança  
 dos seus ditosos Vassallos no commercio e Navegação deste vasto

vasto Continente, e seus grandes Rios, e ultimamente o conheci-  
 "to de tantos Rios, e terrenos, cheyos de poçoços, interessantes Gene-  
 "ros, uteis ao Comercio, e opulencia do Estado, que o terror das cauel-  
 "dades e ferocidade deste Geritio, tinha inutilizado, ou summamente  
 "diffultado. Deverdose bem justamente attribuir a apidéz dos pro-  
 "gressos, com que varios Estabelecimentos dos ditos Muzuzas se foão  
 "formando, em varias partes do Rio Solimoes; a humna particularissi-  
 "ma benção, e Divino beneficio, rezervado ao felis Reiado da Pruiss-  
 "ma, Augusta Sobearia Fidelissima, as sabias providencias, e in-  
 "fatigável ardor, e zelo do Serviço de D'Es, da Sobearia, e bem do  
 "Estado, e dos seus Habitantes, do Ex.<sup>mo</sup> Sr.õ: João Pereira Caldas,  
 "que no decurso do seu Governo do Estado do Pará, e na sua exis-  
 "tencia no Rio Negro, sempre buscava embaracar os meyos da  
 "força, e persuadir os da bondura, e suavidade, para alcan-  
 "çar o ditozo fim, que esperava, e que D'Es lhe concedes ver rea-  
 "lizado com perfeito complemento No prudente methodo, affabilidade  
 "generosidade, disvelo, e cuidado do Terente Coronel Primeiro Comissa-  
 "rio João Baptista Mandel; e ultimamente a intrepidez, con-  
 "stancia, trabalho, zelo infatigável, e actividade do bom Director  
 "do Lugar de S. Antonio do Imacipi, Mathias Fernandes.

# Canto 1º

## Argumento

Mediante a Luz, e Graça, que se implôra  
De quem he della Fonte; Author Divino,  
A Musa Época indica, que athe agora  
De horror enchia o peito, mais ferino.  
Do Muzica a examinar ja se demôra.  
Usos; Costumes; Guerras, e o destino,  
Que, entre as informes Choças, inaudito,  
Ao Prisioneiro dâ, museo, afflicto.

Canto o successo fausto, inoperádo,  
Que as faces barba em lagrimas de gosto;  
Depois de ver n' hum Seculo passado.  
(a) Correr só pranto, em abatido rosto,  
Canto o Successo, que faz celebrádo  
Tudo, o que a Providencia tem disposto,  
Nos impensádos mejos admiráveis,  
Que os altos fins confirmão inscrutáveis.

Manda rayo da Luz, que communica  
A entendimento, acerto verdadeo  
Espirito da Paz! que vivifica  
A frouxa idea; e serve de roteiro,  
No Pelago das Trévas, em que fica  
O Museo Mortal, que em captiveiro  
Da Culpa, e da Ignorancia navegando,  
Sem voz, he certo, incauto he naufragando.

## Nota

a) Do horrôzo estrágo, e Mortandade, que os Muzicas fizeram no Anno de 55 deste seculo, nas pessas dos Indios Moradores da Aldeya do Abacachis, Missão dos Jesuitas no Rio Madeira; fui eu oculos testemunha, do que fizeram nas Povoações de Solimões em 56 e 57, tambem vi; e da desolação em que tudo ficou, enchendo tôdos de horror.

Invoço aquella Luz, que diffundida  
 Nos corações; nas Almas obstinadas,  
 Fáz contuzer os erros; e a perdida  
 Graça adquirir, ficar justificadas;  
 A Luz resplandecente, appetecida  
 Dos justos; das Nações desenganadas.  
 Da pompa; da vaidade do Inimigo,  
 Que ao eterno condúz, final perigo.

Mais de dez Lustras são já passados,  
 Que a Morte, e o tempo accompanha  
 Aos Navegantes tristes, que occupados  
 Estávão co-o perigo, que esperava  
 A cada passo ter, nos descuidados  
 Segura presa, em que se alimentava;  
 Despojo certo; e Victima innocente,  
 Na terra, ou Mar; do Rio na Corrente.

(a) Rio, que de Partasilea a Psöle  
 Habitando, algum tempo, fez famoso;  
 Enquanto não effeminada, á mölle  
 Ociosidade deo o valeroso  
 Pato; Buscando agora querri console  
 A magoa, no retiro vergonhoso  
 Que fez aos densos Bosques, em que habita.  
 Inconstante, e fesso, qual outro Scythia

Entre os fporidozes Ramos, que bordando  
 As altas margens vão, de esmalte raro  
 Servindo estão mil Rios; tributando  
 Correntes Argentinas, que no aváro  
 Seio recolhe o Amazônia, quando  
 Descendo vem sobe obo, sem reparo,  
 A terra, os arvozedos apastando,  
 Para no Mar os fur precipitando.

### Nota

O Rio do Amazônia, no Estado do Grão Pará; conhecido com os nomes de Orrellána, e Marañon pelos Hespanheses; hum dos maiores do Mundo; continua com o nome de Amazônia até onde se lhe ajunta o grande Rio Negro; desta confluencia por diante, lhe chamão os Nacionaes, Solimões.



Compête, o cabedal do novo Oceano  
 Co'as producçoens da terra; preciozas;  
 Levando á Ambição de util enganno,  
 Valor, e variedades prodigiosas;  
 Uteis á Sociedade, e tracto humano,  
 A não serem Colheitas perigosas,  
 Que a liberdade, e vida tem custado,  
 A muitos, que as haviam frequentado.

Entre Naçoens immensas, que habitando  
 Estão a inculta Brehia; O Bosque; os Rios;  
 Da doce liberdade disfructando  
 Os bens; os privilegios, e os desvios  
 Da perdida avareza; e desprezando  
 (a) Projectos de Ambição, todos impios,  
 A barbara feréza; a ebriedade  
 Associada se acha co'a crueldade.

Nas densas trevas da Gentildade,  
 Sem Templo; Culto, ou Rito permanente,  
 Parece, da noção da Divindade,  
 Alheios vivem della independente  
 Abutando da mesma liberdade  
 Que lhes concede esse Ente Omnipotente;  
 Por frivolos motivos, vendo a Terra  
 Do sangue tincta, de humma injusta Guerra.

Algunhas ha Naçoens, que as mais excedem  
 No barbaro costume, e crueldade,  
 Com que o esforço, e valentia medem,  
 Repugnante á razão, á humanidade  
 Da invennhada flecha, que despedem,  
 A escolha pende da voracidade,  
 Com que o inermie peito acometterdo,  
 Da vida o privão, para o fur commendo.

### Nota

(a) He bem constante, e notorio o Character dos nossos Indios do Estado do Pará, inteiramente despojos do stimulo da Ambição, passando mesmos valentes ao uso de Vestidos, Vestias, mejas, Sapatos etc. Mas isto procede do vicio da creação, e do abatimento em que os Antigos Conquistadores conservavão os Indios todos.

(a) Quaes Tartaros, os outros, vagabundos,  
 No corço, e na rapira se empregando,  
 Em Choça informe vivem, tão jucundos,  
 Como em dourados tectos, Espreitando  
 Nas margens lá do Rio, e Lagos fundos,  
 O incauto Navegante, que passando,  
 Vai de perigos mil preocupado,  
 So do mais imminente descuidado.

Qual Lobo astuto, que o Rebanho vendo;  
 Passar; de Ovelhas, do Pastor seguido,  
 A desgarrada logo accomettendo  
 Faz certa presa, sem ser presentido,  
 A ensanguentada fauce, então lambendo,  
 A negra grutta já restitudo,  
 Leuel, insaciavel, se prepara  
 Medita nova empreza, e se prepara.

Tal do feróz Mukura, aguantado  
 Costume he certo; invariavel uso;  
 Que desde o Rio Madeira, ja espalhado  
 Se vê em distancia tal, e tão diffuso  
 Nos Rios confluentes, que habitado  
 Parece so por elle e ao confuzo,  
 Perplexo Passageiro intimidando,  
 Seus barbaros intentos vai logrando.

D'ali, vê o Navegante embaraçado  
 Em passo, que parece se despenha  
 A margem sobranceira ou ja parado  
 Na forte correnteza, que se empenha  
 O Barco, a submergir, arrebatado;  
 Lá quando esperancado, que so tentu  
 O descarço lugar, tregoa a fadiga  
 Então a Vida, e bens, tudo péziga.

### Nota

(a) Entre varias Naçoens de Gentios de Corço menos conhecidos, como Maiás; Muranhas,  
 Outiás etc.<sup>a</sup> que habitão o Rio Japura, he mais conhecida a grande Nação dos Mu-  
 "kuras, pois não sendo Antropofagos, so se emprega em matar, e roubar tanto os Bran-  
 "cos, como os Indios domesticos, como Selvagens. athe o Anno de 1756 não consta sahirem  
 do Rio Madeira os Mukras, agora infestávão o Amazonas, e seus confluentes todos.

D'aqui de agudas flechas hum chuveiro,  
 Por entao espessas rámas, despedido,  
 Traspassa o Navegante, e o remeiro,  
 Ou do terror da morte passando,  
 O faz precipitar na Onda, primeira  
 Preferindo deixar tudo perdido,  
 Que expôr a amada vida, á morte certa,  
 Em fra impusa, involuntaria offerta.

Qual Ave de rapina, insaciável,  
 Leveza desce, e despedaca a Preza,  
 Ou de Corvos o bando innumerável.  
 Accôde a saciar-se na indefeza;  
 Assim deste Gentio a formidável  
 Cohorte repartida, com destreza

(a) Em barcos, tão ligeiros, como informes,  
 Mais temiveis se fazem; mais enormes.

Não mitiga o cruel; o feroz peito,  
 A tenra idade do mórto infante;  
 Nem a piedade move, nem respeito  
 Do decrepito Velho, o incessante  
 Rogo, e clamor, so fica satisfeito,  
 Vendo o cadaver frio; Ou palpitante  
 O coração, O Mar, e a terra tincta  
 De sangue, que não deixa a raiva extincta.

Sem distincção de Sexo, ou qualidade,  
 Ou tudo matta, ou leva Mareatado,  
 Em duro captivo; onde a maldade,  
 O trabalho combira, destinádo  
 Aos diferentes sexos, e a idade  
 Dos prisioneiros; sendo castigádo  
 O negligente, com tal asperiza,  
 Que prova he convincente da feriza.

### Nota

(a) As Embarcações deste Gentio são ordinariamente so Cascas de  
 pau, ou Ozvros compridas, e pouco largas; nestas se embarcão 8; 12; 15 e  
 mais Mukuras sentádos hums diante dos outros, com os remos, como Pás; para  
 atirar se levantão, despedindo as flechas dos grandes Arcos, com muita violencia.

De insipido manjar alimentando  
 A robustez, na vida vagabunda,  
 Perigos, e trabalhos desprezando,  
 So de ferêza na Miséria abunda.  
 Todo o vigor dos tempos tollerando,  
 O maior bem na independência funda.  
 Sem Ley; sem pouso, e sem authoridade,  
 So os accidentes tem da Humanidade.

A mesma foge, ás vèzes, consternada  
 Vendo infernal abuso de impiedade,  
 Que athé no fragil sexo exercitada  
 (a) Depois da morte, extincta a crueldade;  
 Do modo mais sensivel ultrajada,  
 Que aos Tyrannos lembra, em toda idade,  
 Transforma a mesma Barca de Acheronte,  
 Em Templo da Lascivia; Altar, e Fonte.

Mas minha Custa Musa se horroriza,  
 Vai me faltando a Voz; Distemperada  
 A Lisa vejo; A magoa se eterniza;  
 Suspenda-se a Pintura, que inludada  
 Das lagrimas, que pede, legaliza,  
 Vendo a mesma Natureza ultrajada;  
 A dor; o susto; o pasmo; o sentimento.  
 Precorre-se outro tom; Novo Instrumento.

Fim do Primeiro Canto

Nota.

Na Oitava 18: se falla dos Prisioneiros; estes são os Velhos, e rapazes,  
 que da Morte escapão, e são empregados pelos Muktukas, em fazer  
 Arcos, flechas; na fabrica das informes Chozas; na Casa, Pescaria etc.  
 em quanto as Mulheres prisioneiras; se empregão em fazer Algodão, pa-  
 "ra fio, e para envolver as miúdas flechas; em fazer lança, farinha  
 de Mandioca, ou Beijus; especie de Bolo feito da mesma; em cozi-  
 "nhar o Peixe, a Casa etc. sendo castigados todos asperamente  
 se não completão o trabalho diario, que se lhes destina.

(a) He bem constante, como o Gentio Muktuka barbaramente abusa das  
 Mulheres Prisioneiras, e ainda depois de Mortas; na ocasião de as captivar, a Vis-  
 "lência das flechas; não dispensando este horrendo costume; como distinctivo da Nação.

## Canto 2º

### Argumento

Ja frusteados os meios, que a brandura  
Da Religião, e Humanidade inspira,  
Quando os da força desviar procura  
Do Omnipotente se suspende a ira;  
Hum Paraninfo desce; Ao feliz Mukusa,  
Disfarçado, annuncia a Luz, que gira  
Da Fé, na Orbita eterna, Sacrosanta;  
O Apostata confunde; ao Mukusa espanta.

Do Inverno a longa Noite e tenebrosa,  
Em Nuvem densa involta, que ameaça,  
Além da Obscuridade, ser chuvosa  
E o Caminhante em duvidas enlaça;  
Temendo, sem saber, se ja enganosa  
Vereda, que então segue, nova traça  
Do Destino será, que a sepultura  
Aproximando-a vai, certa, e segura.

Do temor e canção em fim rendido,  
O passo então suspende, irresoluto;  
Mil pensamentos tendo no sentido,  
Que lhe inspira o pavor, augmenta astuto.  
Atte que alegre se acha surprehido  
Do Sol, que no Horizonte, o negro luto  
Destereando, lhe infunde hum novo alento  
Com que admire o successo, qual portento.

Na densa tréva assim, da adversidade,  
Do terror, do receio, e da incerteza,  
Vivia absorto o Povo da Cidade,  
Das Villas; do Certão, em que a feréza  
Dos barbaros Mukusas, sem piedade,  
Amontoando estragos; sem deffeza  
Achava o Vigilante, e o descuidado;  
De todos sendo igual a sorte, O fado.

Não se cansava o Zelo, e a piedade,  
 De meos procurar mais, adequados,  
 A conversão de tal Gentildade,  
 Mas sempre as lamentava então frustradas.  
 Mil vezes, co-o fervor da Caridade,  
 (a) Das Religioens os Filhos animada  
 Entre perigos mil, e a mesma Morte,  
 Se esforçavam buscarlhes melhor sorte.

Mil vezes reduzillos se intenta'va,  
 Com dadivas, promessas, e caricias;  
 Do empenho nada em fim mais resultava,  
 Que esperanças de Paz, todas ficticias.  
 Nada a fereza indomita abeandava;  
 Nada impedia as barbaras sevicias.  
 A confiança achava o deenganho,  
 De mão traidora, em golpe deshumano.

Qual incauto Merino, que affagando  
 A féra, que em discarço está lambendo  
 A preza, que matou, se vai chegando  
 No descuido, que o leva, se entreterendo;  
 Derepente se alcança estar gritando,  
 Já nas garras da Féra, e já morrendo;  
 De innocente descuido; de imprudente  
 Confiança, exemplar mais convencente.

Assim perdida já toda esperança  
 De socêgo; de paz, ou de amizade,  
 De conversão; Commercio ou Alliança;  
 Só lembrava evitar-se a crueldade  
 Castigo casual já mais alcança  
 Emerda permanente, da impiedade;  
 Fomenta a tollerancia, o sojornamento,  
 O desprezo, Auzadia, e atrevimento.

### Nota

a) Não so os Jesuitas, que no Rio Madeira tinham Missões athe o  
 Anno de 1756; mas ainda os Carmelitas, e Mercenarios, intentarão  
 por algumas vezes, intimando aos Mulheras, por interpretes, as Verdades de  
 nossa Santa Fé, reduzillos, e agregallos ao Gremio da Igreja, buscando-os  
 nos Bosques, mas sempre foi frustrada esta diligencia.

Dos Monárquas a innata piedade  
 O desejo da Fé, vez propagada,  
 De remora servindo a lealdade.  
 Embaraça a Virganza desejada  
 Lamenta o Valor a Ociosidade  
 Das Armas, que algum dia se empregada  
 Hora em Louros tecer, com que adornaava,  
 A Fronte, que os Triunfos desprezava.

Mas lá desde o Divno Consistorio,  
 Do Eterno, Immutável, sabio, e justo,  
 Omnipotente Ser; Desse: alto Imporio,  
 Desce veloz o Messagero Augusto;  
 Do Continente em alto Promontorio,  
 Discarça o vos ligeiro, e ve o robusto,  
 Indomito Mukúpa fatigado:  
 Estrágos meditando; e descuidado.

(a) Entre elles, nos Apostatas repára,  
 Que a Fé; a Igreja; os Dogmas desprezando,  
 Quaes aptos Emssarios já prepara  
 O Principe das Trevas, que inspirando  
 Aos Barbaros rancor; astucia rara,  
 Mais que elles infieis, fossem quando  
 O precuroso passo; A mão armada  
 Empreza a executar premeditada.

Em zelo, e Caridade então ardendo,  
 No amor do seu Senhor todo abrazado,  
 O Embaixador Celeste removendo  
 As trevas vai; e todo transformado  
 igual, aos que está vendo;  
 Se chega mansamente ao que encostado  
 Em Arco informe, aguda flecha aponta,  
 So mortes meditando, esteágos aprompta.

### Nota

(a) Apostatas: Indios baptizados das nossas Povoações, e civilizados, os  
 quaes auxiliando a ellas, se agregão aos Mukupas, nos Bosques, e os mitão  
 e ensinão, sendo muito piores, que os mesmos Mukupas, na Mortalidade,  
 nos roubos, e esteágos, que fazem nos moradores, e viajantes Brancos, e  
 Indios das Povoações do Certão.

(a) Que fizes? Meu irmão! lhe diz sereno:  
 De Inimigo se teme novo insulto?  
 Quando eu cuidava, que Regato Ameno,  
 Balthardo te acharia, e dando insulto  
 Aos lances membros, veja que o tempo,  
 De furtas, plantas, produções insulto,  
 Coberto está de flechas, de instrumentos,  
 Que indicão todos bellicos intentos!

Ah! deixa estar, hum pouco, ja ocioso  
 Esse valor couel, barbaro insano!  
 Dá-me attenção ouvindo-me officioso,  
 Em nellarar-te o que parece Arcaico.  
 Conheces que aborreço o mentiroso,  
 Ouve-me, em fim, verás o desengano;  
 Noticia te darei, que não te assuste;  
 Que lagrimas de gosto; só te custe.

Perplexo então o Muzra, olhando attento,  
 Ver parecia no Mancebo adusto,  
 Hum seu Parente, que hum golpe violento,  
 De ranno, separado, mas robusto;  
 Nas Ondas fez cahir; sanguinolento.  
 Despeço reputado, que do injusto  
 Fado; alimento estava destilado,  
 D'hum Crocodillo enorme, e devorado.

Ohes tu!/: lhe diz em fim / Parente amado!  
 Como evitar podeste taes perigos?  
 Ou de entre os Mortos vems resuscitado,  
 A visitar-me a mim aos teus Amigos?  
 Vem a meus braços... Mas tenho gelado  
 O Coração... Esta Alma... Já os antigos...  
 Esforços... Mas a lingua... não me ajuda!  
 Não faz effeito tal a flecha aguda!

### Nota

a). Ficção Poetica que realizada se pode acreditar, applicando-se ao interior, toque, e inspiração, que Deus servido foi dar aos Muzras, Não sendo verossimil, que sem particular providencia, se sogetassem, e fizessem, o que em tantos Annos anteriores nunca conseguise pode.



Sou teu irmão; não temas, respondendo  
 L'he diz o Pararimfo dispersado.

Igual o gosto meu, ao que está vindo,  
 Em ti; Mas o que eu tenho he consuetado.  
 Distância, diz o Mukusa; que attendendo  
 Te vou, com gosto, alegre, e admirado:  
 Tu o Arco, a flecha, e tudo em fim de ponto;  
 Sentado, ouviste attento me disponho.

A sombra, em relva agreste, declinados  
 Na margem de hum Riacho Cristalino,  
 Juntin os dois; fingindo dos concados  
 Passos, reperto estar, o que em Durro  
 Serviço, e diligencia os elevados  
 Espaços, tão immensos, repentino,  
 Viloz, qual pensamento pesagrádo  
 Tinha; feliz em ser elle empregado.

Com placido semblante; alegre rosto,  
 Assim fallou o Celeste Mensageiro;  
 Mosteando aborto estar no maior gosto,  
 De Asomas exhalando suave cheiro:  
 Amado irmão não sei qual mais ditoso.  
 De nos eu concedere tu primeiro  
 Escultudo ja fonte do Destino,  
 Para hum DEOS conhecer hum Ser Divino.

(a) Aquelle, que da queda, e do perigo  
 Ao abismo me livrou precipitando  
 Sob os ramos desse tronco antigo,  
 Que ao mais alto igualava, se hia fuctando;  
 Aquelle Omnipotente, que contigo,  
 Com todos, tão piedoso se ostentando,  
 O Ceo; a Terra; As Aves; Feras, tudo  
 Criou; Da vida ao Morto; A falla ao mudo.

### Nota

(a). Metaphora, alludindo ao peccado, e Culpa do Primeiro Homem, e a anterior rebellão dos Anjos maos, que com seu Cheffe Lucifer, precipitados forão nos Infernaes Abismos, por se querer asseme-  
 "lhar ao Altissimo.

Absorto ouvindo o Muzurea a novidade  
 Dos dezuzados termos, de admirado,  
 Responde afflicto: Ah! terno na verdade,  
 Que algum aballo a quieida tem causado.  
 Talvez do Tronco, ou ramo a qualidade,  
 Nocivo humor, venereo disfarçado,  
 No sangue introduzia, que delirante  
 Te inspire hum pensamento extorvagante.

Ah! quanto aceblas /: diz o Messageiro:  
 Em dizer, que fatal venereo, insano,  
 Introduzio occulto, o verde deizo  
 Motivo do delirio, que esse Humano,  
 Mais perfeito, que 'Nos, sendo o primeiro,  
 Na culpa fez cahir, do grande Arcano  
 Indagar preterder da Divindade,  
 Commendo o Pomo da infelicidade.

Menos te entendo agora, mysterioso  
 Parecendo o sentido, em que fallaste!  
 /: O Barbaro responde, ja ansioso:  
 Mas ja que a perturbar me principiaste  
 O trabalho, e que gostoso,  
 Se ouviste mi propuz; embora gaste  
 O dia; a Noite, e que se perca a Caça,  
 He justo o meu dezejo eu satisfaça.

~ ~ ~  
 Fim do Segundo Acto.  
 ~ ~ ~

## Argumento:

Do Céo, o Muliuplicádo Messageiro,  
 Prosegue a persuadir ao Muhea attento,  
 No Imaxpi, que busque o verdadeiro  
 Dezengarro, e Ventura do portento.  
 Já convencido o Barbaro primeiro,  
 Aos Companheiros patentea o intento;  
 Mas d'hum Ancião repulsa encontra usáda,  
 Que em successos passádos he fundáda.

O zefiro mais brando, que movendo  
 A flor mimóza, a galã lhe acrescenta,  
 Tão sereno não hé; Nem vai fazendo  
 Effeto tão suáve; Assim violenta  
 Torrente das paichoens já suspendendo,  
 As luzes da Razão, faz ser attenta,  
 O Arjo, quando rellata a fermozura  
 Do Criador; Creado, e Creatura.

Não te posso explicar; Semão amádo!  
 De altos Mysterios, maravilhas tantas;  
 O Author Suppémio; diz o Arjo humanádo: /  
 O seu poder; As providencias Santas;  
 De densas trevas inda estas cercádo,  
 Das causas naturais inda te espartas,  
 Tão debil he, tão fraca a Natureza,  
 Que malograr faria a murta empreza.

Sõ, por ora, dizeste he permittido,  
 Que o tempo ja feliz; da Fé o reinádo  
 Finalmente chegou; em que admittido  
 O Muheza virtuoso, em fim chamádo  
 Ao Rebanho he d'aquelle, que escoltado  
 Bom Pastor, e Suppémio; resgattádo  
 Por mais sabido paez o Captiveiro: /  
 Quis, sendo Deos; ser Homem verdadeiro.

Que este Rebanho seu, e Povo amado,  
 Na unidade da Fé; Da Caridade  
 Hum corpo constitue, que atterçado  
 Tem o poder das Trévas, da maldade;  
 Hum Povo santo, e justo, destinádo  
 A logear, com seu Cheffe, eternidade  
 De gosto; de socego, e de doçura,  
 Na Habitação Celeste da Virtusa.

É para que conheças a verdade  
 De tudo, que eu reláto, vai correndo,  
 Vai logo; Ajunta os teus, com brevidade,  
 Veras, se he certo, o que te estou dizendo;  
 Vamos seguindo, em quanto ha claridade,  
 (a) O caminho da Aldea, em que vivendo  
 Tapuyas, como nos, mas satisfeitos,  
 A Ley de hum DEos conhecem; seus Preceitos.

O Povo dessa Aldea he conhecido,  
 No repetido estrágo, que tem feito  
 Dos Mukuras a Nação, ja mais vencido,  
 Nesse vezinhos seus; que o fraco peito  
 So sabem lastimiar, quando ferido  
 Sem do valor ter no despeque effeito.  
 Mas nesse mesmo Povo ha, quem destina  
 A Providencia, evita a nossa ruina.

(b) Ha quem servil temor, pallido susto,  
 Já mais assalto nosso em fim causando,  
 Nos encaminhe a quem o Nome augusto  
 (c) Do Precursor de hum DEos, desempenhando,  
 No Ministerio, e Rito santo, e justo;  
 So da piedade os meyor adoptando.  
 Os braços seus abrindo com ternura.  
 Justicia, e Páz fará so ser Ventura.

### Nota

- (a)... Aldea: He o Lugar de S. Antonio de Imaripi, no Rio Japurá; no qual ja fazendo os Mukuras, por vezes hostilidades, e Mortes, ultimamente pretendia cercar, e acabar, o que conseguiram, se o Director do ditto Lugar por nome Mathias Fernandes, não se embaraçasse, mas, com valor temerario, no Rio os atacou, os combatteo, e affogentou.
- (b)... Alludindo ao mesmo referido Director Mathias Fernandes, nos muitos choques que com os ditos teve:
- (c)... o Tenente Coronel João Baptista Martel, Primeiro Comissario por parte de S. M. F. na guerra =

Tereis nos Povos vossos numerosos  
 Abundantes Colheitas sazonadas  
 Vereis nos Portos vossos ventajosos  
 Comercios florecer, e procurados  
 Serão as Amas vossas; Poderosos  
 Em fim seréis; Amados, invejados  
 Serão vossas venturas; finalmente,  
 Podeis felices ser eternamente.

Qual fresco Orvalho, que nutre, humectando  
 A flor; a fructa, a planta proventosa,  
 Do Balsamo; e de Asómas cultivando  
 A qualidade innata, e prodigiosa;  
 Assim na Alma immortal, fertilizando  
 Doutrina foi, disposição ditosa  
 Oh força irresistivel da Verdade!  
 Oh de Ley surta, illustre qualidade!

Qual de pesado somno dispestando,  
 O Mukura se levanta arrebatado;  
 E se foi pensativo encaminhando,  
 So dos cidadãos seus acompanhados,  
 Para onde os Companheiros discarçando  
 Estávão, do trabalho acostumiado;  
 E alli de estranho impulso commovido,  
 Lhes diz; ou diz, por quem foi converado.

Levantai-vos! Parentes meus amados!  
 Dispestai de lethargo tão profundo!  
 Oltiai, que para empresa sois chamadas,  
 Que Nome vos dará, já em todo o mundo.  
 Temidos, até agora respeitados,  
 So fômos em Desertos; Bosque immundo.  
 Mas já o Destino quer, a nossa sorte  
 Que o Mundo todo admire ao Mukura forte.

Continua a nota antecedente

= Na quarta Divisão de Limites empregado, e eritão no Quartel de  
 Depozito, e Villa de Ega, no Rio Solimões existente; em concurso com a  
 Partida Hespanhola, por S. M. C. destinada ao mesmo fim das Demar-  
 "cações.

Que credito se alcança? Que provento,  
 De sermos vagabundos Mattadôres?  
 Se a ser cruéis instiga o feroz peito,  
 Por ventura seremos Acredôres  
 Da Paz, da piedade, ou do respeito,  
 Dos mais do denso Bosque Habitadôres?  
 A pesar do Valor, e da destreza,  
 So nos reputão Monstros da Fereza.

(a)... Quem pode duvidar, que carecemos  
 De tudo, que alcançamos na rapina?  
 Expôr-nos para a posse em fim devêmos  
 A mil perigos, morte, inteira ruina.  
 Não he loucura, se isto ter podemos  
 Sem susto, ou contingencia repentina,  
 Que os mejos adoptemos ariscados,  
 Ter poderido os seguros, acertados?

Por ventura co'a paz, sendo alliados  
 Dos Brancos, dos Tapuyas moradôres  
 Dos mesmos Povos, por nos assollados.  
 Não seremos tambem merecedôres,  
 De sermos no Commercio contemplados?  
 De actuar para os effectos compradores,  
 Se o tempo, que em mil crimes empregado  
 For na Pesca, ou colheita aproveitado?

Attertos ouvem toda a proposta,  
 Ainda que estranha, sem maior repasso,  
 Pois a verdade bella nada opposta  
 He barbara fereza, ou peito avasso.  
 Mas entre os Anciões, hum Velho encosta  
 A reseccada mão, com gesto raso,  
 Na negra face adusta, e enrugada,  
 E tremulo responde, em voz irada.

#### Nota

(a) He bem natural, que este fosse o discurso, e que estas reflexões  
 fizessem os Mukurus; pois he certo carecião, furtavião, e se utilizavião  
 das facas, machadôes, ferramentas, e da roupa dos que mattávão nas Po-  
 voações, e pelos Rios, que infestávão; Não tendo nem Comercio, nem  
 communicacão nenhuma nem com os Brancos, nem com os Indios civilizados  
 antes sendo temidos, e aborrecidos de todos os mesmos Brancos, e Indios.

Oh, dos teus poucos annos, louco effeito!  
 Da confiança vil, temeridade!  
 Que attenção nos mereca, ou que conceito,  
 Concelho que envolva a tua idade?  
 Quêres; que ao ferro, generoso peito  
 Entregue o Paiz? ou perca a liberdade,  
 A doce liberdade, o valeroso.  
 Muktura, em grilhão pezado, e vergonhoso?

- (a) Sa não lembra o agravo, a falsidade,  
 Que contra nos os Brancos maquinãõ?  
 Os authores não forão da ceueidade?  
 Elles, que aos infelizes a enserãõ?  
 De baicho de pretextos de Amizade,  
 Alguns mattando, outros maneataõ;  
 Levando-os para hum triste Captiveiro,  
 Sorte a mais infeliz, mal verdadeiro.

Grilhoens, Ferras, Algémas, Gargalheira,  
 Acoutes, Fomes, Desampãso, e Morte,  
 Da ingraticidãõ foi sempre a derradeira  
 Retribuçãõ, que teve a nossa sorte.  
 Desses Madeira a exploraçãõ primeira,  
 Impedio, por ventura, o Muktura forte?  
 Suas Canoas vimos navegando,  
 Diz; fomos, por ventura, os maltractando?

Para os alimentar, matalotãgem  
 Buscava nosso Amor, nosso cuidado;  
 A Tartaruga, o Peixe na viagem  
 Lhes davamos, e tudo acompanhãdo  
 De fructas, e tributos de homenãgem,  
 Em voluntaria offerta, que frustrãdo  
 O receyo dechasse; a confiança  
 Augmentando, firmasse a Alliança.

#### Nota

- (a). Alludindo ao tempo em que os moradores do Estado do Pará, e Maranhão  
 licença tinham, e usãvãõ de comprar Indios escravos, d'aquellas Nações, que em  
 justa guerra a outras, captivãvãõ, e destinadas erãõ a servir de alimento aos vende-  
 dores. Pelas Bullas Pontificias, e pelas Reaes Leys se abolio este costume. Nesse  
 tempo, hum certo Viagante, morador do Pará, de baicho de pretextos amistozos, al-  
 "vozamente levou alguns Mukturas; vendeo por escravos alguns, e mattou outros mais.

Que mais fazer podia o Irmão? o Amigo?  
 Que provas queres mais de fidelidade?  
 São estes entre os quaes buscou abrigo?  
 He nesta em que te fas amassade?  
 Ah Multura incauto! Teme o rirruço  
 Que tem de falço toda a qualidade.  
 O que a força não pode; faz destreza,  
 Valor equivocando co'a vileza.

Assim fallando o Velho se levanta  
 O lento passo ao Bosque encaminhando.  
 Mas o Orador de nada já se espanta,  
 Pois tal opposição stava esperando;  
 E como nelle observava força sancta  
 De hum DE os que o mesmo esforço hia augmentando;  
 Nos Barbaros infunde hum tal conceito,  
 Que a preferencia alcança, co-o respeito

Fim do terceiro Canto.



## Argumento

A opposição se vence, e tudo parte,  
 No Itamaripi, com pasmo, he recebido  
 Mimo, agasalho encontra, Ali reparte  
 Presentes preparádos, Persuadido  
 Por Fernandes honrado, que se a parte  
 Do Pagarismo, e Bosques, precedido  
 Pelo Aryo; por Fernandes he levádo  
 A Tefé, onde ao Cheffe he apresentádo

Qual vento impetuoso, que arrancando  
 Do campo a flor; do Bosque alto Carvalho,  
 Sem resistencia os leva; e aballando  
 Vai Torres, e Edificios, sem trabalho,  
 No transitto violento, não deixando  
 De Estrada indícios; ou signal de atalho,  
 Assim, não de outra sorte, irresistivel  
 Forza acompanha a Vóz, effeito incrível.

Vinde, lhes diz o Muktura, Oh Companheiros!  
 Que duvidais ainda irresolutos?  
 Por ventura seremos os primeiros?  
 Entre os mais, só discretos, mais astutos?  
 Por ser verdade hum facto, verdadeiros  
 Todos serão? Ah não se imite os Brutos!  
 Sempre ostentae valor, em toda empreza,  
 Valor se ostente nesta, com firmeza

Disse, e voltando; o sermo, o Arco empunha,  
 A margem ja do Rio se encaminha.  
 Segue o Bando maior, que então compunha  
 Desta Malloca o Povo, e da vizinha;  
 A tal resolução nada se oppunha;  
 O pensamento alheio, se adivinha;  
 A occulta força, que movia o peito  
 So produzir podia tal effeito

## Nota

a.) Malloca: São assim denominadas pelos moradores do Estado do Para, aquelles  
 Bandos de Gentios, que separados, e espalhados vivem, e que, muitas vezes, excedem  
 o numero de 300 Homens, Mulheres, e crianças, vivendo promiscuam<sup>te</sup>: e vagabundos.

Não se repára em sexo, ou qualidade,  
 Tudo embarcar pretende, com porfia,  
 Nas Ubas não cabendo a quantidade,  
 Que aos mais associar-se já queria  
 So falta embarcação; sobra a vontade  
 Fica o cuidado, e cresce em cada dia,  
 Já as crystallinas agoas separando,  
 Ligeira, Esquádra vai; Já navegando.

Não despreza a lembrança o proprio meyo  
 De conciliar o affecto contingente  
 Segundo a Pesca, e Caca de receyo,  
 De Alimento, e destino de Preverte.  
 Já nada inspira horror, nada receyo,  
 Chegar so se pretende brevemente  
 A Imaripi, Lugar de Antonio santo,  
 La Lyria, e Padua lustre, do Orbe esparto

(a)... Se avista em fim o porto procurádo;  
 Tanto esparto, e terror aos Moradores  
 Causando, quanto aos Mukturas já cuidádo  
 Humis, e Outros mandando, exploradores,  
 O Alvoroco procurão deusado  
 Saber; se he de Trutugos aggressores  
 Mas, quem lhes qua os passos, e a vontade,  
 Socego inspira, paz, tranquillidade.

O Remo, que o temor tinha suspenso,  
 De novoamente as agoas separando,  
 Faz, que veloz o Barco ja no extenso  
 Porto, e praia se veja firm enca lhardo.  
 Entre festivas vózes; gosto immenso,  
 Os Hospedes estranhos encontrando  
 Os Moradores vão, Vê-se, a porfia,  
 Affago; abraços; mostras de allegria.

### Nota

(a). Novidade lançou na verdade e causar deira, ver aquelles mesmos Mukturas, que havia poucos dias intentavão matar os Moradores deste Lugar, e assollar tudo; veloz, digo, procurar debaixo da mayor paz, e confiança os mesmos Moradores foi igual a surpresa e natural; mas extraordinario a uniformidade dos sentimentos, em todos.

A todos precedendo, vai primeiro  
 Mathias, ja dos Muktas conhecido;  
 A quem por Director, e por que presso  
 Segundo; respeitávão desterrado  
 Alvorocado estáva o Povo inteiro  
 Ale ali o Parente; Aqui o filho perdido,  
 (a)... Ao Pai, a Irmãos; a Amigos encontrando,  
 Com lagrimas o peito hia banhando.

Socéga o alvoroco; mutuamente  
 Nas Prayas, Ruas, Casas, se festejão;  
 Cada hum ao Muktas faz la seu presente;  
 Este correspondido; aos que o cortejão,  
 Reparte a Casa, o peche mui contente;  
 Mas vendo, que saber os mais desejão,  
 Se como Amigos hão de ser tractados,  
 Lhes diz Fernandes, por quem são chamados.

Oh Muktas Valerózes! Eu conheço  
 Esta obra ser da Mão do Omnipotente;  
 Que a Elle so se déve, em fim osheço;  
 Louvor lhe seja dado eternamente!  
 Resta, que conheçaes a que profêco  
 Ley santa, immaculáda, que está gerite.  
 Vossa Nação inteira reconheça  
 A DEOS, a soberana, e lhe obedeça.

Eu sei, que agrávos terdes na lembrança,  
 Feitos por quem, so enganros meditava  
 Nos Homens, como em Tempos, ha mudança;  
 A offença, e sangue derramado lava.  
 Desafortado o Muktas agora alcança  
 A Paz, que elle, que o Rey; que eu desejava  
 Seris nossos Irmãos; Filhos da Igreja  
 Concidadãos; Amigos do Orbe unveja.

### Nota

a) Neste encounter sukisãõ muitos e, com os Muktas vieraõ, que fur-  
 tados, e prisioneiros por elles tinhão sido. Ainda que Barbaros não  
 ignorávão, quanto este passo, este proceder, com os seus podia, e de via,  
 para captivar as vontades e adiantar a reconciliação, e amizade.

Este o tempo feliz, que destruiuva,  
O leo, para que em voz a luz saiasse,  
Que aquelle, que este Estado governava,  
Porto de vos, em fim, tambem se achasse

(a)... O Illustrae Joao Pereira que buscava  
Os meyo, que nem quem Vos molestasse,  
Fe' tendo, incontrastavel esperanca,  
Que DEos em vos faria esta mudanca.

Pede este Heroe; DEos lho concede, e vejo,  
Que da Virtude he premio este postero;  
Que o conheca, e Amis tambem desejo,  
Pois este o meu empenho, o meu intento.

(b)... Vedeis em outro Joao, justo festego,  
Ao vosso bem vedeis, como elle atterito,  
No mesmo Nome tendo a dignidade,  
Do Precursor preerite a qualidade

Eia! pois filhos meus! Que assim Vos chame  
Nao estranheis, pois vosso bem so queiro: /  
O nosso DEos, A nossa Fe' se aclame  
Que Elle vos fortaleza sempre espere;  
Que a Sua Graça sobre vos derrame  
Aterre-se esse monstro hediondo e fero,  
Que em densas Levas; em vil captivoiro,  
Vos aparta de DEos; Bem verdadeiro.

Não faz vapor sulfureo tais effectos,  
Veloz la de entre as Nuvens despedido.  
O mesmo ardo arriua logo os peitos;  
Do mesmo golpe foi cada hum ferido.  
Para embarcar não houve mais preceitos;  
O gosto; co'a saudade confundido.  
O Mukoa leva ao Porto, e o acompanha  
So' o liquido: Elemento - o remio barba.

Nota

- (a) O Ill<sup>mo</sup> e Ex<sup>mo</sup> Sr. Joao Pereira Caldas, Governador, e Capitão General que foi do Para', entao existente em Barcellos, Villa Capital da Capitania do Rio Negro, e Comissario General nas Demarcaçoes dos Reaes limites, com a lavoura de Hespanha, sempre os possiveis esforços fez; as mais terminantes ordens distribuiu, para que se não molestassem, e violentassem os Mukoas;
- (b) O já sobre referido Tenente Coronel Joao Baptista Mardel em Ega no Rio Teffé.

Da o Anjo Tutellan da Mukusa Gente,  
 Nessa da Etherea Habitação Celeste,  
 Depetado de hum DEOS omnipotente;  
 De luzes desuzadas se reveste  
 Qual Nuvem no Deserto, ou Facho ardente,  
 Que o Israeelta guia, e la da Peste;  
 Das Praças, de Pharaó; do Captiverio  
 Do Egypto o livra e serve de Roteiro.

De Mathias assum; de Mukusa o peito,  
 Inicita o Anjo, e unufomes guia,  
 Sendo aquelle o Moysés ao Povo aceto  
 Do Mukusa, que gostoso obedecia;  
 Desempenhando em tudo tal conceito,  
 De mil perigos e da Idolatria  
 Da escravidão o livra, felizmente  
 Do Pericula das Trevas tão potente.

(a) Soberbo recebia o Amazônia  
 As Ubás do Gentio, que atheagora  
 Desconhecido sendo n'outras sônas,  
 Passava já a illustrar Terras, que Aurora  
 Visita quando Phebo entre as Metéoras  
 De Ortigia, nas martilhas se demora;  
 E aquellas em que o luminoso giro  
 Absolvendo, lhe servem de roteiro.

Veloz, contente, alegre, e curioso,  
 Navega o Mukusa com seu guia honrado;  
 Alto, que descobrindo já o vistoso  
 Rio Teffe, tem gosto duplicado.  
 Concorre tudo, e ainda duvidoso  
 De ver, o que já ouvio, verificado.  
 A praia se povoa; accode a gente,  
 No sexo, e mesma idade, indifferente

(a) Ubás: Espécie de Embarcações, que são de hum tronco de pau  
 cavado, sem mais obras, ou beneficio algum, excepto o ter a proa  
 mais aguda, do que a Poppa. As Ubás dos Mukusas, pela maior  
 parte, só são cascas de pau pela difficuldade de alcançarem macha-  
 "des, e outra ferramenta necessaria p<sup>a</sup> a factura de Ubás, e Carvas.

- (a)... Já de Ega chega ao posto, diferente  
Do que algum usava cauteloso;  
No estóugo então cuidando occultamente,  
Agora a Paz, a procurar gostoso;  
Acompanhado em fim por toda a gente,  
(b)... Chêga ao Quartel do Cheffe generoso;  
Esti os recebe em braços, que enlaçando  
Demonstrações de gosto lhes vai dando.

Assim de hum filho austericia lamentando  
Pai amoroso; a vello quando chêga,  
Nos braços recebendo, palpitando  
O peito, a voz intercadente nega  
Palavra articular; e se apossando  
De lagrimas os olhos; se lhe sêga  
A amada face, em que se catia o gosto;  
De identico motivo, effeito opposto.

Fim do Quarto Canto

### Notas

- a)... Ega: Villa no Rio Solimões. Lugar da concurrencia de ambas as  
Partidas Portugueza e Hespanhola na Demarcação dos Limites  
de Ambas as Monarchias, desde setembro de 1781.  
b)... Quartel do Cheffe Português em Ega, o Tenente Coronel João Baptista Muxtel  
em 1785.

Canto 5.<sup>to</sup>

## Argumento

Brindádos pelo Cheffe, e Moradores,  
 Satisfeitos os Mukras se ausentando,  
 As Choças chegam: ja os exploradores.  
 As malloas vizinhas rullatando  
 Feliz successo vão; ja fundadores  
 Fernandes no Amaná; co' Ambrozio dando  
 A Colonia principio; a vez segunda  
 A Ega co' o Mukusa amigo em gosto currida

Oh Tu supremo Author da Natureza!  
 Que fundas na equidade o teu juizo,  
 Protector da innocencia indefeza,  
 Que ao Insecto não faltas co' o precizo;  
 Oh Tu! que os corações, Alma e fereza,  
 Illustras, e mitigas; No concizo,  
 Prescripto espaço pondo os Elementos,  
 De Tudo regularando os Movimentos

Tu foste, que o feróz, barbado peito,  
 Do indomito Mukusa mitigando,  
 Tão doil, tão contente, e satisfeito  
 Fizeste a sociedade se ter chegando.  
 Dos que te amando, co' o maior respeito,  
 A Victimna nas Aras immolando,  
 Propiciatopio tem, no Medianisso,  
 Paz, Alimento; Pai, Deos verdadeiro.

Faz Época e Successo memorável,  
 Nos Annos do Pará; Da Lusa Gente;  
 Pois faz, que assumpto sempre lamentável,  
 Do maior gosto seja transcendente  
 Admiração não causa ver dormível  
 O Tigre ser; Manso o Leão; Serpente  
 Domesticar se; quando o feróz Mukra,  
 Deseja a Paz; sociço se procura

Se o Templo lá de Jâno, entre os Românos,  
 Na Páz se fecha; inutil reputando  
 O culto da Deidade, que os Humânos  
 Ao seu capricho vai sacrificando  
 Os Templos entre os nossos Luctânos,  
 Mais que nunca, se hãr devem frequentando;  
 Agradecendo ao Deos, Omnipotente,  
 A Páz, que Elle promove felizmente

Se elles tambem a Jâno dedicâção,  
 Entre os mêses das Eras, o primeiro;  
 Ou a Jove na primicia o consagração,  
 Como a Principio, entre ellas, verdadeiro;  
 Não menos memoráveis nos ficarão  
 Os dias venturosos de Janeiro;  
 Pois nellas nos deo Páz, felicidade,  
 O Author da Vida; A Fonte da Verdade.

De gostos, que transportes! de allegria!  
 Não dáva ver vagando livremente  
 O Munkra pelas ruas, em que via  
 O Povo de admirado, de Contento;  
 Mil provas dando; de quanto vivia  
 Satisfeito, gostoso; e differente,  
 Do barbaço ranco, inveterado,  
 Que foi da Ley de Christo, separado.

Ja passa o Dia; passa a Noite; a Sesta,  
 Sem temor, sem receyo, o Munkra amigo;  
 Co'os Aldeãos dança ja na Festa  
 Em Choupánna qualquer encontra abrigo.  
 De todos os cidadãos so lhe resta  
 De levar não poder todas consigo  
 As offertas, os dons; com que gostoso  
 O Cheffe, o Povo, e tudo, o faz munêso.



Tres dias desta sorte ja' passados,  
 O Mukha se retira bem saudoso;  
 Levando, ca' as offertas, nos agrados  
 Dezeriganno melhor, mais pode roso,  
 De quanto lhe convem, mais de Alliadas  
 O privilegio ter, do que horroroso  
 Desasociego; estrago; certa morte;  
 De inimigo cruel, destino, e sorte.

Chegados a seus Ranchos, recebidos  
 Com lagrimas de gosto, e alvoroço,  
 Forão d'aquelles, que entre mil gemidos,  
 Choravão dos Parentes o destroço;  
 Ja' prezos os suppondo; ja' perdidos;  
 Os pés em duros feros; e o pescoço  
 Ao golpe do Cutello destirado,  
 Da Confiança exemplar mais mal logrado.

Mas ja' do Principal serve o cuidado;  
 Repartido os Presentes co' igualdade,  
 A desterrar conceito mal fundado;  
 A persuadir dos Brancos a amisade;  
 Ja' pedem, que não fique então frustrado  
 Projecto; que coridus felicidade;  
 De accordo todos são; todos concordes;  
 Não se ouvem pareceres differentes.

Qual bando de Aves; que ao primeiro grito,  
 Levanta o vôo; deixando amado Ninho;  
 Assim desta Malloca; O Mukha invicto,  
 Os Animos dispoem; mostra o Caminho;  
 Unanimem deixando este Districto,  
 Ao Bando navegando; mais vezinho,  
 Vão, resolutos ver, se persuadidos  
 Os dechão da verdade, e Convecidos.

(a)... Hum profugo entre os mais Mulhoicado,  
De Ambrozio tendo o nome impopularmente,  
Foi logo por Ferrarides empregado,  
Para outros persuadir effiçazmente,  
Aquelle impresso ni Alma assignaládo  
Sacramento indelevel, novamente  
De hum DEOS suscita, misericordioza  
Attenção effiçaz, prompta e piedoza.

O Espirito Celeste, que inspizando  
Os pensamentos vai, e accompanhado  
Os passos tem; agora continuando  
A diffundir o Aedor; ja destinado  
Tem muitos; que ditozes separando  
Vão mutuamente a seite, e o cuidado,  
De as Mulheras nos mais Rios repartidos,  
Successos noticiar, acontecidos.

(b)... Em quarto de Enviádoz o destino  
Os Mulheras deputádoz vão seguindo;  
So cuida o bom Ferrarides no interior  
Repáro da Colonia, repartindo  
O corte das madeiras; do inquieto  
Mulhera ajudado, e d' Indios se servido  
Do mesmo Povo seu, com tal presteza,  
Que inveja causa a Arte, a Natureza.

Não lhe esquece o preciso, util cuidado,  
De prover a futura subsistencia  
Em grande rossa tendo antecipádo  
Tudo seguro, certa providencia  
Manubá, milho, Frutas ja plantádo  
O Mulhera vê, na nova residencia;  
Esteios hums levantão; outros palha  
Conduzem, tecem; tudo emfim trabalha.

### Notas

- (a)... Ambrozio, et<sup>a</sup> Indio do Lugar de Nogueira, no Rio Teffe, e porteiro a Ega, tendo este Indio sido pelos Mulheras roubádo, e levado sendo rapaz, elle entre elles se acháva havia muitos Annos, tendo sua Mai, por nome Joanna, idóza viuva e Irmãos vivos, e existentes em Nogueira. Elle heera respeitádo Capatáz dos Mulheras
- (b)... O Director de Imapipi, Mathias Ferrarides, da principio ao primeiro, e noivo estabelecimento dos Mulheras, no Lago do Amariá, hum dos confluentes do Rio Japuca.

Soberbo o Sapura, vê no seu seyo  
As agoas do Amara, Lago furioso,  
Vestendo Cristalinas; que de enlejo  
Serve as Mũkra, e Fernandes valeroso.  
Em quanto em suas Margens busca o meyo  
De cruzar-se; De fazer ditoso  
Na Fe; na sojeição, ao Mũkra forte;  
Aos outros se destina melhor sorte.

Qual de officiosa Abelha o numerozo  
Bando, sahendo da Colmea antiga,  
Se reparte no Prado, o proveitoso  
Orvalho, e succo apurta, com que liga  
O muito, que compoem mel saboroso;  
Em quanto anterior Colheita abriga,  
Nos colleiros reparte, e na Officina  
A Abelha, que Caseira se destina.

Assim o antigo Albergue ja deixando  
Os Mũkras de Malloca diferentes,  
Segunda vê affeitos navegando,  
Vem nossos Povos ver, com seus presentes,  
(a)... Ja de Ega; de Alvaraes se aproximando  
Sem susto, sem receyo vão contentes.  
Acharão no Caserrio, agrado antigo,  
Agazalho maior, melhor abrigo.

Ficando d'entre os Novos de admiração  
Alguns perplexos, vendo estranha gente,  
Lhes diz hum dos Artigos: De cuidados  
Importantes deixai ja livremente  
O peito socegar; somos cercados  
De Arugos, Carnapadas; felizmente  
Nos conduzio a sorte!: não me enganou!  
A termos do receyo o desenganou.

(a)... Alvaraes. et.º Lugar, Povoação não muito distante d'Ega; na Margem  
Meridional do Solimões, ou Amazonas, Os Indios e os Moradores deno-  
"mavam esta Povoação com o nome de Caisata

Não são os Brancos, não, que de alvivo  
Punhal, armada a mão, no rosto affável,  
De intento vil, encobrem astuciosos  
Rancor formal, ou golpe lamentável.  
He d'elles o caracter generoso,  
Sincero, verdadeiro, respeitável.  
Lesse pois o terror, que ha tantos Annos,  
Nos tem causado irreparáveis danos.

Persuadidos os decha o desenganno;  
Repara a confiança lá nos peitos;  
Desterrado o terror, receyo insano,  
Gostoso, já se mostram satisfeitos.  
Hum poder ve' se em tudo mais que humano,  
(a) Trocados os presentes, e os effeitos  
Bem pagos; já se ausentao visitando  
Os Povos, que elles hão encontrando.

~ " ~ " ~ " ~ " ~ " ~ " ~ " ~ "  
Fim do quinto Carto.  
~ " ~ " ~ "

### Nota

~ " ~

a)... Na segunda visita, que os Mukueas fizeram, ja vierão sóz, trazendo  
Tartarugas, salça etr<sup>a</sup> que se lhes comprou, e pagou superabundante-  
mente, para assim os satisfazer, e acaudalar; redundando esta in-  
significante liberalidade, no maior, mais assignalado proveito do Es-  
tado, da Capitania, e dos moradores Brancos, e Indios.

~"~"~"~  
 Argumento  
 ~"~"~"~

Em quanto o Tutellar da Múhra gente,  
 Celeste Pararumpo, a vai guiando;  
 O Principe das Trévas faz patente  
 Seu susto; os Emssarios seus mandando.  
 Delles o emperho, o Aryo prepotente  
 Destroe; A Ega; e Nogueira vão passando;  
 Aqui vinte Innocentes baptisados,  
 De outros progressos deicha esparçados.

Plantada pela Mão do Omnipotente,  
 Na semente da Fé, da Graça o fructo;  
 Dispõem, que da Colheita a innocente  
 Primicia se lhe offreça, que o producto  
 Antecipado seja, e permanente  
 Padrão, do seu Dominio absoluto;  
 De altos desgnios seus; e de Alliança  
 Disposição; motivo de Esperança.

Ja o Aryo Tutellar reconduzindo  
 Os Múhras viajantes vai contentes;  
 Preenche o Ministerio, e diffundindo  
 Nos peitos vai Ideas convencidas,  
 De quanto lhes convem, que reunido  
 Os Bardos, e Mallocas diferentes;  
 Na Fé; nos interesses; Jassalagem,  
 Tenhão desta união toda a ventagem.

(a)... Mas lá'ria Habitação do eterno d'anno,  
 O Principe das Trévas, ministro informe,  
 Ja no successo vendo todo Arcano  
 Da Providencia Santa; Deo o enorme  
 Signal acostumiado, que do humão  
 Inimigo Esquadrao, Negro, disforme,  
 Veloz, qual pensamento, logo ouvido,  
 Se ajunta, na apparencia, destemido.

a). Ficção Poética; mas que toda a apparencia tambem tem de realidade, e certéza; pois ao Inimigo commum do Genero humão seria sensivel golpe, a perda do Dominio tyrannico, que elle tinha, e tem, neste; e nos mais Gen-  
 "tios; e o receyo da proxima converção dell'es. Fazia esforços para a embarazar.

Eia, lhes diz, bravos Companheiros!  
 Dignos todos de eterna, melhor sorte!  
 Já que igualar quizeis os primeiros  
 'A aquelle Deus, que rege a Vida, a morte;  
 Já que poder so immenso, passivocidos  
 Fazer vos pode e por Barreira forte,  
 O immenso espaço pôr; que daqui dista  
 Ao Céu, que já se nega a nossa vista.

Os olhos levantai vede essas Féas.  
 1: Pois serem racionais só a forma indica:!  
 Já quasi a substituir nos nas Esperas  
 Celestes destruidas; já publica  
 Veloz a Fama, conjecturas méas.  
 Que so a credulidade justifica  
 Mas temo; desprezada esta apparencia,  
 Se realize a ruina co' evidencia

Hide, pois, precaver a contingencia;  
 Não se perca da Prêza a melhor parte;  
 As luzes lhe offuscai da intelligencia;  
 Emperhe-se Valor, Destreza, e Arte.  
 Não se attribua nunca a Negligencia  
 O desprezo do Aviso; pois reparte  
 O injusto Fado com desigualdade,  
 Poder, Ventura, e infelicidade.

Qual de Etna, ou de Vesúvio vasta entreanha,  
 Fermentando indigesta Massa ardente  
 Da replicação effeito, a arroja estrepanha,  
 Temível, larga, e grufosa Torrente;  
 No transto impetuoso quanto appanha  
 A ansas reduzindo; indifferente  
 A dura perda, a flor, Jardim vistoso,  
 Casal humilde, ou Povo numeroso.

Do Imperio assim das Trevas vai sahirido,  
 Qual Torrente a Cohorte, em chamma envolta;  
 O denso fumo os Ares já cobrando,  
 Pestifero vapor, intenso solta  
 Nas vastas Regiões se diffundindo  
 Vai do Amazonas, Infernal Escolta;  
 Dos Atomos parece a qualidade  
 Nelles se identifica, e quantidade.

Em sonhos, em Visões, Algouso insano,  
 Aos descuidados Múltiplas apparecem;  
 Ora representando hum dehumano,  
 Infirme proceder, no qual lhe tócerri  
 Os Brancos alvórios, novo erganno.  
 Ora, essa liberdade, que appetecem,  
 Mallograda, apparente, e ja perdida,  
 Na vassalagem dura, e so fregida

Outros da Ley os bons, sacros Preceitos,  
 Qual insospevel jugo, lhes figurão;  
 Persuadem, que so certos são effectos,  
 Das maximas dos Brancos, que asseguaõ  
 Dominio universal; poder, respeito,  
 Na mesma vassalagem, que lhes jurão;  
 Que a clara espóra; os filhos mareatados  
 Verão, quando estiverem descuidados.

Ja afflictos, pensativos, despertando,  
 De idea tal em firm preoccupados;  
 So mortes, e vinganças respirando,  
 Ja lhes tardáva os ver executados.  
 Mas o Arjo Tutellax, que vigiando  
 Estáva, e lamentando os enganados,  
 Armado do poder do Omnipotente,  
 Tudo faz, que se mude de repente.

Inspira a todos novo ardor, desejo,  
 De discernir o enganno, e a verdade;  
 AO Tentador, infame, e seu cortejo,  
 Sepulta na infeliz eternidade.  
 Faz, que ao rancor, universal festejo,  
 Entre os Múlkas se siga, a brevidade  
 Do Embarque se procure, realizádos  
 O fim proposto; os meyor desejádos.

Não se encaminha mais veloz a balla,  
 Quando o sulfureo Muxto lá a despéde.  
 Do que o ligero barco, quando a balla  
 Este humido Elemento; Retrocede  
 Undulando sereno, e ja se calla  
 Bramido impetuoso, com que mede  
 O esforço no espumoso, e argentino  
 Monte, que forma em campo cristalino.

Rége o curso, quem rége os Elementos;  
 Por isso o Sol duplica o luzimento;  
 De azul celeste veste os Firmamentos;  
 O Zepiro mais brande, sendo o Vento  
 Effeitos naturaes, ja são portentos;  
 Não ha na Omnipotencia, o violento.  
 Chega aos Povos; navega pelos Rios  
 Muxura feliz, sem susto, e sem desvios

Mais festejado, que da vez primeira,  
 Passa Alvaraes; encontra em Ega abrigo;  
 Seu destino o conduz logo a Moguerca,  
 A cumprir de altos firmis, preceito antigo,  
 Em dar a Deos Peccacia verdadeira,  
 Ao Inferno terror; justo castigo.  
 Ja chega ao Porto; e ja no interno gozo,  
 Presentimentos tem de venturoso.



(a)... Héra do sexto Mês, o nono dia,  
 É quarto neste Povo de festejo  
 Que o Mukra se admirando do que via  
 Nos Ritos, e costumes, tal desejo,  
 Ardor irresistivel percebia,  
 Que o terror, repugnancia, inutil pejo  
 Desterrando; o faz crer, que ja demora  
 Ao Astro luminoso, a bella Aurora.

Ja lá o Arjo da Paz, resplandecerite,  
 Luz diffundindo, as trevas dissipava;  
 Feróz, mãs tenro Inparte brandamente  
 Aos peitos ainda ao Mukra alimentava;  
 O impulso sentem todos igualmente  
 Que ao Templo, com seus filhos os levava;  
 Elles se ajuntão; Correm; vem rogando,  
 Que em Forte Santa os queirão kir banhando.

De alto misterio executor condigno,  
 Escolte a Providencia no Carmelo;  
 He filho deste, que de hum DEos benigno,  
 Caracter de Christão; da Graça o sello,  
 Ministro impoime; que ao Tyranno indigno,  
 Arjo das Trevas, arrancando o bello,  
 Usurpado Somnio, a DEos offrece,  
 Das Almas a Primicia, que merece.

Pio promove, ve, gostoso assiste  
 João, Cheffe Português, Baptista agora;  
 Esta piedosa acção; Quer que se alliste  
 Por fiador seu Nome; pois que implóra  
 A protecção Divina, em que consiste  
 A futura esperança, do que adora  
 Inscrutável desigño, e providencia  
 De hum DEos piedoso, em sua Omnipotencia

### Nota

(a)... Chegando, sem serem esperados, no dia 6 de Junho de 1785, ao Lugar de Nogueira os Mukras, havendo ja quatro dias, que os Moradores do dito Lugar festejando estavam a festa, que então se fazia; sem preceder persuasões, ou promessas, passando os dias em danças, e regozijos com os Indios moradores do Lugar; de repente, e unanimamente se resolverão no dia 9 do d<sup>to</sup> Mês solicitar ardisadamente se baptizassem vinte innocentes Mukras filhos.

No Templo de Maria, renasados,  
 Na Graça baptismal, os innocentes  
 Vinte infantes; alegres conduzidos  
 Pelos Barbaros Pais forão contentes.  
 Na fé de mais progressos despedidos,  
 Se auzentão cumulaões de presentes  
 Penhor levando da felicidade.  
 Em cada filho; de Anjo a qualidáde.

Do Omnipotente, a Santa Providencia,  
 Que ca no Solimoens resplandecia,  
 Em quatro Fundaçoes, que a persistencia  
 Do Muhura fixaria, e barbara porfia;  
 Tambem lá no Madeira a excellencia  
 Da Graça diffundindo, os attrahia,  
 A procurar a Páz interessante,  
 Co'o Morador de Borba, e Commandante.

Sobre principios taes; tal esperança,  
 Fundamenta a razão todo o discurso;  
 Em Deos se emprega toda a confiança;  
 Pende do seu poder todo o recurso,  
 Os fructos ja se colhem da Alliança,  
 A pesar dos accãzõs no concurso  
 Sempre os progressos a cantar disposto  
 Aquí susperido a Voz; a Lira encósto.

~ " ~ " ~ " ~ " ~ " ~ " ~ " ~ " ~  
 Fim do sexto, e ultimo Canto.

~ " ~ " ~ " ~ " ~ " ~ " ~ " ~ " ~

Prossigue a nota anterior

### Nota

filhos, dos que virião nessa occasião, o que, com effeito, se effectuou, sendo o P.<sup>e</sup> Fr. Jose de S.<sup>ta</sup> Theresza Neves, Religiozo do Carmo, então Vigario da Igreja Parroquial de Nogueira, o que administrou o Sagrado Baptismo; e o Tenente Coronel João Baptista Mardel, Padrinho de todos, na mesma Igreja de Nossa Senhora do Rosario, de Nogueira Retirãõ-se, poucos dias depois, os Muhuras, cumulaões de presentes e mimos; satisfeitos, e com promessa de voltarem com outros brevemente, o que executarão, e juntamente principio derão a mais tres Estabelecimentos, e Povoações no Rio Mamlhá, no antigo Pesqueiro de Manacapuru, e no Lago Pururu, todos no Rio Solimoens; e que todos em Mayo de 1786 continhão ja por cima de Mil e tantas Almas succedendo por este mesmo tempo, e pouco depois, pelas repetidas recommendaçoes do mesmo Ex.<sup>mo</sup> Sr João Pereira Caldas; e pelo zelo, e cuidado do Ajudante de Auxiliares, Antonio Carlos de Azevedo Coutinho, Commandante da Villa de Borba a nova, no Rio Madeira, sahirem tambem os Muhuras dessa parte, e se estabelecerem.

Diário da  
Viagem que fez Henrique João Wilckens Sargento Maior de  
Artilharia commercial de Engenheiro e Segundo Commissario da  
quarta Divisão de Limites, Portugueza e Hespagnhola ao  
antecipado exame do Rio Jupurá, partindo da Villa da Ega no  
dia 23 de Fevereiro de 1781, por Ordem de Sua Magestade.

## Fevereiro

6<sup>m</sup> feira 23

Havendo de mister fazer alguns preparativos para a expedição do antecipado exame do Rio Jupurá, de que eu fui encarregado, se largou a 23 de Fevereiro de Villa da Ega pelas 8 horas da manhã, e pelas 6 da tarde chegamos ao Logar de Alvaraes, onde desembarcamos, este dia de nada nos proveraõ as montarias e fomos socorridos de quatro tartarugas que o Vigario e Director do dito Logar me offerecerão, as quaes eu mandei distribuir p. cada uma das canoas.

Sabbado 24

Depois de ouvirmos Missa, mandei ler uma ordem na frente dos Soldados pagos e auxiliares, que dizia respeito á boa conducta que devião ter, e de várias providências, como forão a de mandar dár um quarto de boi a cada canoa; a de passar Portaria para a commutação dos resgates do mantimento tomado, a de comprar á minha custa uma pequena canoa por conhecer não haver logar onde se acomodassem os quatro auxiliares e practicos que daqui levava, e a de dar licença para vir na sua propria canoa o pratico Elisbao Correia. Este dia aqui nos detivemos em razão das sobreditas providencias.

Domingo

Depois de ouvir Missa largámos de Alvaraes pelas 8 horas da manhã com 7 Indios de menos pela deserção de 4 da canoa Nossa Senhora da Guia, em que vem o Capitão Pedro Alexandrino, sendo um dos quaes seu familiar; e de 3 da canoa Santo Antonio em que vem o Doutor José Simões. Neste dia aportámos a jantar a 1 hora e 20 minutos e pernoitamos ás 7 tendo largado ás 3 da tarde.

2<sup>a</sup> feira 26

Sahimos as 5<sup>1/2</sup> horas da Bocca do Rio Yupari onde aproveitamos o dia antecedente continuando-se a Ilha que vem defronte de Teffé pordetraz da qual esta o Rio Tapirapá. Pouco Tempo depois passamos a Bocca do Rio Amaná que vai dar a um grande lago a que se seguiu o Curiparaná. Ás 8 horas passamos pela Bocca do Rio Anacoá e pelas 11 pela Bocca de um Lago. Aportámos ás 3<sup>1/2</sup> dentro do Rio Apecuouri tendo passado pelas 2 horas a Bocca do Rio Curiparaná. Ás 4 horas e meia largámos e ás 6 horas saimos do Rio Pocuocui entrando no Rio Manacobi, que ambos são estreitos. Aportámos ás 7 horas da noite tendo caminhado neste dia o espaço de 6 legua pouco mais ou menos.

menos.

3<sup>a</sup> feira 27

Às 5 horas da manhã largámos e as 5<sup>1/2</sup> passamos a Bocca do Rio Iauarauá, Rio estreitissimo que acabamos de passar às 8 horas. Entrámos às 9 no Rio Poteriparana e aportámos á uma da tarde, onde havia uma enseada chamada do Mormorutu ou Arauá, formada pelo Rio Poteri e por outro que aqui acaba chamado Mormorutu. Chegamos ás 3<sup>1/2</sup> entrando pelo Rio Cororuparaná d'onde se via no rumo de Oeste uma Bocca do Lago Iauaraqui passámos pelas 5 horas pela Bocca de um Igarapé que vai a um Lago chamado Piratapira e aportámos pelas 6 horas. Este dia navegámos 6 léguas pouco mais ou menos.

4<sup>a</sup> feira 28

Pela 5<sup>1/2</sup> Largámos navegando pelo mesmo Rio Cororu ate entrar no Rio Iaraqui que acabou ás 7<sup>3/4</sup>. Às 9 horas passei por um sitio ou Tapera do Gentio Iauti, de Nação Pauani. Às 9<sup>1/4</sup> passamos a Bocca do Igarapé Touaia que acabou na margem boreal pelas 11 horas, vendo-se daqui a Bocca do Rio Amupoti por onde se pode ir ao Amaná. Na margem austral pelas 11<sup>1/2</sup> vi a Bocca de um

Igarapé

Igarape Anapoti que vai aos Solimões perto da Bocca onde entramos, caminho usado dos pescadores para a pesca nestes Rios, á  $1\frac{1}{2}$  aportámos e largámos ás  $2\frac{1}{2}$ . Ás 4 da tarde sahi pela Bocca do Rio Proaocu, a que tambem chamão Lago, no fim do qual esta outro furo chamado Camorau, que vai a terra firme na sua margem boreal. Aqui há uma Tapera de Indios de Nação Pau- Anani descidos para o Teffé. Pelas 6 horas da tarde se acabou o Rio Amura-ua cuja margem boreal é terra firme. Aportámos ás 7 horas navegando por entre uma pequena Ilha chamada Tuarão. Este dia caminhámos 8 leguas.

#### Marco

##### 5<sup>a</sup> feira 1<sup>o</sup>

Largámos ás 5 horas e aportámos ás  $10\frac{1}{2}$  na Praias da Panaua. Largámos ás 12 e pelas  $4\frac{3}{4}$  passamos pela Bocca do Rio Mapiiare que vai ao Rio Ouatiparaná e aportámos ás  $5\frac{1}{2}$ . Este dia navegamos 5 legoas e meia.

##### 6<sup>a</sup> feira 2

Ás 4 horas da manhã largámos e ás  $5\frac{1}{2}$  da tarde apòrtamos na lagoa de Santo Antonio de Marapi tendo navegado (...)

6<sup>1</sup>/<sub>2</sub> legoas daqui mandei á pesca onze canoinhas para me prover de mantimentos para a tropa, e o que se conseguiu em todo o tempo que ali nos demoramos foi o sustento diario da tropa e a fartura de duas arrobas de Piracuy. Aqui mandei comprar e salgar um boi, uma vacca e um capado, e embarquei 6 pedestres e 6 Indios em logar de 10 que nos fugirão, e tomei mais duas montarias. Ao Director do dito logar, Mathias Fernandes escrevi um Officio para emprestar um Missal deixando ele o que eu trazia por vir falta de folhas.

5<sup>a</sup> feira 8

As 9 horas da manhã largámos e pelas 10 horas aportámos no logar deserto de São Mathias que dista do antecedente 2 milhas e meia esperando que chegasse o Anspeçada João Dias que deixei em Santo Antonio a ver se apanhava os fugidos Indios. Largámos ás 2 horas e aportámos ás 5<sup>3</sup>/<sub>4</sub> na Bocca do Lago Mouaré tendo caminhado 3 leguas.

6<sup>a</sup> feira 9

Largámos ás 4<sup>1</sup>/<sub>2</sub> da manhã e aportámos ás 7 da mesma manhã por não ter chegado ainda o Anspeçada João Dias, o qual então chegou e da canoa que este vinha tirei mais sete Indios. Largámos a 1<sup>1</sup>/<sub>2</sub> da tarde com bom vento e avistamos a Bocca do Rio Auatiparaná



Auatiparaná no rumo de 70 graus do sudoeste. Às 4 da tarde entrei no Yupurá que por várias reflexões assentei começar do Autiparaná; em cujo tempo nos ficou na margem boreal e costa firme uma tapera chamada Cauacá de Indios de nação Mariana. Aportámos ás 8 da noite tendo caminhado 4 legoas e meia.

Sabbado 10

Largámos ás 5 horas da manhã e ás 7<sup>1/2</sup> passamos pela Bocca do Rio Canari que vai dar a um Lago na terra firme entrando ás 11 de dia em o estreito Rio chamado Cumapi. Às 11<sup>1/2</sup> horas passamos pela Bocca de um Igarapé grande na terra firme boreal. Aportámos ás 5<sup>3/4</sup> horas da tarde na praia da Ilha Tauoca onde se deram tres lanças de rede porque as cinco montarias só trouxerão dois peixes, de cujas lanças nada se recolheu. Largámos ás 10 da noite tendo andado neste dia 5<sup>1/2</sup> leguas.

Domingo 11

Largámos ás 7 horas e 3 minutos da ponta de uma praia chamada da Ilha da Tauoca e aportámos á 1 hora da tarde. Partimos ás 3<sup>3/4</sup> navegando pelo Rio Caiapinama, que acabou ás 8<sup>1/2</sup> e aportámos ás 9<sup>3/4</sup> tendo navegado 5 legoas.

2<sup>a</sup> feira 12

Largámos ás 5<sup>h</sup>/<sub>4</sub> e aportámos ás 12 no Rio Amaicanioni que tem um grande Lago e foi antigo domicílio do gentio Amariaraná e Meforis do qual sahimos ás 2<sup>h</sup>/<sub>2</sub> e aportámos ás 5<sup>h</sup>/<sub>2</sub> por causa de uma grande trovoadá. Este dia andamos 4 leguas e um terço.

3<sup>a</sup> feira 13

Sahimos ás 4 horas da manhã do Rio Uraocu, em que tinhamos aportado que acabou ás 8<sup>h</sup>/<sub>2</sub>. Entramos no Rio Maaná e aportámos ás 2<sup>h</sup>/<sub>4</sub> defronte de um Igarapé chamado Uiarapi d'onde poucos dias antes se tinha expulsado certa porção de Gentio. Largámos ás 4<sup>h</sup>/<sub>2</sub> e aportámos ás 8 da noite, tendo passado a Bocca do Lago Piapoá que communica com o Lago de Maiana-riui-ui que era antigo domicilio das Nações Marianas e Meforis e fica na margem Septentrional. Este dia andámos 9 legoas tendo passado pela manhã em grande cuidado por causa de uma trovoadá.

4<sup>a</sup> feira 14

Largámos ás 3<sup>h</sup>/<sub>4</sub> da madrugada, e a pouco tempo de viagem encontramos uma Ilha que faz margem boreal no Rio Marimarí que também é Lago que vai ao Jupurá por um pequeno

pequeno Rio o qual servio de domicilio antigo ao Gentio Meforis e Marianãs. Este Rio Marimari é assim denominado desde o Igarapé Canabi. Aportámos á 1<sup>1/2</sup> acabando o dito Rio. Largámos ás 3 da tarde e aportámos ás 7<sup>1/2</sup> da noute tendo navegado 5<sup>1/2</sup> legoas.

5<sup>a</sup> feira 15

Largámos ás 3<sup>1/2</sup> da madrugada passando ás 11 pela Bocca do Lago Mariapi e aportámos ás 12 horas e <sup>1/2</sup>. Largámos ás 3 e aportámos ás 4<sup>3/4</sup> tendo caminhado 4<sup>2/3</sup> leguas. Paramos a esta hora por haver noticia que os Muras estavam em um Igarapé perto da deserta Povoação de São Joaquim de Maiaperi, e que se preparavão para no dia seguinte irem dar no Logar de Santo Antonio do Marapi que tinha ficado sem gente. Pelas 8 horas da noute despedi o Sargento o Anspeçada e 20 homens, entre pagos, auxiliares e Indios para atacar e destuir. Esta pequena tropa escondida observarão os ditos Muras transportando em canoas a Mandioca e fructas das desertas roças da Povoação, e com feliz successo lhes deu cerco, de cujo despojo vierão sete creanças e duas mulheres, em cuja accção só ficou flexado por inadvertência sua, mas sem perigo um Indio nosso.

6<sup>a</sup> feira 16

Do

Do successo antecedente tivemos noticia pelas 8 horas da manhã deste dia em uma praia defronte da deserta Povoação de Mauijuri, e que uma das Indias se chamava Mariuça de Nação Mefuri, também prisioneira, e a outra Caiauará. (...) do Rio Apaporis que havia 8 mezes estava prisioneira, e a outra Caiauará de Nação Mefuri também prisioneira, a qual trazia uma criança de peito, e que uma das outras creanças era um rapaz chamado Raimundo, sobrinho do meu Piloto. Demo-nos ao Rio a 1<sup>ª</sup>/<sub>4</sub> da tarde e aportámos ás 6<sup>ª</sup>/<sub>4</sub> na Bocca do Igarapé, o Lago chamado Amaniu que é grande e foi domicilio dos Meforis e Marianãs. Este dia navegamos 2 legoas.

Sabbado 17

Largámos ás 5<sup>ª</sup>/<sub>2</sub> e entramos em um Largo Rio e agradável á vista, ás 7<sup>ª</sup>/<sub>2</sub>. Aportámos ás 2 da tarde em uma praia na Bocca do Rio Comarú, domicilio da Nação Pará. Aqui se soube em certeza pela relação das Indias que os Muras intentarão assaltar o Logar de Santo Antônio no dia 16, para que tinham muita farinha, canoas furtadas, e flexas que tudo se lhe destruiu e quebrou, e se deu morte a 12 ou 14 Muras, achando-se no seu no seu campo 50 Tajupares. Este dia caminhamos 4<sup>ª</sup>/<sub>2</sub> leguas.

Domingo 18

Largámos

Largámos as 6 da manhã continuando pelo Rio Cumarú que acabou as 9<sup>1/2</sup> passando ás 8 pelo Lago do mesmo nome. Ás 12<sup>1/4</sup> avistei a Bocca do Rio Juami, que sahe da terra firme, cuja largura se diz ser como a do Rio que íamos navegando, habitado e dito Joami pelas Nações Pariana e Jupua. Aportámos ás 2<sup>3/4</sup> em cujo tempo despedi a canoa Santo Antônio a reconhecer a sua Bocca que foi vista pelas 6 horas e 40 minutos, a qual desagua por tres estreitos furos antes da verdadeira e estreita Bocca, sahindo de todas ellas agoa preta com força, estendendo-se muito além das mesmas Boccas. Aportámos ás 6 horas tendo navegado 5 legoas e <sup>1</sup>/<sub>2</sub>. Dizem os praticos que deste Rio com um dia de viagem por terra se sahe ao Rio Iça que desagua nos Solimões.

2<sup>a</sup> feira 19

Largámos as 5<sup>1/2</sup> da manhã por entre contínuas chuvas, e chegamos ás 8<sup>3/4</sup> defronte do Rio Amari, que se encosta á margem austral. Aportámos incommodamente ás 11<sup>1/2</sup> e largámos ás 2<sup>1/2</sup> aportando pelas 5 da tarde pouco adiante do Acapuparaná ou Rio do Acapu que procede de um grande Lago. Este Rio foi habitado pelo Gentio Meforis e Marianãs, que há annos matarão dois homens brancos, um mulato e do Indios Manaos,

que

que com outro iam ao descimento deste Gentio. Este dia navegamos 4 legoas.

#### 3<sup>a</sup> feira 20

Partimos ás 5 horas da manhã e ás 7<sup>1/2</sup> encontramos as barreiras do Poruite na margem boreal, e ás 12 aportámos. Largámos ás 3 da tarde e aportámos ás 7 da noite tendo encontrado uma grande correnteza em cuja passagem se gastou uma hora e chegamos á Bocca do Paranamoiná, Lago de agua preta, deixando na mesma margem do Norte, antes de passar o dito Paraná os Igarapés de Juparaná, e Maiuaru, que procedem de Lago, domicilio da Nação Maiu, ambos de agua preta. Este dia navegamos tres leguas e dois terços.

#### 4<sup>a</sup> feira 21

Largámos ás 5 da manhã pelo Rio Mocuiná e encontramos um grande Igarapé de agua preta, cheio de Gentio manso. Aportámos ás 12<sup>3/4</sup> para janta e nos demos ao Rio ás 3 horas, aportando ás 6<sup>1/2</sup> da noite. Navegamos cinco leguas.

#### 5<sup>a</sup> feira 22

Pelas 5 horas da manhã largámos e aportámos, ás 8 a fim de que a canoa Santo Antonio fosse reconhecer a Bocca do Rio Puerus. Partio esta ás 8<sup>1/2</sup>

8<sup>1/2</sup> e ás 9.20' passamos á Bocca do mesmo Rio que desagua por tres Boccas estreitas, formando duas ilhas. Este Rio cujas aguas são pretas se comunica com o Rio Iça, domicilio dos Paús, Tumirás, Chumanás, Iuris e Tucanos, todos de bocca preta. Diz-se que navegando alguns Indios pelo Rio Purues encontrarão ao quinto dia de viagem gentio manso. Aportámos ás 2<sup>1/2</sup> ao pé do Igarapé de Calaripaná que procede de um Lago do mesmo nome. Largámos ás 4<sup>1/2</sup> andando ate as 7 da noute e caminhámos 4 legoas, vencendo grandes correntezas. Este dia e o antecedente fora dos em que não tivemos totalmente chuva.

6<sup>a</sup> feira 23

Pelas 5 horas da manhã largámos entrando na largura do Rio Jupurá que terá esta <sup>1</sup>/<sub>2</sub> de largura. Aportámos a jantar ás 12 e sahimos á 1<sup>1/2</sup> aportando ás 7<sup>1/2</sup> da noute com 5<sup>1/2</sup> leguas de viagem.

Sábbado 24

Largámos ás 5 horas da manhã e ás 8 passamos a Bocca do Rio Itué de agua preta que extenso, e aportámos ás 2 da tarde. Largámos ás 3<sup>1/2</sup> e pelas 5 da tarde passamos a Bocca de um Igarapé que comunica com o dito Itué, chamado Maiauari também de

de agoa preta, aportando pelas 7 com  $3^{\text{a}}/_{10}$  leguas de viagem.

Domingo 25

Às  $10^{\text{h}}/_{2}$  horas da manhã Largámos de uma praia onde ouvimos Missa e se desobrigou alguma gente e ás  $5^{\text{h}}/_{4}$  da tarde passamos pela Bocca de um grande Igarapé chegado a um Lago, e que entra muito além pelo Matto. Este Igarapé e o antecedente estão na margem boreal. Aportámos pouco depois d'esta hora com  $2^{\text{a}}/_{10}$  leguas de viagem. Em uma praia pouco mais acima desta acharão as montanhas ossos de gente.

2<sup>a</sup> feira 26

Às 8 horas Largámos e passamos á 1 da tarde o Igarapé Laua que foi habitado do Gentio Uciçoru na margem boreal a cuja margem, fronteira de terra firme chamão Arapá. Aportámos a esta hora e largámos ás 2 encontrando o Rio muito esteito que só era de  $1/_{10}$  de milha, continuando acima ate ás 7 horas que aportámos com 4 leguas de viagem.

3<sup>a</sup> feira 27

Pelas  $5^{\text{h}}/_{2}$  Largámos e ás  $10^{\text{h}}/_{2}$  avistei a Bocca do Rio do Sol ou Cuaraciparaná na margem austral do Rio habitado de Indios d'esta Nação.

Aportámos



Aportámos ás 12 e largámos á 1<sup>1/2</sup>. Pelas 3 passamos a Bocca do Igarapé Jauí na margem boreal e aportámos ás 6<sup>1/2</sup> da tarde quasi defronte de um caminho ou ponto na margem do sul que em <sup>1/2</sup> dia de viagem conduz á Aldeia do Gentio Cuaraci ou do Sol, que dizem ser numeroso e que tem a bocca e cara preta, com 4<sup>1/2</sup> leguas de viagem. Ás 8 horas se ouviu bradar = A Deus Camaradas = e respondendo-se-lhe se chegou uma pequena Ubá em que vinhão 2 pessoas que examinadas se acho serem dois Indios da Nação Taraira, moradores do Rio Apaporis que fica acima da Aldeia dos Coretus, dos quaes um por nome Coiga era principal chamando-se o outro Uitamá. Estes vinhão fugidos dos Muras cujos prisioneiros erão e tinhão fugido havia 3 dias da Bocca do Rio Juami, achando-se serem os mesmos que vinhão para Alvares em companhia do Principal Amaro chamado entre elles o Asiá, o qual foi morto no mesmo lugar em que no dia 25 do corrente se acharão os ossos na praia, era parente muito chegado deste Principal Caiga. Soube-se que a India Marença era concubina do dito Principal prizionada no mesmo dia mas logo separada; que os Muras matarão 5 pessoas e que forão empregados os homens prisioneiros em fazer grandes feixes de

de flexas, cuja tarefa se a não acabavão lhes darão pancadas, e que estes se preparavão para entrar no Rio Ticami a extirpar a Nação do Jupicas, e sahir depois ao Rio Iça e Solimões a matar, como dizião, todas os brancos e Indios que achassem no negócio, e que logo encorporados com uma partida da sua Nação passarão ás Povoações e roças de Alvarães, Nogueira e Ega, a matar os brancos e Indios moradores, rezervando os rapazes e raparigas para seus escravos, a cujo fim obrigarão os Indios prisioneiros a fazer farinhas e Bejú recommendando aos Indios que trabalharão nas flexas as fizessem que não quebrassem.

4<sup>a</sup> feira 28

Pelas 3<sup>1</sup>/<sub>4</sub> largámos passando ás 8 pela Bocca do Paraná Merin Tatuá, habitado pelos Coirunás e Maoistas. Ás 12<sup>3</sup>/<sub>4</sub> aportámos e pelas 3<sup>3</sup>/<sub>4</sub> despedi a canoa Santo Antonio para a margem austral do mesmo Rio a reconhecer a Bocca do Igarapé chamado Chaarupé habitado de Amos e Iuris que chegou mais tarde a aportar por esta causa. Paramos pelas 8 da noite com 4<sup>1</sup>/<sub>2</sub> leguas de viagem. Aqui se encontrou um grande penedo na margem austral que foi indicio da primeira cachoeira.

5<sup>a</sup> feira 29

Sahimos ás 4 horas atravessando o Rio da Margem austral para a boreal com vento desfeito principiando a dar passos ao Norte. Ás 10 horas passamos um Igarapé na margem austral chamado Auatá e outro na margem meridional chamado Patuá. Aportámos ás 12 na Bocca do Rio Apaporis tendo passado antes de chegar a este Rio que na verdade é grande, outro Igarapé chamado Geracapi de agoas pretas, antigo domicilio dos Maius. Largámos ás 2 horas deixando de mandar recado e convidar os Coratus do Rio Apaporis por me dizerem distarão 10 dias de viagem, e que se havião de passar 4 Cachoeiras. Atravessamos a Bocca do ditto Rio entrando em um Paraná entre a costa e ponta d'este. Ás 4 horas avistamos uma alta serra que ficava na direcção do Norte, representando para a parte de Oeste o mesmo que ponta da Ilha da Madeira, a qual passamos a 2 legoas de distancia. Aportámos ás  $6\frac{1}{2}$  com 4 legoas e  $\frac{2}{3}$  de viagem.

6<sup>a</sup> feira 30

Largámos ás 5 da manhã e aportámos ás 12. Largámos ás  $1\frac{3}{4}$  e passámos ás  $6\frac{1}{2}$  da tarde com  $5\frac{1}{3}$  leguas de

caminho

caminho encontrando já algumas pedras tanto na margem como na Bocca do Rio, e ouvimos de noite o estrondo da pequena cachoeira.

Sabbado 31

Largámos ás 5<sup>1/2</sup> e aportámos ás 6<sup>1/2</sup> da manhã. Depois de se celebrar e ouvir Missa se dispoz tudo para a passagem desta cachoeira. Aqui não se vê falta de aguas, mas é o Rio todo bordado de pedras, tendo só um estreito canal por onde cabia só uma canoa. Este canal fica na margem boreal; o Rio terá aqui <sup>2</sup>/<sub>10</sub> de milha ou menos, estreitando logo para diante de modo que se não pode notar em petipé de uma polegada, que represente uma legua continuando assim algum espaço. Este estreito é formado na parte boreal pela base do monte ou serra que antecedentemente se vira e pela margem austral por continuação de lages que forma um resistente cães porem chato á agua. Ás 11<sup>1/2</sup> tínhamos passado a dita cachoeira e Largámos á 1<sup>1/2</sup> da tarde. Aportámos ás 7<sup>1/2</sup> em uma praia na margem boreal ao pé de um lago, cujo Igarapé, que servio de abrigo ás canoas e fica immediatamente ao pé da Cachoeira do Cupati sendo a margem occidental do Igarapé uma continuação da rocha que na cheia de agoa se cobre; soffrendo toda a tarde grossas resistencias

resistencias de agoas, á proporção que mais nos chegamos á dita Cachoeira, as quaes por não poder vencer a canoa Santo Antonio, tomou porto longe do logar em que eu aportei, vindo pela manhã ao meu sitio.

Abril

Domingo 1º

Mandei examinar a passagem e canal da Cachoeira pelos praticos e pilotos, os quaes acharão ainda que com custo praticavel. Achou-se que os cabos de sirgas estão curtos e que as cordas das canoas estavam podres, por cujo motivo as mandei fazer juntamente com linhas de pescar por terem rebentado as que levava. Dei ordem a caminho por terra para as cargas e mandei fazer choupanas.

2ª feira 2

Neste dia tentarão subir o Doutor Solimões e o Capitão Pedro Alexandrino pelo monte que faz a margem do já dito canal estreito á fim de descobrirem a direcção que levava o Rio Apaporis que se dizia d'ahi se via, os quaes indo com effecto a esta diligencia só conseguirão chegar aos 2/3 d'elle pelo passo ser de suma difficuldade e conduzidos

conduzidos por quem lhes não buscava talvez o melhor caminho juntamente por sobrevir ao Doutor Simões um tal desfalecimento que lhes não permittio subir mais e a descida bem que indispensavel lhe foi de muito custo.

#### 3<sup>a</sup> feira 3

Neste dia eu, o Capitão e o Doutor fomos ver de perto a Cachoeira a qual neste tempo não tinha salto de agoas, mas erão somente pedras differentemente postas, que produzirão na Bocca perto da margem boreal corrente innavegável com grande ruido, o qual era menor em outra bocca bem grande que tambem innavegavel a remo. Junto á margem austral se achou um estreitissimo canal, ou por dizer melhor, uma somma de canaes pelos quaes com muita atenção e risco claro se passou. Desde aqui se começou a servir da carne que se fez em Santo Antonio, porque as montarias pouco ou nenhum peixe trazião.

#### 4<sup>a</sup> feira 4

Neste dia se passou o trem para os Tijupares pela parte de cima da Cachoeira por caminho facil e pequeno.

#### 5<sup>a</sup> feira 5

Passamos felizmente as canoas

canoas junto da margem austral pelos ditos canaes principiando-se ás 8<sup>1/2</sup> da manhã até ás 12 com incrível trabalho, e risco, sem medêar descanso algum.

Desagua a Cachoeira por uma grande, e duas pequenas boccas sendo as margens e Ilhas compostas de grossos penedos uns sobre os outros.

#### 6<sup>a</sup> feira 6

Pela fuga de seis Indios se adiantou a viagem fazendo-se carregar as canoas desde as 10 horas da manhã até ás 4 da tarde, e logo nos demos ao Rio, andando até ás 6<sup>1/4</sup>.

Não me parece desacertado notar aqui que o Igarapé em que as canoas estiverão abrigadas, ficando na margem do norte se poderia com facilidade abrir até sahir acima da Cachoeira, poupando ás canoas infinito risco, trabalho e demora.

#### Sabbado 7

Largámos ás 5<sup>1/4</sup> e aportámos ás 7 a fim de expedir uma canoa ás Tauocas, pedindo-lhe sócorro de gente, da qual estavamos necessitados, e nella se embarcou o Anspeçada João Dias, dois auxiliares, dois Praticos, e 5 Indios, dando-lhe as Ordens em carta de Officio e mandando por

elle

elle algumas bagatellas dos resgates da Fazenda Real para dar ao Principal e a outros Indios maiores.

Partio este pelo meio dia. Este dia de muito pouco nos proverão os pescadores.

Domingo 8

Largámos ás 10 horas da manhã e aportámos ás 6<sup>3</sup>/<sub>4</sub> da tarde, tendo caminhado desde a Cachoeira até aqui 4 legoas.

As montarias de nada nos proverão.

2<sup>a</sup> feira 9

Largámos ás 5<sup>3</sup>/<sub>4</sub> da manhã e ás 6<sup>1</sup>/<sub>2</sub> passámos pela Bocca do Rio Morotim Paraná.

Disserão-me que este se conduzia similhantemente como o do Jupurá, acompanhando-o em grande distancia contendo em si 4 Cachoeiras que são mais difficeis de passar que a do Copati, e que a 20 dias de viagem se encontra o Gentio Yuna.

Aportámos ás 12 e sahimos ás 2<sup>1</sup>/<sub>4</sub> da tarde ficando ás 3 na margem austral e Igarapé Yunaué cujas cabeceiras são habitadas da Nação Amoa.

Pouco antes passamos um Igarapé que vai do Morotim Paraná o



o qual é domicilio dos Genticos Cuarunas, Corotus, Uainas, Yepois e Tarairas, e tem 4 cachoeiras, facilitando o passar perto do Apaporis e atravessal-o salvando as Cachoeiras. Aportámos ás  $6\frac{1}{4}$  com  $3\frac{1}{3}$  leguas de viagem.

3<sup>a</sup> feira 10

Pelas  $3\frac{3}{4}$  horas largámos e aportámos á 1 da tarde.

Sahimos ás  $2\frac{3}{4}$  e pouco tempo de viagem foi estreitando o Rio, rompendo as correntezas com muito trabalho por falta de gente, esperando pela canoa Santo Antonio, e Armazem que se atrazarão muito. Aportámos ás  $6\frac{1}{2}$  com  $3\frac{1}{3}$  leguas de viagem.

4<sup>a</sup> feira 11

Largámos ás  $5\frac{1}{2}$  passando pela bocca do Igarapé Uaniuá e aportámos ás 12, esperando pelo Anspeçada que fora ao convite do Genticio Tauoca.

Este Igarapé se reparte em muitos braços que são Yuritijá, Carauatana, Jucopipechune, Yeuici, e Onetizais, todos habitados por Indios Tauocas e Cuarunas.

Constão as povoações de tres ou quatro grandes choupanas que cada uma contem 30 a 40 e mais pessoas, estando a uma ou duas leguas

outras

outras tres ou quatro choupanas.

É de notar que os da parte do Principal não tem as caras nem as bocças pretas, mas só batoque, e os da parte de sua mulher tem as caras e as bocças pretas, com batoque e pintados mais ou menos.

Ás 7 da noute chegou a canoa em que foi o Anspeçada na qual vinha um auxiliar e relatou que o dito Anspeçada e outro soldado lá ficavão sendo todos bem recebidos, e que o Principal mandáva chamar a sua gente para me vir visitar, no entanto em que não vinha mandava seu genro e outro a este fim, com os quaes fallei, e hospedei, demorando-se estes para verem ás canoas. Este dia navegamos  $3\frac{1}{2}$  leguas.

#### 5<sup>a</sup> feira 12

Logo ás 7 horas da manhã partirão os dois visitantes Indios, tendo vindo o primeiro muito cedo á minha canoa; os quaes eu brindei com 2 varas de panno e uma navalha de salto, e com outras bagatellas minhas, e lhes dei um frasco de aguardente que o seu Principal me havia mandado pedir.

Segundo as informações é muito domestico este Gentio, pouco guerreiro, e muito amigo dos brancos como experimentámos.

#### 6<sup>a</sup> feira 13

Neste

Neste dia e no antecedente como nos era preciso demorar se gastou o tempo nos Officios que lhes são proprios.

Sabbado 14

Em cinco canoinhas que eu mandei apromptar muito cedo, pedidas pelos mencionados Indios, e que partirão com elles para a conduccão dos Tauocas vierão pelas 5 horas da tarde o principal desta Nação com outros individuos seus parentes, e porque não vinhão todos os precisos para o dito socorro disse que se fossem buscar dos seus vassallos a porção que elle tinha mandado avisar. Este Principal era homem de mais de 40 annos, robusto e trazia um grande batoque branco no labio inferior e dois pedaços de flexa nas orelhas. Vinha vestido com calção e trazia um pau preto na mão por insignia.

O Interprete deste Principal chamado Yarimacú é um Indio da deserta povoação de São Joaquim deste Rio, por nome Jordão, o qual explicando o cumprimento do Principal disse que para que eu não desconfiasse em quanto não chegaram os outros seus vassallos tinha elle mesmo vindo.

Erão 14 homens, os que o acompanharão, aos quais hospedei com salvas e alegrias.

Domingo 15

Nas

Nas praticas que eu tive com o Principal me disse este que tinha tenção de sahir do Matto e vir estabelecer-se na margem do Norte, e de ter Padre, mas que isto não podia ser já; que por hora queria ficar perto deste Logar na sobredita margem em um sitio que foi de seu Avô o Principal Copati, d'onde procedeu o nome da assim chamada Cachoeira, porque devia fazer roças para sustentar os seus parentes, vassallos e alliados, que estavam muito dispersos pelo Matto.

2<sup>a</sup> feira 16

Chegou certa porção de homens que não eram quantos se esperavão, mandando dezer que chegarião dia 18.

Disse-me o Principal que destes que trouxe o Interprete Jordão, e o Anspeçada me não podia dar nenhum por serem brutos e não costumados ao remo e que servirião para principiar a roçar o Logar que este escolhesse e eu mandasse.

A necessidade e desejo de ser nisto util aos Reaes Interesses me fez codescender com elle vendo a boa fé deste Barbaro, a quem dei camiza, bastão e chapéu.

3<sup>a</sup> feira 17

Largámos

A instancia sua e do dito Jordão lhe passei certidão do serviço que fazião para constar aos que por aqui passassem, e não lhe fazerem violencia.

Já por noute chegarão alguns Indios dos que se esperavão.

5<sup>ª</sup> feira 19

Escolhidos pela manhã os Indios que podião vir para completar nossas equipações e serviço que forão quatorze homens e seis rapazes, se dispozerão as cousas para dár á vella á 1 hora da tarde.

Dando-nos ao Rio passamos pelas 3<sup>ª</sup>/<sub>4</sub> a Bocca do Rio Miranha, que fica na margem austral, habitada de Gentio desta Nação que são Antropophagos.

Aportámos ás 5<sup>ª</sup>/<sub>4</sub> tendo caminhado 3<sup>ª</sup>/<sub>4</sub> leguas.

Trouxerão as montarias 10 aves, mas pouco ou nada os dias passados.

6<sup>ª</sup> feira 20

Pelas 3<sup>ª</sup>/<sub>4</sub> da manhã largámos e desde as 9 até ás 11 por causa de um grande peso de aguas só andámos 6<sup>ª</sup>/<sub>10</sub> de milha.

Nesta hora chegamos ão grande Igarapé Dapoi, habitado dos Miranhas.

Apor-

Largámos ás 7<sup>1/2</sup> com todos os mencionados Indios e aportámos ás 12<sup>h</sup>, 20'; cuja viagem foi custosa por causa de correntezas.

O sitio em que parámos se chama Manacarú antiga Tapera d'onde já de noute foi o Anspeçada com o dito Jordão buscar os Indios que nos havião de servir.

4<sup>a</sup> feira 18

Deu-se principio as um grande rogado para o estabelecimento do Principal e seus vassallos, auxiliando eu com vinte pessoas as do Principal para se fazer mais breve, e mandei dár ao Principal e seus adjunctos algumas cousas dos resgates que vierão, e minhas, que elle me pedia, o qual tanto para si como para qualquer outro repartia com igualdade.

Também dei porção separada ao filho de um Principal subordinado a este que da parte de seu Pai me visitou; os quaes todos reconhecerão o bom agazalho que se lhes fez.

O dito Principal me prometteu que queria ser vassallo da Rainha e descer com todos os seus vassallos que erão muitos; que era porem preciso tempo para os ajuntar por estarem muito espalhados.

Aportámos á 1 da tarde e largámos ás 2, aportando  $8\frac{1}{4}$  da noute com  $6\frac{1}{3}$  leguas de viagem. Neste dia de nada nos proverão as montarias.

Sabbado 21

Largámos ás  $4\frac{1}{2}$  da manhã aportando ás  $2\frac{1}{2}$  da tarde. Largámos ás  $4\frac{1}{2}$  e aportámos ás  $6\frac{1}{4}$  com  $4\frac{2}{3}$  leguas de caminho.

Proverão-nos as montarias de seis aves, com uma Capivara, e uma pequena Pirayva, de que comerão 146.

Domingo 22

Pelas 10 horas da manhã nos démos ao Rio e pelas  $2\frac{1}{4}$  passámos a Bocca do Rio Caurinari, habitação dos Miranhas e Ituás, em cuja margem austral do Rio, junto a esta bocca está a Tapera onde esteve Eugenio Ribeiro.

Disserão muitos Indios que este Rio Passava por cima das cabeceiras do Iça e que se communica com o Orinoco.

Aportámos ás  $5\frac{1}{2}$  da tarde com  $3\frac{2}{3}$  leguas de viagem. O provimento que nos veio forão 3 macacos.

2<sup>a</sup> feira 23

Largá-

Largámos ás  $5^{1/2}$  e aportámos á  $1^{3/4}$  com uma grande trovoadá em que passámos risco pelos paus que cahião. Largámos ás  $3^{3/4}$  e pelas 5 passei a Bocca do Igarapé Juha que desagua muita agoa. Aportámos ás  $7^{1/4}$  com quatro leguas de caminho, tendo rompido por fortissimas correntezas. De nada nos proverão as montarias.

### 3<sup>a</sup> feira 24

Largámos ás  $5^{1/4}$  e logo ao sahir gastámos  $2^{1/2}$  horas em pouco mais de uma milha.

Ás 9 passei pela Bocca do Igarapé Curactá e parei a jantar ás  $2^{1/2}$ . Largámos ás  $4^{1/2}$  e encontrámos junto da margem boreal uma grande correnteza procedida de muitas pedras que aqui há, que em Rio baixo difficulta a passagem.

Desde as 6 da tarde até ás 9 da noite, tempo em que aportámos navegámos com velocidade de  $1/10$  de milha por hora, com risco das canoas, não havendo onde aportar, e a correnteza der muito grande que nos encostava á margem que é semeada de pedras.

Navegámos 4 leguas e não fomos providos de sustento algum.

### 4<sup>a</sup> feira 25

Largá-



Largámos pelas 5<sup>h</sup>/<sub>4</sub> e pelas 7 passamos uma Cachoeirinha, estreitando logo o Rio, cuja largura será de pouco mais de  $\frac{2}{10}$  de milha, e correndo com notável violencia.

Pelas 11<sup>h</sup>/<sub>4</sub> passámos a Bocca do Igarapé chamado Tacaré e aportámos ás 12.

Largámos pelas 3<sup>h</sup>/<sub>2</sub> horas e aportámos ás 6 horas tendo passado uma forte correnteza em um estreito de uma Ilha chamada Mochú. Andámos 2<sup>h</sup>/<sub>3</sub> leguas, e fomos da Providencia socorridos com 6 porcos uma capivará e 8 avés.

#### 5<sup>a</sup> feira 26

Largámos ás 5<sup>h</sup>25' vendo junto á margem boreal deste Rio, terras altas, e passamos outra cahoeirinha. Ás 12 passámos pela Bocca do Rio Issá que está na margem boreal, e aportámos á 1.

Largámos ás 3<sup>h</sup>/<sub>4</sub> horas e ás 5<sup>h</sup>/<sub>4</sub> encontrámos outra Cachoeirinha em que a minha canoa esteve muito arriscada. Aportámos ás 7 com 3<sup>h</sup>/<sub>3</sub> leguas de viagem. Trouxerão as montarias uma Piraiva grande, uma pequena e 2 aves.

#### 6<sup>a</sup> feira 27

Largá-

Largámos ás 5 horas e pelas 6 passámos pela Boca do Rio Mapia. Pelas 8 passámos outra bocca que é do pequeno Rio Ania na margem do norte.

Pelas 6<sup>1/2</sup> da mesma manhã passámos para a margem austral por causa de uma grande pedra que fazia uma fortissima correnteza.

Aportámos ás 2<sup>1/2</sup> e largámos ás 4<sup>1/2</sup> aportando ás 5 com duas leguas de caminho. As montarias de nada nos proverão.

#### Sabbado 28

Largámos ás 5<sup>1/2</sup> da manhã mandando tirar os mastros ás canoas por ser impracticável o continuar-se viagem com elles, como se vio no dia antecedente que por nos ser indispensavel ir muito encostado algumas vezes á margem pegava em árvores retidando-nos o caminho.

Ás 11<sup>3/4</sup> horas passámos uma Ilha no fim da qual na margem austral estão umas grandes barreiras, que já continuavão do dia antecedente.

Aportando ás 1<sup>1/2</sup> e largámos as 3<sup>1/2</sup> experimentando o Rio bom.

Aportámos as 6<sup>1/2</sup> com 2<sup>1/2</sup> leguas de viagem. Trouxerão as montarias uma anta e tres aves.

#### Domíngo 29

Largá-

Largámos ás 6<sup>1/2</sup> e aportámos ás 8 para ouvir Missa, sahimos á uma hora encontrando de novo difficuldades da parte do Rio.

Aportámos ás 6<sup>1/4</sup> com 2<sup>1/2</sup> leguas de viagem. Trouxerão as montarias tres pequenos porcos.

2<sup>a</sup> feira 30

Largámos ás 4<sup>3/4</sup> encontrando pouco depois na margem boreal uma grande correnteza e fazendo já caminho por entre pequenas serras aportámos ás 12 e sahimos ás 3<sup>3/4</sup>.

Ás 4 horas se viu na margem boreal a Bocca do Rio Nectá, antigo domicilio do Gentio Gametúá, taciúá e Mamé.

Aportámos ás 7 tendo visto hoje e nos dias antecedentes muitas choupanas do Gentio Mauá, com 4<sup>1/2</sup> leguas de viagem.

Houve este dia uma horriavel trovada e trouxerão as montarias seis aves.

Maio

3<sup>a</sup> feira 1<sup>o</sup>

Largámos ás 9<sup>1/4</sup> e aportámos ás 2 a jantar. Sahimos ás

às 4 encontrando logo na margem austral uma correnteza que nos fez botar para a outra margem.

Aportámos às 7 horas com  $2\frac{2}{3}$  leguas de viagem.

Soube aqui que um Indio que vinha em uma das montarias, vindo há annos a um descimento das Cachoeiras do Rio Apaporis gastára 10 dias por terra até ao Igarapé denominado Yari, e da Bocca deste que neste Rio desagua gastou 6 dias á Cachoeira grandes, a qual disse elle se não passa pelo Rio nem por terra. As montarias trouxerão nos quatro aves e choveu muito neste dia.

#### 4<sup>a</sup> feira 2

Largámos ás 6<sup>h</sup>20' d'onde estava outra Cachoeira que em Rio baixo há de offerecer grande difficuldade.

Deixámos a margem boreal e passámos para a austral por nos offerecer mais facil caminho, que gastamos mais de uma hora passar todos. Pouco depois passámos para a margem boreal fugindo de uma correnteza que vinha desfeita de uma enseada. Aportámos ás 12 acabando de vencer outra grande.

Largámos ás 3 da tarde e aportámos ás 9<sup>h</sup> $\frac{1}{2}$  com  $4\frac{2}{3}$  de caminho, andando-se até estas horas por ser noute de

de Luar, e não haver indicio de pedras.

As montarias avistarão uma canoa de Genticio a qual presentindo-as fugiu sem se poder alcançar, e trouxerão 2 porcos e duas aves.

#### 5<sup>a</sup> feira 3

Largámos ás 3<sup>h</sup>/<sub>2</sub> da manhã, e á distancia de <sup>1</sup>/<sub>10</sub> e <sup>2</sup>/<sub>3</sub> á Bocca do Rio Yari e outro Igarapé distante deste 1 legoa e milha e meia, ambos da parte do Norte. Parámos ás 10<sup>h</sup>/<sub>4</sub> para se dize Missa depois de ter passado uma pequena Cachoeira em cuja passagem se gastava meia hora.

Aqui nos detivemos até ás 3 da tarde pela providencia de eu mandar adiantar 3 canoinhas para chegarem com mais brevidade á Cachoeira grande.

Nestas forão o Doutor José Simões, o Anspeçada João Dias, 2 pagos e 2 auxiliares, Indios praticos para o reconhecimento da Cachoeira e do melhor logar para assentar campo.

Depois que largámos pelas ditas 3 horas encontrámos um Igarapé do mesmo porte em distancia de <sup>1</sup>/<sub>10</sub> e <sup>2</sup>/<sub>3</sub> e outro em distancia de 2 legoas do logar em que jantámos.

Passámos uma grande correnteza em que se atravessou a minha

minha canoa e teve risco.

Às 5 horas estávamos defronte de duas Ilhas que estreitam o Rio que julgo não terá 50 braças de largo continuando assim até ao espaço de um quarto de legua.

Pelas 8<sup>1/2</sup> passamos á Bocca de um Lago ou Rio, do qual ninguém da tropa já deu relação; aportámos ás 9 da noute com 4<sup>1/1000</sup> leguas de caminho. Proverão as montarias 4 pequenos porcos, 1 pato e 1 peixe.

#### Sexta feira 4

Largámos pelas 4<sup>1/2</sup> da madrugada e em distancia de <sup>2</sup>/<sub>1000</sub> encontramos um pequeno Igarapé na margem do Norte e sem encontrar outras cousas notaveis, mais que algumas correntezas, aportámos para jantar ás 12, ficando entre nós e uma Ilha grande que encobria a margem do sul um recife de pedras no meio do Rio.

Largámos ás 2<sup>1/2</sup> encontrando esta tarde grande pezo. de aguas, e correntezas que nos obrigou a passa-las á cirga.

Pelas 7 horas estávamos ao pé de terras muito altas, avistando outras tambem muito altas na margem do Sul.

Aportámos ás 8 da noute, a qual foi muito chuvosa, com 3

leguas

léguas e  $\frac{2}{1.000}$ . de caminho. Trouxeram as montarias 8 aves e 1 Pirarara.

Sabbado 5

Largámos ás 5 da manhã passando logo as correntezas, e pelas 7 estávamos defronte de uma pequena Ilha e na Bocca de um Igarapé ou Lago em distancia pouco mais ou menos de uma légua do logar em que pernoitámos, ao qual pozemos o nome do Igarapé da Santa Cruz, porque se ignora o de Mauases, sendo habitado desta gente.

Ás 11 horas avistámos terras altas da parte do Sul e por detraz d'ellas não em muita distancia montes altos. Na grande enseada que forma a margem boreal se encontra uma Ilha.

Aportámos á 11<sup>h</sup>/<sub>4</sub> e passámos pelas 4 horas ouvindo um grande ruido de Cachoeira.

Partimos á 1<sup>h</sup>/<sub>2</sub> e passámos pelas 4 horas uma grande lagoa que está no meio do Rio, apparecendo pedras pelas margens tanto de tarde como desde as 9 horas da manhã.

Pelas 5 horas da tarde avistámos uma Cachoeira que occupava os 2 terços do Rio, principiando na margem boreal sendo esta formada por tres Ilhas de pedras com muitas outras

outras espalhadas pelo Rio.

Parámos pelas 6-horas tendo navegado 3 leguas. A esta Cachoeira se pôz o nome de Santo Agostinho. Trouxerão as montarias um porco e 3 aves.

é de advertir que o terreno de ambas as margens é tudo pedraria.

#### Domingo 6

Depois de Missa mandei examinar pelos pilotos a passagem da Cachoeira, aos quaes pareceu se poderia passar pela parte do Norte entre a terra firme e a Ilhinha.

Mandei passar primeiro a canoa Santo Antonio por ser a mais nova e forte mas apesar de todo o esforço não foi possível por ser ali um baxio de pedras em que a canoa teve bastante perigo.

Mandei segunda vez examinar a outra margem e não obstante tres correntezas fortes que se havião de vencer se achou ser melhor por haver mais agua.

Passarão com effeito as canoas par a margem do Sul obrigadas a fazerem caminho por uma lage onde havia formidavel correnteza. Eu me resolvi a atravessar o Rio perto das Ilhas por evitar a lage e desmandar assim a margem do Sul, o que se conseguiu por ser ligeira a minha canoa.

Na



Na dita margem encontramos pedras seguidas e horriveis correntezas, que se passarão á cirga com imenso trabalho por ser preciso firmar-se o pé nas pedras que estavam debaixo d'agua.

Pelas 4 da tarde passando para a margem do Norte deixámos uma Ilha mais proxima da outra margem, d'onde, a não ser uma montaria que me trouxe uma papel achado do Doutor Simões, encontraríamos por um Rio que nos ficava nesta margem pelas 4 horas julgando Ilha a margem occidental. Dizia o papel que este furo era um Rio por onde elle entráva enganado, e que passasse á margem do Sul costeado a dita enseada, no fim da qual acharia uma grande lage junto da qual passarião as canoas, por ser resto do Rio occupado por uma Cachoeira.

Atravessamos com effeito para a Ilha e costeando a sua margem meridional defronte da margem do Sul do Rio parámos pelas 5<sup>1/2</sup> d'onde despedi o soldado, Francisco da Rua para examinar o dito Rio que chamámos dos enganos, e a proxima Cachoeira do aviso.

Foi com effeito no dia seguinte o Soldado Rua pelas 6 horas da manhã ao dito exame o qual trouxe

trouxe por noticia á noute que com effeiro era Rio occupado de Gentic pelas Choupanas que vira e que lhe parecia ter Cachoeiras pela espuma em cima da agua ficando-lhe o Sol na entrada d'elle, á direita, logo pela manhã e que o vira pôr á esquerda.

Este dia não forão as montarias fóra por estarem occupadas em auxiliar a passagem da Cachoeira. Caminhámos este dia duas milhas.

#### 2ª feira 7

Pelas 5 horas e 50' largámos e atravessando para a margem do Sul pelo meio do Rio se vião recifes de pedras que com os paus que nellas estavam atravessados fazião uma horrivel correnteza.

A margem de terra firme era toda coberta de arvores pendentes que sobresahião aos rochedos em que estavam plantadas cobertos de limos e musgo, em partes todos lisos, não se podendo romper a violentissima correnteza desta grande enseada se não mandando atar os cabos aos troncos das arvores puchando toda a gente pelo chicoté ajustando com ganchos e segurada nos ramos que as mais das vezes quebravão pondo as canoas no evidente risco

risco de se despedaçarem nas pedras.

Chegámos finalmente á lage apontada pelo Doutor Simões na ponta e fim desta enseada, a qual se passou puxando toda a gente da tropa metida na agua até ao peito, indo cada canoa de per si de cada vez. Pouco abaixo desta lage estavam no Rio tres grandes pedras, e adiante d'ellas até á margem do Norte uma degrau ou salto por onde a agua com horrivel furia se precipitava.

Partimos pela 1 hora da tarde e sem ter navegado outra hora nos foi preciso parar para passar a corda a um reciffe de pedras que pegado á margem do Sul por onde navegámos se estendia ao Rio tres ou quatro braços. Fomos depois costeando a grande enseada desta margem, tendo o Rio aqui pouco mais de cem braços de largo, e avistámos terras montuozas cobertas de arvores na margem do Norte, em distancia ao que parecia de  $1\frac{1}{2}$  legua.

Pelas 2 horas passámos a Bocca de um lago, e pelas 4 atravessámos para a margem do Norte, vendo-se pedras no meio do Rio cobertas de agua.

Pelas 5 horas alargando o Rio fórma á margem do Sul uma grande enseada, chegou a nós uma

uma montaria que com o Doutor Simões tinha ido, trazendo-me uma aviso d'elle com data de hoje á tarde. Dizia que tinha chegado hontem á Cachoeira grande, descrevendo a horrivel, e quasi impassável pelas margens e muito menos pelo Rio inhabitavel pela immensa quantidade de Pium.

Não tem 100 toezas de alto, mas diz que deitada uma pedra de cima das serras que abordão gastava 7<sup>o</sup>8 de minuto para chegar á superficie da agua da Cachoeira.

A dita montaria foi por elle despedida pelas 4 horas. Eu continuei viagem ate ás 9 da noute por ser d'ella avisado que não havia pedras pelo meio do Rio, nem Cachoeira, e aportei quasi defronte da ponta occidental da Ilha.

Caminhámos quasi 2 leguas.

#### 3<sup>o</sup> feira 8

Largámos pelas 5 da manhã e costeando a margem do Norte, onde tinhamos pernoitado, encontrámos pelas 6<sup>1/2</sup> uma correnteza e a margem do Norte coberta de pedras e de terra. Atravessámos para a ponta oriental de uma pequena Ilha que nos fica fronteira e costeámos a sua margem apposta á do Sul da terra

terra firme.

Appareceu finalmente a Cachoeira e pouco depois chegando a ponta occidental da mesma Ilha atravessámos para a margem do Norte do Rio que vai aqui estreitando muito.

Pelas 9 horas da manhã chegámos ao lugar em que tinha aportado o Doutor Simões junto á Cachoeira, e logo desembocando dei ordem a se fazerem 4 Tijupares ou Ranchos para se descarregarem as canoas. Mandeí alguma gente por terra a ver de perto a Cachoeira, e de tarde fomos, eu, o Capitão Pedro Alexandrino, o Doutor Simões, e José Ferreira em uma pequena canoa a ver de perto quanto fosse possível a dita Cachoeira. E não se podendo romper a correnteza saltamos em terra na margem do Sul caminhando pelo matto mais de 1 $\frac{1}{2}$  hora com inexplicavel trabalho por causa de grandes pedras e covões cobertos de folhas seccas, espinhosas arvores, e cheias de formigas.

Passado um pequeno Igarapé de muito lodo chegamos a ver uma pequena parte da dita Cachoeira; impedindo toda a vista d'ella um reciffe de pedra que está situado na entrada do estreito canal que fórma a Cachoeira, o qual virado ao Norte

Norte não chegando a ter pelo que julgo 20 ou 30 braças de largo bordado de ambas as partes por serras de pedra tachadas perpendicularmente, inteiramente desprovidas de arvores, as quaes serras parecerão-me ter de alto 50 braças. O plano por onde corre o Rio é summamente inclinado; todo entremeado de reciffes, chegando a agua ao pé da Ilha de pedra; vem tão precipitada que fórma montes de agua e espuma elevando-se em partes a 20 e mais palmos, fazendo nuvens de poeira da mesma espuma com tál estreito que infunde terror ao maior aninho, e parece que nega o passo a quaesquer embarcações.

Voltei ao arragal pelas 6 da tarde e logo dei providencia para pella manhã partir o Anspeçada, um pago, dois auxiliares e cinco Indios armados; com mantimentos de farinha e piracuy para seis dias a descubrir a margem do Norte, o soldado Francisco Rua com outro pago; dois auxiliares e cinco Indios a margem do Sul; e o soldado Fortuoso de Souza que me disse queria tentar a passagem da Cachoeira por cima das suas mesmas pedras pela sua parte inferior e boreal; em uma canoinha da montaria outro pago, um auxiliar,

auxiliar, dois pedestres, e 5 Indios a execução deste designio, munido de machados, foucé, alavanca, cabos, etc.

Andamos nesta manhã 2<sup>as</sup>/<sub>3</sub> milhas.

Proverão-nos as montarias de uma cotia e 7 aves.

4<sup>a</sup> feira 9

As 7 horas da manhã partirão as 3 partidas, porem d'ahi a 3 horas appareceu todo nú o soldado Fortuoso tendo-lhe rebentado no terceiro salto os bancos da canoa em que foi tentar a passagem da Cachoeira, deixando na mão dos que a puxarão p cabo e os bancos.

Perdeu-se a dita canoa e o fato do dito Soldado, uma arma do pedestre João Ferreira e alguma ferramenta de El Rey; não perigando porem pessoa alguma por estarem todos em terra, a excepção do dito Soldado Fortuoso, que estava na canoinha, salvando-se com bem trabalho a nado.

Trouxerão as montarias 10 aves.

5<sup>a</sup> feira 10

Despedi de manhã cedo o mesmo Soldado Fortuoso com os que acompanhavão hontem e com mantimento para dois dias a explorar

explorar a margem boreal e inferior da Cachoeira a ver se poderia passar canoinha; ordenei que uma das canoinhas entrasse por um Igarapé que fica na nossa margem do Norte, perto do qual estávamos a explorar o seu curso, a sua extensão, se corria entre algum vale e seguindo a direcção de Leste-Oeste, avésinhando-se ou circulando a Cachoeira.

Às 6<sup>1/2</sup> da tarde voltou o soldado Fortuoso e os que o seguirão, informando que tendo caminhado pelas pedras que bordão a Cachoeira desde que partio ate á 1 hora da tarde com grande trabalho e risco chegará á parte onde fazendo a serra boreal um saliente tronco, digo sem tronco, sipo ou pedra en que se fizesse firmeza que lhe impossibilitou o transito e obrigára a voltar.

Mandei ao Sargento que avisasse aos que tinhão ido a esta diligencia para jurarem pela manhã na presença dos que ficarão, o que tinhão visto.

Trouxerão as mantarias 6 aves e dois macacos.

6<sup>m</sup> feira 11

Pelas 9 horas mandei lavrar termo do depoimento das pessoas mencionadas no Auto do Juramento



Juramento feito em presença das pessoas também lá mencionadas. Pelas 3 da tarde chegou o Soldado Rua que fôra examinar a margem do Sul, informando que tendo feito no dia 9 doze horas de viagem por escabrosos caminhos de pedras e covões, caminhára pouco no dia 10 por ter cansado por causa do muito ruim caminho, e que procurando de tarde a margem do Rio ouvira ruido de bater ou cortar madeira, dizendo-se-lhe depois que apparecia o Anspeçada João Dias na margem oposta do Norte, vencido já o espaço da Cachoeira acenando que se passassem á outra banda o que fez o dito Rua, embarcando-se em cascas de páu que ali fêz; e que já não havia Cachoeira mas só correnteza e que o Rio alargava outra vez, e que tinham achado porcos e motuns.

Pareceu-lhe ter a Cachoeira mais de um legua, e disse mais que João Dias tinha cinco casca de páu, e que ficava fazendo mais tres por caberem só duas pessoas em cada uma para subir pelo Rio e examinál-o, que elle lhe deixava o mantimento que levára o Soldado Geraldo e 2 Indios, que partira hoje pelas 5 horas da manhã, e ue o caminho ate aqui era mau, porem praticavel mandando-se beneficiar e abrir.

Estas

Estas noticias nos encherão de gosto, e logo dei Ordem para se apromptarem 20 machados e 20 fouches, 40 Indios, 3 pagos, 3 auxiliares, e 3 pedestres, armados, para pela manhã se dár principio a estrada e caminho.

De 5 montarias que costumavão sahir fora, só uma trouxe 2 pequenos veados e 2 aves.

#### Sabbado 12

Pelas 5<sup>1/2</sup> horas escolhidos os Indios e soldados para a sobredita diligencia, despedi tambem o soldado Nazario Rodrigues, o auxiliar José Antonio Pimpin, ambos Carpinteiros e 8 Indios curiosos do mesmo Officio ao lugar onde estava João Dias a fazer canoas para o novo transporte pelo Rio da Cachoeira grande para cima; e ordenei aos poucos que ficarão fizessem paneiros pequenos e compridos que levassem meio alqueire de farinha, a fim de serem mais portáteis.

Apotarão os Indios e soldados que forão á factura do caminho, dizendo que com mais dia e meio se concluiria.

Trouxerão as montarias 10 aves e 4 macacos, vindo o auxiliar João Seabra mordido de uma Jararaca. Veio tambem mordido de uma aranha caranguejeira um dos Indios do caminho.

caminho.

Domingo 13

Não quiz que se trabalhasse hoje por ser Domingo e por haver muito, mas determinei que se partisse pelas 4 da tarde a fim de que ficando no lugar do deixado Trabalho se continuasse logo de manhã.

As montarias trouxerão 6 aves e 1 macaco.

2<sup>a</sup> feira 14

Vierão 2 Indios pela manhã buscar fio para linhas de alinhar ubás, por se não achar madeira capaz para Igarites, a cujo fim se estavam já promptificando 2 paus.

Disserão que João Dias Sabbado de tarde subira pelo Rio.

Eu fiz a relação da gente e do mais que determinei levar.

Trouxerão as montarias 9 aves e 2 macacos, sustento para nós e para os que trabalharão no caminho.

3<sup>a</sup> feira 15

Trazendo as montarias 5 aves e 1 macaco disserão que a caça andava espantada; que seria preciso passarem abaixo da Cachoeira do aviso para o que levarão ordem.

Partirão pela manhã cedo

cedo e lá se demoraram todo o dia, vindo ao outro, reconheceu-se que a farinha que trouxemos estava quasi toda podre.

4<sup>a</sup> feira 16

Vindo 2 Indios buscar mantimento para os que trabalhavão nas Ubás disserão que estavam duas feitas.

Mandei com elles 2 auxiliares para darem calor a este serviço e trazerem-me notícias individuaes; voltando estes de tarde me disserão que as 2 Ubás se deitarião ao Rio e que se não fazião ao mesmo tempo mais, porque só servião 3 ferros de canoa dos 6 que vierão, sendo poucas duas enchós, que tinhamos trazido, o que junto com a falta de mantimento impossibilitava os progressos. Tambem disserão que tinha chegado João Dias e os que o seguirão, que depois de navegar dois dias por uma enseada achará um canal estreito innavegável que o obrigou a andar por terra, que depois de caminhar com muito trabalho pela Serra achára uma pequena picada de Gentic, e o dito João Dias me mandava pedir um frasco de aguardente da terra para lavar as feridas do máu caminho, e immensa praga, e que todos vinham magros e fracos

fracos; que não apparecia peixe, mas só alguma caça. As montarias não vieram com effeito hoje.

5<sup>m</sup> feira 17

Depedi cedo um Indio com a dita aguardente e um escripto para João Dias dizendo-lhe que sem falta estivessem promptas ate Domingo 3 Ubás, e que nesse mesmo dia eu lá me acharia para me embarcar apezar de todos a incomodos relatados.

Vierão dois Indios que trabalhavão no caminho buscar mantimento e disserão que já vinhão de volta fazendo estivasas nos pantanaes e valles, e pontes nos Igarapés para passagem das cargas e da gente, como tambem choupanas para descanso e abrigo da chuva.

Mandei que se fizessem picadas do caminho ate á borda da serra para ver a Cachoeira e altura destas.

As 11 horas chegou o Anspeçada João Dias e os que forão com elle e disse que por lhe faltar mantimento não andáva mais por terra, que havia um canal estreitissimo bordado de duas altas serras todas lizas e cortadas a prumo, impenetravel a qualquer embarcação por onde a agoa comia em furiosa valentia.

Chega-

Chegarão á noute as montarias, despedidas no dia 15, com uma Anta, 3 porcos e 12 aves.

Chegou tambem o Soldado Fortuoso, e os mais dizendo ficavão promptos amanhã o caminho, as picadas, tojupares, etc.

6<sup>m</sup> feira 18

Veio-se buscar farinha para os que trabalhavão nas Ubás.

Encarreguei João Dias sobre cousas de El-Rey que havião de ir. Determinei partir no dia 20, e mandei separar 40 alqueires de farinha para este fim, passando revista á que ficava. Acharão-se 93 alqueires para servir por necessidade e 13 inteiramente podres dizendo o Fiel que assim pareceu, se embarcarão em Ega já damnificada e podre.

A seu requerimento mandei fazer vistoria pelo Ajudante de Cirurgia diante de testemunhas para dár consumo e descarga, advertindo que já 9 se tinhão ditado na viagem ao Rio, o que tudo se justificou.

Pelo meio dia veio o Soldado Fortuoso deixando tudo acabado. Não vierão as montarias.

Sabbado 19

Partirão

Partirão pela manhã com João Dias 5 pagos e auxiliares, os Indios que aqui havia com cargas de farinha e outras cousas de El Rei, para o porto onde se estão fazendo as Ubás.

Passei Portaria para se tomarem (?) de chumbo ao Cabo de esquadra d'auxiliares por nome Theodorio, por se ter acabado o de El Rey.

Trouxerão as montarias 2 porcos frescos e 1 moqueado, 2 aves frescas e 2 maqueados, o que tudo se apromptou para a partida.

#### Domingo 20

Celebrada a Missa e distribuidas as cargas com os soldados que as devião acompanhar nos puzémos em marcha pelas 10<sup>1/2</sup> horas da manhã, á 1<sup>1/2</sup> chegámos junto á borda da serra, indo o caminho ate aqui sempre acompanhando o Rio e Cachoeira, d'onde a vimos; e confesso que um dos mais horriyeis espectaculos.

A altura da terra e margem mostra ter mais de 30 braças, o peso das agoas, os reciffes, Ilhas de pedra com a estreiteza do canal fazem estreitar, digo fazem circular as agoas com o ruido de trovões, ou da maior tormenta no már.

Vimos em outra parte a serra do Sul fronteira despida de arvores

árvores e talhada a prumo, parecendo lavrada de arcos e columnas.

Avistárão-se ao longe tudo Serras como as em que estamos e com valles e arvoredos.

Pouco depois da nossa sahida subimos por 200 paus postos a modo de degraus e continuamos a subir e a descer passando 9 Igarapés ou levados de agoa por entre pedras.

Todo o caminho que seguimos era de pedras e a mesma denominada campina pelos Soldados, no alto da Serra era o plano superior da mesma Serra muito horisontal, lage continuada e coberta de  $1\frac{1}{2}$  e dois palmos de lodo que atolava, com pequenos arbustos.

Chegámos ás  $2\frac{1}{2}$  á pousada e araryal superior a Cachoeira julgando o caminho que fizemos de 2 leguos  $\frac{1}{4}$ .

Forma aqui a margem em que estamos, que na cheia se alaga, ao pé de um Igarapé e faldas de serras, uma grande enseada, vendo-se daqui tudo serras cobertas de arvores e semelhantes ás outras que já viramos; procurando o Rio depois da ultima volta do canal da Cachoeira o rumo de Oeste, agbra o do Sul formando correnteza grande.

Estávamos



Estávamos situados ao pé da entrada superior ou occidental da Cachoeira grande onde achámos 3 Ubás de 30 palmos, mas muito estreitos por a madeira não admittir abrir-se a fogo, uma pequena montaria e 4 ou 5 cascos de Paxiuva.

Aqui pernoitámos fatigados e achámos para nosso reparo uma Anta e dois motuns.

#### 2ª feira 21

Conduzido o resto das farinhas e cargas do Arrayal inferior, pela tarde se embarcou parte d'isto em 2 Ubás. Trouxerão as montarias 4 aves.

#### 3ª feira 22

Logo pela manhã despedi dois pagos, 1 auxiliar, e 15 Indios nos 2 Ubás carregados a fim de se adiantarem e fazerem tojupar onde se recolhessem as cargas e a gente, e por ver que uma das ditas Ubás só podia levar 12 paneiros de meio alqueire de farinha, e que, e que a outra 14, mandei mais 3 Ubás de Paxiuva para lá ficarem trazendo porem 5 Indios as 2 Ubás.

Dei ordem a se fazer outro Ubá maior, achando-se um pau de Paricarana com 16 palmos de circunferencia que se cortou no comprimento de

de 65. Nella entrarão a trabalhar 12 pessoas com os ditos 3 ferros capazes deste trabalho.

As duas montarias de nada nos proverão.

4<sup>ª</sup> feira 23

Não houve hoje novidade notável, continuando-se o trabalho da Ubá. Trouxerão as montarias 4 aves e 1 macaco.

5<sup>ª</sup> feira 24

Mandei continuar o trabalho da canoa não obstante ser dia de guarda, pela urgente necessidade, visitando eu de manhã e de tarde aos que trabalharam na Ubá.

Trouxerão as montarias 5 aves e crescia o Rio muito consideravelmente.

6<sup>ª</sup> feira 25

Chegarão pelas 10 horas da manhã as 2 Ubás despedidas no dia 22, as quaes chegarão lá hontem á noite, vendo-se quasi perdidas nas correntezas das pontas.

Partirão pelas 5 horas da madrugada e chegarão pelas mencionadas 10 horas.

Trouxerão as montarias 9 aves e 2 macacos. Neste sitio já se sente

cabendo mais que um de nós em qualquer das outras 2 Ubás para o tabalho da derrota por estar o Capitão Pedro Alexandrino molesto de vomitos, escolhi o Doutor Simões para que em uma das melhores Ubás se embarcasse seguir o que podessem de viagem, recomendando-lhe porem se não expoesse temerariamente, mas voltasse logo que encontrásse perigo evidente por concordarem todos que a mencionada correnteza era impracticavel, emandando desembarcar tudo, distribui por todas o Anspeçada com 7 auxiliares e pagos; ordenando ao dito Anspeçada continuasse no descobrimento por terra ate onde lhe fosse possivel, e que levasse consigo os Soldados e Indios que julguei mais capazes desta trabalhosa diligencia a quem municeei e dei o provimento que as embarcações permitião.

Embarcou-se com effeito o Doutor Simões, o qual ia ao rigor do tempo e com muito cuidado na vida e na derrota.

Depois de feita esta expedição me achei com 11 Indios, 3 dos quaes estão doentes de sesões; 2 Auxiliares, tambem doentes; e 3 pagos.

Mandei á caça as 3 cascas de páu e o Ajudante de Cirurgia fosse com os doentes para o Arrayal inferior, por ter noticia que todos os dias adoecia gente de febres e diarrheas, lastimando-me a fome que padecião cujas molestias

sente frio de noute.

Sabbado 26

Deitada cedo a Ubá ao Rio se entrou a trabalhar na tolda d'ella, despedi as montarias, não só para haver provimento, mas para não parár amanhã, as quaes trouxerão 9 aves e 4 macacos que se repartirão por toda a gente como sempre se fez.

Domingo 27

Dita a Missa fomos a embarcar os que para esta diligencia eramos determinados, e quasi que ficamos alagados.

Fallarão todos os Indios dizendo que esta Ubá grande não podia seguir viagem, carregada e com gente, e que certamente corriamos muito perigo nas correntezas. Depois de repetidos e inuteis esforços e experiencias me vi precisado com grande sentimento meu e dos que comigo ião a desistir do embarque. A dita Ubá era muito comprida, não tinha bocca nem pontal, pois aquella era de  $3\frac{1}{2}$  palmo e este de 3, com 65 de comprimento, sendo de tál qualidade o páu que não admittia abrir-se a fogo não sendo culpados nisto os que trabalharão no seu descubrimento, pois não achárão outro.

Á vista do que, não cabendo

molestias attribuo nascerem principalmente da falta de mantimentos, da corrupção das farinhas que é o seu unico sustento e do trabalho que tem tido, frios e de humidades destes paizes.

Partio o Ajudante de Cirurgia com os doentes e a pequena botica que se tinha separado para esta diligencia; ficando esta tropa dividida em 4 partidas.

Trouxerão as montarias 3 aves, 2 preguiças e 1 jacaré.

Houve tanta chuva desde ás 6 horas da tarde ate ao outro dia que o Rio cresceu mais de um palmo.

#### 2<sup>a</sup> feira 28

Por não haver já chumbo, de que dependia a nossa subsistencia mandei reduzir 2 libras de balla a barrinhas feitas do modo possivel que o supprissem; cuja falta junta com as muitas difficuldades que a cada passo se encontrão desvanecem o pensamento de se poder chegar ás Cachoeira.

Trouxerão as montarias 6 aves, 1 cotia e 2 macacos, advertindo que sahirão fóra 12 pessoas em cascas de páu.

#### 3<sup>a</sup> feira 29

Pelas 10<sup>h</sup>/<sub>2</sub> horas por baixo de grossa chuva chegou o Doutor Simões

Simões sem ter podido romper a ultima correnteza mais proxima á ultima Choupana, apesar de todo o esforço que se fez hontem á tarde desde 4 horas ate depois das 6, avistando o horroroso estreito canal que João Dias descreveu a qual dista d'aqui 8 leguas.

Achou o Rio igualmente bordado por uma e outra parte de serras, precedidas em partes de vargens e alagadiços, em parte as ditas serras cortadas perpendicularmente, tudo entremeado de Igarapés que se precipitavão no Rio.

As 12<sup>1/2</sup> chegou o Soldado Rua e o Indio Leandro, ambos doentes, os quaes havia 3 dias que só comião cobra, e disse o dito Rua que a correnteza do Igarapé em que estava o Tujupar é tão forte que se vio sossobrado ao sahir; que não havia mostras de habitar por ali Gentic, mas só indios.

Trouxerão as montarias 5 aves e 1 macaco.

Tem sido tantas as chuvas e tão fortes depois que aqui chegamos que o Rio tem subido a mais de 7 palmos. Adoecerão 2 Soldados.

#### 4<sup>m</sup> feira 30

Resolvi-me a recolher ao Arrayal inferior por causa da grande enchente do Rio que a instantes cobria

cobria o novo Tojupar e deixei aqui 2 Soldados e alguns Indios para com caça accudiram á falta que o Arrayal experimentava, e me adiantárem os avisos que viessem de cima.

Adoeceu um Soldado e um Indio.

Largámos do Arrayal superior pelas 8<sup>1/2</sup> da manhã, e pelas 11 chegámos ao inferior um pouco molhados das muitas chuvas que havia.

Uma das montarias andava fora havia 3 dias e a outra 4. Eu adoeci com febre todo o dia e forão para o Hospital mais duas pessoas.

#### 5<sup>a</sup> feira 31

Pelo meio dia chegarão as 2 montarias com 3 Piraibas pequenas de Moquem e derão noticia que estando na bócca do Rio dos enganos sahir deste 6 canoinhas com Gentio Mauá, as quaes vendo as montarias quizerão vir sobre ellas com suas lanças, mas atirando-se-lhe 2 tiros se pos em fugida o Gentio saltando em terra o gentio de 3, desapparecendo outras 3.

Trouxerão os Soldados penachos, uma lança, uma rodellas, remos e 3 Ubás. Era a rodella uma tabua de meia pollegada de grosso, 3 palmos de comprido, e 1<sup>1/2</sup> de largo.

Entrarão mais duas pessoas

pessoas no Hospital. Eu estive todo o dia de cama com febre.

Junho

6<sup>m</sup> feira 1<sup>o</sup>

Despedi um Auxiliar para o Arrayal superior a ver e havia noticia de João Dias, o qual vindo de tarde não deu relação alguma delle. Os dois Soldados que lá ficarão me mandarão 3 aves, que eu mandei dar aos miseraveis doentes, esperando que as montarias que forão despedidas, cedo trouxessem mais alguma cousa.

Sabbado 2

Pelo meio dia chegou a montaria de João José hontem despedida com um Indio chamado Mathias do Logar de Alvarães, gravemente ferido nas costas, na parte inferior por se ter disparado por si mesma uma arma ás 9 horas desta manhã. Horrorisavão os gritos que dava pela violenta ferida, tendo em si 25 grãos de carga e a mesma buxa. Cuidou-se em que fosse curado do melhor modo possível, bem que houvesse falta de Laudano, pevides, e muitos outros remedios que não se derão.

Chegou



Chegou o Soldado Fortuoso, que eu mandei medir com um cordel a altura da Serra que borda o canal por esta margem do Norte, o qual medindo em 4 partes, se achou ser a maior altura desta de 40 braças, ate á superficie da agua a de defronte porem é pouco mais alta.

Trouxe a montaria que faltava 4 Guaribas sómente.

Domingo 3

Depois de sacramentado o Indio ferido mandei fazer um colxão, 2 lençóes e uma fronha de algodão para elle estar deitado.

Despedi as montarias e escrevi um Officio ao Capitão Pedro Alexandrino, e ao Doutor Simões.

2<sup>a</sup> feira 4

Resolvi-me a mandar adiantar o Indio Leandro e o Principal Coiga e outros a praticarem os corotus para me encontrarem quando fosse para baixo, e ver se os descia, cuja deligencia se suspendeu pela chegada de João Dias.

3<sup>a</sup> feira 5

Ao tempo que ouviamos Missa chegou João Dias com a sua gente, e os que estavam no Arrayal superior.

superior.

Fez-se de tarde termo de Juramento sobre a diligencia a que fora o dito João Dias com a sua gente perante testemunhas.

Trouxerão as montarias 2 pequenas Pirayvas.

#### 4<sup>m</sup> feira 6

Embarcadas as cargas pela manhã, e de tarde todos os doentes se deu Juramento ao Soldado Rua e aos que com elle forão ao descobrimento da margem meridional da Cachoeira. Demo-nos finalmente ao Rio pelas 12<sup>h</sup>/<sub>4</sub> andando toda a tarde e parte da noite.

Parámos pela 1 hora della perto do Rio Necta, de que se pode colligir o peso da agua; pois vencemos neste espaço o caminho que fizemos desde 30 de Abril ate 8 de Maio.

Nada trouxerão as monstarias.

#### 5<sup>m</sup> feira 7

Largámos pelas 5 horas passando logo o Rio Necta, e pelas 7 horas o Igarapé e Tapera do Camarie parando á 1 em quanto a gente comia.

Largámos pelas 2<sup>h</sup>/<sub>2</sub> horas andando toda a noite de Luar clarissimo.

clarissimo.

As 6 da tarde morreu na minha canoa o Sobrinho do Indio Francisco, meu Piloto, chamado Raymundo, um dos que forão tomados aos Muras.

Trouxerão as montarias 5 aves.

6<sup>a</sup> feira 8

Chegámos pelas 8 horas ao novo porto do gentio Tauoca, e vi não com pequeno gosto já 9 casas ou grandes Choupanas e gente.

Desembarquei aqui e foi grande o contentamento que o Principal e os seus tiverão quando nos virão: o dito Principal despedito logo aviso ao Indio Jordão para que viesse; o qual, veio pelas 2 horas em uma canoinha com 3 mulheres e 2 rapazes.

Depois dos offercimentos que me fez o Principal, de Pacovas e Bejus, me pedio com instancia me demorasse tres ou quatro dias a fim de mandar aviso a mais 2 Principaes seus subditos, para estes com a sua gente me verem fallar e ver; empenho que estes tinham e recommendação que lhes derão, que só assim virião logo para esta nova fundação, acreditando-me mais do que a elles. Como isto redundava em serviço de Deus e da Rainha me deixei

deixei ficar, despedindo estes o aviso.

Nas practicas que comigo teve á noite me quis dar salça, rapazes, e raparigas seus escravos pelo beneficio de os tirar do matto, e lhe tornar a trazer seus vassallos e companheiros ao que eu lhe respondi affaavel que nada queria e que só era meu empenho que sahissen dos bosques para serem filhos da Egreja, salvarem suas almas e serem vassallos da Rainha.

Esta resposta o admirou estranhando a linguagem dissimilhante da com que lhe fallavão os que a troco das menores bagatellas buscão enriquecer-se enganando estes miseraveis.

Despedi uma pequena com 2 auxiliares, 2 Practicos e 7 Indios para examinarem a Cachoeira do Cupati e fazerem caminho e choupana sendo preciso para descarregarem as canoas na margem do Sul por não ser já praticável a do Norte, e o Igarapé por onde viemos que dizem é uma forte correnteza e especie de caldeirão nas cheias.

Nada trouxerão as montarias.

Esta manhã mandei pagar aos Indios Taussas que me tinham acompanhado.

Sabbado

## Sabbado 9

Pelas 2 horas da tarde chegarão 3 canoinhas com 18 pessoa entre homens e crianças, e mulheres as quaes me brindarão com Pacovas e Bejus e com um quarto de porco de matto que matarão.

Depois de repetidas exhortações para descerem todos lhe apontei os meios para o bom estabelecimento e commercio com os brancos.

Não vierão hoje as montarias.

## Domingo 10

Depois de Missa despedi o Anspeçada João Dias com duas canoinhas para condução dos principaes Gentios.

Alem das montarias que tambem hoje não vierão despedi uma canoinha deste porto á procurar de comer, a qual chegou pelas 7 horas da noute com uma porção de ratos que comerão os Indios.

Neste dia desde pela manhã cahi outra vez com febre.

2<sup>a</sup> feira 11

Esperámos ate ás 12 horas do dia a ver se chegavão os Principaes que se tinhão ido buscar, e como não

não chegassem mandei largar desta nova Povoação a esta hora com muita pena do Principal.

Aportámos pelas 9<sup>h</sup>/<sub>2</sub> da noite perto do Cupati.

Hoje não veio também montaria alguma.

Achando-se 10 Indios febricitantes não se mandarão recolher ao Hospital por não haver que se lhe dar a comer. Ainda hoje eu me achava com febre.

3<sup>ra</sup> feira 12

Largámos da Ilha onde tínhamos pernoitado, pelas 7 horas da manhã, e chegando a um ponto de se passar a Cachoeira me poserão em terra em uma rede, vindo pelo mesmo caminho por onde tínhamos passado; passarão-se as canoas 2 a 2, equipando-se estas com os remeiros das outras as quaes, não sem perigo, passarão felizmente.

As montarias porem passarão todas por terra e concluido tudo largámos pelo meio dia.

Pelas 3<sup>h</sup>/<sub>2</sub> passámos a Cachoeirinha, reduzida agora a uma grande correnteza; e pelas 6 horas passamos o Apaporis.

As montarias se achavão no lugar do Cupati com algum peixe de moquem. Eu passei sem melhoria.

melhoria.

4<sup>a</sup> feira 13

Continuou-se viagem toda noite e aportámos meio dia.

Largámos pelas 2 e passámos á Bocca do Rio Parcos esta tarde.

Appareceu hoje a montaria que havia 3 dias se perdera, com em motum e 3 peixes; não trazendo as outras nada. Vai continuando a minha molestia.

5<sup>a</sup> feira 14

Tendo-se andado toda a noite se parou ás 9 horas para se dizer Missa; depois da qual continuamos viagem.

Pelas 4 horas da tarde passamos á Povoação que foi de Macopevi.

Trouxerão as montarias 1 marreca. A minha molestia foi continuando.

6<sup>a</sup> feira 15

Anadando toda a noite bem entendido que a equipação dormia e descasava algumas horas levada somente a canoa pela correnteza aportámos: ás 10 horas para se curarem os doentes em todas as canoas.

Parti-

Partimos ás 12 e pelas 3 passámos á Bocca do Anati Paraná.  
Mandei adiantar 2 canoas de montaria ao Logar de Marepi a  
apromptarem casa para os doentes e mantimentos e a levarem a  
enterrar na Igreja d'aquelle Logar um Murinha.  
Chegámos a esta Povoação ás 11 horas da noute.

Sabbado 16

Dembarcarão-se os doentes para se purgarem e tornarem algum  
alimento pois havia dias passavão a caldos de farinha.

Mandei comprar vinte gallinhas para elles e mandei tambem  
mattar um vitello.

Neste dia trouxerão as montarias despedidas pelas manhã ó  
peixes; e se enterrou um Murinha.

Domingo 17

Embarcados os doentes depois de Missa largámos pelas 9 horas  
da manhã e continuamos viagem todo o dia e noute.

2<sup>a</sup> feira 18

Aportámos ás 11 horas e depois de descansar-mos um quarto de  
hora entrámos no porto de Alvarães



Alvarões pelas 8<sup>h</sup>/<sub>4</sub> horas da tarde.

3<sup>a</sup> feira 19

Depois de ter despedido uma canoa de aviso para Ega a fim de se apromptarem quartéis para os doentes e para os sãos.

Largámos pela 8<sup>h</sup>/<sub>2</sub> da manhã, e pelas 2 horas da tarde aportámos em Teffé tendo encontrado a canoa das farinhas que ia para Tabatinga.

---

Mappa

Mappa de todas as Canoas e pessoas nellas embarcadas de que se compõe a particular expedição destinada ao antecipado conhecimento do Jupurá, commandada pelo Segundo Commissário da quarta divisão, o Sargento Mór, Henrique João Wilckens, de Ordem Regia, partio da Villa da Ega em 23 de Fevereiro de 1781.

---

Canoa = Capitania = Nossa Senhora da Glória = Pessoas embarcadas 31; a saber: O Sargento Mór e Segundo Commissario; 1 Ajudante de Cirurgia, 1 Cabo de Esquadra, 1 Soldado, e 3 ditos auxiliares, 4 Indios armados, pedestres, 1 pratico, 1 piloto, 14 Indios remeiros, 1 branco agregado, 1 Indio servo, 2 Escravos.

Canoa = 1º Igarite de Montaria = Pessoas embarcadas 7, a saber: 2 soldados, e 1 dito auxiliar, 1 Indio armado pedestre, 1 Piloto, 2 Indios remeiros.

Canoa = 2º Igarite de Montaria = Pessoas embarcadas 7, como na antecedente. Estas 2 canoas ião aos lados da 1ª pela poppa.

Canôa = Fiscal-Santo Antonio = Pessoas embarcadas 27 a saber: 1 Astronomo, 2

2 Soldados; 1 Cabo de Esquadra, 2 auxiliares; 6 Indios armados, pedestres, 1 Piloto, 12 Indios Remeiros, 1 Indios servo, 1 Escravo.

Botte do Reverendo Capellão = Pessoas embarcadas 28, a saber: 0 Capellão, 2 Soldados, 1 Sargento de auxiliares, 2 soldados ditos, 5 Indios armados pedestres, 1 Piloto, 14 Indios remeiros, 1 Indios servo, 1 Escravo.

Canoa = Almiranta = Nossa Senhora da Guia = Pessoas embarcadas 28, a saber: 1 Capitão Engenheiro, 1 Anspeçada, 1 Soldado, 3 auxiliares, 4 Indios armados pedestres, 1 Piloto, 1 Pratico, 16 Indios Remeiros.

Numero total das pessoas embarcadas - 128 -

---

Note-se bem que sem embargo que neste mappa vem indicado um Cabo de Esquadra que era Manuel Felicio de Braga, este não chegou a embarcar por se achar no dia da partida gravemente doente - que tres soldados auxiliares, dois praticos Indios, e quatro pedestres se embarcarão no Logar de Alvarães, e outros seis pedestres.

Código 807 V. 13 pp. 230-234

Cópia de huma carta dirigida a este Governo pello Thenente Coronel Engenheiro Henrique João Wilckens que acompanhava o parecer do ditto Engenheiro sobre apronpta Communicação das Povoações do Rio Negro com as do Solimões.

Ill<sup>mo</sup> e Ex<sup>mo</sup> Senhor = No dia vinte e quatro do proximo passado mez de Julho aqui chegou canoa do Pesqueiro do Solimões, e ao Thenente Coronel Commandante Geral José Antonio Salgado entregou o cabo d'ella hum officio de V E<sup>ma</sup> ao Governo interino desta capitania dirigido e firmado por V E<sup>ma</sup> no 1 de abril d'este anno, e que no Forte da Barra d'este Rio ao ditto Cabo entregarão.

No mesmo dia, e successivamente nos seguintes, eu sciente fiquei pella voz publica, do contheudo na ditto carta de V. E<sup>ma</sup>, e do Parrafo de huma carta minha a V E<sup>ma</sup> dirigida, que por copia ao officio remetido ao governo interino acompanhava. Isto serviu de assumpto as conversações, e reflexões de todos nesta villa, assim como aos diferentes pareceres, opiniões emethodos, que cada hum de tantos individuos, mais ou menos acentados propunhão huns aos outros. Ultimamente se acentou que seria bom, ser eu disto sciente, e sobre isto consultado.

Com effeito, no dia primeiro do corrente, de tarde, veio a minha casa o Thenente Coronel Salgado e me mostrou a carta de V. E.<sup>ma</sup> do allegado Parrafo daquella que a V. E.<sup>ma</sup> eu tinha dirigido.

Eu nesta ocazião, como em todas as outras antecedentes fazendo abstracção de tudo o mais que suscitar justamente dera o meu reparo, a minha admiracção, e a minha mágoa, so bosquei seguir os dictames, que a minha honra, a minha fidelidade, o amor ao Throno, à Pátria, aos interesses d'estes objetos e do Real Serviço exigem. Eu lhe disse que o meu parecer por escripto formalizaria; mas que percizo seria mandar-me alguém que o transcrevesse embora letra para elle também for à V. E.<sup>ma</sup> remettes, mas que convinha sobre estas materias, e outras taes, haver toda a rezerva, pois que o bom successo das differencias do segundo e do modo com que se dispunhão defendia; esperei nos dias seguintes mas nada resultando. Eu o procurei; não o achando em casa, à sua espoza, recomendei-lhe lembrasse o que ditto lhe tinha; mas athé adata desta nada resultado tem, e só sim fogir hum dos indios praticos de Carvoeiro, e geralmente escuzar-se pretenderem soldados e indios de semelhante diligencia, já por elles conhecida, e terrível figurada, assim como publicada foi em Carvoeiro, Poyares e aqui.

O parecer he aquelle, que por copia V. E.<sup>ma</sup> a honra tenho remeter, e que entrega lhe queira, e apromptado estava no dia quatro do corrente, em que completo os sessenta e quatro annos de idade e preencher vou os quarenta, e oito, que a honra o gosto tenho de estar empregado effetivamente no Real Servico, apezar de atrazado tanto em interesses proprios, como na atencção, e no conceito que honrada, cuidadosa, e dezenteressadamente tenho buscado merecer, e conheço de certo, perante Deus, e a própria consciencia, merecer devia, em lugar de abatimento, do abandono, do atrazo, da inizção pública, das faltas e das necessidades, que experimentado tenho n'este Degredo, ou Prizão, como muitos o qualificarão, hà nove mezes, sem omenos alivio, ou demonstração honrosa, e constante

No ditto Parecer expedidos não os methodos practicos, que me parece se devem adoptar para o bom exito do proposto fim, isto haverem razões, embaraços ou inconvenientes para senão adoptar em parte, ou no todo o methodo, e a rezerva, que eu proposto tinha abem do Real Servico, e fundamentado n'uma bem cultivada, prolongada prática, e reiteradas, convencentes, inegáveis prova, que mesmo agora, en'este mesmo successo saltão aos olhos, se estão pattenteando, errealizando, atendendo eu mesmo agora mais ao bem do Servico, e à minha honrada obrigação de fiel vassalo do que ao meu comodo, e ao pouco fruto que aos meus disvellos, e honrados esforços tem merecido em tantos annos de

procedimentos no centro d'este Certam, e no mais despojado  
 inculto, (ilegível), e distante confim d'este Estáo, e  
 d'esta Capitania.

Removidos aquelles, que mesmo indevida injusta e  
 incompetentemente, encolhidos, nomeados, e promovidos forão,  
 para Primeiros Commissários, ficando eu pretendo, por  
 officiais millicianos, também a providencia, sempre justa,  
 superior aos esforços, às paixões, aos arbitrios, e as  
 Combinações humanas, quiz que eu athé agora na commissão,  
 no commando da Partida existisse, sujeito em primeiro lugar,  
 como hé derazão, e justiça, aos Ex<sup>mos</sup> Senhores Generaes de  
 Estáo, e particular, immediatamente ao governador d'esta  
 Capitania, e Commissário Principal d'esta, partida, esseu  
 immediato no Porto, e na Commissão, sem haver outro algum,  
 que também de justiça, erazão, e em conformidade das Reaes  
 Ordens preferir medeva, nem na Commissão, se hé que ainda  
 existe; nem no Governo da Capitania da qual eu já d'huma, e  
 da mais exposta, importante parte, o comando geral tinha,  
 havia muitos annos. Em lugar da atenção que isto merecia,  
 ereflectise que ao primeiro Commissario, Engenheiro,  
 Governador da Confinante Província Hespanhola de Mainas,  
 Francisco Requena, succedeo outro Primeiro Commissário,  
 Engenhero, no mesmo governo de Mainas, Diogo Calbo, como  
 hera bem natural, e preciso, me vejo exposto ao ludibrio de  
 todos (ileg.) o Thenente Coronel Salgado, que sertamente  
 nada do progresso dos negocios, das dependencias, de mapas,

e de Engenheiro sabe, que V. Ex.<sup>ma</sup> me prometeo o Governo d'esta Capitania, e não só a dizello senão ainda a obrar como tal, ou com mais Dispotismo, e dezacerto, hombreando, confiando, e familiarizando-se só com o degradado Elias de Moraes, que hindo em deligencia do mesmo Thenente Coronel para as Povoações Superiores no dia 16 de Julho, regressou no dia 19 do ditto demadrugada (ileg.) da mesma familiaridade com outros da mesma qualidade, e ainda inferior, em lugar de procurar a minha companhia, e dos mais que ajudar, e aconselhar-lo poderião, mas que abater busca.

Quarenta, e sette, para quarenta e oito, annos há, que ambos deste Estáo chegamos, o Thenente Coronel Salgado em Capitão, e eu ainda rapaz, dispensados dos Postos Subaltenos, destinado à diligencia das Demarcações passadas incompletas, fui hospedado na caza, na meza, e na assistencia do Ex.<sup>mo</sup> Senhor Francisco Xavier de Mendonça Furtado; nunca servir senão a Sua Magestade; no mesmo ano de 53 em que chegámos fui empregado no conhecimento de toda a costa do Marajó com os mais Engenheiros, nas observações astronomicas, com o Astronomo P.<sup>o</sup> Ignácio Sennatoni, nessa Cidade e em Collares, nas mesmas observações em Macapá, na configuração do mapa do Amazonas, em primeiro uzo que se fez do Outante Hadleiano, para o ditto fim na subida até esta Villa em 54. No primeiro mappa que se fez, e que eu só construí, e formalizei, d'esta Villa até Cachoeiras neste Rio, até então desconhecidas. Nas observações feitas aqui



em Borba, no Rio da Madeira, e no Rio Solimões com o Astronomo D. João Angello Barinelli, finalmente, E<sup>mo</sup> Senhor, enquanto o então Capitão José Antonio Salgado se occupava em montar guardas, no Serviço da Praça, e em hir no alcance de fugidos, e criminózos.

Eu andava nas sobre referidas Diligencias, e depois na construção da primeira Fortificação de campanha em Macapá, elogo na construção da Praça e Fortificação regular d'ella, primeiramente com o Sargento Mor Henrique Antonio Galluci, elogo por falecimento d'este, na direcção da ditta obra no Posto de Capitão, servindo também em Capitão de Inspector do Ponto, ematricula, o mesmo Capitão Salgado, emprego que qualquer Official inferior, qualquer Soldado ou Paizano, sabendo ler, escrever, e contar mediocrementemente, podia servir quando mesmo entre Officiaes Engenheiros (ileg.) todos, e mesmo muito poucos occupar podem na construção, e direcção das obras de Fortificação, e Praças, como notão os authores de milhos notas havendo muita differença entre a Theoria e Pratica. Enquanto o Capitão, hoje Tenente Coronel Salgado se occupava no Serviço da Praça, n'esta Provedoria, e na Commandancia de Santarém, me occupava eu na regia Commissão, nas viagens, nos reconhecimentos, na Commandancia d'esta partida, ed'esta Diligencia, com aquella honra, dezerinteresse, acerto, e approvação, que ao Throno Augusto, ao respeitável Ministério, aos Ilustres Superiores, e a todos hé constante, assim hé a minha honrada conducta, reserva e comportamento.

Os d'ictorios, que se espelhão aqui; que ultragião a respeitável, melindrosa honra, o credito, a memoria, o nome, de muitas pessoas da maior Graduação que condecorados servirão honradamente a Sua Magestade n'este Estado, e que também me tocão a honra, e credito sensivelmente, por também ser n'elles involvido, vilipendiado, apesar de bem conhecida a maleficia habitual, me obrigão expor este quadro a imparcial, judicioza, sabia e piedosa attenção de V. E.<sup>ma</sup> para formár aquella combinação, que os sentimentos de honra e Justiça (ileg.) peito de V. E.<sup>ma</sup> suscitão, nutrem, e conservão, illezos, invariaveis, intactas. Há occasiões, em que não só das ociozas palavras, mas também de ociozo silencio, como diz hum Padre da Igreja, nós fazemos responsáveis no Tribunal Divino. Esta certamente hé eseria huma d'ellas, pois que se trata do que interessa o Real Serviço, o Bem publico, e do que o mesmo Deus nos manda zelar mais, do que todos o Thezouros do mundo, e do que a propria vida. Sim E.<sup>mo</sup> Senhor, em quazi todas as minhas Cartas anteriores, que a honra tenho tido de a V. E.<sup>ma</sup> dirigir, e agora, mais que nunca, disse, e diga a V. E.<sup>ma</sup> que há hum anno vivo no maior abattimento, de Spirito e de forças; na maior desolação, na maior tristeza, sem me prestar o pouco alimento, e o muito pouco descanso da noite, immerso em tristes reflexões, bem vizivel a todos, e por todos notado, e compadecido, estudo, por julgár, por vêr em contingencia desapareceres do vulgo a minha honra, o meu

credito, o meu comportamento, minha fidelidade, o meu  
 desinteresse n'esta Diligencia, não vendo todos, senão hum  
 misteriozo Silencio, hum abandono, e reserva, não se falando,  
 e agora mais que nunca, depois da chegada do Thenente Coronel  
 Salgado, e por elle o publicar, senão em castigos, em  
 Degredos, nos destinos, nos desprezos, nas tristes  
 contingencias que me esperão, e me são destinadas.

Será este Ex<sup>mo</sup> Senhor, o premio de quarenta e sette, perto de  
 quarenta e oito annos de Serviço, o premio de me vêr, por  
 causa do mesmo Serviço, pobre, necessitado, falta de tudo  
 n'este Degredo ao mesmo tempo que rodeado me vejo de huma das  
 mais numerozas honradas, atendiveis familiar que há n'este  
 Estádo?

Recorrer pois devo, e recorrer vou a V E<sup>ma</sup> à Justiça, à  
 Piedade de V E<sup>ma</sup> ambas exigem de V E<sup>ma</sup> huma demonstração,  
 hum Documentto, hum signal publico, vizivel, nada equivoco  
 que aminha honra, o meu credito, os meus Serviços, a minha  
 fidelidade, o meu desenteresse abonem à Vista d'este Estádo,  
 d'esta Capitania, que contingencia de opiniens embarecem a  
 meu respeito, e de minha numeroza famillia, e Descendentes,  
 ou huma licença registrada de hum anno, para eu acompanhado  
 de algum filho, ou neto meu, da protecção de V E<sup>ma</sup> munido,  
 passar à Corte, representar aminha Justiça e razão aos péz  
 de Sua Alteza Real... Mas eu bem conheço, eu sei que  
 querendo V E<sup>ma</sup> sem este incomodo, tudo e o que com tanta

honra, razão e justiça peço, conseguirei, como tantos conseguirão, que em menos de vinte annos, aos Serviços de Capitánias, e ao das Praças em Portugal promovidos forão aquelles mesmos, que dessa Cidade comigo partirão para aqui, e que também nessa Cidade, à minha vinda, ficarão. V. E.<sup>ma</sup> pode, V. E.<sup>ma</sup> dignise querer. Isto pede e espera, beijando as illustres mãos de V. E.<sup>ma</sup> quem a honra tem ser Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor - Dom Francisco de Souza Coutinho - de V. E.<sup>ma</sup> o mais reverente subdito fiel criado - Henrique João Wilckens - Barcellos 10 d'agosto de 1800.

#### PARECER

Achando-se bem exactamente estabelecidos, pellas observações Geograficas, e astronomicas de Longitud, e Latitud, os Pontos Topograficos, que occupão nesta Capitania do Rio Negro, a Villa Capital de Barcellos, e as mais Povoações d'este Rio, assim como as do Rio Solimões, e seu confluente do Japurá; achando-se só neste, com algum fundamento, e esperança de estabelecer o lugar de S. Antonio de Imaripí, offerecendo anavegação para as precisões do Real Serviço. Para aquelles do governo da Capitania tanto economica, e comerciaes, politicas, como militares e mixtas, ordinarias, e extraordinarias, huma Viagem extensa, e perigoza de cento e cincoenta, e tantas legoas, desde esta Villa de Barcellos, até a Villa d'Ega, e aos seus dois contíguos Lugares de Nogueira e Alvarães, no Rio Solimões,

parecerem bem conforme a razão, e politica, bem proprio ao zelo, à fidelidade, à honra e cuidado daquelle que não só encarregado está o Govêrno immediato, e particular d'esta mesma Capittania, senão ainda a todo aquelle fiel vassallo, distinguir-se buscar, e realizar o seu amor ao Rey, e à Pátria aos interesses do Throno, e do bem publico, honrada e dezinteressadamente buscar meios de adiantar estas vistas. Tracta-se pois de descobrir huma, ou mais Communicações entre a Capital, e as Povoações do Solimões, que sendo interiores, immediatas, breves e seguras, facillitem as distribuições das ordens, dos avizos, e dos Socorros, independentes da navegação ordinaria, e conhecida, morosa sojeita a mil contingencias, embarços e perigos.

O Terreno comprehendido entre a Villa de Barcellos, e a bocca, ou Fóz do Rio Japurá, que dezagua no Solimões, equazi defronte dos lugares de Alvarães, de Nogueira e da Villa de Ega, comprehende a distancia de trinta e seis legoas, en'ella se encontram muitos Lagos, entre os quais são conhecidos aquelles de Anamá, e Aiamá, que se julga tem suas communicações por meio de Riachos, ou Igarapés com outros Lagos, e Riachos contíguos, ou pouco distantes da Villa de Barcellos, de Poyares, e do lugar de Carvoeiro.

Das Villas de Thomar, e Moreira n'este Rio Negro, dista no Terreno intermediação entre este, e o Rio Japurá, o Lago Grande do Marahá só dóze legoas; o ditto Lago dista ao Noroeste do logar do Imaripi vinte, e seis legoas, navegando-se com vantagem da corrente do ditto Japurá athé

a sua mesma Fóz ou Bocca, que facillita a mesma communicacão  
 assima referida de Alvarãens, Nogueira, é Ega.

Nestes descobrimentos, ou nestas indagaçõens bem sevê e se  
 percebe que nada há que receão se possa de encontros com os  
 Confinantes Hespanhoes, que nos ficão aqui muito distantes,  
 mas só sim algum atravéz, embarço ou obstacullo suscitar  
 poderão algum gentio, ou alguns Indios refugiados, que  
 unidos se achem em mocambos, ou Povoádos que estabelecido  
 tenham nos bosques, nos Lagos e Riachos, que estão no  
 Terreno entremedio, ou comprehendido entre o Rio Negro, e o  
 Rio Solimõens, com o seu confluente Rio Japurá, e que nada  
 mais prejudicial ser póde, de que as antecipadas notícias,  
 eaos avizos, que ter podem pellos Indios d'estas Povoaçõens,  
 que clandestinamente com os mesmos Gentios, emocambos se  
 communicão, e assim bem contingentes fazer podem o exito da  
 Exploração, edo Reconhecimento, pello risco que correm as  
 vidas dos exploradores, e o atrazo do Serviço, e  
 conhecimento, poia hé bem natural não quererem os refugiádos  
 que se lhe conheçam os domicillios, eos escondrijos, e eis  
 aqui arazão do segredo, da reserva e do disfarce, que deve  
 haver na dispozicão d'estas Diligencias, eacauza de se  
 inutilizarem muitas vezes. Prova-se isto com o dizer-me o  
 Soldado Lourenço Dias Guedez do Regimento do Macapá no dia  
 nove do corrente hindo buscar Praticos a Carvoeiro já lá  
 sabião d'esta Diligencia, e fogio hum.

Os methodos que há para se reconhecerem esses interessantes  
 objectos, com certeza são os seguintes.

Buscar-se deve nas Povoações de Ega, Nogueira, Alvarães, e  
 muito mais em Imaripi, os Brancos, Mamalucos, e Indios  
 moradores antigos, e practicos, assim como os moradores de  
 Barcellos, Poyares, e Carvoeiro, e aquelles de Moreira, e  
 Thomar n'este Rio Negro, que algumas informações dar possam  
 do que se pretende, e munido d'estas instruções bem  
 circumstanciadas, despedir algum Official Inferior pago, ou  
 auxilliar, intelligente, de quatro ou seis Soldados  
 escolhidos, de alguns Auxiliares Principaes, Officiaes,  
 Indios e dez ou doze Indios escolhidos acompanhados todos  
 armados, e providos de mantimento, e ferramenta necessaria para  
 cortar páos, construir Jangadas. O official inferior deve,  
 alem das instruções, e informações, que se poderem  
 descobrir também hir munido de hum methodo pratico, que  
 facillite o conhecimento do Rumo, pouco mais, ou menos, que  
 seguir deve, eo modo de buscar, e tornár a achar o mesmo Rumo,  
 no caso que por algum Lago, Monte, Quebrada, (ileg.) selhe  
 embarace o proceguir em linha recta a Piccada, e o caminho,  
 que deve ser, esse requer seja mais breve entre os dois  
 pontos que se procurão communicação.

(ileg.) Entre Brcellos, e Imaripi, ou a Bocca do Japurá  
 (ileg.) preferindo-se sempre os Lágos, os Igarapés (ileg.)  
 que tenham constantemente agoa em todas as Estações do  
 anno, aaquelles caminhos que achar-se possam pello centro  
 dos Bosques, pois que sempre se fazer devem, e conservár  
 feitos Caminhos, e Estradas capazes, inefficientes para as  
 conduções e transpórtes de gente, e socorros, que hé bem

certo, e evidente, são preferiveis, sendo pellos Lágos, Igarapés, e Communicações dos dittos Lágos, que os transportes facillitem em Igarites, Canoas, ou Ubás.

A innegável, e reconhecida certeza que há dapouca distancia, e resumido numero de legoas, comprehendidas entre os Pontos, e Lugares que se buscão fazer communicaveis, bem deixa ver tanto a facilidade; como a conveniencia para o Real Serviço eo da Capitania no pouco tempo, que gastar-se pode em tranzitar onumero indicado de Legoas, que esta viagem, eterreno comprehende, depois devem conhecido, apromptado, e cultivado.

O outro methodo hé, mandar algum, ou alguns Officiaes Indios, practicos, intelligentes, de outros Indios escolhidos, armados, acompanhados, ede competente ferramenta fornecidos, e explicando-se lhes bem o que sepretende, para assim clara, e distinctamente perceberem, buscar poderem os transitos, o terreno todo, fazendo picadas, e buscando o mais breve, para sobre estas primeiras informações, e conhecimentos, despedir-se poder o Official Inferior, ou Soldados, e as providencias necessarias para conseguir o proposto fim - Barcellos 10 d'agosto 1800 - Henrique João Wilkens.

Valentim Antonio de Oliveira e Silva.